

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais

O jornalismo em equívoco:
sobre o telefone celular e a invenção diferenciante

Evandro José Medeiros Laia

RIO DE JANEIRO
Março / 2016

Evandro José Medeiros Laia

O jornalismo em equívoco:
sobre o telefone celular e a invenção diferenciante

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Renzo Romano Taddei.

RIO DE JANEIRO
Março / 2016

CIP - Catalogação na Publicação

LL185j Laia, Evandro
O jornalismo em equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante / Evandro Laia.
-- Rio de Janeiro, 2016.
219 f.

Orientador: Renzo Romano Taddei.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2016.

1. jornalismo. 2. antropologia. 3. Teoria Ator Rede. 4. equívoco. 5. telefone celular. I. Romano Taddei, Renzo, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO
UFRJ



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

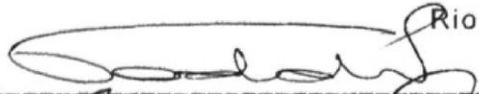
**ATA DA 406ª SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO
DEFENDIDA POR EVANDRO JOSÉ MEDEIROS LAIA NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

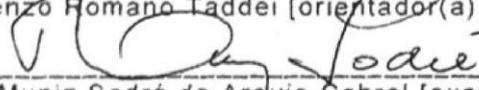
Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala 140 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Evandro José Medeiros Laia**, intitulada: "**O Jornalismo em Equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante**" perante a banca examinadora composta por: **Renzo Romano Taddei** [orientador(a) e presidente], **Muniz Sodré de Araujo Cabral**, **Ilana Strozenberg**, **Erick Felinto** e **Iluska Maria da Silva Coutinho**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

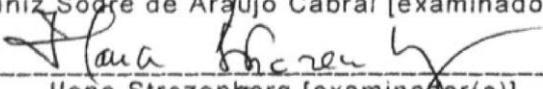
aprovada reprovada aprovada mediante alterações

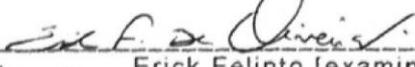
E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

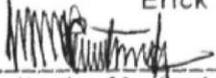
Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

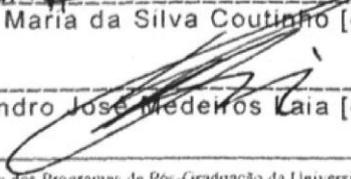

Renzo Romano Taddei [orientador(a) e presidente]


Muniz Sodré de Araujo Cabral [examinador(a)]


Ilana Strozenberg [examinador(a)]


Erick Felinto [examinador(a)]


Iluska Maria da Silva Coutinho [examinador(a)]


Evandro José Medeiros Laia [candidato(a)]

* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo C.F.P.C.

Dedico este trabalho ao Fernando, meu cunhado-irmão-jornalista que tanto torceu e contribuiu para este devir, mas não viu o trabalho pronto, da maneira como a gente queria. Saudades!

AGRADECIMENTOS

Uma tese é uma rede, por isso não é possível pensá-la sem todos os seus agenciamentos. As conexões que fazemos nos transformam e nós transformamos os outros. Eu definitivamente não sou mais (d)o mesmo. E cada um dos que aparecem citados aqui são responsáveis por isso.

Agradeço ao meu orientador, Renzo Taddei, por agenciar o meu acesso a uma perspectiva diferenciante de pesquisa acadêmica e por abrir novos universos, sempre de maneira generosa. Estes quatro anos ficaram bem mais interessantes, por isso. A minha vida como professor e pesquisador, também. Obrigado pela paciência, pela confiança e pela inspiração.

Morar em Juiz de Fora e estudar no Rio só foi possível com o apoio e a generosidade dos colegas da TV Alterosa, onde trabalhei durante dois anos e meio do doutorado. Agradeço especialmente ao meu amigo Marco Fagundes, apoiador desde o primeiro momento. Não foi fácil, mas foi possível. Obrigado!

O “bonde de JF” tornou as viagens ao Rio verdadeiras “viagens”. Poderia ter sido só útil, mas foi também afeto. Obrigado às minhas queridas Lara Linhalis (e sua linda Elis, sempre presente) e Silvânia Sottani, que chegaram primeiro, e a Kelly Scoralick, amiga de outros carnavais.

À Danúbia Andrade, generoso anjo da guarda, que agenciou modelos e formulários e meu deu a notícia da aprovação! E ao João Malerba, que entregou meu projeto de Doutorado Sanduíche aos 45 do segundo tempo. Deu certo.

À Carol, pela casa no Rio, pelo amor, pelos trabalhos entregues na ECO por mim. Ao Luís Maurício, pelos lençóis cheirosos, pelas conversas madrugada adentro, e a casa sempre aberta para me receber.

À Gilze Bara e aos amigos de CES-JF, pelo companheirismo e o apoio na hora certa, nesta longa reta final.

Ao Thiago Couto, da secretaria da Eco Pós, sempre prestativo e disposto a ajudar um aluno a vencer a burocracia.

Agradeço à professora Iluska Coutinho, que acompanhou o meu passo-a-passo no Doutorado desde a aprovação e contribuiu (mais do que imagina, provavelmente) com a perspectiva histórica do jornalismo.

Ao Zé Luiz Ribeiro, inspiração, sempre.

À amiga Alessandra Soares, que revisou este texto em tempo recorde. Tem muito amor envolvido.

Aos colegas jornalistas do SBT Rio, na figura do Diego Sangermano, que abriu as portas da emissora para que eu pudesse entrar sem nenhum senão.

A todos os informantes com quem convivo nas vivências de campo. A maioria tem o nome citado no final desta tese.

Ao professor Lambros Comitas, do Teachers College – Columbia University, pela orientação dos meus trabalhos em Nova Iorque. E pelos bate-papos sem hora marcada naquela salinha aquecida, no inverno mais frio que já vivi.

Ao Matt Hoppard, jornalista e streamer nova-iorquino, que agenciou o meu acesso ao campo nos Estados Unidos.

A Capes, que financiou o período de Doutorado Sanduíche nos EUA, e ao CNPq, pela bolsa que possibilitou uma dedicação ampla à escrita da tese, no último ano do doutorado.

Considero esta tese fruto da dedicação dos que estiveram mais próximos a mim, não só no período da sua feitura, mas pela vida inteira:

Meus pais, Neuza e Evandro, pelo apoio irrestrito aos meus projetos. Tenho total segurança em assumir riscos, por causa deles. E admiro a maneira como eles se adaptam ao que eu proponho. Obrigado!

À minha irmã Evane e seus devires Dani, Gui e Tatá: uma postura sempre compreensiva em relação ao tio-irmão pouco presente. Evane, você é só amor!

À Cris, pelos devires de irmão, me confundi muitas vezes com você. Pela casa sempre aberta em Caxias e em Petrópolis, pelo exemplo de coragem e amor nestes últimos tempos. Pela "observação flutuante". Meu anjo da guarda. Pela dignidade, inspiração e força: quando crescer, quero ser igual a você!

Ao meu companheiro Marco Antônio, meu Marquinho. Não dá para dizer o quanto disso aqui é seu também. Acho que tudo. Obrigado pela compreensão, por segurar a onda da casa quando foi preciso e por me trazer de volta para a Terra todas as vezes que Deleuze me levou embora. Qual vai ser nosso próximo desafio juntos?

Ao Deus "readmitido". Foi preciso experimentar sentimentos no limite da existência e me tornar um não moderno para redescobri-lo. Que bom!

Ao meu corpo, templo da minha existência, rede de devires múltiplos que agenciaram todas as conexões necessárias. Por suportar horas viajando de Juiz de Fora para o Rio e vice-versa. Por aguentar horas sentado, de olhos e mente na tela do computador. Por me chamar a atenção quando chego no limite. Peço desculpas pela falta de sono e pelos maus-tratos alimentares. Gratidão pela vida!

“O homem é o xamã de seus significados”

Eduardo Viveiros de Castro

RESUMO

LAIA, Evandro José Medeiros. O jornalismo em equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio doutoral (Doutorado Sanduiche) ao Teachers College – Columbia University. Orientador no Brasil: Renzo Romano Taddei. Orientador nos Estados Unidos: Lambros Comitas. Rio de Janeiro, 2016, 219p.

A partir da Teoria Ator Rede e do método da Cartografia de Controvérsias (LATOURE, 2005; LEMOS, 2013), faço um mapeamento das mudanças agenciadas pelo telefone celular na rede jornalismo, a partir de duas vivências etnográficas: a primeira, durante as manifestações contra a realização da Copa do Mundo, no Rio de Janeiro, em 2014, e a segunda, nas manifestações do movimento Black Lives Matter, em Nova Iorque, entre dezembro de 2014 e março de 2015. Nas duas situações acompanhei repórteres de televisão, mas também midiativistas e streamers, na tentativa de rastrear as associações emergentes. Assim como Bruno Latour cartografa a Modernidade a partir da controvérsia entre o cientista Robert Boyle e o cientista político Thomas Hobbes, no episódio da criação da bomba de ar e do método empírico na ciência, tomo como ponto de convergência a controvérsia que envolve a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, em consequência dos ferimentos causados por um rojão que o atingiu durante uma manifestação, no centro do Rio, em fevereiro de 2014. Proponho abrir a caixa-preta que revela o caminho entre o feito e o fato, no intuito de apontar outros jornalisismos, ou seja, outros cosmos possíveis de serem habitados, outros devires (DELEUZE, 1992) a partir de novas associações com o telefone celular. Neste sentido, os conceitos de animismo e de tradução agenciam reflexões sobre o procedimento jornalístico, além de controle convencionalizante, também como possibilidade de invenção diferenciante, para usar os termos de Roy Wagner (2010). O que aproxima a atividade do conceito de equívoco, de Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2015), abrindo espaço para a proposta de um jornalismo como que seja acesso a outras perspectivas, uma tradução que se assume também como traição, comunicando a partir do repertório, mas também a partir das diferenças, em suma, o jornalismo em equívoco, um espaço-tempo no qual a diferença possa existir, sem reduções.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, equívoco, telefone celular, antropologia, invenção

ABSTRACT

LAIA, Evandro José Medeiros. The journalism in equivocation: about cell phone and the differentiating invention. Rio de Janeiro, 2016. Thesis (PhD in Communication and Culture) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Interuniversity Exchange doctorate (sandwich doctorate) at Teachers College – Columbia University. Mentor in Brazil: Renzo Romano Taddei. Mentor in United States: Lambros Comitas. Rio de Janeiro, 2016, 219p.

Using the Actor-Network-Theory and the method of Cartography of Controversies (LATOUR, 2005; LEMOS, 2013), I do a mapping of changes agencied by the cell phone in journalism network, inspired in two ethnographic experiences: the first one, during the protests against the World Cup, in Rio de Janeiro, in 2014, and the second one, during the Black Lives Matter movement protests, in New York City, from December/2014 to march/2015. In both situations, I observed TV news reporters, but media activists and streamers too, trying to track back emerging associations. As well as Bruno Latour cartographs the Modernity, from the controversy surrounding the scientist Robert Boyle and the politician scientist Thomas Hobbes, at the episode of the air pump creation and the empirical method in science, I take as a focal point the controversy surrounding the death of the cameraman Santiago Ilídio Andrade, as a result of injuries caused by a rocket which hit him during a public manifestation in the center of Rio, in February 2014. I propose to open the black box that reveals the path between what is done and what is fact, in order to point others journalism, or other possible cosmos to be inhabited, other becomings (DELEUZE, 1992), from the new associations with cell phone. In this sense, the concepts of animism and translation bring reflections about the newspaper procedure as more than a conventionalizing control, but as a possibility of differentiating invention, to use Roy Wagner's (2010) concepts. This approaches journalism from the concept of equivocation, incited by Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2015), opening space for the proposal of a journalism that is access to other perspectives, a translation which also takes itself as a treason, communicating not only from differences, a journalism in equivocation, a space-time in which the difference may exist without reductions.

KEY-WORDS: journalism, equivocation, cell phone, anthropology, invention

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: redação do SBT Rio	35
Figura 2: estúdio do SBT Rio	35
Figura 3: suíte-corte do SBT Rio	35
Figura 4: tela com espelho do SBT Rio	35
Figura 5: <i>newsroom</i> da TV Record	35
Figura 6: casa coletiva da Mídia Ninja	35
Figura 7: organograma na redação dos ninjas	35
Figura 8: organograma na redação dos ninjas	35
Figura 9: <i>newsroom</i> da TV Globo NYC	43
Figura 10: estúdio da TV Globo NYC	43
Figura 11: equipamento de proteção	46
Figura 12: equipamento de proteção	46
Figura 13: Jorge Villalpondo	46
Figura 14: Filipe Peçanha em ação	46
Figura 15: Filipe Peçanha em ação	46
Figura 16: manifestação de 12/06/2014	46
Figura 17: kit Live U (divulgação)	52
Figura 18: policiais operam o mochilink	52
Figura 19: policiais operam o mochilink	52
Figura 20: Facebook Filipe Peçanha	57
Figura 21: Facebook Filipe Peçanha	57
Figura 22: João Paulo preparando o mochilink	83
Figura 23: Gonzaga preparando o mochilink	83
Figura 24: foto feita por Eduardo Oliveira	83
Figura 25: João Paulo e Gonzaga observam	83
Figura 26: Facebook do Tiago Ramos	90
Figura 27: Facebook da Melissa Munhoz	90
Figura 28: Facebook da Melissa Munhoz	90
Figura 29: <i>O Globo</i> on-line	126
Figura 30: <i>O Globo</i> on-line	126
Figura 31: programa <i>Cidade Alerta</i> , TV Record	126
Figura 32: programa <i>Cidade Alerta</i> , TV Record	126

Figura 33: <i>Jornal Nacional</i> , TV Globo	131
Figura 34: <i>Jornal Nacional</i> , TV Globo	131
Figura 35: <i>Jornal Nacional</i> , TV Globo	131
Figura 36: <i>Jornal Nacional</i> , TV Globo	131
Figura 37: Facebook Isabele Benito	133
Figura 38: Facebook Isabele Benito	133
Figura 39: Facebook Paula Máiran	133
Figura 40: Facebook Paula Máiran	135
Figura 41: Facebook Paula Máiran	135
Figura 42: Facebook Paula Máiran	135
Figura 43: Facebook Paula Máiran	135
Figura 44: Facebook Paula Máiran	135
Figura 45: Facebook Paula Máiran	135
Figura 46: Arte Millions March NYC	140
Figura 47: Twitter Naomi Campbell	140
Figura 48: Millions March NYC	140
Figura 49: Arte Millions March NYC	140
Figura 50: Arte Millions March NYC	140
Figura 51: Arte Millions March NYC	140
Figura 52: James Woods em ação	140
Figura 53: James Woods em ação	140
Figura 54: MLK Day na Union Square	148
Figura 55: James Woods no MLK Day	148
Figura 56: MLK Day na Union Square	148
Figura 57: MLK Day no Grand Central Terminal	148
Figura 58: Harlem Studio Museum	153
Figura 59: Harlem Studio Museum	153
Figura 60: protesto na Ponte do Brooklyn	153
Figura 61: protesto na Ponte do Brooklyn	153
Figura 62: New York Times	158
Figura 63: New York Times	158
Figura 64: Aeroporto LaGuardia	158
Figura 65: Aeroporto LaGuardia	158

Figura 66: Jake Britton no LaGuardia	158
Figura 67: Joseph Frederich no LaGuardia	158
Figura 68: Yamada prepara o mochilink	162
Figura 69: Yamada prepara o mochilink	162
Figura 70: Britton prepara iPhone	162
Figura 71: Britton prepara mochilink	162
Figura 72: Jake Britton e repórter em entrada ao vivo	162

SUMÁRIO

1 TODO MUNDO É JORNALISTA, EXCETO QUEM NÃO É	16
2 ENTRADA EM CAMPO	26
2.1 Inventando uma pesquisa	28
2.2 Fazendo os objetos falarem	44
2.3 A tradução e a tradição	66
3 MAPEAMENTO DA REDE	77
3.1 A Copa e o campo: a cobertura dos protestos no Rio de Janeiro	79
3.2 Outras entradas: o midiativismo e a transmissão livestream	106
3.3 O caso Santiago Andrade: um mundo perigoso para jornalistas	120
3.4 I can't breathe: o movimento Black Lives Matter, em Nova Iorque	137
3.5 A questão do acesso: o incidente aéreo no aeroporto LaGuardia	155
3.6 Os critérios: usos e apropriações dos conteúdos gerados por smartphones	164
4 PARA ALÉM DA DESCRIÇÃO	173
4.1 Reduzindo a diferença	175
4.2 A morte e a morte de Santiago Andrade	183
4.3 O jornalismo em equívoco	188
5 CONCLUSÕES	204
REFERÊNCIAS	209
APÊNDICE 1	214
APÊNDICE 2	217
ANEXO	220

1 TODO MUNDO É JORNALISTA, EXCETO QUEM NÃO É

Não sei se em outro lugar do mundo os jornalistas dizem fazer “matérias”, para se referirem à confecção de notícias, como no Brasil. Seria necessária uma pesquisa extensa para confirmar esta hipótese, o que não impede que eu conjecture sobre ela. É significativo o uso desta palavra se pensarmos que matéria, ao pé da letra, significa “aquilo de que corpos físicos são compostos”, assim como o “conteúdo sobre o que versa uma disciplina” (MICHAELIS, 2015). Há aqui uma relação latente com o discurso da ciência que me faz acreditar que o uso desta palavra não é aleatório, como quase nada o é: se os jornalistas “fazem matérias”, eles são como deuses, eles constroem o mundo, mas disfarçadamente, fazendo parecer que este mesmo mundo é fruto de um mistério divino. Porém, ao mesmo tempo, se necessário, é possível sempre deixar um pouco à mostra os mecanismos de construção da realidade para responsabilizar um ou outro por um mundo que deu errado. A passagem *do fato ao feito* (LATOURET, 2002) é interrompida na narrativa jornalística, mostrando o fato como uma emanção, uma essência que deve ser traduzida, com a ajuda dos objetos técnicos, de maneira mais distante possível do feito, ou seja, da emoção e da opinião, encaradas como corrupções, justamente porque se mostram como construções humanas.

A criação do mundo, por meio das notícias, é um tipo de magia que venho fazendo desde que me formei em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo. Como repórter de televisão, trabalhei por quase dez anos na cobertura diária, presenciando alterações significativas na maneira como esta realidade é construída. O fato, esta entidade basilar do jornalismo, parece ter deixado de ter seu acesso primordial agenciado pelos jornalistas, à medida que os dispositivos móveis e de vigilância foram tomando espaço e ganhando papel de destaque nas associações entre os atores da rede em que vivemos. Ao mesmo tempo, a digitalização dos processos alterou as rotinas produtivas nas redações, facilitando a apropriação de conteúdo produzido por usuários, aumentando exponencialmente a possibilidade de coleta e processamento de imagens-flagrantes que se tornam, inclusive em muitos casos, provas em processos judiciais. Vivi estas mudanças e trazia comigo algumas questões que pensava serem importantes, sobre o lugar do repórter nesta nova configuração e ainda sobre as questões éticas envolvidas nestas novas práticas.

A entrada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ foi agenciada por um projeto de trabalho que dava continuidade a um estudo que teve como resultado a minha dissertação de mestrado, relacionado às narrativas de cordel, com uma abordagem culturalista. Já nos primeiros semestres de aula, comecei a ser capturado pela perspectiva da

Teoria-Ator-Rede (LATOURE, 1994, 2005; LEMOS, 2013) e pela antropologia, como método de trabalho. A virada definitiva aconteceu durante o Estágio Docente, no qual convivi com os alunos da graduação, na Escola de Comunicação, no período das Jornadas de Junho, uma série de manifestações que tomaram conta do país, em 2013. Enquanto eu levava experiências da minha vida profissional, para, a partir delas, precipitar teorias e classificações, o que ouvia dos alunos eram relatos de uma experiência viva de outra narrativa possível na cobertura dos protestos. Muitos deles saíam da aula para as manifestações. As experiências pareciam ricas e interessantes. Eu quis conhecer este outro modo de traduzir o mundo, agenciado pelo telefone celular, praticado por jovens fora da redação e fora da lógica das empresas de comunicação.

Foi por meio de reportagens, na televisão, que conheci a Mídia Ninja. Acompanhei transmissões pela Internet até o dia que participei de uma reunião de pauta do grupo, a convite da pesquisadora Lara Linhalis Guimarães, doutoranda em Comunicação pelo UFRJ, que empreendeu uma vivência etnográfica extensa com os ninjas. A partir deste dia, passei a dividir reflexões com ela, estabelecendo um devir no qual pesquisa e vida não se separam. As conversas com Lara e o contato com o conceito de *ontologia plana* (LATOURE, 1994) me levaram para outro entendimento da pesquisa científica como um tipo de conhecimento que se constrói na relação. Lara agenciou minha entrada no mundo do midiativismo, enquanto eu trouxe para ela informações e acessos ao mundo do jornalismo de redação. Entramos juntos em campo, no Rio de Janeiro, durante a Copa do Mundo, para acompanhar midiativistas¹ em manifestações realizadas nas ruas da cidade. Vivemos experiências de observação, de abstração teórica, mas principalmente de sensações e emoções, principalmente nos protestos, onde há muita adrenalina. Considero que formamos um “autor dual”, termo que Viveiros de Castro (2015, p.113) usa, para referir-se a Gilles Deleuze e Félix Guattari, explicando que os dois integram uma unidade que se expressa como um bloco homogêneo, mas por vezes, separadamente, cada um ao seu modo. Com objetivos e caminhos diferentes, inventamos pesquisas que se integram, e mais que isso, convergem para conclusões em comum.

Assim foi a minha captura: fui fisgado por outra perspectiva de pesquisa, outro ponto de vista que me agenciou, como jornalista e como pesquisador. Assim como o onçador-onçado, o caçador que acaba sendo capturado pela perspectiva da onça e não volta mais, eu também fui capturado por este outro possível, e a pesquisa começou em mim, antes mesmo

¹ Há uma série de outros nomes usados para se referir a estas pessoas, como por exemplo, o termo *midialivrista*. Cada um destes nomes tem uma história e um porquê. Não tenho o objetivo de diminuir a importância, nem a diversidade deste problema, que seria motivo para outra pesquisa. O nome midiativista, então, é usado em toda a tese para designar os agentes que produzem narrativas audiovisuais fora da lógica produtiva das redações, o que exclui os *freelancers*.

que eu pudesse pensar em começá-la. A história do onçador, que conduz o conto de Guimarães Rosa, é apropriada por Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2007, 2015) na definição do seu Perspectivismo Ameríndio, uma cosmopolítica indígena fundada na lógica da predação, na qual a captura define o modo de estar no mundo. Ser capturado por um animal de outra espécie, grosso modo, é habitar este outro lugar, o devir-animal, uma roupa que se veste, uma rede na qual estão todos os entes que a fazem ser o que é, em constante negociação.

O devir é uma individuação não necessariamente pessoal, de acordo com Gilles Deleuze (1992, p.176), no qual os acoplamentos materiais são apenas o ponto de partida. Estes devires integram-se a partir das condições do momento de sua formação, seja no tempo, no espaço, com pessoas, animais, objetos. São fluxos de potência produtiva, que ganham formações e sentidos diferentes de acordo com o contexto. Um exemplo: em determinado período, a composição do devir-homem eram as relações com as forças do infinito junto com o homem, por isso mesmo a imagem e semelhança de Deus. Somente no século XIX surge a *forma-Homem*, com H maiúsculo, a partir de toda uma definição do que é humanidade, em contraponto à barbárie, ao que o homem tem de selvagem, de *animal*. Diante disso, Deleuze (1992, p.114) questiona: “Hoje é comum dizermos que o homem enfrenta novas forças: o silício e não mais simplesmente o carbono, o cosmos e não mais o mundo... Porque a forma composta seria ainda o Homem?” Esta perspectiva oferece uma inspiração para pensar o fenômeno do jornalismo como resultado de uma série de acoplamentos entre humanos e não humanos, portanto, passível de mudança e alterações, no caso da saída ou da entrada de atores.

Na vivência etnográfica, durante a Copa do Mundo do Brasil, no Rio de Janeiro, o olhar para o fenômeno que pesquiso foi ampliado a partir da constatação de que existe uma série de atores inesperados: midiativistas, *black blocs*, policiais, jornalistas, *streamers*, *freelancers*, colaboradores e outras denominações provisórias. Estes humanos, ao lado dos não humanos, como o telefone celular (mas também as câmeras, os carros de reportagem, os coletes de proteção), criam associações bem mais complexas que a dicotomia que me levou inicialmente a campo. A experiência posterior, em Nova Iorque, não foi diferente. Acompanhei *streamers* e jornalistas em manifestações do movimento Black Lives Matter, durante a realização de um Doutorado Sanduíche na Universidade de Columbia, com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Assim, pude verificar os agenciamentos provocados com a entrada do telefone celular em outro contexto. Na volta ao Brasil, dei início à transcrição das entrevistas e a releitura das notas de

campo, buscando um caminho para mapear as redes que acompanhei. Foi assim que a tese começou a ser organizada em três eixos principais, a partir dos quais passei a dividir, concomitantemente, o esforço de trabalho: trato da *entrada em campo*, seguindo pelo *mapeamento da rede* pesquisada, para chegar a uma reflexão *para além da descrição*, precipitando conceitos a partir da experiência empírica.

No primeiro eixo, trato do caminho inicial da pesquisa e da justificativa das opções metodológicas, além da descrição das negociações que conduziram meu trabalho e os porquês das principais escolhas feitas durante a pesquisa empírica. A partir disso, descrevi as condições da entrada em campo, no Rio de Janeiro, e da experiência de abordagem dos informantes, em Nova Iorque. Neste trecho, também apresentei, resumidamente, os principais pontos da Teoria-Ator-Rede e do método da Cartografia de Controvérsias (LATOURE, 2005; LEMOS, 2013), o principal caminho escolhido para o percurso, descartando a possibilidade de aplicação de conceitos que definam a existência de atores e redes *a priori*. Na abordagem do ator-rede, as associações entre humanos e não humanos estão sempre em negociação, por isso o social não aparece como um ponto de partida, uma coisa-em-si, mas uma relação entre as coisas, as associações entre elas. “What I want to do is to redefine the notion of social by going back to its original meaning and making it able to trace connections again. Then it will be possible to resume the traditional goal of the social sciences but with tools better adjusted to the task” (LATOURE, 2005, p.2). Ou seja, se é assim, não só os humanos são considerados agentes de transformações na rede, os não humanos também podem agenciar mudanças.

Humanos comunicam. E as coisas também. E nos comunicamos com as coisas e elas nos fazem fazer coisas, queiramos ou não. E fazemos as coisas fazerem coisas para nós e para as outras coisas. (...) O que eles, os não humanos, nos fazem fazer, ganha, a cada dia, não só maior abrangência, invadindo todas as áreas da vida cotidiana, como também maior poder prescritivo, indicando e nos fazendo fazer coisas em um futuro próximo. (LEMOS, 2013, p.19)

Não há diferença entre homens e objetos, como mostra o animismo revisitado de Nurit David-Bird (1999): uns agenciam transformações sobre os outros, na forma de devires, acoplamentos físicos e metafóricos (HARAWAY, 2000), simbioses que se configuram como modos existenciais que vão além dos entes que os compõem, separadamente. Por isso elegi o *animismo*, a perspectiva de que há também humanidade em animais e coisas, como uma das frentes teóricas abordadas de maneira mais extensa na primeira etapa desta tese, no segundo subcapítulo. É preciso visitar esta construção teórica para abordar outra possibilidade de olhar para o fenômeno que escolhi pesquisar: o conceito de *tradução*, que permeia a discussão na antropologia desde que Bronislaw Malinowski (1978) usou esta palavra para descrever o

fazer do etnógrafo. Hoje, o conceito nos remete a uma das bases da Teoria-Ator-Rede e tem relação direta com o que se considera ser o papel do jornalista: explicar o mundo, traduzir a realidade, dizendo o que os objetos diriam se pudessem falar, e o que os “comuns” gostariam de saber, se pudessem se organizar para fazer isso (LATOUR, 1994). A entrada do telefone celular nesta rede parece ter desestabilizado a legitimidade incontestável desta tradução, mostrando-a como a traição, que sempre é, mas que parecia escondida pelo processo de purificação.

Bruno Latour (1994) definiu a purificação como o processo de construção da realidade, típico da Modernidade. De acordo com ele, a separação ontológica entre natureza e cultura é modelo para uma série de outras dicotomias que fazem o mundo contemporâneo funcionar, fazendo as coisas parecerem ontologicamente hierárquicas, quando, de fato, não há como separar, como purificar o que foi criado pelo processo de tradução. A purificação parece funcionar como um tipo de controle que cria classificações e organiza o caos, precipitando uma ação que Roy Wagner (2010) chama de invenção coletivizante, ou seja, uma maneira de criar o mundo orientada pela tentativa de classificação e de redução das vivências ao que aparece como possibilidade dentro desta classificação.

Wagner usa a palavra invenção para referir-se à maneira como o antropólogo, e, por consequência, qualquer outro “comum”, cria o mundo do outro, a partir do contato com a diferença e da necessidade de responder aos estímulos de uma realidade diversa da sua. Assim, o que o antropólogo conhece e sistematiza em campo é o que ele chama de cultura, mas isso não passa de uma estratégia cognitiva, que permite assim, que ele entenda o outro à sua maneira, um tipo de tradução que só faz sentido a partir do ponto de vista de quem a criou. Toda e qualquer classificação então só faz sentido a partir da experiência de campo e só é válida para aquele fenômeno em específico. Como antropólogo que é, Wagner lembra que um etnógrafo cria, inventa a realidade que pesquisa, já que só é capaz de lançar um olhar sobre o fenômeno a partir de suas próprias experiências. Mas os nativos também são capazes de fazer isso, por isso o antropólogo considera a possibilidade de uma Antropologia Reversa, ou seja, uma construção análoga ao que o pesquisador chama de cultura. Bruno Latour (1994) também não nega a possibilidade de um paralelo do que seria uma teoria, por parte dos nativos, à qual ele dá o nome de Antropologia Simétrica, conceito que abarca também a ideia de simetria entre humanos e não humanos. É a partir desta possibilidade que entramos em campo para abordar informantes que consideramos também capazes de tecer teoria acerca de suas performances e sobre a minha própria pesquisa.

Chego então ao segundo movimento desta tese, o mapeamento de campo, propriamente dito, que foi organizado de acordo com temas abordados nas conversas e nas entrevistas, durante as vivências etnográficas. O primeiro deles é a dinâmica de cobertura das manifestações, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Copa do Mundo de 2014. A observação mostrou uma lógica na qual repórteres de televisão, e outros jornalistas de redação, traçam estratégias de atuação bem próximas ao que encontramos na cobertura diária de notícias nos morros cariocas, em áreas de acesso restrito, ou mesmo negado a jornalistas, por conta dos riscos e de uma série de outras questões também mapeadas. Porém, “no asfalto”, durante os atos, os jornalistas sentiam-se mais inseguros que na favela, justamente porque desconheciam os códigos de “sobrevivência”, dominado pelos midiativistas. O telefone celular também aparece como agenciador de contatos importantes, em uma rede construída pelo afeto, pelo contato pessoal do jornalista com a fonte, um tipo de relação cada vez mais mediado (na verdade, agenciado) por aplicativos para *smartphones*, por meio dos quais jornalistas enviam e recebem mensagens, arquivos de áudio, textos, fotos e vídeos, em uma velocidade que altera a lógica espaço-temporal da produção da notícia.

Muitas das estratégias de uso do telefone celular nas redes mapeadas têm inspiração no acoplamento pioneiro realizado por *streamers*, durante a Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street e, posteriormente, por midiativistas, no Rio de Janeiro. O segundo tema abordado no mapeamento da rede mostra o trabalho das pessoas que transmitem manifestações e outros atos, usando o telefone celular conectado a uma estrutura-gambiarra de produção, forjada na resistência. A experiência começou com a cobertura dos protestos de junho de 2013, no qual o trabalho do grupo funcionou como um tipo de vigilância, proteção para os manifestantes, contra a violência policial. As transmissões são feitas, via de regra, com o uso de um aparelho de telefone celular, com uma conta pós-paga, com acesso à Internet, além das baterias extras e do equipamento de proteção do midiativista, como o capacete. Há neste ponto a descrição de vivências específicas com estes grupos, dentro e fora das manifestações. Não foi fácil, muitas vezes, continuar acompanhando o trabalho, mesmo com medo do que poderia acontecer. Uma vivência de campo é também um exercício de perda do controle.

Tanto no contexto das manifestações, quanto nas redações e nas incursões em campo, com os jornalistas, uma história precipitou-se como tema de conversas frequentes com os informantes: a morte do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, durante a cobertura de um ato, na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014. Ele foi atingido por um rojão, disparado por dois manifestantes, de acordo com as investigações da

polícia. O caso talvez seja a controvérsia mais ampla de todo este trabalho, pois instalou uma polarização que acabou conduzindo a criação de uma narrativa mítica em torno da figura do jornalista. A dicotomia jornalistas *versus* não jornalistas organizou-se em torno deste acontecimento, concentrando as atenções dos informantes e criando uma cortina de fumaça que encobriu outras questões. A história é contada em detalhes, com a ajuda de informações de veículos de comunicação e entrevistas dos informantes da tese. Também apresento uma cronologia posterior das ações que seguiram forjando uma borda cada vez mais espessa entre estas categorias imaginárias de jornalistas e não jornalistas.

O quarto tópico da descrição de campo aborda o período de observação do movimento Black Lives Matter, em Nova Iorque. Tudo começou em dezembro de 2014, quando o policial Daniel Pantaleo, do Departamento de Polícia de Nova Iorque, não foi responsabilizado pela morte do vendedor ambulante Eric Garner, meses antes, depois de ser abordado pelo policial, enquanto vendia cigarros contrabandeados. Um vídeo mostra Pantaleo imobilizando Garner, enquanto ele grita: “I can’t breathe”, “Eu não consigo respirar”, em tradução livre do inglês. A história causou comoção dentro e fora do país e deu origem a uma série de atos. Durante os protestos, em Manhattan, conversei e observei *streamers* e jornalistas, fazendo uma comparação com o que encontrei no Brasil, com relação ao uso de *smartphones* e da tecnologia 4G para transmissões ao vivo. Foi também neste período que colhi o material que deu origem ao quinto tópico da descrição de campo: durante uma nevasca, em março de 2015, um avião saiu da pista no aeroporto LaGuardia, o terceiro maior de Nova Iorque. Acompanhei durante todo o dia a cobertura do caso, no local, observando como jornalistas das redes de televisão acessaram e se apropriaram de imagens feitas pelos passageiros do avião. O resultado é um mapa dos novos acessos possíveis a partir do agenciamento do telefone celular.

O último tópico do mapeamento do campo trata-se de um recorte específico das duas vivências: mostro como as redes de televisão estão usando os *smartphones* e os operadores destes aparelhos para aumentar a capacidade de cobertura, apropriando-se do conteúdo gerado por usuário de uma maneira redutora, que parece trazer este novo acoplamento para a mesma lógica do controle. O fato é que não há critérios definidos para este tipo de uso, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos. As empresas de comunicação cercam-se de consultores jurídicos, para evitar problemas posteriormente, e usam as imagens de acordo com as regras clássicas do jornalismo. Ou seja, o caminho acaba sendo o de tentar reduzir a diferença, um possível outro modo de narrar, adequando os dados e os fatos a uma linguagem que cria generalidades, seguindo o que, na Teoria do Jornalismo, conhecemos como valores-notícia

(TRAQUINA, 2005). A partir disso considero então *o jornalismo como um controle coletivizante*, uma maneira de colocar ordem no mundo, a invenção de um cosmos no qual as diferenças sejam reduzidas às categorias pré-existentes.

Chego então ao terceiro movimento deste estudo, para além da descrição, relendo as informações do mapeamento, no sentido de superar as controvérsias iniciais, no intuito de entender como a entrada do telefone celular altera a configuração da rede. O meu objetivo não é abrir caixas-pretas indefinidamente, para mostrar que, no fim, não há nada, o que colocaria minha reflexão na agenda pós-moderna, o que, como veremos, não é uma boa saída, de acordo com Latour. Assim como ele, não proponho o abandono completo do jornalismo como o conhecemos: essa tese não é sobre um possível fim desta atividade. Reconheço a importância e a contribuição de um conceito decantado e trabalhado por tantos outros autores. Por isso retorno ao conceito de valor-notícia (TRAQUINA, 2005) para definir os critérios de classificação dos acontecimentos e posteriormente o processo de redução (SERVA, 2001), um procedimento que retira a complexidade do fato no intuito de facilitar o entendimento. Esta invenção coletivizante do mundo, um artifício da cultura, organiza o caos dos fatos, a essência da natureza, no formato das notícias, criando matéria(s), construindo o mundo.

As respostas só são diferentes se mudarmos as perguntas. Por isso, no segundo subcapítulo deste trecho revejo, com mais atenção, o caso Santiago Andrade para lembrar como, na tentativa de um controle coletivizante, o jornalismo acabou por criar uma narrativa mítica em torno do fato, ao exaltar a excepcionalidade do jornalismo como tradução do mundo. O procedimento da redução reforçou as dicotomias colocadas em pauta, como maneira de encobrir o que de fato interessa. Mas, em outra perspectiva, havia outro devir, formado pelo telefone celular e a rede em torno dele, agenciando outro tipo de narrativa sobre os fatos acerca da morte de Santiago, exercendo um tipo de *controle diferenciante*, de acordo com Roy Wagner (2010). Tanto a diferenciação, quanto a convencionalização são formas de invenção do mundo existentes em todos os grupos sociais, o que pode variar é o foco deste controle. Nos grupos ocidentais, regidos pela regra e pela padronização, o foco está na coletivização. Mas mesmo o controle coletivo só pode existir sob o pano de fundo da diferenciação, da produção de diferença. O exercício de narrar a diferença, como tal, parece criar um contraponto para o jornalismo, um Jornalismo Reverso, na rede que tem como exemplo aqui a Mídia Ninja, os outros coletivos e os midiativistas. A produção do jornalismo comercial ganha um contraponto no devir-celular.

A filosofia de Deleuze (1992) é a “ponte-móvel”, a abstração que funciona como elo entre os dados empíricos e o conceito de *equivoco*, uma construção do antropólogo Eduardo

Viveiros de Castro (2005) que apresento no terceiro tópico deste movimento. Retomo o conceito de animismo para explicar que, no contexto da Amazônia indígena, ontologicamente plano, no qual não há diferença entre humanos e não humanos, a condição de pessoa é primordial, sendo o devir-animal uma roupa que se veste, um acoplamento que permite acessar outra perspectiva. Isso acontece, por exemplo, quando um humano é capturado por uma perspectiva animal e passa a ver os animais como humanos. Um nome pode ser usado para significar coisas diferentes, de acordo com a perspectiva que se habita no momento. Sendo assim, se o humano é capturado por um devir-animal, ele corre o risco de entrar nesta outra perspectiva e não voltar mais. Somente os xamãs têm essa capacidade, estabelecendo a conexão entre os mundos possíveis, fazendo o cosmos funcionar, comunicando pela diferença. A *comunicação pelo equívoco* funciona como um modelo para o jornalismo que queremos e o xamã faz um paralelo com o jornalista quando assume o lugar da tradução, traindo para manter a tradição.

A antropologia compara para traduzir e não para explicar, justificar, generalizar, interpretar, contextualizar, revelar os não-ditos do que *goes without saying*, e assim por diante. E se traduzir é sempre trair, conforme o dito italiano, uma tradução digna deste nome – aqui estou apenas parafraseando (traduzindo) Walter Benjamin, ou antes, Rudolf Pannwitz – é aquela que trai a língua de destino, não a língua original. A boa tradução é aquela que consegue fazer com que os conceitos alheios deformem e subvertam o dispositivo conceitual do tradutor (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.87).

O jornalismo em equívoco seria então um tipo de narrativa lógico-mítica, uma metáfora de inspiração perspectivista, que assume a coletivização como parte integrante da diferenciação, e vice-versa, um jornalismo que retoma a sua parte perdida desde que o Iluminismo começou a inventar a Constituição Moderna, de acordo com Latour.

Este não é um trabalho de Filosofia, mas de inspiração filosófica, considerando que as obras que sustentam minhas reflexões tangenciam questões ontológicas. Tanto Bruno Latour (1994, 2005) quanto Roy Wagner (2010) consideram as informações de campo como o principal aporte para a pesquisa científica, mas apontam para o deslocamento da epistemologia para a ontologia, da preocupação dos meios de acesso a uma determinada realidade para a próprio modo de existência desta realidade. Esta reflexão tem relação direta com a obra de Eduardo Viveiros de Castro (2015), que aponta de maneira mais direta para a Filosofia, ao inspirar-se em Gilles Deleuze (1992) para, a partir de um contexto específico precipitar abstrações que extrapolam o campo da investigação científica e epistemológica para chegar à ontologia. A explicação sobre como funciona a comunicação na cosmopolítica indígena na América, ou seja, em um contexto tão específico, ganha extensão como conceito a

partir de pistas deixadas pelo próprio Viveiros de Castro. Mesmo assim, não é fácil nem seguro estabelecer paralelos com o cosmos urbano contemporâneo que pesquisei. Este cuidado orientou esta aproximação, mas não é garantia de sucesso. E nem de fracasso.

A verdadeira pesquisa é a vivência e a troca de informações, a tese, escrita, é um resultado precário disso. Foram cerca de 25 horas de entrevistas gravadas e muitas outras centenas de observação nas vivências de campo. É impossível não incorrer em distorções e traições, na tentativa de traduzir isso para umas poucas centenas de páginas. Há muito da minha perspectiva de vida como jornalista e a escrita desta tese registra também uma transformação, uma mudança de olhar para o mundo, nestes quatro anos de pesquisa. A inspiração deleuziana é clara aqui: não há construção de conhecimento sem envolvimento, o afeto é parte da cognição e da capacidade de pensar e teorizar o mundo.

A questão inicial que movia esta tese, a transformação da narrativa jornalística a partir da contribuição do telefone celular, não ganhou uma resposta definitiva justamente porque não era essa a pergunta a ser feita. Nem tudo que se produz fora das redações é jornalismo, como lembrou uma das minhas informantes. Mas o que se produz dentro, muitas vezes também não é. Retomo a entrevista de Viveiros de Castro (2007, p.132), na qual ele diz que “no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”, para pegar de empréstimo este “exercício de estipulação auto-desconstrutiva”. A questão do índio, para ele, vai muito além dos colares e das pinturas corporais, portanto, definir a indianidade não é um problema importante, interessante. Se o papel do antropólogo não é legislar sobre identidades, dizendo quem é ou não índio, então o meu papel aqui também não é dizer o que é ou não jornalismo, quem pode ou não ser jornalista. Outros trabalhos, com outras abordagens, fazem isso. Por isso, para esta reflexão, mais importante do que criar uma borda de definição e um sistema de fiscalização para definir quem é ou não é jornalista, é entender qual novo mundo está sendo criado a partir das associações construídas em torno do telefone celular.

2 ENTRADA EM CAMPO

Os encadeamentos que tornaram esta pesquisa possível partiram do meu desejo de entender as transformações agenciadas pelo telefone celular nas rotinas jornalísticas. Por isso, estruturei o trabalho, inicialmente, a partir das redações de telejornal, seguindo pelo encontro com jornalistas fora do ambiente formal de trabalho, em manifestações, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Copa do Mundo. O encontro com midiativistas, *freelancers* e outros atores desta rede foi consequência da abertura para um mapeamento mais amplo. A metodologia de trabalho, orientada pela Teoria-Ator-Rede (LATOUR, 1994, 2005; LEMOS, 2013) conta com as ferramentas básicas para uma incursão etnográfica: a observação participante, com anotações de campo, seguidas de entrevistas. Este também foi o caminho metodológico seguido durante a vivência etnográfica na cidade de Nova Iorque. Levando-se em conta que a comparação é a base do trabalho etnográfico, a experiência abriu caminho para outras analogias possíveis.

A busca por ferramentas para inventar uma tese, a partir dos relatos e das informações colhidas em campo, me levaram a privilegiar alguns conceitos que se relacionam com a abordagem teórica escolhida e que acabaram por precipitar duas frentes de trabalho. A primeira delas é a tomada do conceito de *animismo*, na antropologia, e a sua atualização a partir de uma discussão que relaciona a capacidade de agenciamento, a partir de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1992), com os objetos técnicos que povoam o nosso mundo contemporâneo, entre eles, o telefone celular. O estabelecimento de uma *ontologia plana* (LATOUR, 1994), na qual humanos e não humanos têm a mesma capacidade de afetar uma rede, aponta o caminho para a segunda frente de trabalho, o conceito de *tradução*, parte do esquema da Constituição Moderna, que inventa o mundo de maneira coletivizante e diferenciante (WAGNER, 2010), ao mesmo tempo. Bruno Latour (1994) lembrou que o problema, na Modernidade, é que esta operação nunca acontece sem que haja logo depois a purificação que separa de um lado humanos e do outro os não humanos. Este esquema que retira a subjetividade dos objetos e a objetividade dos sujeitos acaba por reduzir os modos de existência possíveis.

A invenção do outro tem como ponto de apoio nossas inseguranças e nossos medos (WAGNER, 2010). Por isso, não é exagero falar que o caminho que segui durante as vivências etnográficas e, posteriormente, durante a busca por construções teóricas que me ajudassem a abrir as caixas-pretas do jornalismo, passam pela minha própria história e pelos meus medos, em dois sentidos. O primeiro deles, com relação à minha profissão: sendo um

jornalista, encontrei nesta pesquisa uma saída não mais confortável, mas com certeza menos fatalista, para o que os colegas nas redações têm inventado como um tempo sombrio para a profissão. No segundo sentido, na busca pela minha própria (re)invenção, a partir da comunicação estabelecida fora da rede-jornalismo e das controvérsias nas quais me vi envolvido por conta da abordagem escolhida (ou que me escolheu?) para trilhar este caminho. Portanto, esta é uma reflexão na qual o pesquisador aparece como um actante, capaz de agenciamento, apontando para um tipo de epistemologia relacional (BIRD-DAVID, 1999), na qual o conhecimento é construído por meio dos afetos.

2.1 Inventando uma pesquisa

A Copa do Mundo do Brasil, realizada entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014, teve o Rio de Janeiro como uma das 12 sedes, onde foram disputados sete jogos, entre eles a grande final. Considerei então este um ambiente produtivo para uma vivência etnográfica, com o objetivo de observar se e como as tecnologias móveis, com destaque para o telefone celular, estão transformando a maneira de se fazer jornalismo na televisão, a partir da produção de imagens. Ou seja: mapear a rede em que estariam a princípio, incluídos repórteres, pessoas que usam os *smartphones* para enviar imagens para as redações e ainda midiativistas, participantes ou não de coletivos. Esta tarefa, de acordo com a proposta de Bruno Latour, pressupõe um entendimento que considera entes além da formatação clássica das Ciências Sociais, superando a separação ontológica fundamental que coloca de um lado a natureza, misteriosa e acessível somente aos iniciados, e do outro a cultura, construída e passível de aprendizado por um processo de domesticação. A *Actor-Network Theory*, ou ANT, como ficou conhecida nos *Science and Technology Studies*, é chamada pelo pesquisador brasileiro André Lemos (2013) de *Teoria ator-rede*, ou pelo acrônimo TAR, que também adotei neste trabalho.

O conceito de *rede sociotécnica*, central na obra de Latour (1994, p.8), nasceu junto com esta corrente, com o objetivo de estudar situações, nas quais a ideia de natureza e de cultura, como zonas ontologicamente separadas, não funcionava quando aplicada ao objeto. De acordo com o autor, a autodenominação dele e de seus pares como sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, e outras classificações disciplinares típicas da modernidade, deu-se por uma total falta de opções. Mas seja qual for a etiqueta, para estes pesquisadores, a grande questão era reatar o nó, reconstruir *a passagem do fetiche ao fato*, da construção à realidade, assumindo o exercício da *tradução* como essencial para o funcionamento da prática da *purificação*. Ou seja, esta pesquisa que apresento aqui não diz respeito às coisas-em-si, mas às relações entre elas.

Roy Wagner (2010) desenhou uma dinâmica para explicar a maneira como, de acordo com o ele, o sentido das coisas se faz por contraste, o que o antropólogo chama de “cultura” só vai ficando visível para ele aos poucos, à medida que chegam os problemas, as decepções e a saudade de casa. Isso faria o pesquisador entrar em conflito, em um tipo de choque que se expressa pela inadequação. A “cultura” local se manifesta então, por contraste, “a antropologia nos ensina a objetificar aquilo a que estamos nos ajustando como ‘cultura’, mais ou menos como o psicanalista ou o xamã exorcizam as ansiedades do paciente ao objetificar

sua fonte” (WAGNER, 2010, p.35). Esta objetificação seria um tipo de *controle*, exercido tanto pelo antropólogo com relação ao nativo, quanto deste em relação ao pesquisador, que também tenta entender o estranho que participa das atividades como se fosse integrante do grupo, mas de fato não é. Toda a ideia da sociedade como “invenção” do antropólogo, para Wagner, aplica-se a qualquer grupo: a diferença está na maneira como cada um destes coletivos tenta dar sentido ao mundo a partir do controle da natureza ou da cultura, em uma perspectiva que, também para Latour, deve incluir atores não humanos, que também têm agência, capacidade de transformação, como o próprio telefone celular, por exemplo.

O natural, o cultural, o tecnológico nunca são apenas eles mesmos, mas frutos de associações temporárias e negociadas. São forma de tomar as consequências como causas, os desdobramentos como um *a priori*. A filosofia de Gilles Deleuze (1992) nos ensina que nada interessa quando está estabilizado, portanto, um conceito só pode ser tomado como algo temporário, pontual, específico, para determinado contexto. Assim também são as associações: elas permitem que um objeto técnico, ou uma instituição, um discurso, se estabilize temporariamente, controlando as controvérsias, de maneira que seja possível parecer algo coeso e homogêneo, escamoteando sua condição de rede. Mas, de fato, sua formação, o nome que se dá a estas coisas, diz respeito ao momento de sua estabilização, ao contexto destas associações específicas que as formaram, portanto, assim como os conceitos, são temporárias, pontuais, específicas.

Latour propõe uma guinada da antropologia, e por consequência das outras ciências, da epistemologia rumo à ontologia, como maneira de retomar características de uma perspectiva de mundo no qual natureza e cultura não fazem parte de universos distintos, não são lados antagônicos de uma equação. No laboratório científico, lugar primordial de seu trabalho de campo, o reflexo direto disso aparece no discurso, que, na sua opinião, deveria assumir o erro como parte importante do acerto, mostrando que o que acontece *in vitro* é fruto, sim, de uma construção sociotécnica, e não funcionaria de outra forma. Ou seja, na perspectiva latouriana, os *nãos são tão importantes quanto os sins* no processo de construção do conhecimento. Na minha experiência, não foram poucos os nãos. Desde o inicial, do Programa Globo Universidade, da TV Globo, até os mais diversos contatos, que pelos motivos mais variados não participaram da pesquisa, o que me chamou a atenção, levando-se em conta a facilidade de falar e conversar com os cariocas nas ruas da cidade. Minha alergia aos mosquitos e uma gripe que me deixou de cama por quatro dias também foram empecilhos que me trouxeram dores de cabeça e a ansiedade de perder informações no período precioso para minha pesquisa que era a Copa do Mundo. No campo a gente exercita a ignorância. Há

muito tempo, antes desta vivência, não passava tanto tempo sem saber qual linha ônibus usar, que rua seguir, onde encontrar o que eu preciso: isso deixa a gente em um estado de falta de controle (o controle, no fim de tudo, é só um ilusão, para Wagner...) que faz a gente atravessar a linha e pensar de uma maneira que seria impossível fora desta experiência. A “perda do controle” sobre a pesquisa foi um momento importante, já que me dei conta de que o que vinha fazendo até então, academicamente, era só controle, como eu havia aprendido. Saí do *modo Descartes* para o *modo Deleuze* e assim é que, de fato, tudo começou.

Durante os primeiros dez dias de pesquisa fiquei instalado na casa de uma amiga, Caroline Oliveira, também mineira, na Lapa, região central do Rio de Janeiro e tradicional reduto boêmio, onde bares e restaurantes recebiam torcedores praticamente todos os dias para os jogos da Copa do Mundo. No restante do tempo, fiquei na casa de outro amigo, o Luís Maurício Telles, nascido e criado no Rio, que mora na Gamboa, região portuária do Rio, lugar que passava, no momento, por um processo de profunda reforma e revitalização, para usar um eufemismo. Local inspirador para iniciar um trabalho pautado na observação das ruas, na vivência da experiência carioca, como em João do Rio, em *A alma encantadora do Rio*, o *dândi* dos trópicos, de inspiração baudelairiana.

Uma vivência etnográfica nunca termina, mas precisa ter um ponto de suspensão para que possa ser traduzido. E é a partir deste lugar que posso dizer, em retrospectiva, que a experiência vivida no Rio de Janeiro se aproxima muito da ideia de *observação flutuante*, conceito cunhado pela antropóloga Colette Pétonnet (2009) durante sua pesquisa de campo no cemitério de Père-Lachaise, o mais conhecido de Paris, onde estão enterrados artistas, estadistas e muitos outros famosos. Sua preocupação inicial no texto era esboçar um conceito menos redutor de etnologia urbana, a partir da breve experiência de um trabalho de campo ainda em curso, em 1982.

O método utilizado é aquele que nós qualificamos de “observação flutuante” e ao qual nos dedicamos há algum tempo, ao longo dos trajetos parisienses impostos pelas atividades cotidianas ou pela necessidade de movimento que o sedentário experimenta. Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2009, p.102).

Na primeira visita, ela lembra que “tomou a precaução” de não levar um mapa. Assim, teve que pedir informação às pessoas. Uma ideia que, anacronicamente, e sem conhecer o seu trabalho, compartilhei com ela, levando-se em conta ainda que eu nem mesmo carregava comigo um *smartphone* que tivesse acesso à Internet. Pétonnet conta no texto que, só depois

de algumas visitas e conversas com desconhecidos descobriu que o local, “onde havia um belo jardim”, na verdade funcionava como um território de disputas e tensões entre velhas senhoras que alimentavam e cuidavam dos gatos que viviam no local e outras pessoas que o frequentavam e não queriam ver os gatos nas imediações. Mas o que de fato a intriga é a presença de um padre, também velho, que acaba apresentando a ela o cemitério, contando a história de cada uma das pessoas enterradas por lá.

O pesquisador não tem, então, mais do que uma ideia: reencontrar o pequeno padre. Mas em sua visita seguinte ele entra deprimido, furioso consigo mesmo por ter transgredido suas próprias ordens: ele não se deixou flutuar. Ele nada viu nem ouviu, perdido entre as tumbas, traído por sua memória, indisponível porque ele procurava o pequeno padre, que não apareceu. Todos os encontros no Père-Lachaise são de igual valor. Se nós queremos compreender a que serve esse cemitério, não devemos esperar por um informante privilegiado (PÉTTONNET, 2009, p.109).

O que me interessa aqui é usar o episódio para fazer uma ponte entre o cemitério de Paris e as ruas do Rio. Nenhum conceito pode ser aplicado, indiscriminadamente, a outros contextos de observação, de acordo com Gilles Deleuze e Felix Guattari (1992, p.15). “Toda criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade. O primeiro princípio da filosofia é que os universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados”. Portanto é preciso lembrar o quanto há também de diferente entre a flanagem de Pétonnet pelo cemitério de Paris e as nossas “aventuras” nos morros cariocas e nas manifestações contra a Copa do Mundo. Porém, os filósofos citados também usam a metáfora da “ponte-móvel” para definir o papel de um conceito: ele pode ser baixado ou suspenso, de acordo com a situação e com o contexto.

A filosofia sempre se ocupou de conceitos, fazer filosofia é tentar inventar ou criar conceitos. Ocorre que os conceitos têm vários aspectos possíveis. Por muito tempo eles foram usados para determinar o que uma coisa é (essência). Nós, ao contrário, nos interessamos pelas circunstâncias de uma coisa: em que caos, onde e quando, como, etc. Para nós, o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.37).

De fato, houve uma preocupação de garantir o mínimo de acesso no período anterior à vivência etnográfica. Mas foi uma preocupação mínima mesmo, levando-se em conta a proposta de um trabalho que acontece no dia-a-dia, na observação e na relação, abrindo espaço para o acaso e para a intuição como guias, em uma perspectiva inspirada pela filosofia deleuziana. Nesta perspectiva, pensar é experimentar, não interpretar, mas sim viver o que se coloca como possibilidade. O pesquisador deve, então, estar atento, de olhos e coração abertos para o que se coloca à frente. Não dá para separar produção intelectual da vida, é preciso pensar toda a rede de relações em torno do que se pretende observar para encontrar pistas que

apontem para uma saída, um olhar pretensamente distanciado, um passo fora do que já foi pensado, uma aventura para além do reconhecível. Só assim pensar torna-se “um ato arriscado”, violento. Por isso mesmo, Deleuze é inspirador para uma etnografia: pensar não é diferente de nenhum outro ato da vida, onde seres e ações vivem em horizontalidade, sem hierarquias, em sistema aberto, que ele chama de *rizoma*, um conjunto de conceitos não fechado, relacionados a circunstâncias e não a essências. Péttonet conta no seu texto uma série de experiências de conversas no cemitério parisiense. Em um dos trechos, ela lembra que, em determinada visita, encontrou-se com uma mulher que ela chama de Madame M., com quem conversou por horas a fio, ouvindo toda a sua história. Mas depois, não conseguiu se lembrar dos detalhes. “A linha do seu discurso, entrecortado por episódios de sua vida e de reflexões sobre as tumbas, é impossível reconstituir” (PÉTTONET, 2009, p.105).

A rigor, se não é possível apreender uma situação na sua totalidade, também não é possível representá-la, traduzi-la com total fidelidade. Foi nessa perspectiva que conduzi as minhas anotações: pautado no relato pessoal. Para além de informações técnicas, procuro uma escrita que fuja da busca por uma imparcialidade inalcançável, fazendo uma *etnografia narrativa*, na qual não aparecem somente as descrições e as pretensas análises da cultura nativa, mas também as impressões e as sensações do etnógrafo, que fazem parte da *observação participante*.

Participant observation is a paradox because the ethnographer seeks to understand the native's viewpoint, but not "go native." When the grant runs out, we go back to our desks. But, as Behar argues, the ethnographer as researcher and writer must be a "vulnerable observer," ready to include all other pain and wounds in research and writing, because it's part of what he or she brings to the relationship (BERNARD, 1998, p.263).

As anotações foram feitas diariamente e acompanhadas de observação de material pelos perfis dos informantes em redes sociais, além de notícias de portais e nas páginas dos telejornais. As *notas de campo* são o método primário de registro de dados da observação participante. Outras técnicas podem ser usadas, mas esta é de fato a única que funciona quando o assunto é registrar detalhes do dia-a-dia, comportamentos e até entrevistas informais. O importante é manter o rigor no hábito da escrita diária, já que a observação não é dado de pesquisa se não for transformada em nota. A observação participante é aceita como o método central e definidor na pesquisa em antropologia cultural (BERNARD, 1998, p.260). Mas, de fato, não há um consenso sobre o que é esta proposta, que inclui uma série de métodos usados no trabalho de campo, incluindo a análise de comportamento e o registro de informações sobre as pessoas com quem o pesquisador convive. Acaba funcionando também

como uma técnica menos formal que a entrevista, a observação estruturada e outros métodos que poderiam gerar mais barreiras entre o pesquisador e o nativo.

A observação participante é uma técnica de coleta de dados, mas é também uma ferramenta analítica, já que há informações tácitas que são intraduzíveis, não há como colocar no papel. Assim, o método abre um espaço grande para a condução pessoal, para um jeito próprio de fazer as coisas. “The approach that ethnographers use in their field research and in participant observation is highly individualistic. Their field research is affected by a complex mix of their personal characteristics, their theoretical approach, and the context within which they work” (BERNARD, 1998, p.262). As entrevistas formais, que foram realizadas simultaneamente à observação, tiveram o objetivo de me ajudar a retomar detalhes das histórias, além de registrar a anuência dos informantes em participar da pesquisa, um cuidado importante, que precisa ser lembrado: “During this research project, the ethnographers had asked permission and recorded many of their conversations with informants. In terms of ethics, it is important that ethnographers always explain how recordings will be used and ask permission before taping or videotaping any interview or conversation” (BERNARD, 1998, p.292).

A observação participante e as entrevistas revelaram-se as entradas mais adequadas para a proposta de mapear a rede de relações do jornalismo na cidade do Rio de Janeiro, e a posterior desestabilização desta rede a partir dos eventos de junho de 2013, que deixaram à mostra o telefone celular como agente produtor de conteúdo. A perspectiva da TAR considera humanos e não humanos sem distinção (LEMOS, 2013, p.52) em uma *ontologia plana* que confere a mesma importância a todos os atores da rede, sem hierarquias prévias. Por isso é necessário deixar os informantes da rede falarem, sem que o pesquisador fale por eles. O que não significa que o pesquisador seja isento, objetivo: é impossível não interferir no meio observado, como nos lembrou Wagner (2010), já que toda opinião ouvida pelo analista é um tipo de contra invenção da sua fala, uma resposta que não existiria sem uma pergunta. Muitas vezes é o próprio observador que pode desestabilizar a rede, por conta de suas opiniões e posições, deixando à mostra seus participantes heterogêneos. Quando isto acontece, seja por conta do pesquisador, seja por conta de outro fator externo, instala-se uma controvérsia, o melhor momento para observar e mapear a rede. “Olhas as controvérsias é olhar as redes em formação na disputa pela estabilização. Quando elas cessam, surgem as caixas-pretas” (LEMOS, 2013, p.55), estabilizações, conceitos, instituições que criam a ilusão de um funcionamento homogêneo, sem necessidade de negociação.

Lemos diz que, se a TAR é uma teoria, a Cartografia de Controvérsias é seu método. O pesquisador usa a sigla CC para se referir ao método, neste trabalho também farei assim. “Podemos dizer que a CC é um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a fluidez de mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica” (LEMOS, 2013, p.110). Mas este mapeamento deve ser feito antes que os envolvidos se tornem invisíveis uns para os outros, ou seja, antes que resolvam seus problemas e uma nova caixa-preta seja gerada. É nas questões “quentes” que a tradução está acontecendo, onde é possível ver o social se agregando. O papel da TAR é mapear estas forças a partir dos rastros. “Um rastro é o vestígio de uma ação efetuada por um actante em qualquer situação. Se não há rastros, não há ação possível de ser descrita, produzida, inscrita em alguma materialidade ou testemunho” (LEMOS, 2013, p.119). Comecei a mapear a rede em questão, então, procurando os rastros destas associações que agregam o social.

A viabilização do trabalho começou a partir do contato com redes de televisão que me permitissem a entrada nas redações de telejornalismo para observações e entrevistas. O contato com a *TV Globo* foi feito a partir do *Programa Globo Universidade*, única maneira de, institucionalmente, encaminhar uma proposta de estudo para a emissora. Conforme solicitado no site do programa, enviei um resumo do meu projeto, acompanhado de uma ficha padrão com informações sobre a pesquisa e ainda uma carta do meu orientador acadêmico, cerca de três meses antes do período da pesquisa. A resposta só veio duas semanas antes da Copa do Mundo. De acordo com a coordenação do programa, não seria possível atender a minha solicitação porque os profissionais estavam com as agendas sobrecarregadas "em função da cobertura de grandes eventos como a Copa do Mundo e as Eleições Presidenciais" (MARQUES, 2014). Não havia como argumentar em função de uma nova tentativa, considerando-se o tempo hábil para realização do trabalho.

Fiz contato com a chefia de reportagem da *TV Alterosa*, afiliada do SBT em Minas Gerais, onde trabalhei por oito anos. O chefe de reportagem, Juliano Azevedo, me colocou em contato com o chefe de jornalismo do *SBT Rio*, Diego Sangermano, que acenou positivamente, alguns dias depois. Um projeto resumido foi enviado a ele, por e-mail, e os detalhes foram combinados por telefone, na semana em que cheguei ao Rio de Janeiro. A redação da emissora fica no segundo andar de um prédio, no Bairro São Cristóvão, Zona Norte da cidade. No andar térreo há o setor administrativo e comercial de um lado e do outro, as salas de equipamentos de externa e as ilhas de edição, além do setor técnico. No segundo andar, ficam a suíte corte, alguns pequenos estúdios e a redação, com uma sala isolada para a

apuração, um espaço conjunto com computadores para editores e repórteres, uma sala privativa para o chefe de jornalismo e ainda uma pequena sala de reuniões. Entre os dois andares está localizado o principal estúdio, em formato de auditório, de onde se apresenta, ao vivo, o *SBT Rio Manhã* e o *SBT Rio*, os dois produtos jornalísticos regionais.



Figura 1: redação do SBT Rio



Figura 2: estúdio do SBT Rio



Figura 3: suíte-corte do SBT Rio



Figura 4: tela com espelho do SBT Rio



Figura 5: newsroom da TV Record



Figura 6: casa coletiva da Mídia Ninja



Figura 7: organograma na redação dos ninjas

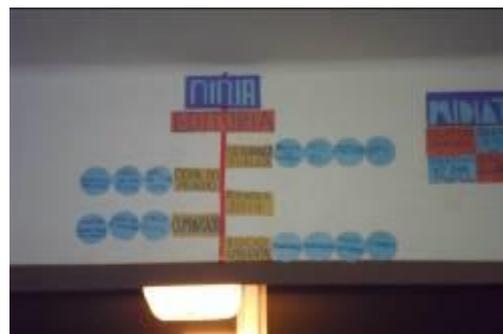


Figura 8: organograma na redação dos ninjas

Há poucas equipes de reportagem: três para o jornalismo local e mais três que produzem materiais para os jornais de rede. Logo que cheguei achei isso interessante: até então eu pensava que o número pequeno de funcionários abria as portas para um uso mais frequente das imagens de colaboradores. Tive livre acesso pela portaria da emissora e também podia participar de conversas e discussões relacionadas às decisões editoriais. Havia alguns limites, do ponto de vista da minha segurança: Diego me pediu que não acompanhasse as equipes de reportagem quando os assuntos envolvessem riscos, tiroteios e conflitos em comunidades. Estive na emissora por três vezes por semana, durante as quatro semanas da vivência etnográfica no Rio de Janeiro.

Na *TV Record*, a entrada foi feita por intermédio da chefe de produção, Rita de Cássia Barreto. Na primeira semana no Rio de Janeiro, tentei fazer contato com jornalistas e midiativistas pelo Facebook. A maioria não me respondeu. Mas a Rita retornou a minha mensagem e acabamos conversando mais pelo aplicativo WhatsApp. Não foram poucas mensagens até conseguirmos uma data possível para o encontro. A produtora me recebeu na redação, onde apresentou repórteres, produtores e cinegrafistas, com quem conversei. Estive uma única vez no prédio da *TV Record*, no bairro de Benfica, também na zona norte do Rio. Segui até o local de metrô, o que me permitiu conhecer um Rio de Janeiro ainda novo para os meus olhos, visto de cima dos trilhos do trecho aéreo, passando por lugares bem diferentes das belezas turísticas da zona sul, e que eu não conhecia. O prédio da *TV Record* chama a atenção no local porque é bem cuidado, muito diferente das outras construções da região, bem degradada. Rita chegou à portaria, nos apresentamos e ela me levou ao elevador. Lá em cima, no andar do jornalismo, ela me mostrou a redação, na verdade um *newsroom*² onde fica toda a equipe. As mesas são divididas em blocos que se sucedem uns atrás dos outros, de maneira que os repórteres e produtores ficam de frente para as câmeras e os apresentadores de costas para eles, no cenário, bem no início da sala. Ao lado, estão portas que dão acesso a salas de edição, da chefia e também salas de reunião. Rita me apresentou para algumas pessoas e me levou para uma pequena sala, onde pude chamar funcionários com quem eu quisesse falar e assim fazer as entrevistas. Terminado o trabalho, que durou uma tarde inteira, me despedi e descí no elevador. Já era noite e a produtora Neiva, uma das entrevistadas, havia dito para eu voltar de metrô para o centro, “tomando cuidado com a carteira na hora de atravessar a passarela na estação Triagem [do metrô]”. Fiz isso.

² É uma redação que pode ser usada como estúdio, mostrando produtores, editores e repórteres trabalhando durante a apresentação do telejornal.

Também foram feitos contatos com repórteres e produtores de outras emissoras (TV Bandeirantes e Rede TV), tanto via redes sociais e mensagens eletrônicas, quanto pessoalmente, nas situações de cobertura em que estive presente, mas não foi possível falar com nenhum dos profissionais, algumas vezes por uma questão de agenda, outras porque não se interessaram em participar da pesquisa.

Contatei ainda a equipe da Mídia Ninja³. Já havia estado uma vez na base de trabalho deles, em um apartamento na Urca, zona sul do Rio, em abril de 2014, depois de participar de uma reunião de pauta do grupo, no dia anterior, na Escola de Comunicação da UFRJ. Durante a experiência, pude observar como são discutidos os tópicos a serem abordados e, especificamente naquela ocasião, pude acompanhar também como os participantes viam a necessidade de se avaliar os rumos do movimento, passada a euforia das ruas em junho de 2013, na iminência da realização da Copa do Mundo em 2014. Para a vivência etnográfica, tentei marcar entrevistas na casa, antes de acompanhar o trabalho deles na rua, mas não foi possível. As observações referentes a este grupo aconteceram, por vezes, por acaso, em manifestações, e outras vezes, porque eu acompanhei a pesquisadora Lara Linhalis em sua pesquisa. Estive duas vezes na casa dos ninjas, em Botafogo, na zona sul do Rio. Em um dos dias, junto com Lara, participei de um debate, realizado na base, em comemoração ao primeiro aniversário das manifestações de 2013.

A transmissão da entrevista foi feita, ao vivo, pela Internet, via *livestream*⁴. Havia uma câmera fixada em um tripé, garantindo imagens abertas. Um outro ninja fazia imagens com uma câmera na mão, usando uma máquina fotográfica. Outras pessoas faziam fotos e vídeos, sem parar. Todos fumavam muito. O ambiente é agitado e o apartamento coletivo, onde muitos dele moravam, na época, é de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parceira da Mídia Ninja por meio da Escola de Comunicação, através do LabNinja e das articulações da professora Ivana Bentes. Ela participou da entrevista, junto com Pablo Capilé,

³ O grupo nasceu há cerca de três anos, ligado ao movimento nacional Circuito Fora do Eixo. Nas manifestações que se formaram nas ruas das principais cidades do Brasil, a partir de junho de 2013, o canal do coletivo, na Internet, teve picos de audiência de 120 mil espectadores nas transmissões, ao vivo, via *streaming*, com a ajuda de voluntários, que usaram telefones celulares conectados à rede mundial de computadores com tecnologia sem fio 3G ou *wi-fi*.

⁴ Manuel Castells (2013, p.135) explica que o *livestream* é “uma coleção de ferramentas que permite ao usuário transmitir conteúdos de vídeo em tempo real pela internet”, e que foi usada por uma série de movimentos sociais em rede, a partir da Primavera Árabe, em 2010. “Seus conteúdos são efêmeros, mas se revelam essenciais em momentos de repressão policial”, com a transmissão de conteúdo, praticamente ao vivo, não só de computadores de mesa, mas também a partir de dispositivos móveis, notadamente, os telefones celulares de ativistas que ficaram conhecidos como *streamers*, a partir do movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, em 2011.

um dos fundadores do Fora do Eixo, coletivo que deu origem aos ninjas, e ainda o ativista Ricardo Targino, e o produtor cultural Cláudio Prado, além de jornalistas de veículos internacionais. Havia um cenário montado, o que ficou claro pelo *spot* de luz colocado na janela, pelo lado de fora, iluminando a copa da árvore para que houvesse “fundo” na imagem. Isso foi bem interessante de observar: a organização da casa, das transmissões e do trabalho mimetiza, de certa forma, o sistema organizacional de uma grande redação, guardadas as devidas proporções e intenções, como mostram as imagens que fiz no local. Depois eu descobria que não é só no formato organizacional que os ninjas mimetizam as redações corporativas.

Pablo Capilé ficava o tempo todo olhando o *smartphone* e o computador, um *macbook*, e fumando sem parar, os cigarros de qualquer pessoa que estivesse por perto. Aliás, no mundo ninja tudo é coletivo, desde a casa, passando pelas roupas e até o cigarro. Talvez seja por conta desta lógica que o Capilé pegou o isqueiro da Lara emprestado e não devolveu mais. Ele deu orientações e falou coisas que são levadas por muitos como direcionamentos, palavras de ordem, devido ao seu carisma e a um discurso bastante sedutor, com um quê de messiânico. Todos falaram bastante, a conversa virou a madrugada. Fumando muito e depois de beber bastante, durante longas horas sem comer, eu estava cansado. Como eles aguentam tudo isso? Muito cansaço, pouca força para manter a resistência, a postura de pesquisador e eu tive a sensação de que eu estava entrando naquela perspectiva, no *devir-ninja*. Isso aconteceria outras vezes ao longo da pesquisa, principalmente nas situações-limite de medo e adrenalina.

Também tive a oportunidade de fazer contato com outros grupos, que conheci durante manifestações, como o *Coletivo Carranca* e o coletivo *A Nova Democracia*. Tive acesso ainda ao trabalho de *freelancers*, jornalistas com formação superior ou não. Ao todo, participei de seis manifestações, em pontos diferentes do Rio de Janeiro: uma na zona sul, duas na zona norte e três na região central da cidade, todas relativas à realização da Copa do Mundo. Contabilizei 63 atores com quem tive contato, pessoalmente, por telefone, ou pelas redes sociais, durante a vivência etnográfica, através dos quais comecei a construir a minha própria rede de relações. Destes, 21 foram entrevistados, em conversas gravadas em áudio e posteriormente transcritas⁵. Para as entrevistas, procurei jornalistas de redação, *freelancers* e midiativistas e as escolhas foram acontecendo de acordo com o que eu escutava em campo. Por exemplo: se um entrevistado ou um informante citava outra pessoa, envolvida no que

⁵ O mapa de informantes e de entrevistados para a tese está disponível no Apêndice I.

parecia ser uma controvérsia, eu tentava marcar com aquele ator para que pudéssemos conversar. Também orientei a escolha dos entrevistados pela ideia de que é necessário ampliar o mapeamento da rede, no intuito de evitar as conclusões óbvias, a reprodução de clichês. O *Facebook* e o *WhatsApp*, carinhosamente chamado por muitos de meus informantes de “zap-zap”, foram aplicativos importantes no contato e na observação das fontes. O que reforçou ainda mais o papel do telefone celular não só como objeto de pesquisa, como poderia ser em uma proposta “clássica”, mas também como agente não humano hierarquicamente igual, nesta rede de relações.

Importante dizer que o Rio de Janeiro nunca foi minha casa, apesar de ser a cidade onde fica a Escola de Comunicação da UFRJ, portanto, onde frequentei aulas por cerca de dois anos, para cumprimento de créditos relativos ao Programa de Doutorado. Durante este tempo, ia e voltava para Juiz de Fora, em Minas Gerais, distante 170 quilômetros, na maior parte das vezes. Em algumas situações específicas, ficava mais tempo na cidade. Portanto, apesar de conhecer relativamente bem o Rio, nunca havia morado na cidade. A distância geográfica entre o Rio e Minas não é grande. Mas a distância que comumente nas reflexões antropológicas e comunicacionais chamamos de cultural, de repertório, há que ser levada em conta, quando o assunto é uma pesquisa com a abordagem assumida por mim: coisas pequenas, como um “Bom dia” na padaria, ou mesmo um “Muito obrigado”, no caixa do supermercado, podem fazer a diferença na adaptação de um “mineiro solto no Rio”, para usar uma adaptação de gênero das palavras da pesquisadora Cristiane Laia (2014, p.4), minha irmã, que fez observação participante por mais de um ano na Baixada Fluminense, para a sua dissertação de mestrado. Assim como ela, eu também não tinha a exata noção do quanto também sou mineiro, até viver um mês consecutivo no Rio de Janeiro.

Portanto, esta proposta de pesquisa é também pessoal, tem relação com a minha experiência profissional. Bacharel em Comunicação com habilitação em Jornalismo, trabalhei por quase 10 anos como repórter na TV Alterosa, afiliada do SBT em Minas Gerais. Nos idos anos de 2006, quando fiz minhas primeiras reportagens, profissionalmente, o uso de imagens de câmeras de segurança na edição final de um videoteipe, por exemplo, era exceção, tanto pela pouca qualidade técnica, quanto pela carga de dados de um tamanho que impossibilitava a leitura pelas máquinas de edição. De lá para cá, aos poucos, as imagens produzidas fora do controle da redação ganharam as telas e competem, com relativa vantagem, com as imagens dos cinegrafistas, quando o assunto é imediatismo. O fato, categoria nobre do jornalismo, passa a ser registrado não mais pelo repórter, que agora parece estar readequando seu papel na produção da notícia.

As observações mostraram que minha hipótese fazia sentido, logo de início. Na primeira entrada no SBT Rio, no dia 16 de junho, acompanhei a exibição do principal telejornal da casa, que vai ao ar na hora do almoço. A apresentadora Isabele Benito iniciou o jornal mostrando um flagrante, feito com telefone celular, de um resgate, pelo Corpo de Bombeiros, de cachorrinhos recém nascidos, abandonados em sacolas plásticas, na rua. Em seguida, vieram as imagens de protesto no estádio do Maracanã, no dia anterior, quando um policial civil à paisana sacou uma arma e atirou para baixo, depois de uma discussão⁶. Ele foi identificado e teve o nome informado, ao vivo, pela apresentadora. Havia uma nota da Polícia Civil do Rio dizendo que vai investigar o caso. Também foram mostradas imagens de torcedores argentinos na Praia de Copacabana e em várias partes do Rio de Janeiro, feita com telefone celular, enviadas por telespectadores. Foram cerca de 20 minutos do jornal sem videoteipe, apenas com imagens feitas com telefone celular.

Durante todo o tempo da exibição havia um repórter sentado em uma poltrona ao meu lado, dando palpite. Ao final, Diego, o chefe de jornalismo, fez as apresentações: ele é o Eduardo Oliveira, "o cara das imagens de celular", porque tem muitos contatos. Eduardo pegou o iPhone dele e me mostrou a quantidade de fontes que tem no aplicativo WhatsApp, assim como os vídeos enviados por Policiais Militares, que formam boa parte da rede de seus contatos. Eduardo foi agente de uma série de observações importantes durante esta vivência, inclusive por ter me apresentado os repórteres cinematográficos com quem trabalha. Um deles, o Pedro Mota, que está no SBT há seis anos, me disse que não é pouco comum fazer reportagens inteiras com imagens de telespectadores. "Direto a gente faz matéria que é só a passagem. O resto, com imagens de telefone celular". Mas ele não gosta disso. "Acho que desvaloriza a gente. Mas a tendência é essa, sem volta". Na fala dele aparece uma postura de embate, que acabei entendendo, inicialmente, como primordial no contexto pesquisado. Toda esta mudança parecia, a princípio, ter feito surgir uma polarização entre estes novos atores, inicialmente "tímidos", mas agora já participantes do processo ativamente, no papel de blogueiros, midiativistas, *streamers*, e os jornalistas de redação, com formação superior e consagrados pelo lugar que ocupam e pelo significado da profissão como pilar da democracia (MARCONDES FILHO, 2000).

Foi a partir destas premissas que apresentei esta hipótese para uma banca de professores, em junho de 2014, como projeto de qualificação no Doutorado em Comunicação da UFRJ. A ideia era receber ajuda da banca para orientação da minha experiência etnográfica

⁶ Este episódio reaparece na descrição de campo, no capítulo 3, e define uma das várias coincidências que transformam a pesquisa de campo em algo fora do controle convencional.

durante a Copa do Mundo. E foi o que aconteceu. A equipe que ouviu e discutiu meu projeto acabou chamando minha atenção para o quanto eu estava tentando polarizar uma rede de relações que parecia, para eles, bem mais complexa do que um cabo de guerra com duas pontas, como eu fazia parecer. Eles estavam certos. A imensa rede de relações que foi se mostrando durante a pesquisa me fez tentar abrir ao máximo o leque de possibilidades, começado pelos jornalistas, como estava previsto, passando por midiativistas e chegando até, por exemplo, o Sindicato dos Jornalistas e os policiais militares. Terminado o período da Copa do Mundo, continuei acompanhando os meus contatos por meio das redes sociais, de onde também colhi material apresentado na tese.

Foi assim que comecei a preparar a minha viagem para os Estados Unidos, em dezembro de 2014. Observei reportagens e movimentos sociais, com destaque para o *Occupy Wall Street*, durante as semanas anteriores a minha chegada a Nova Iorque, para um período de quatro meses de estudos no Departamento de Antropologia Aplicada, do Teachers College, na Universidade de Columbia, com auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, a Capes, por meio de uma bolsa da modalidade Doutorado Sanduíche. Mais uma vez, abrindo espaço para a construção do conhecimento *in loco*, fui surpreendido por um acontecimento no dia da minha chegada na cidade, 3 de dezembro de 2014: o oficial Daniel Pantaleo, do New York Police Department, foi levado a um primeiro julgamento, pela justiça do Estado de Nova Iorque, pela suspeita de ter matado o Eric Garner, em julho de 2014. Ele não foi indiciado e isso causou uma grande comoção nos Estados Unidos.

Garner foi abordado por suspeita de estar vendendo cigarros contrabandeados e acabou virando símbolo de um movimento contra violência policial contra negros nos Estados Unidos. A grande questão é que o caso só veio à tona porque foi gravado, em vídeo, por uma pessoa que estava no local. Este vídeo é essencial na rede de relações que se formaram em torno deste fato, por isso logo vislumbrei a possibilidade de que outras manifestações viessem a acontecer. No dia seguinte, logo pela manhã, os canais de televisão mostraram muitas reportagens sobre os protestos relativos ao caso Eric Garner, inclusive em outras cidades. Estava claro para mim que a questão racial ali era uma tônica muito forte e também que seria possível forjar uma entrada no campo de pesquisa de maneira análoga a que fiz no Rio de Janeiro: pela porta das manifestações de movimentos sociais, no caso, o movimento *Black Lives Matter*, que agitou as ruas de Manhattan nas semanas seguintes. Desta vez, sem ter acesso prévio a nenhuma das perspectivas, pude fazer contato com jornalistas, midiativistas e *freelancers* a partir das manifestações, para observações, anotações e entrevistas posteriores.

E também pude viver a experiência, um pouco mais profunda, de fazer pesquisa usando outra língua.

Comecei a abordar comunicadores na manifestação do dia 13 de dezembro de 2014, ao todo, fui a mais seis protestos organizados pelo movimento, durante os quatro meses em que estive lá. Mesmo assim, a dificuldade de contato com jornalistas de redes de TV foi grande. Por isso, também observei, *in loco*, a cobertura de um incidente aéreo no aeroporto LaGuardia, o terceiro maior de Nova Iorque, no dia 5 de março de 2015, quando consegui o maior número de informantes durante a vivência etnográfica na cidade. Tive contato com 50 atores desta rede, com 25 dos quais realizei entrevistas, gravadas em áudio e posteriormente decupadas⁷. O resultado deste trabalho complementa as observações feitas no Rio de Janeiro, trazendo outra perspectiva dos agenciamentos possíveis a partir do telefone celular e de como, apesar da distância geográfica, compartilhamos com eles características que apontam para uma conexão entre o que Manuel Castells (2014) chamada de “movimentos sociais em rede”, entre eles, o Occupy Wall Street, em Nova Iorque. Tive acesso a midiativistas que participaram destes protestos, em 2011.

É preciso lembrar que sete dos entrevistados em Nova Iorque eram jornalistas brasileiros: uma delas da TV Record, os outros cinco da TV Globo Internacional. A tentativa de acessar a emissora, por outras vias, começou ainda no Brasil, quando enviei um segundo projeto para o Programa Globo Universidade, solicitando alguns dias para observação e entrevista da equipe dos Estados Unidos. Eu já estava em Nova Iorque quando recebi a negativa, com a justificativa de que a minha proposta não tinha relação com o trabalho e as funções da TV Globo Internacional. Mas o email tinha também o número de telefone de um dos gerentes do Programa Globo Universidade, para que eu fizesse contato pelo telefone. Na conversa, ele questionou a minha escolha de Nova Iorque como lugar da pesquisa e disse ainda que toma muito cuidado "porque tem muito pesquisador que entra [na TV Globo] e depois pode falar sabe, meter o pau mesmo, não é legal, por isso a equipe avalia bem o projeto que vai entrar". Este funcionário também me sugeriu fazer um outro projeto, com foco apenas no trabalho da Globo News no Rio de Janeiro e enviá-lo diretamente a ele. Também fez sugestões de repórteres que poderiam ser entrevistados, gente que faz experimentações com telefone celular e teria disposição em me ajudar. Cheguei a esboçar o novo projeto, mas não o enviei. Passado o tempo, percebi que havia uma tentativa de direcionamento da pesquisa que

⁷ O mapa de informantes e de entrevistados para a tese está disponível no Apêndice II.

apontava para outras pautas, outros tópicos que não respondiam, diretamente, às questões da minha pesquisa.



Figura 9: *newsroom* da TV Globo NYC



Figura 10: estúdio da TV Globo NYC

Em contato com repórteres da TV Globo, em Nova Iorque, pelo Facebook, consegui marcar uma entrevista com um deles, que me levou até o escritório da emissora, na região da TriBeCa, em Manhattan, onde entrevistei os profissionais, no mesmo tom informal que marcou as conversas no Rio de Janeiro. Ao todo foram três visitas. Considero a experiência importante por ter agenciado o acesso às diretrizes de sobre como os funcionários da maior empresa de comunicação do Brasil trabalham com as imagens de telefone celular e com as controvérsias em torno deste assunto. A partir desta experiência, considereei suficientes as informações colhidas com profissionais dos três canais de televisão de maior audiência do país: TV Globo, SBT e Rede Record.

Terminadas as vivências de campo, chegou a hora de organizar o material, revisar os relatos de campo, transcrever as entrevistas e escrever. A inspiração da TAR esteve presente desde o primeiro momento da pesquisa, mas foi preciso buscar subsídios teóricos que me permitissem explorar com mais segurança os fenômenos que se apresentaram nas observações. Escolhi duas frentes que considero pertinentes com a pesquisa e alinhadas com a Teoria-Ator-Rede: 1) a questão do *animismo*, com o conceito de ciborgue como consequência, para abordagem da relação com os aparatos técnicos, e 2) o conceito de *tradução*, para problematizar o lugar do jornalista nesta rede de agenciamentos múltiplos.

2.2 Fazendo os objetos falarem

O telefone celular é um agenciador importante da minha pesquisa. Sem ele, seria impossível me comunicar da maneira como fiz. A abordagem que escolhi como caminho oferece um entendimento que considero mais adequado, em se tratando da disseminação das tecnologias móveis de comunicação e das novas formas de sociabilidade que elas agenciam. Entender os não humanos como possíveis actantes em uma rede é abrir mão do lugar central do homem como ponto de partida para as ações do mundo. Algumas abordagens teóricas já fizeram este descentramento há algum tempo, propondo soluções, como por exemplo, a figura do ciborgue, de Donna Haraway (2000), no qual as fronteiras entre o humano e o maquínico foram apagadas, funcionando também de maneira metafórica, para tratar qualquer modo de existência fora da dualidade fundamental moderna. O caminho que escolhi vai além: se há descentramento é porque uma posição anterior é levada em consideração, o que não condiz com a ideia de que nunca fomos modernos. Passo então pela retomada e atualização do conceito de animismo, a ideia de que não humanos (animais, objetos, coisas no geral) dividem características humanas com as pessoas, fundamental na antropologia dos primeiros tempos, mas pouco valorizada depois, para relacionar esta abordagem ao conceito de ciborgue e chegar até as propostas que conecta o trabalho do antropólogo Roy Wagner (2010) ao pensamento de Bruno Latour (1994) e à Teoria-Ator-Rede.

Minha entrada em campo, de fato, aconteceu no dia 12 de junho. Eu vinha de um período de muito trabalho na emissora em que fui repórter e havia viajado, ainda de madrugada, para estar no Rio de Janeiro a tempo de acompanhar a abertura do mundial. Na parada para um café, ainda pela manhã, descobri, pela Internet, via *smartphone*, que havia manifestações em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte. Foi assim também que fiz os meus contatos para saber se algum ato estava marcado no Rio de Janeiro. Segui para uma manifestação na Lapa, no centro da cidade, acompanhando Lara. Na primeira esquina, vi dois rapazes, de bicicleta, vestindo camisas da seleção argentina. Eles perguntaram, em espanhol, a um outro homem, como chegariam até os Arcos da Lapa. O rapaz, um carioca, pelo sotaque, ensinou a direção. Mas fez um alerta: cuidado, lá “o pau tá quebrando”, querendo chamar a atenção dos estrangeiros para o protesto que estava acontecendo. Carros da polícia e da imprensa seguiam em direção ao local.

Nós estávamos indo para lá. No caminho, fotógrafos e cinegrafistas seguiam, a pé, no sentido contrário, usando máscaras de gás e capacetes. Tudo junto e ao mesmo tempo, ao lado de pessoas bebendo nos bares e muita música para o “aquecimento” para o jogo do Brasil.

Nos arcos, havia alguns ativistas, com faixas, panfletos, rostos pintados, ao lado de torcedores e uma quantidade grande de policiais nas imediações. Abordamos os ativistas e eles nos disseram que o protesto já havia acabado, depois que um professor foi detido pela Polícia Militar e levado para a delegacia. Eu estava impressionado, nesta primeira incursão, com a quantidade de pessoas usando capacetes, com micro câmeras, e carregando máscaras de gás. Difícil saber, neste contexto, quem era repórter, quem era midiativista, quem estava ali só observando. Comecei a abordar algumas delas, principalmente os que gravavam e fotografavam. O primeiro deles foi o Guilherme Chalita, do jornal *A Nova Democracia*. Ele me disse que estava há dois anos e meio neste grupo. Mas não gastou muito tempo na conversa, porque estava fotografando. Abordei um outro homem que também usava capacete e máscara de gás. Era o jornalista *freelancer* mexicano Jorge Villapondo, que apesar de certa dificuldade em entender o português, foi bastante solícito, desde o primeiro contato. Ele estava no Rio para enviar reportagens em vídeo e fotos para empresas de comunicação no México, durante o período da Copa do Mundo. Estava hospedado em um hostel na comunidade da Rocinha e não conhecia nada do Rio de Janeiro.

Jorge acabou nos acompanhando para uma segunda manifestação que foi realizada, no mesmo dia, em Copacabana, na Zona Sul. Seguimos de metrô, com o *freelancer* fazendo imagens com sua câmera GoPro, acoplada ao capacete. Saímos pela estação Cardeal Arcoverde, próximo da qual estava marcada a concentração. No meio da multidão, uma videorrepórter gravava depoimentos de moradores de comunidades do Rio, ao lado, uma auxiliar segurava um microfone do tipo *boom*. Muitos cinegrafistas faziam imagens enquanto repórteres conversavam. Observadores fotografavam a manifestação, usando câmeras de telefones celulares. Também observei pessoas transmitindo a manifestação ao vivo, relatando, em tom pessoal, o que viam, por meio de *smartphones*. Eu já havia acompanhado transmissões como estas pela Internet, já havia lido sobre isso e também já havia conversado com o pessoal do Mídia Ninja, mas nunca tinha presenciado um *streamer*⁸ em ação. Filipe Peçanha, o Carioca, um dos nomes mais conhecidos do grupo Mídia Ninja, também estava nesta manifestação o tempo todo. Em determinado ponto, vi que ele entrevistava algumas pessoas que estavam sentadas em um bar, na calçada, na rua por onde passava o protesto. Havia um clima de insatisfação com os manifestantes por parte de quem estava no bar e

⁸ Do inglês *to stream*, em português, correr, jorrar, fluir. Os *streamers* são pessoas que fazem transmissão ao vivo pela Internet, por meio da tecnologia Livestream. Já há outros meios, além deste, de fazer as transmissões. Mas a expressão tornou-se uma metonímia, um meio de se referir a quem agencia este tipo de comunicação.

aquilo gerou uma pequena discussão com o ninja, que saiu do local tecendo teorias, explicado aos espectadores o que poderia ter causado aquilo.



Figura 11: equipamento de proteção



Figura 12: equipamento de proteção



Figura 13: Jorge Villalpondo



Figura 14: Filipe Peçanha em ação



Figura 15: Filipe Peçanha em ação



Figura 16: manifestação de 12/06/2014

Depois de andar por um bom trecho, me encontrei novamente com o Jorge que, a esta altura, já estava sentado em um banco, com o *laptop* aberto e um mini modem conectado a uma entrada de *pen drive* do computador. Ele editava parte das imagens que havia captado nas duas manifestações para depois enviá-las, como um arquivo de FTP⁹, para uma das emissoras de tevê para as quais trabalhava como *freelancer*, no México.

Meu trabalho de repórter, executado diariamente por tantos anos, parecia ter atrofiado minha capacidade de enxergar, na lida diária, os objetos técnicos de transmissão do fato até a tela. Ali eu estava em outra posição, ainda que também a de tradutor, mas não mais a do repórter, e sim em um tipo de devir que resolvi chamar de *repórter-pesquisador*. Foi a oportunidade de fazer contato com jornalistas que estavam na cobertura e ter uma primeira impressão daquilo tudo, depois de ter rompido a barreira do medo inerente a um mineiro do interior, mesmo que jornalista, “metido” no meio de uma multidão do Rio de Janeiro. Na verdade, foi nesse momento que começou a se mostrar para mim a diversidade de atores neste processo, uma rede de relações na qual não há separação entre homem e máquina, dominado por *ciborgues*, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p.36), um ser já presente e espalhado por todo o mundo neste momento, levando em conta a quantidade de próteses e acoplamentos com objetos tecnológicos que feitos todos os dias, no mundo todo. A TAR, a partir de sua ontologia plana, oferece um olhar no qual o fato de ser humano ou não humano, no caso, homem ou máquina, a princípio, não é sinal da (in)capacidade de promover mudanças, de transmitir potência, assumindo uma via que vai de encontro a uma abordagem do social como uma estrutura anterior às relações.

Para responder a pergunta: o que é a social?, Latour lembra que dois caminhos foram traçados: o primeiro, tornou-se senso comum, é a ideia da sociedade como uma estrutura, referência, um *a priori*.

The first solution has been to posit the existence of a specific sort of phenomenon variously called ‘society’, ‘social order’, ‘social practice’, ‘social dimension’, or ‘social structure’. For the last century during which social theories have been elaborated, it has been important to distinguish this domain of reality from other domains such as economics, geography, biology, psychology, law, science, and politics. (...) This default position has become common sense not only for social scientists, but also for ordinary actors via newspapers, college education, party politics, bar conversations, love stories, fashion magazines, etc. (LATOURE, 2005, p.4-5).

⁹ Sigla para *File Transfer Protocol*, em português, Protocolo de Transferência de Arquivo, um tipo de ficheiro para transferência de arquivos digitais, um dos mais comuns e mais usados na Internet.

O segundo é o que ele vem tentando explicar ainda hoje: a ideia da sociedade como uma rede de relações, associações, sendo o social, o fluxo de agências que circulam entre os atores desta rede. O social é visto aqui como tudo aquilo que pode ser reunido, agregado, não havendo nada que possa ser considerado assim antes de uma observação criteriosa. Nada é sociedade e tudo é sociedade: o status vai depender do mapeamento das associações, que também podem mudar.

In the alternative view, ‘social’ is not some glue that could fix everything including what the other glues cannot fix; it is what is glued together by many other types of connectors. (...) It is possible to remain faithful to the original intuitions of the social sciences by redefining sociology not as the ‘science of the social’, but as the tracing of associations. In this meaning of the adjective, social does not designate a thing among other things, like a black sheep among other white sheep, but a type of connection between things that are not themselves social (LATOURE, 2005, p.6).

Não há, assim, um “social” em comum por trás das associações. As associações, propriamente ditas, em constante rearranjo, é que formam o que podemos chamar então de social. Latour vai nomear esta abordagem de “sociologia das associações”, em contraposição ao que ele chamada de “sociologia do social”. Esta proposta busca identificar a associação entre atores, mediadores ou intermediários, de uma maneira ontologicamente plana, entendendo as estabilizações que daí surgem como caixas-pretas, configurações temporárias que se desfazem com o surgimento de novas controvérsias. Por isso, “estabelecer frames *a priori* é exatamente abdicar de prestar atenção àquilo que circula, (...) ao social sendo permanentemente reconstruído”, lembra Lemos (2013, p.25), que prefere dizer que a TAR é uma “sociologia da mobilidade”, explicando que esta circulação se estabelece por três condições móveis de instauração espaço-temporais: 1) Não sabemos a fonte de origem da ação; 2) Não sabemos a direção da ação; 3) O valor e a qualidade da ação estão sempre sendo construídos.

Em uma rede de múltiplos agenciamentos, na TAR, o termo *actante* serve para designar o ator, da expressão ator-rede. É tudo que gera ação, produz diferença, atuando sem hierarquias previamente determinadas. “Eles são como mônadas, o todo e a unidade, singularidade e totalidade, caixas-pretas que podem ser abertas para revelarem as suas redes intrínsecas” (LEMOS, 2013, p.43). Mas há que se fazer uma diferenciação entre o actante propriamente dito, chamado de *mediador*, e aquele que faz parte da ação, mas fica em um fundo, ou seja, seria aquele que transporta sem transformar, o *intermediário*. O mediador é aquele que transporta transformando, um tradutor que transforma e se transforma durante a transmissão. A diferença entre um e outro vai ser marcada pela sua posição na rede, portanto, os actantes podem se converter em um ou outro. “Para que um objeto se caracterize como

intermediário é preciso que o evento cesse. Isso significa dizer que em outro momento ele foi um actante ou poderá ser no futuro” (LEMOS, 2013, p.47). É por meio da operação de *tradução* que o mediador constitui as redes. A *delegação* é parte da mediação, já que sempre passamos responsabilidades a outros, sejam eles humanos ou não.

É preciso esclarecer o sentido do termo *agenciamento*, herdado aqui da filosofia de Deleuze. Para o filósofo, todo o desejo passa pelas agências, pela capacidade de mudança que é individuante, mas “não se enuncia do ponto de vista de um sujeito preexistente que lhe poderia ser atribuído”, aponta para a coletividade, para o que podemos chamar aqui de social, no sentido de associações, já que “um devir singular de alguém concerne de direito a todos” (ZOURABICHVILI, 2004, p.10). O *devir* é um tipo de diferença na prática, o conceito mais importante de Deleuze, para Eduardo Viveiros de Castro (2007, p.118) porque é a partir dele que a obra do filósofo abandona uma economia humana do desejo para “inventar” uma “economia de afetos transespecíficos que ignoram a ordem natural das espécies e suas sínteses limitativas”. Um exemplo de devir é a relação entre a vespa e a orquídea, um agenciamento do qual nenhum outro ser vai nascer, mas que é essencial para que outros seres desta espécie continuem nascendo, “porque a filiação natural dentro de cada espécie depende dessa aliança contra-natureza entre as espécies”. Para Deleuze, só há desejo agenciado. Por isso, “dir-se-á portanto, numa primeira aproximação, que se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondentes” (ZOURABICHVILI, 2004, p.9). O devir é um dos polos do agenciamento.

Devir não é uma generalidade, não há devir em geral: não se poderia reduzir esse conceito, instrumento de uma clínica fina da existência concreta e sempre singular, à apreensão extática do mundo em seu universal escoamento – maravilha filosoficamente oca. Em segundo lugar, devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real (...). Convém, para compreendê-lo bem, considerar sua lógica: todo devir forma um “bloco”, em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se “desterritorializam” mutuamente. Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a “faz fugir” (ZOURABICHVILI, 2004, p.24-25).

A figura do ciborgue, desenhada por Donna Haraway, traz uma contribuição para o entendimento do devir, e por consequência desta lógica do social como um conjunto de associações que se transformam o tempo todo, um tipo de fusão comum, corriqueira, que faz parte do modo de existência humano, mas que ficou de fora do humanismo Iluminista, marcado pela primazia da agência humana. “Com o ciborgue, a natureza e a cultura são

reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se constituir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas” (HARAWAY, 2000, p.41).

Haraway usa esta figura como metáfora do sujeito fora da ditadura da essência, por isso mesmo, fora dos padrões de normalização. Ela argumenta, assim, em favor do ciborgue como um tipo de ficção que mapeia a realidade social e corporal, mas que funciona, ainda, como recurso imaginativo que pode sugerir alguns acoplamentos metafóricos, além daqueles nos quais, de fato, homens e máquinas constituem redes, em uma simbiose protética que dispensa qualquer holismo orgânico para imprimir a noção de totalidade, alargando a visão de humanidade para além da pele. “Não está claro quem faz e quem é feito na relação entre o humano e a máquina. Não está claro o que é mente e o que é corpo em máquinas que funcionam de acordo com práticas de codificação. (...) Não existe, em nosso conhecimento formal, nenhuma separação fundamental, ontológica, entre máquinas e organismo, entre técnico e orgânico” (HARAWAY, 2000, p.91). A afirmativa da feminista, gravada no seu *Manifesto Ciborgue*, encontra força na antropologia. Wagner (2010, p.115), por exemplo, conta situações de seu trabalho de campo com os Daribi, nas quais objetos acoplados ao corpo ganham função de membros. Na sociedade estadunidense, um dos focos de sua pesquisa, ele lembra que “indiscutivelmente, e às vezes de modo bastante inconsciente, atribuímos toda sorte de qualidades ‘naturais’ a substâncias químicas e máquinas, e então as incorporamos em nossas tarefas de modo a fazer uso dessas qualidades”.

Até escrever o texto para o exame de qualificação, eu pensava em um embate dos jornalistas profissionais contra os não profissionais. Mas, nas ruas, nos protestos, não dava para saber quem era quem, por dois motivos: 1) se os repórteres não tivessem um microfone com logomarca ou qualquer identificação, ou mesmo um crachá, não dava para saber, já que muita gente usava máscaras de gás e capacete, sem distinção; 2) porque ali havia muita imprensa internacional e de agências de notícias. A coisa só ficaria mais complicada depois. Os registros naquele primeiro dia foram interrompidos porque a bateria da minha câmera acabou. Quando isso aconteceu, fiquei chateado por não poder mais fotografar e gravar o que estava vendo. Depois, em casa, me dei conta de que eu, que pesquiso tecnologia móvel, não tinha um *smartphone* que fizesse imagens de qualidade e muito menos uma bateria adicional, que poderia garantir que eu continuasse o meu trabalho, como vi os *streamers* fazendo por tantas vezes. Ainda havia muito o que aprender e principalmente muito o que experimentar para conseguir acessar melhor a perspectiva dos sujeitos hiperconectados: se a prática do

jornalismo havia naturalizado acoplamentos do uso diário, o *smartphone* conectado em rede era um objeto técnico ainda não acoplado ao meu corpo, uma experiência que eu só viveria meses depois, já em Nova Iorque.

Na manifestação seguinte, ainda na primeira semana da vivência etnográfica, na Praça Saens Peña, na Zona Norte, fotografei pouco, com receio de que a bateria da câmera mais uma vez acabasse antes da hora. Não sei se minha percepção se acostumou ou se vi menos pessoas usando capacetes. Havia helicópteros acompanhando o grupo, de cerca de 200 pessoas. Segui fotografando até que vi algo que me chamou a atenção: um policial militar usava uma câmera pequena e gravava o protesto, ao lado de um outro, que carregava uma mochila com um link de transmissão via telefone celular, conectado à câmera, equipamento conhecido como *mochilink*. Eu já havia trabalhado com esta tecnologia, da empresa LiveU, como repórter da TV Alterosa. Trata-se de uma mochila, que tem um computador com um transmissor que envia e recebe informações de antenas de telefonia celular. O aparelho tem entrada para um número variável de chips de operadoras diferentes, dependendo do modelo, por meio das quais vídeo e áudio são transmitidos, como em um *smartphone*, via Internet, para um servidor, usando a tecnologia 3G ou 4G, dependendo da disponibilidade. Há o que no jargão do telejornalismo chama-se *delay*, ou seja, um atraso na transmissão, que pode ultrapassar os 15 segundos, um tempo considerado grande, dependendo da qualidade do sinal. A imagem também depende da rede disponível. A companhia LiveU, baseada em New Jersey, nos Estados Unidos, desenvolve outros tipos de solução para transmissão de dados no negócio de televisão. Mas ficou conhecida mesmo por conta das mochilas, que já são usadas em mais de 60 países, segundo informações do site da marca¹⁰.

Minhas perguntas, então, eram as seguintes: por que a polícia estava usando uma tecnologia de transmissão de som e imagem ao vivo? Qual seria o objetivo deste tipo de acoplamento, até então desconhecido para mim? Uma notícia publicada no site do jornal Folha de São Paulo, no dia 3 de março de 2013, mostra que a Polícia Militar do Rio de Janeiro usou, naquele dia, esta tecnologia, em fase de teste, para transmitir em tempo real a ocupação do Complexo do Caju, conjunto de favelas na região central da cidade, e já havia sido usado em outra ocupação, no ano anterior¹¹. O *press release* disponível no site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na mesma data, informa que o custo de cada um dos equipamentos

¹⁰ www.liveu.tv

¹¹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/03/1239980-policia-usa-mochilink-para-transmitir-ocupacao-do-caju-em-tempo-real.shtml>

era, na época, de cerca de R\$80 mil e ainda que as cenas são reproduzidas em cinco pontos: no Quartel General da PM, na Secretaria de Segurança Pública, no COE (Comando de Operações Especiais), no carro do Posto de Comando Local e no Batalhão de Choque¹². A Polícia Militar parecia ter se tornado produtora de imagens, com tecnologia de transmissão via antena de telefone celular, assim como os coletivos e as emissoras. Mais um ator entrava então na minha pesquisa.



Figura 17: kit Live U (divulgação)



Figura 18: policiais operam o mochilink



Figura 19: policiais operam o mochilink

Durante a manifestação na Tijuca, me aproximei de um dos policiais e comecei a conversar. Ele me contou que as imagens “são provas para resguardar a tropa, já que este pessoal [se referindo aos midiativistas] faz imagens, mas mostra só um lado. A gente precisa se defender também”. A conversa acabou rapidamente e eu não consegui ver o nome dele. Mas logo pensei que para ter imagens no arquivo basta gravar, não é necessário transmitir ao vivo, usando uma tecnologia que não é tão cara como a transmissão via satélite, mas também não é barata. O uso da palavra “defender” também funcionou, para mim, como a confirmação do que já começava, aos poucos, a aparecer: o enfrentamento físico durante as manifestações era apenas um aspecto de um conflito muito maior, uma disputa de versões da mesma história,

¹² <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1469406>

uma controvérsia que estava reagregando humanos e não humanos. A Polícia Militar estava reiventando a invenção de mundo dos midiativistas.

O telefone celular, como acoplamento essencial no cumprimento de tarefas cotidianas também surgiu, posteriormente, em situações relativas ao trabalho dos repórteres aos quais tive acesso. Em uma das primeiras visitas ao SBT, ouvi um relato da repórter Carine Cerqueira sobre uma reportagem que ela havia feito no fim de semana anterior, na cidade de Saquarema, na Região dos Lagos, no norte do estado do Rio de Janeiro. “Tínhamos apenas o vídeo enviado por um telespectador e mais nada. Saí daqui para fazer a matéria, já tudo na cabeça, chegamos, gravamos com a família e geramos tudo pelo mochilink. Em uma hora fizemos e enviamos todo o material para ser editado aqui, se não, não ia dar tempo de entrar”. Ou seja, neste caso o mochilink não foi usado para transmissão ao vivo, mas foi um acoplamento que teve o seu uso reinventado para que o material fosse exibido no mesmo dia. Ela disse, ainda, que achava importante que eu fosse para a rua acompanhar o trabalho de repórteres, porque eles recebem muitas imagens, de pessoas que conhecem na rua, via tecnologia *bluetooth*, durante a apuração, revelando o uso de mais uma ferramenta disponível em *smartphones*.

Foi já na terceira semana que percebi a agência de um objeto técnico de forma mais explícita na minha pesquisa. Eu havia feito contato com a chefe de produção da TV Record, Rita Barreto e nós havíamos acertado um encontro que já tinha sido desmarcado outras vezes. Por fim, combinamos de conversar na feira de São Cristóvão, na Zona Norte, já que o local fica em frente à sede do SBT. Saí da emissora e fui para o local combinado. Ela me ligou antes de sair do prédio da TV Record, em Benfica, também na Zona Norte, para dizer que estava sem telefone celular porque a bateria estava no fim. Esperei a Rita por mais de duas horas e ela não chegou. Andei por todas as entradas da feira e não conseguia encontrá-la. Sem telefone celular, ela ficou incomunicável. Fui embora e só mais tarde ela me ligou para dizer que esteve lá, mas não me viu: um desencontro causado por um objeto técnico, um acoplamento naturalizado de tal maneira que já não sabemos mais nos comunicar sem ele. A ideia de uma ontologia plana fez todo sentido. Esta reflexão já vinha ganhando corpo na pesquisa, à medida que observava e participava das manifestações e do dia-a-dia dos repórteres do SBT. Mas faltava ainda fazer os objetos falarem, como sugere Latour. Não sabia como fazer isso, até me dar conta de que não é necessário: eles falam por si próprios, só é preciso estar atento para ouvi-los, procurar os seus rastros. Assim, o telefone celular acabou saindo do papel de intermediário e assumindo um lugar de mediador na rede da minha tese. A partir do desencontro abriu-se uma porta de entrada para a TV Record: na semana seguinte,

Rita pediu que nos encontrássemos na sede da emissora, já que isso facilitaria o trabalho dela. Foi assim que tive acesso à redação e comecei a ouvir o que o telefone celular tinha a me contar, seus agenciamentos, as trilhas pelas quais ele me levaria, bem mais do que se eu quisesse pontuar o meu caminho.

À proposta da *observação flutuante*, da abertura para o acontecimento no *devir-manifestação*, no *devir-reportagem*, juntava-se agora (ou já havia se juntado desde o início, eu é que não havia percebido) a agência do objeto que é o ator fundamental desta pesquisa: o telefone celular. De acordo com informações do *Mapeamento da Mídia Digital* no Brasil, feito pela Fundação Getúlio Vargas, com metodologia da organização internacional *Open Society Foundations*, há mais chips de telefone celular circulando no Brasil do que brasileiros: 261 milhões de cartões SIM *versus* 190 milhões de habitantes. O estudo, feito em 2013 e lançado em 2014, mostra ainda que o acesso à Internet via banda larga móvel por cartões SIM ativos aumentou de 1,7% em 2008 para 52,5% em 2012 (MIZUKAMI *et alia*, 2014, p.15). Um outro estudo, desta vez da fabricante de telefones celulares Huawei, usado no relatório da FGV, concluiu que

o crescimento da conectividade móvel foi o propulsor do aumento no número de conexões de banda larga em 2012, principalmente através de *smartphones* (89,6%) e da rede 3G. Em 2012, quase 53% de todos os celulares no Brasil dispunham de conexão móvel à rede 3G, o que representa um aumento de 58% em comparação com 2011. No mesmo período, segundo a Telebrasil, todos os municípios do Brasil tinham cobertura de redes de telefonia móvel, com 40,7% deles cobertos por pelo menos quatro operadoras. (MIZUKAMI *et alia*, 2014, p.27)

Não há mais como negar a importância destes aparelhos que aparecem como híbridos, mas não são pensados como tal. Eles estão por aí, agenciando transformações, mesmo relegados, não assumidos. Uma rápida colagem de notícias extraída do Facebook, no período da pesquisa, dá a dimensão de como estes quase-objetos passam despercebidos aos olhos dos “nativos” deste nosso coletivo que se acostumou a classificar as coisas nas categorias sujeito ou objeto, sem levar em conta o poder de agenciamento.

No dia 2 de janeiro de 2015, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem, com informações de agências internacionais, mostrando que um combatente do Estado Islâmico, a força paramilitar que aterrorizou parte do mundo árabe e renovou a paranoia do terror na Europa e nos Estados Unidos, inadvertidamente transmitiu as coordenadas de sua geolocalização, quando postou 45 mensagens no Twitter com a *geotag* do seu *smartphone* ligada¹³. Mark Taylor, recrutado pelo EI na Nova Zelândia, apagou as mensagens, mas era

¹³ Combatente do Estado Islâmico involuntariamente transmitiu sua localização exata. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/combatente-do-estado-islamico-involuntariamente-transmitiu->

tarde: uma agência internacional de inteligência já havia feito a localização. Ele não foi capturado, mas teve que fugir. No dia 20 de janeiro foi a vez do *Jornal Extra*, conhecido no Rio de Janeiro pela publicação de vídeos exclusivos no site, relativos a reportagens publicadas na versão impressa. O veículo conseguiu um vídeo que mostra a ação de dois policiais militares em Nilópolis, na Baixada Fluminense, em agosto de 2014, quando um deles disparou oito tiros contra a jovem Haíssa Vargas Motta, de 22 anos. Ela estava em um carro que os policiais consideraram “suspeito”. Depois de pedir para o veículo parar, sem ter resposta, um deles colocou o corpo para fora do carro e fez os disparos. O vídeo mostra toda a ação e o desdobramento posterior, quando eles levaram Haíssa para o hospital, acompanhados de duas das amigas que estavam no carro com a jovem. A vítima morreu horas depois. A Polícia Civil anexou as imagens ao inquérito, uma prática que tem sido comum, de acordo com o delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Carlos Augusto Nogueira, com quem conversei durante a vivência etnográfica no Rio de Janeiro.

No dia 25 de fevereiro, mais uma vez a imprensa usou imagens exclusivas para tentar desvendar um crime. A TV Globo no Rio de Janeiro e posteriormente o site G1, do mesmo grupo de comunicação, exibiram um vídeo, feito com telefone celular, que mostrava os últimos momentos de vida do adolescente Alan de Souza Lima, de 15 anos, baleado na Favela da Palmeirinha, em Honório Gurgel, no Rio de Janeiro¹⁴. De acordo com a reportagem, a Polícia Militar afirmou que um grupo de jovens foi atingido por disparos feitos durante uma operação na comunidade. Amigos da vítima negaram esta versão. O jovem fazia um vídeo quando foi atingido, ou seja, toda a sequência é registrada, até o momento em que o telefone cai da sua mão e é possível ouvir os suspiros do rapaz: as imagens são fortes e foram usadas de maneira recorrente nos telejornais, antes de serem anexadas ao inquérito que investiga o caso, na Polícia Civil. A Polícia Militar havia registrado o caso como um Auto de Resistência, alegando que o rapaz tinha uma arma. Depois da publicação do vídeo, a corporação voltou atrás e os militares envolvidos na ocorrência foram afastados.

No dia 20 de janeiro do mesmo ano um *drone*, um tipo de veículo aéreo não tripulado, agenciou transformações na vida de dois irmãos, em Lavras, no sul do estado de Minas Gerais. De acordo com o site R7, os irmãos eram monitorados, já há algum tempo, pela

sua-localizacao-exata-14954092?utm_source=Facebook&utm_medium=Social%20&utm_campaign=O%20Globo>. Acesso em: 02 jan. 2015.

¹⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/celular-filma-ultimos-momentos-de-jovem-morto-por-pm-no-rio-veja.html>

suspeita de venderem drogas sintéticas em festas. O aparelho foi usado para fazer imagens antes mesmo da entrada da Polícia Militar na casa deles, por meio de um mandado de busca e apreensão, expedido pela justiça. De acordo com a reportagem, o drone pertence à PM de Minas e tem sido usado em outras operações¹⁵. No dia 15 de março, a situação foi além: um outro drone contratado pela *Folha de São Paulo* para registrar uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, teve problemas e caiu, atingindo duas pessoas, que ficaram feridas. A empresa responsável pelo aparelho afirmou que vai investigar o que aconteceu. Enquanto lia a notícia, fiquei pensando em quão estranho, para alguém que viva ou não no mesmo mundo urbano que eu, seria imaginar algo como o que disse uma das “vítimas”, a empresária Viviane Quass: "Eu estava andando, olhei para cima e vi o drone. De repente ele caiu na minha cabeça"¹⁶.

Faço uma apropriação de uma pergunta feita, diversas vezes, por Latour, em suas reflexões sobre o animismo: como um não-nativo veria uma situação destas? Como resposta, ele dá um exemplo retirado da obra do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que, buscando um exemplo para mostrar o quanto o pensamento “selvagem” nos é próximo, definiu o processo no qual os rastros dos componentes de natureza e de cultura se apagam:

Um observador exótico julgaria sem dúvida que a circulação automobilística no centro de uma grande cidade ou em uma rodovia ultrapassa as faculdades humanas; e de fato é assim, uma vez que esta circulação não coloca face a face nem homens nem leis naturais, mas sim sistemas de forças naturais humanizadas pela intenção dos motoristas, e homens transformados em forças naturais pela energia física da qual eles se tornam os mediadores. Não se trata mais da operação de um agente sobre um objeto inerte, nem da reação de um objeto promovido ao papel de agente, sobre um sujeito que se teria despossuído em favor do objeto sem nada pedir-lhe em retorno, ou seja, situações envolvendo, de um lado ou do outro, uma certa dose de passividade: os seres em presença se defrontam ao mesmo tempo enquanto sujeitos e objetos; e, no código usado por eles, uma simples variação na distância que os separa tem a força de um exorcismo mudo. (LÉVI-STRAUSS, 1962, p.294 *apud* LATOUR, 1994, p.54-55)

Disso não faltam exemplos nesta pesquisa. Um deles chama a atenção: Filipe Peçanha (Mídia Ninja), fez uma homenagem ao seu iPhone, que parou de funcionar no dia 18 de maio de 2015. Ele postou no seu perfil do Facebook uma foto do aparelho quebrado. No texto, ele dizia que aquele foi seu “companheiro” em muitas situações:

¹⁵ DRONE filma maconha em casa e leva PM a prender irmãos em Lavras. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/drone-filma-maconha-em-casa-e-leva-pm-a-prender-irmaos-em-lavras-20012015>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603233-drone-contratado-pela-folha-cai-na-avenida-paulista-e-fere-duas-pessoas.shtml>

Sobe aos céus um companheiro. Depois de 3 anos de muita adrenalina nas ruas aguentando tiro, porrada e bomba, nesse final de semana ele parou de funcionar. Muitas emoções passaram pela telinha rachada desse celular que transmitiu para milhões de pessoas do mundo todo fatos históricos como as Jornadas de Junho, visita do Papa, a Vitória dos Garis no carnaval 2014, as Ocupações do MST, a Regulamentação da Cannabis no Uruguay; sem falar nas inúmeras vezes que me tirou das delegacias do Rio de Janeiro e garantiu minha liberdade. Um grande amigo.

Filipe credita várias ações ao aparelho e claramente confere características humanas a um objeto (ele “sobe aos céus”, um lugar bom e merecido para se viver depois da morte, no contexto judaico-cristão), considerando que ele foi capaz de agenciar transformações na sua rede de relações.



Figura 20: Facebook Filipe Peçanha

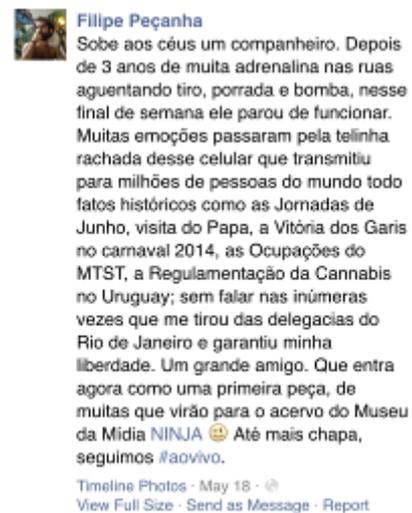


Figura 21: Facebook Filipe Peçanha

Diego Sangermano (SBT Rio) também conferiu capacidade humana ao telefone celular quando me disse, em uma de nossas conversas, que “ele [o smartphone] faz parte da equipe”. Sangermano me contou ainda que começou a refletir sobre o papel dos *smartphones* no telejornalismo depois do dia que conversou comigo, pelo telefone, autorizando minha entrada na emissora para pesquisa. Ele nunca tinha pensado sobre o assunto antes.

O celular é como se fosse “Bate cartão lá, Celular. 'brigado! Parabéns! 'brigado!’” – porque o celular hoje, ele modificou nossa maneira de trabalhar, ele facilitou. A gente não precisa mais sair daqui, por exemplo, hoje, pra buscar uma imagem. Tem o WhatsApp. Muitas fontes, muitos amadores que nos vendem imagem, não precisam mais se deslocar até aqui, “Olha a imagem.”, não, “Me manda aí. Deixa eu avaliar. Pô, bacana”. Repórter? Texto pelo celular. (...) Ele é meu braço direito aqui dentro.

Nas Ciências Sociais, Lévi-Strauss faz parte de um grupo de antropólogos que começa a considerar a possibilidade de que as culturas locais pudessem ter algum sentido em si mesmas. Para Wagner, a consciência de antropólogos de que o homem interpreta ou

compreende seu entorno a partir de suas próprias categorias está a um pequeno passo da ideia de que ele cria a sua realidade, “inventa”, como veremos mais adiante. É por isso que, de acordo com ele, Lévi-Strauss, seus seguidores e antagonistas prepararam a antropologia para a autoconsciência que ele propõe, na década de 1970, com a publicação do livro *A invenção da cultura*. Latour retoma a tarefa, lembrando que a ideia da ciência como o acesso legítimo aos mistérios do mundo é um dos sintomas de um coletivo que mantém a todo custo a separação entre natureza e cultura, a dicotomia fundamental da metafísica ocidental.

Mas, antes da Modernidade e seu corte epistemológico, a história era bem diferente. Fora da perspectiva científica, os objetos podiam sim ter agência. Michel Foucault (1999, p.23) em *As palavras e as coisas*, lembra que a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental até o século XVI. Isso só desapareceria mais tarde do horizonte do conhecimento. Um exemplo, nesta lógica, seria a crença de que as ervas podem curar os males de acordo com suas formas análogas. O acônito, por exemplo, uma planta que guarda semelhanças com o formato dos olhos humanos, serviria para curar os males destes órgãos. Tudo na natureza teria um sinal que marca sua característica imanente, o exterior como sinal do interior. Nesta perspectiva, as coisas exibiriam, em suas qualidades, o que estaria oculto nelas, de acordo com Paracelso, marco epistemológico desta ciência do século XVI, um mundo no qual a palavra e o divino estão sob o mesmo estatuto, sem diferenças entre a coisa e a sua representação, ou seja, no qual o conhecimento é algo que está em relação com o mundo, só existe e faz sentido desta maneira, é acessado de maneira diferente da que (ainda) é feita hoje, no mundo ocidental. Foucault propõe retomar este pensamento, para desvelar a origem das ciências. A ideia é mostrar um outro *modus operandi*, no qual as coisas do mundo são sinais de outras coisas, um tipo de conhecimento, não validado pela ciência moderna.

A ideia de que é necessário isolar o objeto a ser analisado está fundada na retirada da agência do ser, recortando-o do contexto em que está inserido, quebrando o todo existente entre o conhecimento e conhecedor, de acordo com a antropóloga Nurit Bird-David (1999). Ela explica esta operação usando uma metáfora: uma conversa de um nativo com uma árvore, observada por um ocidental, pode não parecer uma maneira “séria” de adquirir conhecimento, considerando a separação ontológica entre natureza e cultura, que originou o paradigma objetivista que domina a ciência. O método epistemologicamente considerado “sério” envolve então o corte de um pedaço da árvore para levá-lo até o laboratório, onde o conhecimento pode ser “descoberto”, sistematizado e posteriormente “adquirido”. O contexto em que homens e árvores trocam informações, como duas entidades com capacidade de agenciamento, ela chama de *epistemologia relacional*: só faz sentido conhecer a árvore a

partir da convivência com ela no ambiente, na relação, um modelo de acesso ao conhecimento praticado em formações sociais não modernas.

Se o objetivo da epistemologia moderna é o esquema total de essências separadas, idealizadamente próximo de pontos de vista separados, o objetivo do conhecimento animista é o entendimento relacional de um ponto de vista relativo, sem os horizontes separados de uma visão relativa. (...) Os dois caminhos são reais e válidos. Cada um tem seus limites e suas vantagens (BIRD-DAVID, 1999, p.77-78)¹⁷.

Bird-David repensa as teorias do *animismo*, a crença de que não humanos têm espírito. O que ela propõe é uma revisão crítica, retomando historicamente o sentido do termo.

O animismo é considerado um conceito fundante na antropologia. A primeira definição aparece na obra *Primitive Culture*, de 1871, desenvolvido por Burnett Tylor em meio ao cientificismo e as descobertas do século XIX. Para Tylor, um evolucionista, animismo e ciência formam uma antítese, ou seja, o “primitivo” é visto com um delirante, que vê o mundo como uma criança, um direcionamento que inspirou amplamente as teorias antropológicas posteriores. Émile Durkheim teria rompido com este evolucionismo de Tylor, mas de uma maneira tímida, considerando o pensamento “primitivo” um caso específico de um modelo universal. Assim como Latour, Bird-David considera Lévi-Strauss o primeiro antropólogo com um olhar que aceita o conhecimento não ocidental como uma visão completa de mundo. Mas, para isso, acaba reduzindo esta visão à representação simbólica, sem questionar o dualismo do pensamento moderno. A crítica de Bird-David parte do fato de que, apesar disso, antropólogos contemporâneos, com material empírico bem mais farto, não retomaram o conceito para uma necessária revisão.

É no trabalho de campo feito com uma comunidade chamada Nayaka, no sul da Índia, que ela encontra substrato para esta tarefa. Lá ela se depara com o *Pandalu*, um tipo de performance central na organização deste grupo, que tem características dos rituais de possessão. Neste evento, algumas pessoas servem como meio para contato com os *devaru*, espíritos da natureza que se aproximam para conviver e conversar sobre coisas importantes da comunidade. Para entender isso, a antropóloga toma dois caminhos. No primeiro, parte do trabalho de Irving Hallowell, uma etnografia dos Ojibwa, no nordeste do Canadá, feita na década de 1930, na qual ele nota que a percepção de personalidade, neste contexto, é diferente da ocidental: eles atribuem esta capacidade também a objetos e animais. Ao invés da personalidade como substância, essência da condição de humanidade, humanos e não

¹⁷ O texto de David-Bird foi publicado, originalmente, em inglês. Apenas algumas citações foram traduzidas por mim.

humanos são vistos simplesmente como seres, sem categorizações, passíveis da condição de humanidade, em determinadas circunstâncias.

O segundo caminho é a aplicação do conceito de *dividual*¹⁸, de Marilyn Strathern, uma concepção de uma *subjetividade em devir*, objetificação das relações a partir da qual Bird-David deriva o verbo *to dividuate*¹⁹.

I derive from Strathern's "dividual" (a person constitutive of relationships) the verb "to dividuate", which is crucial to my analysis. When I individuate a human being I am conscious of her "in herself" (as a single separate entity); when I dividuate her I am conscious of how she relates with me. (...) As I understand it, this common experience of sharing space, things and actions contextualized Nayaka's knowledge of each other; they dividuate each other (BIRD-DAVID, 1999, p.72).

Ou seja, o *Pandalu* educa a percepção dos Nayaka para distinguir o que é e o que não é pessoa na natureza. Esta *humanidade compartilhada* seria indicada por sinais às vezes decifráveis, por outras completamente ocultos. Os *devaru* seriam então objetificações dos relacionamentos compartilhados, levando-se em conta que se trata, grosso modo, da capacidade de alguns animais e objetos de portarem humanidade. Mas nem todas estas coisas no mundo podem ser *devaru*. É preciso estar atento.

For example, one Nayaka woman, Devi (age 40), pointed to a particular stone – standing next to several other similar stones on a small mud platform among the huts – and said that she had been digging deep down for roots in the foresty when suddenly "this devaru came towards her". Another man, Atti-Mathen (age 70), pointed to a stone standing next to the aforementioned one and said that his sister-in-law had been sitting under a tree, resting during a foray, when suddenly "this devaru jumped onto her lap". The two women had brought the stone devaru back to their place "to live" with them. The particular stones were devaru as they "came towards" and "jumped on" Nayaka. The many other stones in the area were not devaru but simply stones (BIRD-DAVID, 1999, p.74).

Para entender isso é preciso colocar em pauta a ideia de que compartilhar coisas é essencial na visão de mundo dos Nayaka, eles dividem-se entre si o tempo todo, o que importa é estar em relação. A ideia de personalidade só aparece ocasionalmente para se referir ao parente, à pessoa com quem divide o espaço, assim, é na relação que é construído o sentido do que seria a personalidade, que não é um "privilégio" humano. Ela conclui que o que chama de *epistemologia relacional* é uma forma de relacionamento íntimo com o ambiente e celebrações de rituais animistas, e que funcionam também em outros contextos de outras epistemologias dominantes, inclusive no ocidental. Ela apresenta, então, neste sentido, uma possibilidade para a antropologia, seu norte metodológico: não fazer a interpretação dos fatos,

¹⁸ *divíduo*, em tradução livre.

¹⁹ *dividuar*, em tradução livre

de acordo com a sua própria visão, tratando o evento como um texto, no modelo estruturalista, mas sim olhar para um sistema de pensamento como algo que só faz sentido no mundo em que está inserido. A ideia do *animismo*, a capacidade de animais terem personalidade, já trabalhada por diversos autores, não só na antropologia, é apenas parte de um alargamento de fronteiras, uma proposta de entendimento de mundo que vai além do que está claro aos olhos e traz como desdobramento inevitável outro conceito: o *fetichismo*, a capacidade de coisas (feitas pela mão do homem ou não) assumirem agência no mundo.

O que é um fetiche? Wagner (2010, p.159) usa como exemplo a casa coletiva, feita pelos *Papua*, da ilha de Kiwai, na Nova Guiné, povo que conheceu durante um trabalho de campo. No momento da construção, era preciso escolher dois idosos de quem seria consumida toda a energia vital para que a estrutura tivesse vida, pudesse ser habitada. Mas mesmo depois de terminados os trabalhos, de acordo com sua percepção, a casa continuou clamando por mais sacrifícios, chegando a acordar os seus moradores à noite. Ou seja: a morada, construída pelas mãos do homem, ganhou vida própria e passou a interferir diretamente no dia-a-dia da comunidade, criando novas relações que promovem outras formas de organização, em um *devir-casa* composto pela construção e pelos membros do grupo. Outro exemplo: Latour (2002, p.15) relembra a chegada dos portugueses à Costa da Guiné, na África, durante as conquistas imperiais do século XIX. O encontro com povos que criavam amuletos e depois atribuíam a eles a capacidade de agir sobre a vida da comunidade gerou espanto nos europeus, que logo encararam aquilo como feitiço, algo a ser combatido. Mas ao mesmo tempo, aqueles que acusavam, eram eles mesmos devotos católicos carregados de escapulários e cruces, aos quais atribuíam a capacidade de proteção contra os males.

Para designar a aberração dos negros na Costa da Guiné e para *dissimular* o mal-entendido, os portugueses (muito católicos, exploradores, conquistadores, até mesmo mercadores de escravos), teriam utilizado o adjetivo *feitiço*, originário de *feito*, particípio passado do verbo fazer, forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, factício, e por fim, fascinado, encantado. Desde o princípio a etimologia recusa-se, como os negros, a escolher entre o que toma forma através do trabalho e o artifício fabricado; essa recusa, ou hesitação, conduz à fascinação, induz aos sortilégios (LATOUR, 2002, p.16-17).

Latour pinta uma cena na qual povos cobertos de amuletos ridicularizam outros povos cobertos de amuletos. Assim como o antropólogo descreve o fetichismo nos povos estudados recorrendo ao conceito de cultura, o seu próprio fetiche, de acordo com Wagner (2010, p.36), para quem o antropólogo usa a palavra cultura com esperança e até mesmo com fé.

Se a visão do antropólogo é que os povos pesquisados produzem cultura, a partir do olhar deles, o que o Ocidente produz? Para o etnógrafo, uma das maneiras de tentar entender

o Outro, objetificando o mal-estar da relação com ele, é a antropologia, mas, para os povos para os quais produção de conhecimento e vida são indissociáveis, isso aparece de outras formas. Um exemplo são os *cultos da carga*²⁰. Wagner explica que, para as comunidades nas quais ele fez etnografias, bens são meios que servem para cultivar as relações, o que importa. Sendo assim, quando chega a carga, bens manufaturados trazidos das colônias, a leitura feita por estas comunidades é de que aquilo pode servir para cultivar inúmeras relações. Por isso a ideia da *Carga*, com maiúscula, como uma entidade passível de culto: *a Carga é a cultura reversa*. “‘Cultura’ estende a significância técnica, do modo e do artefato para o pensamento e a relação humana; ‘carga’ estende a significância da produção mútua e das relações humanas para os artefatos manufaturados: cada conceito usa o viés extensivo do outro como seu símbolo” (WAGNER, 2010, p.69). Portanto, Wagner lembra que o ritual para fazer chegar a carga, o culto resumido na expressão *Road belong cargo*, pode ser lido, ao contrário, por parte do nativo, como *Road belong culture*: rituais para fazer vir à tona a cultura. Assim como o homem que cultiva a terra precisa usar a palavra mágica para invocar a chuva, precipitando a partir disso uma boa colheita, o trabalho do antropólogo consiste em fazer vir à tona algo, precipitar o que ele chama de cultura, inventar a cultura, sua produção mais valiosa. Isso acontece em todos os âmbitos da vida social: o homem cria instituições, regras e sistemas, para dizer, depois, que é comandado pelas forças daquilo que criou. “Ao assumir que apenas medimos, prevemos e arregimentamos esse mundo de situações, indivíduos e forças, mascaramos o fato de que o criamos” (WAGNER, 2010, p.123).

Ou seja, o antropólogo toma por *fato*, o que de fato, nas outras culturas, ele considera *fetichê*. Como então distinguir o que é feito do que é fato? Latour explica que esta não é a questão a ser formulada, já que na prática, o fetiche escapa à teoria: o ideal é encontrar a posição intermediária, apostando na *mediação*, na passagem, de onde partem as coisas antes de serem purificadas como sujeitos ou objetos. Daí a proposta do termo *fe(i)tiche*.

A palavra “fetiche” e a palavra “fato” possuem a mesma etimologia ambígua – ambígua para os portugueses como para os filósofos das ciências. (...) Ao juntar as duas fontes etimológicas, chamaremos *fe(i)tiche* a firme certeza que permite à prática passar à ação, sem jamais acreditar na diferença entre construção e compilação, imanência e transcendência (LATOURE, 2002, p.46).

²⁰ Os cultos da carga aparecem com frequência nas anotações de campo de diversos antropólogos, a partir do século XIX, e têm início no contato de sociedades “tribais” (este era o nome usado na época) com grupos ocidentais. Surge do fato de que nativos observavam a chegada de cargas para militares, missionários e colonizadores, por meio de barcos e aviões, e atribuíam isso a causas sobrenaturais. O resultado é o desenvolvimento de rituais para fazer vir a carga, que muitas vezes mimetizam meios de transporte e até a indumentária do ocidental.

Na prática, a passagem do fato ao fetiche acontece sem problemas. O problema é na representação, ou seja, na teoria. Isso porque o homem moderno é obrigado a escolher sempre entre o *realismo* e o *construtivismo*, como únicas e excludentes possibilidades: a realidade é separada da construção, não sendo possível construir algo que ganha agência própria e altera a realidade. Mas, por outro lado, esta passagem do construído ao real é feita, por exemplo, no caso dos escapulários que protegiam os portugueses, ou ainda, como nos lembra Wagner, na língua, com seu sistema, que molda o falante, assim como a ferramenta molda o executor, a ciência molda o cientista, o telefone celular molda o usuário.

Há uma moralidade das “coisas”, dos objetos em seus significados e usos convencionais. Mesmo as ferramentas constituem menos dispositivos utilitários puramente “funcionais” do que uma espécie de propriedade humana ou Cultural comum, relíquias herdadas que obrigam seus usuários a aprender a usá-las. Pode-se mesmo sugerir, como o poeta Rainer Maria Rilke, que as ferramentas “usam” os seres humanos, os brinquedos “brincam com” as crianças, as armas nos incitam à batalha (WAGNER, 2010, p.129).

No sistema de pensamento moderno o que se vê é a separação total entre a prática, dominada pela proliferação de híbridos, por meio dos quais é feita a passagem do fato ao fetiche, e a teoria, onde reina a utópica *purificação* (LATOUR, 2002, p.58): de um lado o fato, do outro o que é feito, sem passagens de um a outro. Esta transversalidade, na prática, só é possível porque há remendos, bem disfarçados, que permitem reconstruir, todos os dias, indefinidamente, a eficácia do fe(i)tiche, ainda que a teoria tenha destruído a passagem entre a construção e a realidade. Se esta separação é o que marca a saída de um mundo “bárbaro” para a “civilização”, e se esta separação, na prática, só existiu na teoria, então nunca deixamos de ser “bárbaros”, nunca fomos modernos. O que Latour (1994, p.15) propõe é retomar este movimento, recuperar a passagem entre o fato e o fetiche, para encontrar o caminho que religa o homem aos objetos técnicos que o cercam, não mais de uma maneira a torná-los acessórios, mas sim acoplamentos mútuos, devires nos quais não há hierarquia na capacidade de agência. Para isso é preciso abrir mão da separação fundamental, que institui a base do *modus operandi* moderno: a dicotomia natureza *versus* cultura.

O animismo, e o fetichismo, por consequência, encontraram paralelo dentro dos laboratórios científicos, na visão de Latour: o cientista acredita que descobriu o que ele, de certa forma, criou, ao mesmo tempo em que, em outras formações sociais, os nativos acreditam, por exemplo, que o objeto de devoção, talhado por eles mesmos, ganha vida própria. “Como poderíamos desencantar o mundo, se nossos laboratórios e fábricas criam a cada dia centenas de híbridos, ainda mais estranhos que os anteriores, para povoá-lo?”

(LATOURE, 1994, p.114-115). Portanto, sem os objetos, nem homem, nem animal, nem ninguém produziria resultados como os que produzem. Mas eles continuam ocupando lugar de subalternidade, radicalmente separados do ser humano. Daí a proposta de um *Parlamento das Coisas* (LATOURE, 1994, p.140), de uma cosmopolítica, um jeito de gerir o mundo em que os não humanos também tenham lugar no momento das decisões: uma proposta que remonta a um mundo pré-científico, à primeira vista, mas que apresenta muita coerência quando levamos em conta a preocupação ecológica e a incapacidade contemporânea de gerência dos grandes coletivos humanos nas cidades. A democracia então deveria ser também das coisas, e não só dos homens, como uma maneira de evitar a proliferação descontrolada dos híbridos e garantir uma passagem que recupere a *tradução* como modo legítimo de passagem entre sujeito e objeto, ao lado da *purificação*.

Volto ao exemplo do telefone celular do ninja Filipe Peçanha, considerado por ele um “companheiro”. Na mensagem, Filipe confere, sem dúvida, traços de humanidade a um aparelho que funcionou como acoplamento de seu corpo por muitas vezes. O homem sempre foi cultura e natureza, não dá para separar as adaptações evolutivas genéticas das ferramentas tecnológicas que permitiram a sobrevivência da espécie, em um devir-homem, mais que a utópica forma pura. Isso não é novidade, mas a partir do ponto de vista do Iluminismo, o humano se torna cada vez mais dúbio. Não é necessário abandonar os conceitos da sociologia do social. A questão é que ela não dá conta de mapear novas associações porque trabalha apenas com o que está estabilizado, decantado.

A more extreme way of relating the two schools is to borrow a somewhat tricky parallel from the history of physics and to say that the sociology of the social remains ‘pre-relativist’, while our sociology has to be fully ‘relativist’. In most ordinary cases, for instance situations that change slowly, the pre-relativist framework is perfectly fine and any fixed frame of reference can register action without too much deformation. But as soon as things accelerate, innovations proliferate, and entities are multiplied, one then has an absolutist framework generating data that becomes hopelessly messed up (LATOURE, 2005, p.12).

Eu poderia dizer aqui que os objetos fazem parte da rede de relações em que humanos estão inseridos e comumente ganham características que conferimos a humanos, mas isto ainda seria corroborar a divisão fundamental. Isso porque, adotada a ontologia plana como lente para olhar o mundo, os humanos nem sempre são actantes, é impossível saber a origem e o fim de uma ação dentro da rede, o que importam são os rastros, as associações entre os envolvidos. Wagner (2010, p.114-115) lembra que “o amor e o sentimento dificilmente poderiam ser experienciados sem o maquinário, que dá a eles uma presença objetiva, uma dimensão de atributos altamente específicos que servem ao mesmo tempo como sua

realização e como um meio para futuras realizações”. A mediação dos não humanos é parte constitutiva do humano, mas a Constituição Moderna (LATOUR, 1994) tentou nos fazer esquecer isso. Precisamos nos lembrar. É que vou fazer a partir de agora, retomando o conceito de tradução, espinha dorsal da TAR, na tradição antropológica.

2.3 A tradução e a tradição

Michel Callon, um dos criadores da Teoria-Ator-Rede, chamou esta abordagem de “Sociologia da Tradução” (LEMOS, 2013, p.33), na qual o social deve ser desvelado seguindo os atores e suas associações, mostrando a diferença em relação ao que Latour chamou de “Sociologia do Social”: nesta, o social explica as associações a partir de um ponto fixo, inerte. Mas o conceito de *tradução*, fundador da TAR, é bem mais antigo: remonta à própria fundação das Ciências Sociais como campo científico. O caminho da Antropologia Visual foi escolhido aqui como acesso ao que vou apresentar: a tradução a partir das propostas da Antropologia Simétrica (LATOUR, 1994) e da Antropologia Reversa (WAGNER, 2010), abordagens nas quais os conceitos de natureza e cultura não formam pares dicotômicos e que acabam por considerar a possibilidade de uma reflexão análoga à Antropologia, por parte dos nativos. As experiências do francês Jean Rouch, híbrido de cineasta e antropólogo, que inventou o filme etnográfico, como o conhecemos, já apontavam para esta relação, ainda que de maneira pouco sistematizada, formando o que Renato Sztutman (2009) considerou um tipo de elo perdido. A relação com o cinema e o fato de Rouch ter sido um engenheiro reforçam, ainda, a minha opção pelo caminho deleuziano do conhecimento, no encontro entre a filosofia, as ciências e as artes.

A vivência etnográfica, com a observação participante como técnica fundamental deste método, é pilar da Antropologia Social como disciplina moderna, parte do quadro das Ciências Sociais, definido a partir da experiência de Bronislaw Malinowski, o antropólogo britânico, nas Ilhas Trobriand, no Pacífico Sul. Lá ele conviveu com povos de Papua Nova Guiné, que usavam canoas para circular de uma ilha a outra, de maneira rudimentar, para um tipo de comércio chamado *kula*. Foi a partir desta experiência que ele definiu uma metodologia para o trabalho de campo, baseada em uma visão da ciência que aposta no corte epistemológico e no rigor como base para a pesquisa, seguindo o modelo das ciências naturais. Ele acreditava que era necessário se ater aos documentos de valor científico e observar com isenção, deixando claro que era preciso buscar os dados nas fontes primárias, diretamente com os nativos, contrariando uma tradição da *antropologia de gabinete*, reinante até então, na qual o trabalho dos antropólogos era feito a partir de inquéritos, com dados de informantes secundários, como viajantes e missionários. Ele percebeu, no trabalho de campo, que a maneira como os informantes brancos falavam dos nativos “era, naturalmente, a de mentes destreinadas e pouco acostumadas a formular os seus pensamentos com algum grau de

consciência e precisão” (MALINOWSKI, 1978, p.20) e com isso, os fatos corriqueiros da vida social escapavam, inevitavelmente.

Malinowski insistiu na necessidade de o pesquisador viver junto com os nativos e não no gabinete: somente por meio da convivência diária o pesquisador conseguiria se colocar na comunidade de maneira a não ser mais notado e anular as interferências, como se isso fosse possível. O resultado deste trabalho foi publicado no livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, em 1922, que constitui um direcionamento da corrente do Funcionalismo na Antropologia. O antropólogo, nesta proposta, trabalha por analogias e comparações. A descrição etnográfica assemelha-se, nesta visão, ao trabalho de *tradução*, por três caminhos: a documentação estatística, a descrição detalhada de comportamentos e a transcrição por meio do idioma nativo. A medida-padrão para esta comparação é a ocidental.

No mesmo período, o engenheiro estadunidense Robert Flaherty, precursor do uso sistemático da câmera cinematográfica no trabalho de campo, filmava e mostrava o que foi registrado aos nativos, no mesmo dia da gravação. Ele foi um dos responsáveis pela obra de construção de uma ferrovia canadense, por isso carregava com ele uma câmera e um pequeno laboratório, que oferecia condições para que fizesse a revelação do filme em campo mesmo. Destas experiências, surgiu a ideia de mostrar a vida de um esquimó e sua luta pela sobrevivência no ambiente polar, numa narrativa focada neste personagem. Daí nasceu *Nanook of the North*, de 1922, obra na qual Flaherty acompanha o dia-a-dia de Nanook, o personagem-título, durante uma infinidade de idas e vindas ao norte. Hoje, alguns elementos cênicos despertam questionamentos epistemológicos sobre o filme (MONTE-MÓR, 2004) e sabe-se que muito daquilo que foi filmado não acontecia, de fato, como aparece na tela.

O casal de antropólogos Gregory Bateson e Margareth Mead também trataram do tema *tradução* ao sistematizar o uso do filme como metodologia para o trabalho de campo, em Bali. De acordo com Ira Jackinis (1988), eles teriam dado início ao campo de estudos conhecido hoje como Antropologia Visual e encontraram problemas que eram comuns aos colegas: mostrar, em palavras, o que viam e viviam nas aldeias em termos de imagens, sons e movimentos. Bateson foi quem se dedicou por mais tempo à imagem, primeiramente à fotografia e depois ao filme. “Bateson took the principal photographic record, both still and motion (...), while Mead kept verbal record with documented them. In fact Mead acted as a kind of director, alerting Bateson to particular interest behavior to be filmed, behavior which he tended to lose track of with his eyes to the viewfinder” (JACKINIS, 1988, p.164). O trabalho resultou em uma série de traduções: dois livros, inúmeros ensaios e também uma série de sete curta metragens, dentre os quais *Trance and Dance in Bali*, o mais conhecido

deles. Chama a atenção o fato de que muitas das tomadas resultaram da encenação de rituais, já que a maioria dos transe aconteciam à noite, horário em que, nas condições técnicas do momento, não era possível filmar. Uma das maiores dificuldades encontradas foi a organização do material, muito vasto.

Perhaps more significant than their ethnographic findings *per se* were the new method of field recording devised by Bateson and Mead. These methods were made necessary by the vast scale of their work. They had to find some way to document thousands of still images, thousands of feet of film, and a vast collection of artifacts, with written records extending over two years (JACKINIS, 1998, p.163).

O trabalho teve reverberações posteriores em muitos pesquisadores, inclusive no francês Jean Rouch, que propôs as bases do que conhecemos hoje como *filme etnográfico*. Rouch era engenheiro de Pontes e Estradas da França quando foi designado para trabalhar no Níger, onde conheceu e conviveu com a comunidade dos Songhay. É nesta experiência que ele dá início ao seu trabalho como antropólogo. O cinema vai fornecer, posteriormente, um método para seu trabalho, principalmente a partir dos conceitos de Robert Flaherty e do cineasta russo Dziga Vertov. Ele teve outras experiências de registros de rituais e situação do dia-a-dia das comunidades e foi na convivência com estas pessoas que surgiu uma de suas principais preocupações: saber a opinião dos nativos sobre o que ele registrava, diferentemente da maioria dos antropólogos à época. Em 1951, ele instalou um pequeno gerador elétrico em uma aldeia, para exibir pela primeira vez as imagens que havia registrado no mesmo local, usando um lençol branco, estendido. Ele havia filmado a caça a um hipopótamo e queria saber a reação de quem havia sido registrado.

Estava tudo bem e de repente, eles compreenderam e disseram-me: “Não está bem”! (...) Disseram-me uma coisa que é muito importante para mim. Disseram-me: “Mas, tu puseste música na caça?” Aí eu defendi-me. Disse: Sim, é uma música que dá coragem aos caçadores. E eles disseram-me: “Então tu não sabes que o hipopótamo debaixo d’água ouve, e se ouve vai embora” (FREIRE, 2007, p.42).

O filme foi alterado e a música foi retirada. Jean Rouch passou a defender a ideia de que o cinema criou um diálogo que não seria possível com o trabalho escrito e o método do filme etnográfico foi ganhando novos contornos à medida que ele avançava em sua filmografia. A partir daí, delineou-se um conceito que ele chamou de *Antropologia Compartilhada*, uma perspectiva de trabalho que considera não só o observador, mas também o observado como actante na rede de relacionamento que se estabelece durante a pesquisa, levando em conta a sua capacidade de teorizar sobre este encontro, tanto quanto o pesquisador.

Na segunda categoria de filmes, chamados de psicodramas ou de improvisação, ele utiliza um procedimento que consiste em fazer com que as pessoas filmadas participem do *miss em scène*, como no filme *Jaguar*, rodado em 1954, e finalizado mais de 10 anos depois, em 1967. Na obra, três jovens de Gana: Lam, Illo e Damoure, saem da aldeia onde nasceram e passam por outras comunidades, buscando o caminho de uma cidade costeira do país e assim acabam conhecendo outras maneiras de viver. O filme é um misto de documentário e ficção, dando origem a um método de trabalho baseado na intuição e no improviso. “É nessa modalidade que o ‘outro’ deixa de ser apenas objeto de registro, mesmo que contribuindo para que este aconteça – como nos filmes de ‘registro etnográfico’ – e passa a ser ‘inventado’, construído pelo cineasta e por ele próprio” (FREIRE, 2007, p.70). Os três personagens “são inventados”. A obra foi finalizada 10 anos depois de filmada, quando, a partir da projeção das imagens, Rouch gravou os comentários dos três personagens, em um esforço de memória. De uma forma ou de outra é sempre o antropólogo que estimula o nativo a participar do jogo e é a partir deste encontro que se precipita a cultura, como acredita Wagner.

A cultura não passaria então de uma estratégia, da qual o antropólogo lança mão, como forma de entender a experiência do outro, e só aparece quando ele se coloca em confronto com este outro: seria então um tipo de precipitação, o que surge da relação, das associações, do movimento de agências, não sendo possível defini-la claramente, objetivamente, nem antes, nem depois do contato. Daí o termo *invenção*.

De fato, poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais “real” do que as coisas que ela “relaciona”. No entanto, essa explicação somente se justifica se compreendemos a invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia. (WAGNER, 2010, p.30)

Para Wagner, isto também se repete do outro lado: o nativo tenta entender o pesquisador. Por isso ele considera a possibilidade de uma *Antropologia Reversa*, um pensamento similar à antropologia, intencional, por parte do nativo, porém, não sistematizável. Esta maneira de entender o mundo poderia ajudar a própria Antropologia a ser reinventar, de acordo com ele, que apresenta esta possibilidade a partir da sua experiência em trabalhos de campo, no livro *A invenção da cultura*. A obra só chegou aos acadêmicos brasileiros, em língua portuguesa, em 2010, mais de 30 anos depois do lançamento, marcando três décadas do que Márcio Goldman (2011, p.168) chamou de certa “subserviência da antropologia ao colonialismo e ao imperialismo”, começando por criar uma perspectiva fora

da dicotomia natureza *versus* cultura, cisão fundamental da Antropologia Social como disciplina acadêmica.

Roy Wagner considera a cultura como um tipo de invenção do antropólogo, uma estratégia para que ele possa lidar com a diferença radical, reinventando, assim, ao mesmo tempo, a sua própria cultura. O significado da palavra “invenção” deve ser entendido, exclusivamente, no sentido estabelecido por Deleuze para a noção de criação, de acordo com Goldman (2011, p.201).

Isso significa que a “invenção” de Wagner não consiste nem na imposição de uma forma ativa externa a uma matéria inerte, nem da descoberta de uma pura novidade, nem na fabricação de um produto final a partir de uma matéria-prima qualquer. Isso a afasta dos modelos mais recorrentes utilizados no Ocidente para pensar o ato da criação: o modelo hilemórfico grego, o judaico-cristão de criação *ex-nihilo*, o modelo capitalista de produção e da propriedade. A invenção wagneriana é, antes, da ordem da metamorfose contínua, como acontece na imensa maioria das cosmogonias estudadas por antropólogos, em que as forças, o mundo e os seres são sempre criados e recriados a partir de algo preexistente.

Toda compreensão de outra cultura é um experimento com a nossa própria. O ocidental “cria” a cultura do nativo, mas o nativo trilha o mesmo caminho, deixando a cultura ocidental à mostra como construto. Este tipo de choque cultural não acontece somente neste contexto, por isso Wagner acaba nos oferecendo um conjunto de escritos inspiradores, que nos permitem pensar diversos outros choques, inclusive o que acontece entre os jornalistas profissionais e os diversos atores da rede de relações da minha pesquisa, que reivindicam para si a legitimidade de *tradução* dos fatos.

A invenção seria também, como explica Wagner, um tipo de controle sobre a situação vivida, por parte do antropólogo. No caso do Ocidente, o foco da repressão estaria sob a natureza, como se a cultura, como criação humana, uma convenção, fosse o artifício criado pelo homem para dar ordem ao caos do mundo. No segundo, no modelo de outros povos, o foco do controle está sobre a cultura, como se a natureza garantisse que a sociedade não se perca num emaranhado de regras. Ou seja, neste contexto, o ator opera de uma maneira particular, não convencional. Estes princípios definiriam então as formas pelas quais significados são criados através de interações com o mundo: por meio da *convenção*, com a criação de leis e códigos coletivos; ou por meio da *diferenciação*, as metáforas inventivas que inserem o sujeito em um lugar exclusivo.

Mas ao mesmo tempo, Wagner lembra que nunca há apenas criação ou apenas convenção, independentemente da maneira como se faz o significado, ele é sempre relacional. Quando é o contexto convencional que serve como controle, o ator articula suas relações a partir de um código moral, mas ele, ao mesmo tempo, recria o contexto convencional de uma

maneira muito própria, não convencional. Quando é o contexto não convencionalizado que serve de controle, em vez de seguir regras, o ator testa os limites, criando situações particulares, mas sob um pano de fundo convencional, comunicável. “A *necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção*. (...) Invenção e convenção mantêm entre si uma relação dialética, uma relação ao mesmo tempo de interdependência e contradição. Essa dialética é o cerne de todas as culturas humanas (e muito provavelmente as animais)” (WAGNER, 2010, p.96). Ou seja, a atenção do indivíduo pode se concentrar em um modo *coletivizante*, ou em um modo *diferenciante*, mas nunca passa apenas por um deles, sendo, a rigor, impossível definir claramente o que é a cultura, um conceito criado a partir de um ponto de vista bastante específico.

A metáfora criada pelo *Culto da carga* oferece uma boa trilha para essa caminhada: se o antropólogo pensa o nativo, objetificando o que ele chama de *cultura*, por outro lado, o nativo também cria algo, um *análogo da cultura*, a *Antropologia Reversa*. O nativo também formula hipótese a partir deste encontro e mesmo que não expresse este pensamento pelos meios acadêmicos (coisa que poderia não fazer o menor sentido no seu contexto...), também inventa o outro de alguma maneira. Daí a relação estreita com um tipo de reflexão já presente na obra de Jean Rouch. Para Renato Sztutman (2011, p.111), os filmes e as ideias de Rouch antecipam muitas das questões centrais desta antropologia contemporânea, representada por Wagner. “E essa antecipação nada mais é do que a prova de que o pensamento – o pensamento antropológico, por exemplo – é tanto melhor quanto tecido nesse trânsito entre arte, filosofia e ciência, é tanto melhor quando tem em vista, além das funções e dos conceitos, os perceptos e os afectos”. A inspiração deleuziana é explícita.

Sztutman considera a reviravolta estética e epistemológica promovida por Rouch o fato de que ele acrescentou uma dimensão dialógica à tarefa de registrar e documentar os fenômenos culturais por meio de imagens, exibindo seus filmes-pesquisa para que os nativos pudessem opinar, no processo da *Antropologia Compartilhada*. Os nativos não liam textos antropológicos, mas viam filmes etnográficos, aproximando-se da proposta da *Antropologia Reversa*. “Em suma, uma antropologia reversa seria uma antropologia da antropologia feita pelos nativos, seria imaginar que certas reflexões lançadas pelos nativos possam ser tratadas como se fosse antropologia. Eu arriscaria dizer que se a antropologia visual de Rouch é, em primeiro lugar, compartilhada, ela é em muitos momentos também reversa” (SZTUTMAN, 2011, p.112). A afirmativa tem fundamento, já que o filme acaba por aproximar a reflexão antropológica, até então exclusiva do pensamento acadêmico clássico, da vida cotidiana.

Assim como os nativos fazem, sem separar esta reflexão da vida, sem criar uma disciplina específica para isso.

Sztutman defende que Rouch sempre buscou uma paridade epistemológica entre os nativos africanos e os antropólogos-cineastas ocidentais, incorporando a opinião dos retratados no produto final, considerando o olhar nativo “como um modo legítimo de conhecimento, e não como deformação, ilusão, ou para usar um termo mais próximo a um certo tipo de militância política, alienação”. Assim como Wagner, Rouch não nega a autoria do texto antropológico, mas acredita na readequação deste processo a partir de agenciamentos múltiplos. No filme Jaguar, temos um exemplo de reversibilidade: quando os três personagens se encontram na aldeia dos Somba, nativos que andam nus, diferentemente deles, os três chegam à conclusão de que não devem zombar dos outros porque vivem de maneira diferente da que conhecem. Quando Damouré e Lam falam sobre a comunidade que tem hábitos diferentes do lugar onde vivem, eles estão, de alguma maneira, fazendo algo análogo à antropologia. O exercício de Jaguar aponta para uma tentativa de criar, *inventar* para Wagner, o que seria a cultura do outro, além de mudar a própria cultura, reinventada, a partir deste exercício. Os três personagens fazem isso quando retornam ao lugar onde viviam. Jean Rouch agencia transformações e também se transforma, desta maneira, como um *tradutor*. Malinowski (1978, p.25) já havia reconhecido esta função no etnógrafo, mas acreditava que seu papel era o de usar as suas referências para esclarecer a maneira de viver dos povos considerados “primitivos”.

Os nativos obedecem a forças ou ordens do código tribal sem as compreenderem, da mesma forma que obedecem aos seus instintos e aos seus impulsos, sendo incapazes de enunciar uma simples lei de psicologia. (...) A diferença é que na nossa sociedade todas as instituições têm os seus membros pensantes, os seus historiadores, os seus arquivos e documentos, enquanto uma sociedade nativa não existe nada disso.

À parte o posicionamento funcionalista, baseado em uma concepção de ciência restrita ao corte epistemológico, já está aí a ideia de que o antropólogo dá sentido ao seu relato a partir da sua vivência, no caso de Malinowski, a corte inglesa. O pesquisador precisa mobilizar os conhecimentos sobre a sua própria cultura para aplicá-los a outra, “isso é o que eles inventam e aquilo que sua antropologia os ensinou a inventar”, acredita Wagner (2010, p.225), lembrando que a *tradução* tanto de expressões verbais quanto dos costumes de outros povos em um conjunto de regras corresponde a um uso de controles culturais para aplicação na invenção da natureza.

A transposição da barreira epistemológica que impede o pesquisador de ver a cultura como criação, invenção que objetifica o desconforto da relação com a alteridade, é a trilha

para assumir *a tradução como um caminho legítimo*, uma passagem entre o sujeito e o objeto, para Latour (1994, p.16). *A tradução*, ao lado da *purificação*, integra um conjunto de práticas que caracterizam a Modernidade, devendo permanecerem distantes para que continuem funcionando.

O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro. Sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias e supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado ou mesmo interdito. O primeiro conjunto corresponde àquilo que chamei de redes, o segundo que chamei de crítica.

O que marca a Modernidade é a valorização da purificação, que cria uma separação clara entre humanos e não humanos e o ocultamento da tradução entre o sujeito e o objeto. A tradução cria híbridos de natureza e cultura, redes, nas quais não se separa natural e cultural: esta é uma modalidade essencial para que a purificação aconteça posteriormente, mas que é negada pela Modernidade, ficando sua existência alicerçada em uma Constituição sumarizada por Latour em quatro garantias fundamentais: 1) ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos; 2) ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos; 3) a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas, o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação; 4) a garantia do Deus suprimido do jogo: natureza e cultura foram esvaziadas da presença divina. *O ponto essencial deste esquema é tornar o trabalho de mediação por tradução irrepresentável*. Mas isso não torna este trabalho inviável, pelo contrário: *sem tradução, não haveria purificação*. O que acontece é que, clandestinamente, a proliferação de híbridos nunca parou, nem é possível parar, já que toda circulação de agência é tradução. O resultado disso é um sem número de quase-objetos que hoje habitam nossas redes sociotécnicas sem estatuto, sem reconhecimento e fora do controle. Existe um meio, onde tudo acontece, por tradução, mas este lugar não é reconhecido.

Foucault (1999) lembrou que os tratados pré-modernos de ciência ainda estavam cheios de referências a um conhecimento relacional, em um momento em que ela mantinha uma dependência para com o saber. Sua proposta de retomar este pensamento encontra coro em Latour (1994), quando este relembra o embate entre o cientista Robert Boyle e o cientista político Thomas Hobbes, sobre os limites da ciência e do governo, para mostrar que ambos desenvolveram obras que tratavam de aspectos da natureza e da sociedade, ao mesmo tempo. O primeiro desenvolveu teorias políticas e o segundo, teorias científicas, que são, respectivamente, ignoradas por seus seguidores, pela necessidade de se fazer esta separação

de perspectivas. Quando Boyle constrói uma bomba de sucção e faz a experiência de deixar um pássaro sem ar, dentro de um tubo sugado pela máquina, provando assim a existência do vácuo, ele forja uma metáfora parajurídica, com testemunhas, *inventando* o estilo empírico na ciência como o conhecemos até hoje: os fatos são construídos no laboratório, em condições específicas, afastados do ambiente de produção, para assim, provar-se que eles existem, no seu contexto, na natureza. Houve a mediação de no mínimo um objeto técnico, a bomba de ar, para que o resultado fosse produzido, não há somente participação humana aí: a máquina agenciou transformações que extrapolaram o âmbito da política e ganharam o poder e o discurso, mas o actante não humano da rede-pesquisa não é levado em conta, justamente por não ser um humano, é considerado inerte e por isso mesmo isento, testemunha perfeita, que não pode mentir.

A experiência de Boyle não tem grandes novidades, a questão é seu ponto de aplicação: até então os testemunhos haviam sido sempre humanos ou divinos, nunca não humanos. Começa aí a tentativa de ocultamento, de *fazer os objetos calarem*.

Eis que intervém, na escrita de Boyle, um novo ator reconhecido pela nova Constituição: corpos inertes, incapazes de vontade e de preconceito, mais capazes de mostrar, de assinar, de escrever e de rabiscar sobre os instrumentos de laboratório testemunhos dignos de fé. Estes não humanos, privados de alma, mas aos quais é atribuído um sentido, chegam a ser mais confiáveis que o comum dos mortais, aos quais é atribuída uma vontade, mas que não possuem a capacidade de indicar, de forma confiável, os fenômenos. De acordo com a Constituição, em caso de dúvida, mais vale apelar aos não humanos para refutar os humanos. (LATOUR, 1994, p.29)

Estava ali o ponto inicial da separação ontológica, reforçada o tempo todo pelo processo de purificação, contemplado como procedimento na Constituição Moderna, e pela proliferação clandestina dos híbridos, necessários para esta purificação. Latour propõe que a barreira que separa ideologia e ciência seja derrubada, desconstruindo a posição do objeto como fora do problema. É preciso, então, criar um lugar em que estes quase-objetos tenham representações diretas, e não indiretas, de segunda classe, como parece ter acontecido até então. “Trata-se simplesmente de homologar aquilo que todos nós fazemos desde sempre, contando que repensemos nosso passado, que sejamos capazes de compreender retrospectivamente o quanto nós jamais fomos modernos (...). Metade de nossa política é feita nas ciências e nas técnicas. A outra metade da natureza se faz nas sociedades” (LATOUR, 1994, p.142). A proposta é reatar o laço, reabilitando os quase-objetos e conferindo-lhes cidadania, no que Latour chama de *Império do Centro*, entre os quase-sujeitos e o quase-objetos, onde, de fato, tudo nasce.

O Império do Centro é o ponto de partida e não o contrário: é a partir dele que os outros dois lados são criados, ou *inventados*. O meio seria o lugar do pesquisador, na proposta de uma *Antropologia Simétrica*, que tem três princípios básicos: 1) a explicação das verdades e dos erros com os mesmos termos, as falhas não serão mais escondidas; 2) o estudo, simultâneo, dos humanos e dos não humanos, nos mesmos termos; 3) suspensão do que distingue os ocidentais dos outros, a ideia de purificação plena. Dessa maneira, a antropologia perderia sua ligação exclusiva com as culturas, mas ganharia a natureza, que, assim como a sociedade, não é constituída de entidades trans-históricas. Já afirmei que a *Antropologia Reversa* inventada por Wagner pode ser aplicada não só ao encontro antropólogo-nativo, mas também a diversos outros conflitos, onde diferentes grupos objetificam uns aos outros a partir da invenção. A *Antropologia Simétrica* pavimenta este percurso, trazendo mais ferramentas para pensar este tipo de relação, em dois sentidos, no caso específico da minha pesquisa: 1) como os grupos observados se inventam mutuamente, como eles se reinventam e conferem sentido ao trabalho do outro, chegando a criar teorias sobre suas próprias ações e as ações de outros grupos; 2) como eles percebem a minha atuação na convivência com eles, me inventam, já que sou um pesquisador-jornalista (ou um jornalista-pesquisador), e assim teorizam sobre suas ações a partir dos meus questionamentos. A reflexão apresentada aqui foi realizada depois das vivências etnográficas, entre os meses de junho e julho de 2014, no Rio de Janeiro, e em Nova Iorque, entre dezembro de 2014 e 2015, levando-se em conta a proposta de um trabalho de observação flutuante, no qual o mapeamento da rede de relações (ou a invenção dela) é fruto da vivência e da relação, na construção de um conhecimento em devir.

A palavra jornalismo tem sido tomada como *a priori*, um bloco homogêneo, uma essência, uma causa da qual parte consequências. Mas, se ao invés de uma essência, enxergarmos o jornalismo como uma rede, constituída por agenciamento múltiplos, o conceito ganha fluidez e as mudanças tecnológicas as quais assistimos, por vezes apreensivos, tornam-se parte do movimento de controvérsias e posterior estabilização das redes sociotécnicas das quais participa e que forma. Tomando de empréstimo o conceito da TAR, vejo o jornalismo como uma *caixa-preta*, um tipo de cristalização, estabilização temporária de uma rede heterogênea de humanos e não humanos, que de tempos em tempos é reaberta, reorganizada e novamente fechada.

Após a resolução da controvérsia, tudo se estabiliza, passa para um fundo e desaparece, até o momento em que novos problemas apareçam e a rede se torne mais uma vez visível. Um aparelho de ar condicionado, por exemplo, é uma caixa-preta se está funcionando sem chamar a atenção. Parece uno, indivisível, compacto.

Quando quebra, vemos os diversos mediadores estabilizados que o compõe: peças, regras de garantia, disponibilidade de técnicos ou serviços especializados, problemas de engenharia ou de projeto etc. (LEMOS, 2013, p.55).

Na rede que pesquisei, as controvérsias mapeadas me ajudaram a abrir as caixas-pretas a partir do momento que a heterogeneidade da rede jornalismo ficou à mostra, com a entrada de novos elementos que desestabilizaram o fluxo de agências. Uma delas, talvez a principal, tenha sido a morte do cinegrafista Santiago Andrade, no Rio de Janeiro, em 2014, durante a cobertura de uma manifestação, evidenciando os agenciamentos escamoteados por trás do que conhecemos como jornalismo. O objetivo, a partir deste ponto, é criar uma reflexão em torno das mudanças na rede-jornalismo a partir da entrada do quase-objeto telefone celular, de acordo com as minhas vivências de campo, sem cair na armadilha do jornalismo como uma essência, das explicações construídas *a priori*, por categorias exteriores à pesquisa empírica.

3 MAPEAMENTO DA REDE

Escrever um relato de campo não é algo simples, nem fácil. Há sempre a possibilidade de deixar escapar coisas, grandes ou pequenas, que podem fazer toda a diferença no final. O gravador de áudio pode funcionar como um auxílio extra, na hora de registrar pensamentos e falas que não deveriam ser esquecidas, mas o que conta, no fim, é o que a memória guarda do fato, depois de passado por todos os filtros morais, intelectuais e, vamos chamar assim, “culturais”. Por isso, o que fica são impressões sobre o que observamos, mais do que qualquer outra coisa. Mas não é sempre assim? Penso que há entre o jornalista e o etnógrafo um tipo de parentesco, uma aproximação no desejo de traduzir o que se viu, de maneira mais ou menos concisa e esquematizada, suprimindo, inevitavelmente, uma série de nuances e até mesmo de incoerências que o filtro do letramento não admite. Por isso, melhor mesmo é assumir o caminho da incompletude e da traição, assumir a perspectiva de onde estamos falando e, por que não, as dificuldades e barreiras no acesso à informação, tanto quanto o que consideramos o sucesso da empreitada.

A escrita jornalística, conforme pratiquei no mercado de trabalho, está atravessada por uma série de devires históricos e metodológicos que têm o objetivo de garantir o que se convencionou chamar de objetividade, imparcialidade, e suas variações sobre o mesmo tema. É justamente neste ponto que se encontra o que considero uma controvérsia rica deste trabalho: o agenciamento que, por meio de objetos técnicos relativamente novos, cujas regras de uso ainda não foram decantadas de forma a serem institucionalizadas, abre espaço para questionamento que, se antes aconteciam de maneira pontual, agora estão *fora do controle*. O que quero dizer aqui é que a tecnologia telefone celular, conectada à Internet, das mais diversas formas, interligando humanos e não humanos pelas mais diversas redes, abriu espaço para que vozes sejam ouvidas e inventem um outro jornalismo, logo, um outro mundo. O que me interessa é o caminho entre um jornalismo que foi e um outro que parece estar sendo forjado, a partir destas relações.

O que apresento, nesta parte do trabalho, é um relato em tom pessoal, cheio de referências das minhas experiências na rotina de trabalho no jornalismo. Não há um ordenamento cronológico, mas tentei organizar a narrativa de acordo com os assuntos que se repetiram e me pareceram os mais interessantes, nesta primeira mirada desta rede tão ampla que tentei mapear durante a vivência etnográfica, no Rio de Janeiro, e ainda durante minhas observações e entrevistas realizadas em Nova Iorque. No fim das contas é inevitável fazer comparações e partir de um ponto de vista, levando-se em conta a ideia do que é uma

etnografia. Mas é necessário ir além da escrita impressionista sobre esta experiência, como é possível ver nas propostas de Roy Wagner (2010), Bruno Latour (1994, 2005), e mais à frente neste trabalho, de Eduardo Viveiros de Castro (2004), propondo categorias, mesmo que temporárias e pontuais, e ainda sugerindo conexões que possam ajudar a abrir a caixa-preta das controvérsias expondo os equívocos ocultos nesta rede de relações entre humanos e não humanos. Por isso é preciso ler as próximas páginas deste relato com vistas ao que se segue depois.

3.1 A Copa e o campo: a rede de cobertura dos protestos no Rio de Janeiro

Eu estava no segundo dia de convivência na redação quando o repórter Eduardo Oliveira (SBT Rio) me fez um convite: acompanhá-lo em uma reportagem. O teleférico do Complexo do Alemão, construído pouco menos de dois anos antes, para auxiliar os moradores na locomoção pelo complexo, estava sem funcionar, mais uma vez, como vinha acontecendo com frequência²¹ e pelo mesmo motivo das vezes anteriores: tiros disparados contra uma das estações atingiram parte de uma engrenagem, desta vez na favela Nova Brasília. Eduardo é um repórter experiente e me recebeu, desde o início, com boa vontade. Decidi seguir com ele porque achei uma boa oportunidade, afinal, as informações sobre o tiroteio, enviadas por um telespectador, chegaram acompanhadas de um vídeo, feito com a câmera de um telefone celular. No registro era possível ouvir os tiros disparados contra a UPP que fica ao lado de uma das estações do teleférico. Eduardo me apresentou ao Pedro Mota (SBT Rio), repórter cinematográfico e ao Robson Freire (SBT Rio), motorista, que completavam a equipe.

Sáímos de São Cristóvão e seguimos pela Linha Vermelha, quando me lembrei que nunca havia estado em uma favela antes disso. Minha “insegurança mineira”, junto com os anos de tragédias vistas pela televisão, davam um tom dramático à experiência. O telefone celular de Eduardo tocou e era a Jucimara Pontes (SBT Rio), produtora, informando que uma granada foi encontrada perto da UPP para a qual estávamos seguindo e pedindo para que a equipe fizesse imagens do artefato, para “aproveitar a viagem”. Subíamos as vielas, quando apareceram os primeiros policiais. Eduardo pediu que eu abaixasse o vidro do meu lado do carro, eu estava atrás, junto com ele. “Na favela é vidro baixado”, ele disse, dando a entender que esta é uma maneira de mostrar que a equipe está “trabalhando às claras”. Os outros dois companheiros do carro reclamaram, mas acabaram fazendo o que Eduardo pediu. Pedro mostrou alguns pontos nos quais ele havia se escondido para fazer imagens durante a ocupação do complexo de favelas, pelo Exército, no ano anterior. O morro era muito íngreme, com calçamento de cimento e o carro não aguentou subir. Tivemos que descer e seguir a pé, enquanto o motorista seguia com o carro. O clima era de descontração.

²¹ O transporte pelo teleférico da Maré continuou sendo um problema, como mostra uma notícia do jornal O Globo, de um ano depois, 23/06/2015, dando conta de que as condições das gôndolas não são boas e que houve uma diminuição grande nos horários de transporte. In: <http://goo.gl/qKE8yJ>.

Chegando à estação²², que estava fechada, Eduardo foi logo conversar com os policiais militares. Havia seis no local. Eles não queriam fornecer informações, pareciam arredios, mas depois de um trabalho lento e de muita paciência do repórter, acabaram cedendo. Eu me sentia inseguro no local, apesar de saber que este é um comportamento de gente que não conhece a realidade do Rio de Janeiro. Dentro da delegacia, Eduardo me apresentou como um jornalista, colega de trabalho que estava acompanhando a reportagem. Um detetive conseguiu a liberação para que fosse possível gravar imagens das marcas do tiro e também da granada, do lado de dentro. Enquanto o cinegrafista fazia o trabalho, Eduardo começou a conversar com os funcionários da unidade, em um tom informal. “Quero saber se tem aquele cafezinho, o melhor do mundo. Um pouquinho só, só pra boca de pito mesmo...”. Cumprimentou a todos estendendo mão e chamou a faxineira de “meu amor”. Pedro insistiu em fazer imagens do lado de fora, para mostrar outras marcas de tiros, mostrando também a Igreja de São José, logo ao lado, que tinha marcas de bala em todas as paredes externas.

O clima parecia tenso na UPP, depois do atentado, na noite anterior. As pessoas estavam alteradas, mas não sei dizer se por isso ou se elas são assim mesmo. Pedro continuou fazendo as imagens de policiais que seguiam para o local que ele indicou. Eduardo pediu a ele que gravasse a movimentação, mas que não fosse até o “Largo da Vivi”, onde a granada foi encontrada e onde “ficam os vagabundos”. “Eu não vou mais não, não ganho pra isso não Evandro!” Pedro logo voltou. Eduardo resolveu entrar para tentar colher mais informações e eu fiquei de lado de fora, com o cinegrafista e o motorista. Eles estavam em um muro, encostados, Pedro fumava quando me aproximei dele e começamos a conversar. O cinegrafista me disse que havia acordado às três da manhã e ido de táxi para trabalhar, chegou ao SBT às cinco e estava com muito sono, mas não conseguia descansar quando chegava em casa. Robson me perguntou sobre o meu trabalho e eu tentei explicar, em linhas gerais, ele ouviu, mas não deu opinião. Perguntei a Pedro sobre o trabalho dele. Ele me disse que trabalhou na TV Globo, fazendo novelas, por oito anos, até receber um convite para trabalhar em Angola. Foi, não gostou, voltou e foi contratado pelo SBT Rio, onde trabalha há seis anos. Perguntei a ele se nesse tempo ele viu mudar muita coisa por causa do telefone celular. Ele disse que sim, que é o que mais acontece agora. “Direto a gente faz matéria que é só a

²² Estação Itararé do Teleférico do Alemão. No prédio também fica a 45ª Delegacia da Polícia Civil e a UPP – Unidade de Polícia Pacificadora Nova Brasília fica em frente.

passagem²³. O resto, com imagens de telefone celular. Não gosto, acho que desvaloriza a gente. Eu não, que já tô parando daqui a pouco. Posso ver o que for no meu caminho que eu não faço. Não gosto não!”. Mas ele acha que a tendência é essa, “é um caminho sem volta”. Eduardo retornou e pediu a ele que fizesse imagens dos tiros do outro lado da estação. Fui junto com ele e fiz fotos, eu já estava mais à vontade para isso.

Eduardo prometeu à Isabele Benito (SBT Rio), editora e apresentadora, que estaria de volta na redação às 10 da manhã, mas já era esse horário quando o delegado chegou para conceder entrevista sobre o caso. Enquanto o repórter conversava com ele, me aproximei do Soldado Alex, que trabalha na UPP Nova Brasília. Ele me disse que sente que corre o risco de morrer todos os dias. “Já enterrei muitos colegas de farda”. Mas ele não quer trabalhar fora do morro, porque lá ao menos ele diz não precisar ceder às chantagens de superiores e à corrupção. “Se a bala tá voando é porque não tem ninguém comprado”. Logo depois, ele fez um comentário com Eduardo sobre o “vídeo que a Globo mostrou”, que trouxe problemas para a Polícia Militar. O repórter respondeu: “Olha bem pra mim cara, meu nome é Eduardo Oliveira, isso aí é coisa da Globo, não fomos nós que mostramos. Eu não teria passado isso, não teria nem feito”. Terminada a conversa, seguimos para o carro, entramos e descemos o morro. No caminho, perguntei a Eduardo do que tratava este vídeo, ele me disse que a reportagem da TV Globo mostrava um policial dizendo que “acertou o patinho”, depois de ter matado um menino, a tiros, na favela da Rocinha. O vídeo chegou até ele pelo WhatsApp e teria chegado assim também para a produção da TV Globo. Eduardo me disse que não leva para a redação vídeos que vão “foder a PM”. Isso porque, de acordo com o repórter, os policiais são parceiros de trabalho dele, ele não vai se “expor” e nem perder fontes. “O Alex, por exemplo, já ganhei. Tô negociando uma parada aí com ele, uma matéria super legal”. O texto da reportagem que havia sido feita em Nova Brasília foi escrito e gravado dentro do carro mesmo, por causa do horário. O próprio repórter editou o VT quando chegou à redação.

Dois dias depois, Eduardo me chamou para acompanhar a equipe dele mais uma vez. O assunto era o caso de uma mãe que teria deixado o filho, ainda bebê, dentro de casa, para sair e consumir crack. Neste intervalo, a casa foi incendiada, a criança teve o corpo queimado e foi levada para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, Zona Norte do Rio²⁴. Seguimos para lá na companhia do cinegrafista Luiz Gonzaga (SBT Rio) e do auxiliar e motorista João Paulo

²³ “Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria. A passagem reforça a presença do repórter no assunto que ele está cobrindo e, portanto, deve ser gravada no desenrolar do acontecimento” (PATERNOSTRO, 1999, p.147).

²⁴ https://www.youtube.com/watch?v=kInXbf_JDYk

(SBT Rio). O clima de novo era de descontração. João Paulo, um pouco mais velho, é brincalhão e engraçado. Luiz Gonzaga é mais sério, me pareceu mais sensato também. Eduardo reclamou comigo dos colegas jornalistas, dizendo que “são todos uns sacanas, ninguém presta neste meio, pouca gente é sincera de verdade, a maioria é mau-caráter mesmo”. Ele disse que “no jornalismo é todo mundo doido”. Mas foi Gonzaga que fez uma intervenção, discordando do colega, dizendo que ele tem uma visão muito pessimista e que “no jornalismo tem tanta gente sacana quanto em qualquer outro lugar”. Enquanto conversavam, Eduardo não parava de mexer no seu iPhone, fazendo contatos pelo WhatsApp. Ele trocava mensagens com um policial militar que estava no hospital e pedia a ele para “segurar” a mãe da criança lá até a reportagem chegar. Ele fez questão de, mais uma vez, me mostrar o telefone celular com os contatos, e além disso, pediu que eu escrevesse na minha tese que ele é “o cara dos contatos”. Foi por meio de informações recebidas via WhatsApp que soubemos que o menino, a vítima da história, tinha três meses de idade e não havia resistido aos ferimentos.

Chegamos ao hospital e outras equipes de jornalismo também esperavam no local, inclusive a repórter Monike Mureti (TV Record), com quem eu já havia entrado em contato pelo Facebook, sem resposta. Ela e Eduardo se cumprimentaram como quem já se conhece há muito tempo. Os dois conversaram sobre o caso, trocaram informações e combinaram com o policial militar para que ele deixasse a viatura mais longe, obrigando a mulher a ter que caminhar até o veículo, criando um espaço de tempo maior para que os cinegrafistas pudessem fazer imagens dela. Quando a mãe da criança saiu, os dois seguiram, com os cinegrafistas. Eles conseguiram gravar uma longa sonora²⁵ com a mulher. Eduardo foi rápido e fez de tudo aquilo um grande plano-sequência, em narração, seguido da entrevista com a mãe. Começou a chover muito durante a gravação e todos nós ficamos molhados.

²⁵ “Termo que se usa para designar uma fala da entrevista. Exemplo: cortar uma sonora (escolher uma determinada fala)” (PATERNOSTRO, 1999, p.151).



Figura 22: João Paulo preparando o mochilink



Figura 23: Gonzaga preparando o mochilink



Figura 24: foto feita por Eduardo Oliveira



Figura 25: João Paulo e Gonzaga observam

Terminado o trabalho ali, a mulher foi levada para a 45ª Delegacia da Polícia Civil, em Nova Brasília, no Complexo do Alemão, exatamente o lugar onde eu havia estado dois dias antes, acompanhando a equipe de Eduardo. Os dois repórteres conversaram sobre o local onde fica a casa da mulher, de acordo com o policial militar, “para cima do Largo da Vivi, na rua dois, onde mora a bandidagem”. Na visita anterior ao Alemão, Eduardo disse que não iria até o Largo da Vivi para “não tomar tiro”, ou seja, o lugar parecia mesmo perigoso. Munike, a repórter da TV Record, disse que tinha coletes a prova de balas no carro, mas que não iria até lá por conta do *deadline*²⁶: precisava entregar o material para ser exibido no horário

²⁶ “Prazo final para o repórter retornar à emissora com uma reportagem a tempo de entrar no ar. (...) O deadline permite ao editor-chefe ter segurança do que ele tem em mãos minutos antes do jornal ir ao ar” (PATERNOSTRO, 1999, p.140). A tradução literal do termo para o português seria “linha da morte”, o que gera uma série de brincadeiras nas redações.

combinado. Eduardo resolveu que nós iríamos, por isso entramos no carro e mais uma vez seguimos para o Alemão. No caminho, ele ligou para a redação e convenceu a chefia de reportagem de que era importante ir até a favela. Também pediu que o *motoboy* da TV levasse o *mochilink* até Nova Brasília, para que ele pudesse enviar o material produzido para a redação a tempo de ser exibido no SBT Rio, na hora do almoço. Eduardo já havia sido orientado a levar o equipamento, mas não quis fazer isso: tive a impressão de que ele é resistente a este tipo de tecnologia, mas ali, naquela situação, foi obrigado a recuar. Uma incoerência, levando-se em conta o uso permanente do telefone celular, ferramenta que claramente agencia o seu trabalho a todo momento.

Senti o clima mais tenso na favela que dois dias antes. Eduardo gravou mais um plano-sequência, na entrada da UPP, e ainda um texto para a reportagem, que logo já estava pronta. O *mochilink* chegou e o cinegrafista ligou o equipamento, mas não conseguia encontrar sinal de telefonia celular satisfatório para o funcionamento. O “link não fechava” do lado de dentro, mesmo assim Eduardo insistia na possibilidade de fazer uma entrada ao vivo para o SBT Rio. Depois de muitas tentativas, ele desistiu e ligou para a redação dizendo que a entrada não seria possível²⁷. Fiz fotos do *mochilink* e o Eduardo perguntou se eu queria uma foto minha na porta da Estação Itararé. “Para você mostrar para as pessoas que você veio aqui”. Apesar de não ter falado nada sobre o assunto, acho que não consegui disfarçar a minha expressão de assustado. Ele fez a fotografia e depois me enviou pelo WhatsApp. Enquanto isso, chegou um “motoca”²⁸ da TV Record, com uma mochila. Ele usava colete à prova de balas, com a logomarca da emissora de um lado e a identificação de “Imprensa” do outro. Simpático, cumprimentou os colegas e começou a retirar o material da bolsa: uma câmera pequena e um aparelho parecendo um roteador *wireless*, com a logomarca da empresa LiveU, como os *mochilinks* que eu conhecia. Ele mostrou e nos disse: “Eu trouxe o pequeno. Mas não é bom não. É capaz do seu aí pegar e este aqui não”. Eu ainda não conhecia a versão reduzida desta tecnologia. Ele conseguiu “fechar o link” e esperava ser chamado para transmitir imagens ao vivo da delegacia, quando começaram a chegar viaturas, com policiais muito armados dentro. Apesar de trabalhar há algum tempo como jornalista, cobrindo operações policiais, eu nunca

²⁷ Interessante notar que esta não foi a única vez que uma entrada ao vivo não foi possível por causa da qualidade ruim do sinal de telefonia celular. Da mesma maneira que a tecnologia funcionou como agente da entrada ao vivo, também foi um obstáculo, alterando, de uma forma ou de outra, a edição do telejornal: um intermediário que se tornou um mediador.

²⁸ “Motoca” é a maneira como os motociclistas que fazem entregas são chamados na redação do SBT Rio. Lá, como em outras redações, estes funcionários, muitas vezes terceirizados, também aprendem a fazer imagens e andam com pequenas câmeras.

tinha visto algumas daquelas armas, de grosso calibre. Eduardo chegou com a informação de que haveria uma operação do Core²⁹. Eles foram acompanhar os peritos até a casa incendiada, para segurança deles, mas resolveram fazer esta operação por conta da quantidade de tiros disparados, durante aquela semana, contra a Estação Itararé do teleférico, onde fica a 45ª Delegacia da Polícia Civil.

João Paulo e Gonzaga acharam desnecessário ficar e começaram a desmontar os equipamentos para sair. Eduardo insistia: “Gente o bicho vai pegar, vai ter muito tiro, acho que não devíamos sair daqui”. Os três tiveram uma rápida discussão, mas ninguém se alterou. Gonzaga era enfático, colocando a posição dele, com autonomia, sem considerar o Eduardo figura central da equipe, isso me chamou a atenção. Eu estava com medo de ver um tiroteio na favela, mas não falei isso para ninguém. Entramos todos no carro e no caminho Eduardo pegou o telefone e disse que ia ligar para a chefia, pedindo que enviasse “ao menos o nosso *freela*³⁰”. Ele ligou diretamente para Diego Sangermano (SBT Rio), chefe de jornalismo, que pediu que a equipe o levasse de volta até Nova Brasília, porque ele mandaria outros profissionais para acompanhá-lo na reportagem, também disse que eu teria que voltar com João Paulo e Gonzaga para a redação porque aquela era uma operação de risco³¹. De volta ao morro, Eduardo já saiu do carro registrando a movimentação de policiais com seu iPhone. Gonzaga desceu para pegar, no porta-malas, o colete à prova de balas para deixar para ele e viu que não tinha do tamanho adequado. O clima estava tenso e os dois pareciam querer sair rápido dali. Eduardo voltou, viu que não tinha do tamanho dele e ficou nervoso, com raiva. Pegou o de tamanho menor e se desculpou comigo por eu não poder ficar. Descemos o morro, nós três, e seguimos de volta para a redação.

Na semana seguinte houve ainda uma terceira vez em que segui com a equipe de Eduardo para uma ocorrência em uma área de conflito. Eu estava na redação quando a Jucimara recebeu imagens mostrando que os moradores de uma comunidade no bairro de Costa Barros, na Zona Norte, haviam colocado fogo num ônibus urbano, durante um protesto. A equipe foi designada para seguir até o local e desta vez eu pedi para ir junto, na expectativa

²⁹ Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro, uma unidade responsável pela intervenção policial em ocorrências nas quais haja risco para os envolvidos na investigação.

³⁰ Nome usado, informalmente, para se referir aos *freelancers*, fotógrafos e cinegrafistas contratados pelas redações de forma terceirizada, e pagos de acordo com o trabalho feito.

³¹ Diego já havia me pedido para evitar acompanhar as equipes em situações que envolvesse risco, nomeadamente tiroteios e manifestações violentas, na nossa primeira conversa, quando acertamos informalmente os termos do período de convivência da redação do SBT Rio.

de encontrar moradores que tivessem registrado o fato e conversar com eles. Já dentro do carro, seguindo pela Linha Vermelha, Pedro Mota me perguntou se eu ia mesmo junto, porque só havia três coletes à prova de balas no porta-malas. Não respondi. Eduardo foi recebendo mais informações sobre o caso, conversando com policiais militares, pelo WhatsApp: houve um tiroteio no local e a PM ainda estava lá. A manifestação era por causa de uma criança que havia sido morta com um tiro, dentro da casa dela, durante uma operação policial, naquela manhã. Aí percebi que de fato havia risco, por isso, já na Avenida Brasil, pedi a Eduardo para ligar para Diego e dizer que eu estava acompanhando a equipe³². O chefe de jornalismo mandou que eu voltasse imediatamente, porque ele não assumiria o risco de colocar um pesquisador, que não é funcionário do SBT, no meio de um possível tiroteio. Estávamos passando pelo bairro de Irajá. Diego disse para eu pegar um táxi, de volta, pedir uma nota fiscal e depois receber o dinheiro na redação. Não fiz isso. Agradei à equipe, desci do carro e atravessei a passarela da Avenida Brasil para chegar ao ponto de ônibus no sentido centro da cidade. Parei na rodoviária e fiz o resto do trecho a pé até a emissora.

As três situações mais importantes de notícias relacionadas a comunidades, junto com as observações na redação do SBT, deixaram a impressão de que as notícias das favelas com frequência são marcadas pelo conflito armado. Isso parece ter criado uma lógica de funcionamento definida, onde cada ator conhece o espaço que lhe cabe. O limite é o risco de lidar com criminosos, em um ambiente hostil: Eduardo Oliveira deixou claro que o “Largo da Vivi” é um lugar perigoso, lá ele não pode ir. Mas não foi sempre assim, de acordo com a presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Paula Máiran (Sindicato) expôs, em quase duas horas de entrevista, uma teoria complexa, desenvolvida por ela, para explicar o número crescente de casos de violência contra jornalistas no Rio. De acordo com Paula, a cidade não registrou morte de profissionais desta categoria, entre 1992 a 2002.

Um período longo. E levando-se em consideração que a rotina dos jornalistas que cobriam geral aqui era tiroteio diário nas favelas; tiroteios intensos e a gente, sem nenhum treinamento, sem nenhum equipamento de proteção individual, sem nenhum curso de segurança, e, no entanto, a estatística era zero, de mortes e até mesmo de casos de agressão. Havia episódios de você ser proibido de entrar num território, numa favela, ou de ser revistado por um traficante, ou de ser maltratado por um policial, mas não costumava passar de hostilidade.

³²Considerarei adequado ligar para o Diego, já que ele abriu as portas da redação do SBT para minha pesquisa sem questionamentos prévios sobre os meus objetivos. Na volta expliquei a ele que não queria ter causado atrasos nem problemas para a equipe. Ele disse que estava tudo bem, quis se explicar, mas eu disse que não era necessário, que eu entendia a posição dele.

Paula, que já trabalhou como repórter de jornais impressos na capital, disse que começou a observar o assunto e fazer um mapeamento depois de ter assumido a presidência do Sindicato, no início de 2014. Para ela, o episódio da morte do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, assassinado por traficantes, em 2002, foi “uma quebra de paradigma em relação à imagem do jornalista”.

A partir de 2002, quando o Tim Lopes é assassinado por traficantes no Complexo do Alemão, o que ocorre é que as empresas e o Estado se apropriam da pauta e distorcem, de forma demasiada, os desdobramentos a partir daquela morte, para além dos interesses que seriam da nossa própria categoria. No caso Tim Lopes, em 2002, a morte do Tim Lopes virou bandeira pra um acirramento das operações policiais que levaram a mais de 3 mil prisões. E tudo isso em nome da morte de um jornalista. Como as populações que foram oprimidas por essa lógica violenta, policial, no Estado, passaram a ver jornalistas? Poxa, quando morre um trabalhador na favela, não se faz... E então, foi um uso político que acabou sendo muito perverso.

Tim Lopes era um jornalista investigativo premiado e preparava uma reportagem sobre festas promovidas por traficantes de drogas, com meninas menores de idade, na Vila Cruzeiro, no Rio. Ele usava uma câmera escondida para fazer os flagrantes e fazia sua quarta visita ao morro, quando foi descoberto pelos traficantes, em 2 de junho de 2002. No dia seguinte, a TV Globo reportou seu desaparecimento à polícia, de acordo com as informações do site do *Committee to Protect Journalists*³³, organização internacional que apresenta uma lista detalhada dos jornalistas mortos no mundo inteiro, desde 1992. Seus restos mortais foram encontrados três dias depois, junto com sua câmera. A morte do jornalista foi atribuída ao grupo do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco.

Foi a partir desta controvérsia, de acordo com a teoria da Paula Máiran, que as empresas de comunicação começaram a prestar satisfação à sociedade com relação à proteção dos jornalistas, com os coletes à prova de bala e a política de não colocar profissionais trabalhando em territórios de conflito armado conflagrado. Em uma época sem *smartphones* e sem WhatsApp, o jornalismo passou a contar, na maioria das vezes, só com a versão oficial dos fatos. “Mas até então, o jornalista entrava nas favelas sem a presença da polícia?”, eu perguntei.

Sim, e entrava na maioria das vezes, salvo quando havia uma conjuntura específica de um local ou de outro, que não favorecia; muitas vezes tinha traficantes e “Não, hoje não dá pr'ocês entrarem, senão cês vão correr risco”. Inda tinha isso! [risos] Agora, de 2002 pra cá, o jornalista passa a ser visto como um representante do Estado e das empresas. A sociedade passa a ver o jornalista não mais como um sujeito autônomo, como uma responsabilidade para com toda a sociedade, mas com um papel de atendimento aos interesses específicos das empresas onde eles

³³ <https://cpj.org/killed/2002/tim-lopes.php>

trabalham e do Es-ta-do, porque o Estado passa ser visto inclusive como um guardião do jornalista. Isso é muito perigoso, simbolicamente. O impacto disso pra uma cultura foi muito forte. E imagina uma equipe chegar com um blindado numa favela, com colete, e a população não tá com colete nem com blindado. Enfim, isso já foi uma primeira etapa que nos desvirginou e nos tornou mais vulneráveis. Passamos a ser alvo muitas vezes, porque algumas facções do tráfico passaram a nos enxergar, inclusive, como inimigos como o Tim Lopes, que estava disfarçado, inclusive, quando foi flagrado e assassinado. Então, complicou muito a nossa vida.

De acordo com Paula, “houve colegas baleados e sobreviveram, em cobertura de operação policial em favela, nesse período de 2002 a 2013”. A única morte registrada foi a do repórter cinematográfico Gélson Domingos da Silva, da TV Bandeirantes, no dia 11 de novembro de 2011. Ele foi atingido no abdômen, por um tiro de fuzil, enquanto registrava um tiroteio entre policiais militares e traficantes na favela de Antares. O profissional usava colete à prova de balas, mas a proteção não foi adequada para o tipo de munição que o atingiu, de acordo com as informações apuradas pelo CPJ³⁴. Os telejornais repetiram, à exaustão, as imagens do momento em que ele foi atingido, feitas por um cinegrafista da TV Record, além das imagens que o próprio Gélson fazia quando tudo aconteceu. Este caso apareceu, algumas vezes, nas conversas e entrevistas. Chamou a atenção a fala da repórter Melissa Munhoz (SBT Rio), amiga e parceira de coberturas do cinegrafista durante os anos que trabalhou na TV Bandeirantes. Ela disse que “isso aconteceu porque ele saiu da linha de segurança, ele sempre fazia isso, a gente avisava para ele, mas ele era assim: morreu porque foi além do que deveria, infelizmente”.

Meu primeiro contato com a Melissa só aconteceu depois de quase duas semanas de campo: quando cheguei ao SBT, ela estava de folga porque havia se casado. Eu observava o trabalho de duas editoras de imagens, que assistiam a vídeos de depoimentos de policiais militares, feito com telefone celular, quando Melissa chegou à ilha e também entrou na conversa. O assunto era uma denúncia sobre a condição de trabalho dos policiais que ficavam na segurança do entorno do Maracanã, nos dias de jogos, durante a Copa do Mundo. Eles falavam da suposta jornada excessiva e da má qualidade da comida que recebiam. Nas imagens, os policiais apareciam enquadrados de cima para baixo, mostrando apenas parte da farda ou somente as mãos. Quem recebeu os vídeos, pelo WhatsApp, foi a própria Melissa. Enquanto se discutia o andamento da edição, a repórter abriu o programa de gerenciamento de pautas e scripts, no computador, e escreveu o texto do VT³⁵. Logo depois, saiu para gravar a passagem e eu pedi para acompanhar a equipe. Luiz Gonzaga era o repórter cinematográfico

³⁴ <https://cpj.org/killed/2011/gelson-domingos-da-silva.php>

³⁵ Sigla para *videotape*, vídeo gravado para ser exibido posteriormente. Assim como nas redações, vou me referir desta maneira para tratar reportagens feitas em veículos de telejornalismo.

João Paulo, o auxiliar técnico e motorista. Gonzaga lembrou-se que a reportagem da Melissa tinha relação com a minha pesquisa, e disse ainda que esta política de usar imagens de celular tem sido constante em todas as emissoras, não só no SBT e que, neste caso, sem o celular, eles não teriam conseguido o mais importante, que era o depoimento e as imagens da comida. Melissa continuou contando que ela mesma foi quem produziu esta reportagem: disse que já sabia da situação e tentou convencer PMs a gravar, além de orientá-los sobre como as imagens deveriam ser feitas.

No caminho, Melissa também me contou a trajetória dela como jornalista: trabalhou por sete anos na TV Record e também já tinha passado pelo SBT e pela TV Bandeirantes, antes de voltar ao SBT. Ela disse ter trabalhado por muitos anos cobrindo somente factuais de polícia, por isso todos os policiais do Rio de Janeiro tinham seu telefone. “Ainda tenho uma rede de contatos legal, mas não se compara à que tinha, tô tentando recuperar”. Ela também abriu o WhatsApp no celular e me mostrou a quantidade de policiais que estão nos seus contatos e que enviam imagens para ela. Melissa chegou a dizer, em entrevista, que se sente mais confortável cobrindo tiroteios no morro do que manifestações.

Eu falava: gente, eu faço tiroteio nas favelas do Rio numa boa, sem medo. Eu subo favela em tiroteio sem colete, porque eu gosto, porque eu vou na cara e na coragem, no peito e na raça. Eu gosto de fazer isso, eu não tenho medo. Eu faço isso há 12 anos. Polícia eu faço há 12 anos; rua eu faço há 17 anos. Então, eu não tenho medo. Agora, manifestação, eu passei a ter medo de fazer manifestação.

Perguntei porque ela se sente mais segura cobrindo uma operação policial, em um tiroteio, e, mais uma vez, a fala dela mostrou como há uma regra, um enquadramento da situação dentro de um tipo de planejamento informal, uma tática de guerra que se aprende na rua, mas que existe sim, e é respeitada.

Na favela, eu sei onde eu tô pisando; na manifestação, eu não sei onde eu tô pisando. Na manifestação, eu me sinto completamente vulnerável, porque tudo acontece ao seu redor, num giro de 360 graus, eu não tenho como ver tudo que tá acontecendo e é onde eu sou alvo. Lá, na operação policial, não.

Melissa sente-se segura como integrante da rede que construiu, cheia de mediadores mapeados, que ela conhece bem. Quando precisa integrar-se a uma outra rede, que está se formando agora, a despeito de seu interesse em integrá-la, uma controvérsia está colocada. Daí o incômodo. A fala dela, principalmente com relação ao colega de trabalho, morto durante uma operação policial, aponta para existência de um código tácito, informal, onde cada um dos atores da rede tem um papel específico e ocupa um lugar: policiais de um lado, bandidos do outro e os repórteres na linha de frente, protegidos pelos parceiros, a polícia, mas

ao mesmo tempo obedecendo à demarcação de terreno no morro. Ou seja, parece haver mesmo um limite, uma linha que não se deve atravessar, sob risco de não voltar, reforçando a hipótese de um acordo tácito entre os atores envolvidos. Gélson, de acordo com Melissa, ultrapassou este limite.



Figura 26: Facebook do Tiago Ramos



Figura 27: Facebook da Melissa Munhoz



Figura 28: Facebook da Melissa Munhoz

Mas nem sempre é preciso dar um passo além para as coisas não funcionarem como o previsto. São os fatores externos que desestabilizam uma rede, precipitando uma controvérsia. No dia 6 de novembro de 2014, Melissa Munhoz postou, na sua conta no Facebook, a informação de que um jornalista do portal G1, das Organizações Globo, havia sido

sequestrado e agredido por bandidos. Henrique Coelho fazia uma reportagem sobre a invasão de uma fábrica abandonada, na Avenida Itaoca, em Bonsucesso, próximo ao Complexo do Alemão, quando foi abordado por supostos traficantes da região³⁶. Ele teve ferimentos leves. Tiago Ramos (freelancer), fotógrafo e cinegrafista, um dos meus informantes, havia postado a notícia no Facebook também. O jornalista, alguns dias depois, também falou, na rede social, sobre o risco de trabalhar em áreas de conflito. “Hoje, mais um dia de trabalho, ao entrar na comunidade da Rocinha, um bandido disparou 4 vezes em minha direção, por sorte vi o mesmo se preparando para atirar e me joguei na traseira de um carro, ao ouvir os disparos descii a comunidade e consegui ir a um local seguro”. Tiago é um videorepórter que vende seus serviços como pessoa jurídica, primordialmente, para o SBT, mas no período da Copa do Mundo, também para o El País, a TV Record e TV Bandeirantes.

No primeiro dia de visitas ao SBT, durante uma conversa sobre a cobertura de manifestações, Diego Sangermano me disse que já não tem enviado repórteres mais para este tipo de evento, por precaução. E me falou de um “rapaz chamado Tiago”, contratado por ele para fazer imagens. “Usamos muito o material do Tiago, ele tem boa entrada nas manifestações, traz boas matérias, por isso é sempre ele que é enviado para cobrir manifestações. Ele é conhecido aqui como Tiago Black Bloc”. Até então ele não havia me explicado que o Tiago é um *freelancer*, o que só fiquei sabendo no dia seguinte, na fala da chefe de reportagem, Isabela Masi (SBT Rio). “Ele faz imagens para o SBT. É tipo um infiltrado, se passa por manifestante para fazer imagens que depois vende”. Era meu primeiro contato com a Isabela, conversávamos na mesa de trabalho dela, com o gravador desligado. Perguntei se ela tinha o telefone do Tiago. Ela entrou na conta dela no Facebook e me mostrou a foto dele, depois abriu a agenda de trabalho e me deu o número. Ela falou que eu poderia ligar dizendo que ela havia me falado dele. Isabela disse ainda que ele vende imagens para outros canais cariocas e até para a CNN. Fiquei pensando na relação de uma figura desta com a empresa: Tiago é um híbrido, não é funcionário, de direito, mas recebe orientações da chefia, mesmo sem garantia trabalhista nenhuma, colocando-se em situação de risco. Qual é o valor financeiro destas imagens? Essa é uma relação ética com a informação?

Era mais um dia de manifestação contra a realização da Copa do Mundo em Copacabana, quando consegui marcar um encontro com o Tiago, antes do ato. Apesar da gripe e da febre alta, esta era uma oportunidade importante. Descii próximo à Estação Cardeal

³⁶ JORNALISTA do G1 é agredido por bandidos durante reportagem no Rio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/jornalista-do-g1-e-agredido-por-bandidos-durante-reportagem-no-rio.html>>. Acessado em: 11 nov. 2014.

Arcoverde do metrô e segui até a Avenida Atlântica, onde havíamos marcado. Pelo telefone, ele havia me dito que estaria com o colete azul do SBT, com identificação de Imprensa. Já achei isso interessante, visto que ele não é um funcionário da casa, de fato, mas estava identificado como um, no meio da movimentação de pessoas na orla de Copacabana, em frente à Fifa Fan Fest, em um dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo. Barba por fazer, um jeito de andar “largadão”, Tiago carregava uma câmera fotográfica e uma mochila. Ele me disse que vinha de um ato no morro Chapéu Mangueira, “que estava tranquilo” e explicou que sempre faz assim quando há mais de um compromisso para cobrir: vai a um, confere, se estiver “tranquilo”, vai para o outro. “Fico ligando e o pessoal vai me informando o que tá acontecendo. Se o bicho pega, corro pro outro lugar”. Por “ligado”, ele quis dizer on-line, via WhatsApp, o tempo todo, em contato com seus informantes, que junto com o telefone celular, integram sua rede de mediadores. Não passou um minuto da conversa sem que ele conferisse mensagens no *smartphone* para atualizar os casos que estava acompanhando.

Ele sugeriu que seguíssemos andando até o local onde seria o encontro para os atos do dia. Já em uma lanchonete, continuamos a conversa. O trabalho dele na cobertura de manifestações começou em junho de 2013, quando foi contratado para acompanhar um ato. “No protesto, peguei uma imagem exclusiva de um cara batendo num menor e aí deu pra manter o relacionamento que a gente tem até hoje”. Tiago começou a cobrir operações policiais e outras pautas nas comunidades, pacificadas ou não, depois desta experiência nas manifestações. Ele me disse que tem uma rede de contatos que permite a ele trabalhar e que muitas vezes não faz só as imagens, mas parte dele a pauta e também a apuração dos fatos.

Evandro: Precisa de algum grau de loucura pra acompanhar isso?

Tiago: Se a situação que a gente cobre é uma situação de risco mesmo, uma situação muito grave e de risco. A gente já chega mal visto por todo mundo, né? Pela história que a imprensa tem hoje, você já chega com a dificuldade de trabalhar do lado de um polícia e de trabalhar de um lado de uma pessoa da comunidade. Então, isso já é um problema. Eu já tive casos que eu, na metade do morro, a polícia encencou de eu estar lá e mandou eu descer sozinho. E eu desci o morro sozinho porque um policial, que se achava acima do bem e do mal disse: “Daqui em diante, tu não vai registrar”. Então, por que tu não vai registrar? Só que tu vai discutir com policial?

Por conta do risco, ele diz ter “um seguro de vida alto, para minha filha, se eu morrer, um plano de saúde bom, porque se eu precisar de atendimento, vou ser atendido num hospital legal”. Perguntei se o valor que cobra pelas imagens é proporcional ao risco que ele corre para fazê-las. “Sim, claro, mas não cobro como gostaria”. Ele disse que consegue negociar diferenciadamente determinado flagrante específico, dentro do “pacote” que costuma vender. Ele acredita que o motivo para a grande procura pelo serviço dele, nas favelas, deva-se ao fato de que a imprensa não tem acesso a determinadas comunidades dominadas pelo tráfico. “Se a

imprensa entrar, vão matar os caras”. Ele elencou uma série de fatores que culminaram nesta situação de impotência, por parte da imprensa, criando uma teoria, com alguns pontos convergentes com a explicação da presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Tiago: Existem inúmeros fatores que fazem a mídia tradicional não entrar. Isso daí não é uma coisa de agora, isso é uma coisa de passado. Do mesmo jeito que criaram a cultura que a polícia não entrava em comunidade e agora a polícia tá lá dentro da comunidade, tá largada, porque não tem governo e não tem comando; a mídia também não entra, porque a mídia sempre ficou conhecida por ouvir um lado só. É muito mais fácil a pessoa da redação, ela ouvir uma nota que vem da polícia e informar, do que ela ouvir a nota, ver o que tem a polícia e ir lá na favela, ouvir o que o morador vai falar. Infelizmente, a mídia sempre tem feito isso. E agora a mídia independente tem feito. Óbvio que muita mídia faz isso por motivação política, mas tem feito. Então, as mídias independentes e a mídia formal nunca foram próximas, nunca teve isso, nunca teve e eu acredito que nunca vai ter (...) Mas, eu acho que essas diferenças são produtivas, acho que isso daí fez a mídia formal aprender mais um pouquinho. Fez eles aprenderem como é que se pode chegar mais. Eu não me sinto privilegiado, não; me sinto até um pouco triste por ser jornalista e ver que, como jornalista, até sem nada disso, é um perigo entrar dentro duma comunidade, porque você é visto... Você falou que é jornalista, você é mal visto.

Evandro: Cê prefere não dizer que cê é jornalista, em alguns lugares?

Tiago: De vez em quando, é melhor. Apesar de isso ser quase impossível, que você chega e com a... O jornalista, ele tem jeito de andar, tem jeito de se vestir. Não adianta.

Tiago também falou da morte do cinegrafista Gélson Domingos, da TV Bandeirantes, dando a entender que pensa como Melissa: o colega teria “passado do limite”. “Aquilo dali era uma operação policial. Numa operação policial, morreu um cara que tava acostumado realmente a fazer uma operação policial. Então, aquilo dali foi uma fatalidade. Não tem espaço pra erros numa operação policial”. De acordo com ele, foi a partir deste episódio, em 2011, que começou-se a discutir a questão do tipo de material de segurança usado pelos profissionais de jornalismo. “A imprensa só poderia usar coletes que parava tiro de pistola e não de fuzil. E, dali em diante, a imprensa fez uma pressão pra que fosse liberado aquele colete que para tiro de fuzil. Isso se resolveu. Hoje, o SBT conta com um colete que pesa quase 30 quilos, mas aguenta tiro de fuzil. Globo também. A Band, eu não sei. E a Record eu também não sei”. A questão também foi abordada pelo chefe de jornalismo do SBT, que contou, em entrevista, como foi a negociação para conseguir a liberação para compra de coletes à prova de balas de fuzil, como os que são usados pelas Forças Armadas brasileiras.

Diego: A gente, no SBT, não me gabando, mas nós somos uma das únicas emissoras do país que têm esse colete aí, que é à prova de fuzil. Que foi muito difícil pra conseguir, que o Exército teve que dar uma autorização especial. Ele é muito pesado. Não sei se você chegou a sentir o peso dele. Quando a gente pegou, as meninas, principalmente, falavam: “Não dá!”. Elas brigavam comigo até que uma delas, a Cláudia, foi no morro, do lado de um policial, e falou: “Porra, oh que tão me fazendo usar um colete desse!”. O cara olhou pra ela, falou assim: “Não quer? Me dá. Nem eu tenho um colete tão bom como esse.” A gente usa colete aqui, à prova de bala, desde quando eu cheguei, eu cheguei em 2012, mas já tava sendo pedido desde

2011. Só que é uma burocracia grande. (...)

Evandro: Dever ser caríssimo um colete desse, né?

Diego: Custa quase 20 mil reais. É muito caro. É colete de guerra!

Como pessoa jurídica, contratado por várias emissoras, Tiago não tem acesso a este material, somente ao colete comum, que não “para” bala de fuzil. Ele disse, durante a conversa, que já gravou “tiroteios ouvindo a bala zunindo do lado do ouvido” e que nem sempre usa equipamento de proteção. É claro que parecia haver um pouco de auto exaltação na fala dele, mas, exagero ou não, soa verossímil, em um ambiente em que repórteres precisam usar equipamento de proteção “de guerra”, acoplamentos que podem sair do papel de intermediários e assumindo o lugar de actantes, evitando mortes.

Não foram poucas as situações de violência envolvendo jornalistas e comunicadores em geral, incluindo midiativistas, a partir das manifestações de junho de 2013, no Brasil. Os protestos começaram na Avenida Paulista, em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre, com foco no transporte público, contra o aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus urbano. No dia 13 de junho, o jornal de maior circulação no Brasil, a *Folha de São Paulo*, em editorial com o título “Retomar a Paulista”, chamou os manifestantes de “jovens predispostos à violência”, “oportunistas”, que lutavam por uma causa que sabiam ser utópica, justificando assim, atos de vandalismo e de desordem pública, e ainda que a ordem devesse ser retomada com a aplicação da “força da lei”³⁷. Mais tarde, no mesmo dia, foi realizado um ato ainda maior.

A violência usada pela Polícia Militar de São Paulo para dispersar os manifestantes foi extrema. Como era previsível, membros da imprensa também foram gravemente feridos. Na semana seguinte, várias manifestações foram organizadas em todo o país, em resposta ao 13 de junho e à brutalidade policial, e como caminho para outras demandas. Em 20 de junho, os transportes públicos deixaram de ser o foco, e as manifestações já não apresentavam mais uma tendência clara de esquerda. Os manifestantes condenaram o papel do Brasil de país-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, reclamando da corrupção na política, exigindo melhorias na saúde e na educação, denunciando leis específicas e demandando respeito aos direitos das minorias (MIZUKAMI *et al.*, 2014, p.74).

Cinco comunicadores foram presos na Paulista e imediações, na manifestação do dia 11 de junho de 2013. No dia 13, o número aumentou e o tipo de abordagem mudou: foram 24 agressões a comunicadores. Há relatos de violência física com socos e chutes, com bombas de gás lacrimogênio e ainda com balas de borracha. O fotógrafo Sérgio Silva, da Futura Press, teve um dos olhos atingido por uma destas balas e perdeu a visão. Todas as agressões partiram da polícia, de acordo com os dados, que foram compilados a partir de relatos e registros de

³⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

ocorrência policial, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji, e contemplam um período amplo: entre maio de 2013 e julho de 2014³⁸.

O repórter Fábio Turci (TV Globo) trabalhava na capital paulista neste período. Em entrevista, feita no escritório da emissora em Nova Iorque, ele relatou como os jornalistas se uniram, em uma rede de contato agenciada pelo aplicativo WhatsApp, para trocar informações sobre os atos e organizar a dinâmica de trabalho das equipes.

Um grupo de jornalistas criou um grupo no WhatsApp, que era voltado à cobertura de manifestações. Então, ali, tinha jornalistas de TV, jornalistas de rádio, jornalistas de jornal, nem sei quem me incluiu no grupo. Algum amigo me incluiu, enfim, e a gente ia trocando informação o tempo todo. Tanto compartilhando informação com colegas: “Olha, onde cê tá?”; “Tô no Viaduto do Chá.”; “Não, cara, vem pra Praça da República, porque aqui o bicho tá pegando.”; “Opa, tô indo pra aí” – pegava um táxi e ia. Então, assim, os colegas se ajudando. (...) A gente fez um grupo da TV também, porque eram várias equipes na rua cobrindo, e a gente se acertava por ali, pra não ter, de repente, duas equipes num mesmo lugar e um lugar descoberto: “Olha, eu tô aqui na rua tal”, “Ah, eu tô aqui na praça tal”, “Então, beleza”, “Então, se os dois pontos estão cobertos, eu vou pra Marginal”.

Mas o grupo era usado também para avisar os colegas de outros veículos sobre os locais onde havia maior risco na cobertura, por causa da violência.

Houve um dia, por exemplo, que dizem que foi o pior dia de todos, nesse dia eu não tava na rua, mas eu recebia as mensagens pelo celular, que foi um dia que incendiaram um caminhão da Record, em frente à Prefeitura, depredaram a Prefeitura e tudo o mais. A narrativa dos colegas pelo WhatsApp era de que “isso aqui tá muito estranho, não tem só manifestante, tem bandido aqui no meio, tem cara aqui que não sei de onde é”. E, aí, começou uma preocupação deles naquele momento de se abrigarem em algum lugar. E, ali, alguém falou assim: “Gente, a Secretaria de Segurança tá aqui perto, eu tô indo pra lá.” E daqui a pouco ele deu o retorno: “Olha, tá tudo bem aqui, tá policiado, venham pra cá.” Então, os colegas começaram a ir pra lá. Então, tudo via WhatsApp.

Os protestos em São Paulo ganharam mais adeptos depois das notícias das agressões. E dia após dia foram se estendendo para outras capitais e depois também para cidades do interior do Brasil. No Rio de Janeiro, uma grande manifestação, no dia 17 de junho de 2013, colocou de vez a cidade no mapa do movimento. Uma multidão de manifestantes e de acoplamentos marchou da Igreja da Candelária até a Cinelândia, ocupando toda a Avenida Rio Branco, lugar simbólico de lutas e protestos. Três registros de agressões aparecem no levantamento da Abraji, neste ato. Um deles teria partido de um policial e os outros dois, de manifestantes. Durante os meses seguintes, o Rio de Janeiro viveu uma rotina marcada por protestos, com mais ou menos episódios de violência, envolvendo manifestantes, comunicadores e policiais, como lembrou a repórter Lívia Raick (SBT Rio).

³⁸ http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2850

Lívia: A gente passou muito perrengue com eles. Muito, de várias vezes eu ligar assim: “Diego, eu preciso ir embora.”, “Venha! Vem, vem, vem! Sai daí.” Porque, assim, o SBT, a Band, eles toleram, eles toleram, eles não gostam, mas eles toleram. Se o negócio pegar fogo, você tá no meio da merda. Agora, a Globo, nossa! A gente sentiu na pele, tinha uns caras que estavam em cima da gente, “É a Globo! É a Globo!”, eu tive que botar a canopla e mostrar o meu crachá. (...) Ano passado, na Copa das Confederações, foi um saco, levei muito *spray* de pimenta.

O repórter Rael Policarpo (TV Record), lembrou que uma colega de trabalho passou pela mesma situação, neste período.

A repórter tomou um murro. Tomou um socão nas costas, teve que sair de licença, porque bem magrinha, menina. Os caras não tão nem aí. Então, a determinação hoje: não entra mais. A gente coloca o cop [helicóptero] no alto e a gente fica refém dessa questão de celular, alguma coisa e tal, tem imagem de circuito interno e sempre coloca um cinegrafista descaracterizado, um produtor com uma GoPro.

Revendo a fala, observei que ele diz que fica “refém dessa questão de celular”, referindo-se ao conteúdo gerado por colaboradores, mostrando como é incômodo pensar que há um material (significativo ou não) que está sendo produzido fora do controle do repórter, por novos actantes da rede jornalismo.

Rita Barreto lembrou-se do mesmo caso contado por Rael. E ainda disse que a TV Record teve carros de reportagem apedrejados, tanto no Rio, quanto em São Paulo.

Rita: Nós tivemos um carro incendiado, tivemos um carro apedrejado com uma repórter machucada.

Evandro: Sério?

Rita: É, foi no leilão na Zona Sul, leilão da?

Evandro: De Libra.

Rita: De Libra! No leilão de Libra. Foi até a Aline Pacheco que levou umas pancadas lá do pessoal. O nosso carro foi virado de cabeça pra baixo. Ainda bem que não havia ninguém dentro dele. Um carro nosso pegou fogo, se não me engano, em São Paulo. Então, são esses grupos contrários à nossa ação.

Evandro: O SBT teve um carro também que foi destruído, pegou fogo.

Rita: Também teve. A Globo também teve, o SBT teve, a Bandeirantes teve, nós também tivemos³⁹.

Durante o tempo de convivência com a equipe do SBT, por diversas vezes percebi problemas relativos a carros e equipamentos que tinham sido avariados no ano anterior e estavam no conserto, ou não tinham sido enviados ainda para manutenção. Diego Sangermano também falou sobre o caso: a emissora teve mesmo um carro queimado, no dia da maior manifestação registrada no Rio, 20 de junho de 2013⁴⁰. Diego disse que Isabelle Benito

³⁹ A TV Record teve uma unidade móvel destruída e incendiada por manifestantes na cidade de São Paulo, no dia 18/06/2013: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-18/manifestantes-ateiam-fogo-em-veiculo-de-emissora-de-tv-em-sao-paulo.html>.

⁴⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=xTAjK7a48Z4>.

mostrava imagens ao vivo do ato quando narrou a cena de uma “viatura” pegando fogo. Ele ficou sabendo, dessa maneira, que era um veículo do SBT.

Diego: Quando a gente viu o nosso carro pegando fogo, eu cheguei na redação e disse: “Tira todas as equipes da rua!”; “Diego, tá acabando o mundo!”; “Tira todo mundo da rua”. Eu, como gestor, zelo pela segurança deles. E a gente perdeu segurança (...). Ao longo das manifestações, entre quebrar carro, botar fogo, depredar, pichar, foram mais de 10 viaturas nossas. (...) Todos os meus repórteres tiveram problema. Por que? Porque eles achavam que a mídia estava a favor de um ou de outro. É o pensamento mais, desculpa a expressão, burro que eu já vi.

No dia em que gravei a entrevista com o Diego, dois carros da emissora ainda estavam na manutenção por causa disso. Em uma das minhas incursões, acompanhando a equipe da Melissa Munhoz, o auxiliar técnico João Paulo me mostrou as marcas de tinta e de pedradas no carro que estávamos usando, de acordo com ele, feitas no ano anterior, durante as manifestações: rastros, para usar o termo da TAR, que indicavam uma controvérsia passada, importante de ser observada, mapeada, para que eu pudesse entender o que estava acontecendo na rede do jornalismo do Rio de Janeiro naquele momento. Havia mais rastros, no lugar onde João Paulo e eu conversávamos: a entrada de trás do prédio histórico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ainda cheia de tapumes e vidros quebrados, também durante as manifestações de junho de 2013.

Melissa lembrou-se de quando os manifestantes colocaram fogo em um veículo do SBT, no dia 21 de junho de 2014, próximo à sede da Prefeitura do Rio de Janeiro, no centro da cidade.

A equipe ficou, graças a Deus, resguardada, salva; ninguém se machucou, ninguém se feriu. Mas depois deles tacarem o fogo, eles roubaram tudo que tinha de equipamento do SBT. Então, roubaram colete, que é caro, e a gente já teve informação de que os coletes à prova de bala foram parar numa comunidade, na mão de traficantes.

Ela também relatou agressões que teria sofrido durante a cobertura de uma das manifestações do *Ocupa Câmara*, movimento de ocupação da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, na Cinelândia, centro da cidade, em 2013.

O meu chefe já tava sendo avisado. E eu falava: “Diego, me tira daqui. Vamos entrar com o link logo, porque a coisa tá ficando feia. Oh, o clima tá tenso. Eles tão hostilizando a gente. Vamos entrar logo com o vivo”. Aí, eu falei: “Olha, os *black blocs* chegaram. Eu contei 50”. Todos mascarados, todos vestidos de preto com bandeira de, com símbolo de anarquista e tal. Ou seja, deu no que deu. E, enquanto eu estava ao vivo, eles picharam o caminhão do *link* do SBT, escrito “TV mentirosa” e “imprensa fascista”. E nós saímos dali debaixo de vaia, de xingamento, de chutes!

A decisão do SBT, depois de seguidos episódio como estes, foi então de evitar a cobertura de manifestações. Na TV Record, as equipes passaram a ser enviadas para este tipo de cobertura “com restrições”, de acordo com Rita Barreto e Livia Bonnard.

Rita: A gente teve essa repórter que foi machucada, teve um produtor que teve o braço agarrado. Então, a gente tem que primar pela segurança.

Evandro: Mas antes disso mandava?

Rita: Mandava! Todo mundo ia pra rua, quando eles descobriam que o produtor é jornalista, as pessoas tinham que se disfarçar: “Não, que é isso cara! Tô com vocês!” Porque eles agarravam: “Você é jornalista!” – “Não! Não! Não! Tô aqui pra ajudar vocês.” – eles já queriam bater na gente. E eram meninos, a gente mandava os meninos pra rua.

Livia: Mas eles todos começaram a ir sem lapela, com o microfone sem lapela, pra não identificar qual era a emissora, entendeu? Por medo de represália.

A saída, para as TVs, foi usar outras fontes para garantir as imagens da manifestação. Diego Sangermano disse que o gasto do SBT com o que chama de “cinigrafista amador”, “quintuplicou” neste período. “Não tinha nem orçamento isso, porque você não tem como prever que você vai ser privado de fazer seu próprio trabalho, jornalisticamente”. Na fala dele, mais uma vez ficou claro o quanto esta situação era nova nas redações, o quanto os atores que entravam em cena estavam alterando os agenciamentos da rede e criando controvérsias, diferentemente da rotina de tiroteios nos morros do Rio de Janeiro, também perigoso, mas com uma dinâmica já conhecida e dominada pelos repórteres.

Bandido é o bandido do morro, mocinho é a polícia, você tá mostrando. Numa manifestação, você se tornou bandido junto com a polícia, a imprensa. E os mocinhos são os manifestantes. Você se tornou inimigo, você não se tornou jornalista, se tornou inimigo. Quando você se torna inimigo, quando você tá num território em que você não é visto como imparcial ou neutro ou como você... simplesmente um cara que tá lá pra passar a informação, você se retrai.

A primeira agressão que aparece no relatório da Abraji, nas manifestações do Rio de Janeiro, foi no dia 17 de junho de 2013, quando o repórter Ernesto Carriço, do jornal *O Dia*, foi atingido por pedras e estilhaços de vidro, durante um ato que terminou com a destruição da fachada do prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no centro da cidade. Desta data até o dia 11 de junho de 2014, véspera do início da minha vivência etnográfica no Rio, outros 28 casos envolvendo comunicadores entraram no levantamento. Em um deles, a vítima, o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, da TV Bandeirantes, morreu em decorrência dos ferimentos causados por um rojão, que o atingiu na nuca. Em dois casos, midiativistas foram presos e levados para a delegacia, sem sofrerem ferimentos. Em um caso não foi possível identificar de onde partiram os estilhaços. Em nove casos, os comunicadores foram hostilizados ou agredidos por manifestantes. E, na grande maioria das vezes, 15 ocorrências, as agressões partiram de Policiais Militares. Somente na manifestação organizada

para a final da Copa do Mundo, na Praça Saens Peña, no dia 13 de julho de 2014, 14 comunicadores foram agredidos, entre eles, os ninjas Felipe Peçanha e Bernardo Guerreiro, o midiativista Augusto Lima, do Coletivo Carranca, o fotógrafo peruano Boris Mercado, com quem eu havia conversado dias antes, e o *freelancer* Tiago Ramos, atingido por estilhaços de uma bomba de gás.

Para a presidente do Sindicato dos Jornalistas, os números da Abraji são “subestimados”. Ela fez um levantamento, baseado nos boletins de ocorrência e nas notificações recebidas pelo Sindicato, que mostra um número mais altos: 77 casos de agressão a comunicadores, em cobertura de manifestações, entre junho de 2013 e junho de 2014, julho ainda não havia entrado nesta conta, levando-se em conta que estávamos no início do mês na ocasião da entrevista. A partir deste número, o Sindicato organizou uma audiência pública, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, convocando diversos atores da rede de agressões, com a presença do Ministério Público, de representantes da ONU, do Governo do Estado e da Secretaria Estadual de Segurança.

A Polícia Militar, para representar toda a segurança pública, só mandou um representante da PM, que foi o Relações Públicas da PM, e um delegado representando a Polícia Civil. É muito aquém do que a gente considerava fundamental pra esse debate, mas, enfim: o discurso das autoridades foi de que a agressão aos jornalistas, praticada por PMs não seria uma política de Estado, seriam desvios pontuais de conduta dos policiais militares nas ruas. Esse discurso costuma ser amparado pela lógica de que esses desvios seriam causados por um mal preparo dos policiais pra atuar nas ruas e pra lidar com jornalistas. Nós temos uma leitura completamente diferente, que ficou clara naquela audiência. Nós compreendemos que se 80% dos casos de agressões contra jornalistas são praticados por policiais militares, não dá mais pra interpretar como desvio pontual. Essa é a prática sistemática dos agentes do Estado. Portanto, nós interpretamos que há uma política de Estado de perseguir os jornalistas e de tentar impedir o trabalho de jornalistas.

Depois da audiência, de acordo com ela, foram realizadas plenárias na sede do Sindicato, com a participação de cerca de 60 jornalistas, a maioria de assessorias e do setor público. “Os das redações, a gente tem mais dificuldade de chamar pro debate”. Depois das reuniões, houve conversas com líderes de movimentos, além de panfletagens, durante protestos, na tentativa de diminuir o número de casos de agressão, “mas a verdade é que ainda não foi possível mudar essa prática, a estatística comprova”. Das plenárias também surgiu um documento, endossado pelo Ministério do Trabalho, listando uma série de precauções que as chefias devem tomar antes de mandar um jornalista para cobertura de um protesto. Entre elas, o fornecimento de equipamento individuais de proteção adequados, como capacetes e máscaras, acoplamentos pouco considerados pelas redações, de acordo com Paula, mas que podem se tornar importantes mediadores, nos casos de agressão.

Uma outra estratégia usada pelas redações é a de “esconder” o jornalista para “protegê-lo”. Na manifestação que saiu da Praça Saens Peña, na Tijuca, encontrei um rapaz de capacete azul, escrito “Imprensa”. Ele fazia algumas anotações. Lara se aproximou dele e perguntou de onde ele era, sem se apresentar. Assustado, ele respondeu que estava “fazendo algumas imagens”, de forma independente, e que não era “para veículo nenhum”. Seguimos conversando e eu me apresentei como pesquisador. Só depois disso ele me disse que ficou com medo de que a Lara fosse uma manifestante, por isso não disse que era repórter do jornal *O Globo*. “Sabe o que acontece, os manifestantes não gostam muito do grupo onde eu trabalho e a gente sofre na rua por isso. Nem manifestante, nem polícia gostam da gente. Eu já apanhei da polícia, tive um dedo quebrado. Depois disso, venho para as manifestações sem me identificar”. O nome dele é Bruno Amorim. Em pesquisa posterior na Internet, vi que ele foi agredido e preso durante uma desocupação executada pela Polícia Militar, via mandado judicial, no Rio, meses antes⁴¹. Aprendi com ele e com os ninjas que o jornalista de veículo “tradicional”, sem identificação, é chamado, em uma manifestação, de “M2”, em referência ao P2, termo usado no jargão policial para identificar policiais disfarçados. Depois da conversa, comecei a prestar atenção nas pessoas que faziam imagens e anotações: eram raros os casos em que se ostentava um capacete com logotipo da empresa, um crachá ou mesmo um adesivo na câmera ou uma canopla da emissora, no caso dos repórteres de televisão. Exceção foi o repórter da revista *Carta Capital*, que tinha a identificação no capacete. Se havia mais jornalistas de veículos de grande alcance, eles estavam de M2. Penso que havia sim, já que, minutos depois, notícias da manifestação estavam circulando na Internet.

Neste mesmo dia, continuei no protesto que seguia rumo ao Estádio do Maracanã, onde seria realizado o jogo Argentina *versus* Bósnia, no terceiro dia da Copa do Mundo, ao lado de midiativistas que havia conhecido ali. Em determinado ponto, quando a manifestação se aproximava demais do estádio, a Tropa de Choque da Polícia Militar formou um cordão de isolamento e começou a lançar bombas de gás lacrimogênio sobre a multidão. Eu havia levado uma máscara contra gás, por precaução, e resolvi usá-la. Fiquei assustado e queria correr, mas fui advertido pelos colegas a não fazer isso, sob risco de chamar a atenção dos policiais. Foi quando avistei Paula Daibert (freelancer), que havia conhecido durante uma visita a base de trabalho dos ninjas, alguns meses antes. Ela usava um capacete vermelho e carregava uma mochila. Lara me disse: “Vamos colar na Paula, ela tem as manhas.” Assim

⁴¹<http://oglobo.globo.com/rio/reporter-do-globo-detido-por-fotografar-acao-da-policia-na-desocupacao-da-favela-da-oi-12163022>. // <https://www.youtube.com/watch?v=SUWIYWc2XbI>

fizemos. Os manifestantes deram meia volta e seguiram por uma rua lateral, tentei permanecer sempre ao lado da calçada e não no meio da multidão. Seguimos por ruas estreitas, sempre acompanhados de helicópteros e homens armados. Na Avenida Maracanã, começaram de novo as bombas de gás. Chamei Lara para atravessarmos a pequena ponte que passa sobre o Rio Maracanã, que separa as duas pistas, o outro lado parecia mais tranquilo, mas não estava, as bombas começaram a ser lançadas perto de nós. Lara dizia para voltarmos para o outro lado, sem correr, mas eu não pensava em outra coisa: corri demais e gritei minha parceira de pesquisa para ela correr também.

Havia jornalistas e midiativistas junto com a gente, definitivamente na hora de correr não faz a menor diferença entre uns e outros, naquela configuração de rede, só importa saber quem é a polícia. A diferença foi daí em diante: a maioria dos jornalistas de empresas pararam por ali, ficaram atrás do cerco da Polícia Militar e não seguiram a manifestação. Minha tendência também era não seguir mais, principalmente porque o gás lacrimogênio começou a me incomodar, a garganta doía muito e olhos ardiam. Continuamos, em outro sentido, seguidos por policiais, não havia saída para outras ruas. Na chegada ao final dela, encontramos novamente alguns manifestantes e midiativistas, conversamos um pouco, já que o clima estava mais calmo. Havia também muitos jovens vestidos de preto, em estilo punk, que se diziam *black blocs*. Achei interessante quando um deles pisou no meu pé e se virou imediatamente para pedir desculpas, em um tom educado. A polícia voltou a jogar bombas de gás lacrimogênio, eu ouvia os estrondos, mas não conseguia ver o que estava acontecendo, porque estava fora do meu campo visual. Os jovens vestidos de preto quebraram uma placa de sinalização e começaram a correr. Mais à frente, retiraram cones de sinalização e jogaram no meio da rua, atingindo os carros, por algumas vezes. Uma menina que estava ao meu lado me explicou que eles estavam “organizando” o trânsito daquela maneira: tudo depende do lugar de onde se olha, não é mesmo?

Comecei a ouvir os estampidos dos tiros de borracha e quando olhei para trás, um dos rapazes que estavam jogando os cones havia sido atingido por uma bala de borracha, na perna. Recebemos também a informação de que um midiativista do *Coletivo Mariachi*⁴² havia sido atingido por uma bala “de verdade” e que este tiro tinha sido disparado por um policial civil, à paisana. Minutos depois, um advogado que acompanhava a manifestação conseguiu informações: o rapaz estava no hospital e havia sido atingido, na mão, por uma bala de borracha, mas um policial, à paisana, havia mesmo disparado tiros, como eu saberia depois,

⁴² <https://www.youtube.com/user/coletivomariachi>

pelas redes sociais e pelos telejornais⁴³. Seguimos a pé em direção ao Estádio do Maracanã, pela principal rua do bairro Vila Isabel. Logo à frente estava novamente o Batalhão de Choque, impedindo a passagem. Lara, Paula e eu estávamos de um lado da rua e as outras pessoas do grupo, do outro: ficamos com medo de sermos parados pelos policiais. Lara e eu escondemos a máscara de gás que estávamos usando. A Paula queria esconder o capacete, mas não tinha uma mochila para fazer isso. Coloquei todo o material dela na minha mochila. Acho que foi importante ter feito isso, já que era um primeiro contato mais duradouro com Paula, eu me coloquei naquela situação, à prova também, para ajudá-la e assim acabei me aproximando dela. Vivi na pele, e consciente disso, a minha passagem de intermediário a mediador, naquela rede que eu experimentava.

Outra manifestação teve início na Praça Saens Peña, na Tijuca, no dia 28 de junho, quando foi realizado no Estádio do Maracanã o jogo Colômbia *versus* Uruguai. Eu já havia acompanhado o trabalho de integrante da Mídia Ninja durante quase todo o dia quando, no fim da tarde, eles decidiram seguir para o ato. Na saída da estação do metrô, na chegada à praça, um dos integrantes do grupo foi abordado por um policial e revistado. O ritual de revista da Polícia Militar, em manifestações, se repetiu em muitas das situações que vivenciei: cerca de 10 a 15 policiais formam um círculo em volta da pessoa, um deles faz a revista pessoal, enquanto outro faz a revista da mochila ou bolsa, se houver. Enquanto isso, jornalistas, midiativistas, *freelancers* ou qualquer pessoa que esteja passando pelo local gravam tudo com seus respectivos acoplamentos: câmeras profissionais, telefone celular, câmeras fotográficas⁴⁴. Desta vez, o ninja abordado não foi detido. Gian Martins (Mídia Ninja) gravou tudo com o telefone celular dele e eu fiquei de longe observando, ao lado de Gabi Oliveira (Mídia Ninja), com quem eu conversava. Terminada a abordagem, a manifestação seguiu e nós também. No grupo havia também o Bernardo Guerreiro (Mídia Ninja), o terceiro ninja que seguiu comigo na manifestação. Nenhum deles fazia transmissão ao vivo porque não havia sinal de telefonia celular com qualidade suficiente para isso. Mais uma vez uma falha deixando à mostra a ação dos ninjas como uma gambiarra intrincada, campo de agenciamentos.

⁴³ Acabei me encontrando com este policial, por um acaso, durante uma incursão em campo com uma das equipes do SBT, como será relatado mais à frente.

⁴⁴ Na manifestação na Igreja da Candelária, no dia 20 de junho, o ninja Felipe Peçanha passou por uma revista deste tipo e foi preso porque portava um carregador de bateria de *notebook*, considerado policiais um “artefato explosivo”, de acordo com o título do vídeo transmitido, ao vivo, por ele, durante a abordagem, e disponibilizado, posteriormente, na Internet. O ninja foi levado para uma delegacia, junto com outros manifestantes detidos na ocasião, e depois liberado.

A experiência estava mais tranquila que a que eu tive anteriormente, no mesmo trecho, até o Batalhão de Choque se posicionar em uma esquina, de maneira a impedir a nossa passagem e a dos manifestantes. Começou um corre-corre e a Gabi me disse: “Se correrem, se encosta na parede, se a polícia chegar, se abaixe. Quem não tem problema, não precisa correr”. Pensei comigo mesmo: desta vez, não vou correr. Mas logo depois senti minha boca e meu nariz arderem muito, começou a faltar o ar. Alguém gritou: “Spray de pimenta é sacanagem, é o que tem de pior”. Não aguentei e segui de volta para fugir daquilo que estava começando a me sufocar, foi uma sensação de desespero mesmo. Continuei na manifestação e já separado do grupo dos ninjas presenciei os policiais prendendo jovens, entre eles, alguns que gravavam a movimentação usando telefones celulares. Alguns corriam, mas eram seguidos e capturados. Outros gritavam contra a polícia e moradores do bairro faziam coro, repetindo, de dentro das casas, frases contra a Polícia Militar. No meio do tumulto avistei o Gian, o Bernardo e a Gabi. Seguimos de volta para a Praça, onde a manifestação acabou depois da dispersão feita com bombas de efeito moral. A experiência foi extenuante: é preciso ter energia e disposição mental para enfrentar o risco envolvido em um ato deste tipo, tanto para manifestantes, quanto para comunicadores.

A partir de experiências anteriores, como estas relatadas aqui, a Abraji elaborou o *Manual de segurança para cobertura de manifestações no Brasil*⁴⁵, com dicas de jornalistas e orientações para proteção, com foco nos protestos que se anunciavam no período da realização da Copa do Mundo. O Brasil aparece no relatório do *Comitte to Protect Journalists*, uma organização internacional, com base em Nova Iorque, que acompanha investigações de mortes e agressões a jornalistas, além de oferecer apoio a familiares e pessoas envolvidas. De acordo com os dados do CPJ, o país ocupa o 11º lugar, em um ranking dos 20 países onde mais morrem jornalistas no mundo. O nome do cinegrafista Santiago Andrade está na lista, o do cinegrafista Gelson Domingos, morto por traficante, também, além do jornalista Tim Lopes. A série histórica começou em 1992 e até 2015 tinha 41 mortes de jornalistas registradas, 10 sem confirmação do motivo. Mas os três jornalistas cujos nomes apareceram nas nossas entrevistas são exceção: a maior parte das mortes da lista da CPJ têm relação como perseguição política, observação que foi reforçada no relatório do comitê em 2014 (ATTACKS, 2014) e na fala de Sarah Rafsky (CPJ), pesquisadora associada para as Américas.

⁴⁵ <https://dl.dropboxusercontent.com/u/44995521/ManualSegurancaAbraji.pdf>

I think the violence against journalists in Brazil is always worth mentioning because you know, Brazil is much bigger than Rio or São Paulo. People tend to only focus on what happens there and I know probably for a lot of people even in Rio or São Paulo they would be surprised to know that 10 to 15 journalists have been murdered in the past 2 years. That the record is worse than parts of Central America, worse than Afghanistan as I said. (...) In Brazil, the majority of the cases we've seen have been related to local political corruption. You have a small blogger in Northeast who writes on his blog about corruption at the mayor's Office. Or corruption in the police. And he is murdered. And that's scandalous, I mean, because, the implication is that the authorities have played some role in his murder. And, I think, that should really be a scandal. Reminding people that that's happening in parts of the country, I think it's important.

O relatório da CPJ mostra ainda que a maior parte das vítimas são homens e que em 26% das mortes as vítimas ou chefiavam o negócio, ou eram os próprios donos das empresas de comunicação. Os *freelancers* e os jornalistas independentes aparecem como as vítimas menos protegidas, neste sentido, por trabalharem por conta própria: são como os híbridos, aqueles que não são reconhecidos, por isso estão fora do escopo legislativo da Constituição Moderna, de acordo com Latour. Mas, para o CPJ, o jornalismo vai além dos jornalistas, ou seja: a rede de produção, coletivamente, é tão importante quanto o ator, individualmente, e deve ser passível da mesma proteção. Foi o que Rafsky explicou.

For us what we're concerned about when there's a press freedom violation is what the act was that provoked the retaliation not the person's history. I'll give a very easy example: in the early days of the revolution in Syria, a lot of the videos we were seeing were being uploaded by cab drivers who were recording on their telephones. If that cab driver was recording on his telephone and a sniper from the Assad army saw him and shot him, because he saw him filming to us, we counted that case. It didn't matter if he didn't have a history of journalism. If he was engaging in an act of recording factual information to disseminate it to the public and he was targeted because of that we are likely to take that case. We try to give ourselves a lot of flexibility, we purposely do not have rigid definitions so we study everything on a case by case basis and look at the entire landscape. We look at who is the person, what was he doing, what happened and then we make a determination in each specific case but in general we do not discriminate because it's a professional journalist or a non-professional journalist. It's the act itself that could get someone in trouble.

Ou seja, se o ator estava envolvido no ato de gravar ou disseminar a imagem, ele faz parte da rede. É uma abordagem relacional, que considera o fluxo de agências que produzem o jornalismo, ao invés de considerar esta ação como proveniente de um lugar estável, identificável, forjando a profissão do jornalista. Paula Máiran (Sindicato) também fala de uma rede mais ampla, que vai além dos jornalistas de redação. E pinta assim um quadro bem mais complexo das agressões em manifestações, de interações múltiplas e de difícil classificação.

A gente identificou milicianos disfarçados de manifestantes, em alguns episódios, que atacaram jornalistas, como ocorreu aqui, dentro da Câmara, durante a votação da CPI dos transportes, em que uma equipe da Globo News foi atacada por milicianos; a gente identificou situações em que envolvidos no tráfico de drogas, de favelas,

também se misturaram a manifestações para agredir jornalistas, como na zona sul, recentemente, depois da morte do DG, um jovem que trabalhava no Esquenta [programa da TV Globo], que foi assassinado por policiais militares, e identificamos *pitboys*, como se chama aqui no Rio, que são aqueles jovens que dominam práticas de luta marcial e tal e que, em geral, estão identificados com uma pauta ideológica de extrema direita, também nas manifestações atacando jornalistas e, pelo menos em um caso, com indícios de que fizeram isso com o aval de policiais militares. E esse foi um caso bem recente, foi agora, a questão é que alguns segmentos específicos acabaram virando agressores de jornalistas. Por exemplo: um segmento, que não é representante da linha política da direção do Sepe, que é o Sindicato dos Professores, mas alguns, um grupo minoritário de professores, da base, que se organiza sob uma lógica que eles denominam como anarquista, esse grupo tem se tornado um grupo identificado como autor de agressões contra jornalistas em algumas manifestações, sob a alegação de que esses jornalistas manipulam e distorcem e criminalizam o movimento dos professores no seu trabalho na mídia. E aí, como lidar com isso, né?

É interessante perceber que tanto no levantamento feito pela Abraji, quanto no relatório apresentado pela presidente do Sindicato, não há distinção entre jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, *freelancers* e midiativistas: são todos *comunicadores*. Paula explica a opção por este caminho, justificando que, apesar do “nível diferente de compromisso”, ou seja, o laço ético que envolve abstratamente os jornalistas, a liberdade de expressão é um direito garantido pela Constituição Federal. “Então todos têm direito a ter acesso à informação de qualidade e a se comunicar da maneira mais plena possível. Então, todos podem e devem ter acesso a novas tecnologias, novas plataformas, para fazer isso da forma que melhor lhe atender as necessidades de comunicação”. Os conceitos apresentados pelas duas parecem ter relação com o cenário de mudanças na rotina produtiva das redações, com a chegada dos telefones celulares, especialmente os *smartphones*, que surgem como objetos técnicos agenciadores de vozes pouco ouvidas na feitura do jornalismo e que, por vezes, contrapõem as versões oficiais, oferecidas pelos produtos disponíveis diariamente. O cenário é de tensões e as agressões vêm de vários atores diferentes: veículos destruídos, agressões verbais e físicas, medo e atenção constantes.

3.2 Outras entradas: o midiativismo e a transmissão livestream

A necessidade de desenhar um mapa mais amplo, sem bordas definidas, que me permitisse entender estas transformações, me levou a observar comunicadores que estão fora das redações. O contato inicial foi motivado, como já expus na primeira parte do trabalho, por um desejo de conhecer o trabalho do coletivo Mídia Ninja, durante as jornadas de junho, enquanto eu fazia um estágio docente, no primeiro semestre de 2013, com os alunos da Escola de Comunicação da UFRJ, em parceria com o meu orientador e com a pesquisadora Lara Linhalis. Enquanto eu preparava as aulas usando exemplos e experiências da minha prática profissional, encontrava na sala relatos absolutamente diversos, pulsantes e cheios de vida dos alunos que participavam das manifestações, muitos fazendo as transmissões ao vivo, usando o telefone celular. Descobri assim um novo uso para este aparelho, que já vinha despertando o meu interesse, dado sua presença crescente no meu dia-a-dia de trabalho. Alguns meses depois participei de uma reunião de pauta do Mídia Ninja, realizada na Escola de Comunicação. A partir daí comecei a acompanhar as transmissões pela Internet, em um momento em que, segundo o mapeamento da mídia digital no Brasil, realizado pela Fundação Getúlio Vargas,

os brasileiros viram surgir uma cobertura independente, organizada e inserida nos protestos, os quais eram transmitidos ao vivo na Internet a partir de câmeras de *smartphones* ou gravados e depois publicados, editados ou não, por indivíduos ou grupos de mídia alternativa. A Internet e as mídias sociais desempenharam um papel essencial na organização dos protestos e também forneceram meios para a divulgação de informações ao vivo sobre o que estava acontecendo nas ruas. A cobertura pelos veículos tradicionais foi comparativamente falha, tanto em conteúdo quanto em rapidez de divulgação (MIZUKAMI *et al.*, 2014, p.12).

A Mídia Ninja, sigla em português para Narrativas Independentes Jornalismo e Ação, nasceu como um braço do Circuito Fora do Eixo⁴⁶, responsável pela produção de festivais de música independente, com verba captada via leis de incentivo. Nas manifestações que tomaram conta do Brasil, em junho de 2013, o canal do grupo, na Internet, na época chamado de POSTV, teve picos de audiência de 120 mil espectadores (LANZAROTTI, 2013, p.1). A POSTV transmitiu, ao vivo, as manifestações, via *streaming*, pela Internet, com a ajuda dos ninjas, voluntários, que usaram telefones celulares conectados à rede mundial de computadores via tecnologia sem fio 3G (depois 4G) ou *wi-fi*. As transmissões eram feitas por meio de um aplicativo, ligado ao microblog Twitter, chamado TwitCasting, em que as pessoas

⁴⁶ <http://foradoeixo.org.br/>

que estão conectadas, assistindo, podem fazer comentários escritos, que podem ser acessados por quem está fazendo a transmissão.

Filipe Peçanha (Mídia Ninja) tornou-se um dos nomes mais conhecidos do movimento, seja pelas entrevistas que concedeu, seja pelo número de vezes que foi preso, durante transmissões ao vivo. “As manifestações de junho e de julho, elas são avassaladoras em diversos sentidos, elas tiveram um impacto muito forte na sociedade e ninguém esperava. Foi como uma grande onda”. Ele conversou comigo em um dia de semana, pela manhã, em uma padaria ao lado da “base ninja”, o apartamento coletivo em que viviam os voluntários, na Urca, próximo ao campus da Praia Vermelha, da UFRJ. Cheguei ao local atrasado, por conta do trânsito, e subi para o apartamento. Filipe pediu que eu o esperasse na porta, enquanto se aprontava. Descemos conversando e paramos logo na esquina da rua, quando ele me contou como a Mídia Ninja começou a transmitir manifestações.

A gente foi criando ferramentas na comunicação, que nessa comparação, nessa metáfora do tsunami, servem como, de certa forma, uma prancha que a gente foi construindo ao longo dos 10 anos, cada ano construindo uma peça, uma quilha, pintando, aparando uma borda, entendeu? E foi construindo isso, quando chegou junho a gente tinha acabado de montar essa prancha, ligamos o celular ao vivo e saímos surfando nessa grande enxurrada de paradigmas de mudanças, de ressignificações, de provocações, que foram as manifestações que conseguiram colocar isso em tempo real pro mundo inteiro, né? E principalmente, aqui no Brasil, as pessoas que tinham uma grande angústia de saber que porra era essa, dessas manifestações cheia de gente.

A primeira transmissão do Mídia Ninja, em 18 de junho de 2013, teve 200 mil conexões simultâneas, de acordo com ele. “A partir daí, as pessoas viram que era possível também montar suas próprias pranchas pra surfar nesse tsunami”. O resultado foi a queda dos números de acesso nos links dos ninjas, justamente por conta da proliferação rápida de pessoas fazendo o mesmo trabalho, cobrindo manifestações, ao vivo, pela Internet. Antes da conversa com Filipe, eu já tinha ouvido esta mesma história. Bruno Torturra, jornalista, com passagens pela *Revista Trip* e pela TV Globo e Pablo Capilé, produtor cultural, responsável pelos festivais de música realizados pelo movimento Fora do Eixo, responderam à uma sabatina dos jornalistas e comentaristas do prestigiado programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 5 de agosto de 2013, ainda na efervescência das jornadas de junho.

Pablo Capilé: Além do jornalismo, a gente tem que discutir também o midiativismo. Você tem esta nova lógica de comunicação de dar transparência a este processo, são multiparcialidades. Então você tem, de lugares muito distribuídos, pessoas completamente diferentes, continuando a fazer isso. (...) O Mídia Ninja tem trabalhado também para se tornar desnecessário. (...) A capacidade de perder o controle mesmo e entender que consegue inspirar e que uma série de outras iniciativas tenham também esta solidez.

Os dois foram apresentados como idealizadores do Mídia Ninja, embora este seja um título que eles tenham negado, durante a entrevista, dado o discurso sobre o caráter de coletividade das produções do grupo.

Filipe Peçanha explicou que o modelo de transmissão e a opção por um aplicativo em detrimento de outros foram processo de construção de um conhecimento, gestado no método da tentativa erro, que começou com a transmissão dos festivais de música realizados pelo Fora do Eixo, com vídeos e fotos em tempo real e uma “estética de texto que se pretende mais *pop* do que o texto mais durão (...). A gente sempre foi numa outra linha de ser mais direto, mais irônico, mais interativo, de certa forma, usando o que são as ferramentas das redes sociais”. Até 2011, o grupo tinha como foco exclusivo contar histórias do Fora do Eixo. A abertura da casa coletiva em São Paulo trouxe a possibilidade de contar outras histórias, começando pela crackolândia do centro da capital paulista e chegando até os movimentos sociais, de lutas por liberdades individuais e ainda de cultura digital. O grupo realizou oficinas e debates durante este tempo. E foi assim que um método foi se construindo.

A primeira transmissão que a gente fez foi numa Marcha da Liberdade, em maio de 2011. A gente conseguiu uma parceria com o Livestream. Livestream é uma das plataformas também mais conhecidas do mundo todo, de transmissão, e a gente conseguiu um equipamento específico, que é o *mochilink*, um equipamento supercaro. Não me lembro, se alugaram, se emprestaram pra gente. (...) Naquela época era o que tinha de mais de ponta e tal e eles queriam transmitir a marcha, mas não tinham ninguém aqui e tal, aí a gente falou: “Não, a gente transmite aí e tal, com o equipamento de vocês.” Aí foi ótimo, foi lindo, maravilhoso: 90 mil pessoas assistiram ao longo do dia, teve destaque na *home* do Livestream e aí bombou. Aí, depois que bombou, a gente falou: “Cara, a gente que já transmitiu festival, já fazia uma coisinha ou outra, fazia umas TwitCam, vamo criar uma grade de programação e lançar um canal; vai se chamar Pós-TV, que é a televisão depois da televisão, é a televisão onde qualquer um pode ligar seu computador, né? Abrir sua *webcam* e começar a falar e começar e conversar com alguém. Isso já é um programa. E twita com *hashtag* Pós-TV, não tem *site*, não tem página, não tem porra nenhuma. É uma busca no Twitter e é isso e aí que aí tá aberto pra todo mundo e etc.” E a gente começou assim.

O grupo criou um programa semanal da Casa Fora do Eixo São Paulo e também contava com colaboradores, com programas pontuais que discutiam os mais variados temas. Como Filipe explicou, não havia uma plataforma para gerenciar o conteúdo, como em uma grade de programação tradicional. Mas o trabalho era feito dentro da casa, a transmissão nas ruas havia sido um episódio único. Foi daí que começaram as experiências com “gambiaras” que permitiam ao grupo fazer transmissões ao vivo, direto da pracinha que ficava em frente à casa coletiva, em São Paulo.

A gente pegava cabo do 4º andar, descia, atravessava, passava por cima da rua, por poste. Aí, botava um sofá na pracinha, assim, entendeu? E ligava um som com gerador ou com cabo de energia. A gente fazia isso pra caralho, sempre tentando

vencer essas dificuldades técnicas porque o 3G não funcionava. Em 2013, ele passou a funcionar e, aí, a gente tava fazendo a cobertura especial dos blocos de carnaval de rua e, aí, cara, eu levei um 3G pra garantir, mas a gente tava lá com cabo, com tudo mais, e aí, em determinado momento, funcionou o 3G. (...) Aí, depois, aí já tinha o celular; aí depois a gente descobriu os aplicativos, que dava pra fazer, etc. Aquilo ali tava meio que na manga. A gente já tinha feito umas transmissões por TwitCasting na Tunísia, no Fórum Social Mundial; em Marabá, interior do Pará, que eu fui lá cobrir o caso de julgamento dos assassinos do José Cláudio e da Maria, que são dois ativistas também que foram assassinados, enfim, há quatro anos atrás. Consegui transmitir de Marabá! Assim, eu falei: “Cara, meu irmão, tô aqui em Marabá, tá rolando, então, tipo assim: cara, esse bagulho funciona, né?” E aí, quando vieram as manifestações.

Tudo isso tem a ver com uma rede muito maior, para Manuel Castells (2013), que fez observação participante e entrevistas com membros do 15M, movimento social que sacudiu a Espanha, em 2011, com uma série de protesto e com um tipo sofisticado de organização em rede, que chamou a atenção do pesquisador. Para ele, existe uma conexão entre movimentos sociais em todo o mundo, hoje, que ultrapassa as mensagens via Internet, a partir das experiências da Islândia e nos países árabes. É mesmo uma conexão de pensamento, em termos de construção coletiva. Prova disso: quando os novaiorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, no que veio a ser conhecido como Occupy Wall Street, chamaram seu primeiro acampamento de Praça Tahir; da mesma forma que os ocupantes da Praça Catalunya, do movimento 15M, na Espanha, meses antes.

Castells inicia sua reflexão na Tunísia, em 2010, quando um vendedor ambulante se autoimolou, depois de ter se recusado a pagar propina a um membro do governo local. O vídeo da tragédia, feito com um telefone celular, foi postado em uma rede social e a Tunísia entrou em transe depois disso. Ao mesmo tempo, a Islândia já vivia o fracasso do modelo de criação de riqueza especulativa, que caracterizou o capitalismo financeiro das últimas décadas. O resultado foi um protesto com panelas e frigideiras, em frente à sede do governo, em 2009, que acabou dando início a uma mudança na Constituição, fruto de uma convulsão social no país. A revolução no Egito veio logo depois, quando uma estudante postou um vídeo no Youtube, chamando os egípcios para um protesto, depois de seis autoimolações no país, que vivia uma ditadura violenta há décadas. O espaço de resistência se construiu pela Internet e acabou derrubando o ditador Hosni Mubarak, além de se tornar inspiração para organização dos movimentos Occupy, mundo afora, nos anos seguintes. O modelo em rede da revolução egípcia também inspirou movimentos em países vizinhos, no que ficou conhecido como a Primavera Árabe, com a instituição, pela Internet, do Dia da Fúria. Surgiram movimentos em vários países, por motivos diversos e dinâmicas variadas também. Todos marcados pela

violência do Estado contra os manifestantes e também pelo abalo do poder instituído, em maior ou menor grau.

Paula Daibert trabalhava como estagiária na sede do canal árabe Al Jazeera, em Doha, quando eclodiu a Primavera Árabe, em 2011. Ela se formou em Comunicação Social no Brasil, em 2009, cursou um mestrado em Estudos Árabes e Islâmicos, na Espanha, e de lá seguiu para este estágio. “Eu cheguei lá em Doha dia 23 de janeiro de 2011, dia 25 de janeiro de 2011 é quando começa a revolução no Egito, aqueles protestos da Primavera Árabe. Então, eu trabalhei na cobertura de todos esses, a cobertura inteira desses protestos”. Paula era responsável pela seleção inicial de conteúdo gerado por usuário, especialmente vídeos, sobre os protestos e enfrentamentos que aconteciam, ao mesmo tempo, em vários países árabes, naquele momento.

Daibert: A gente recebia os vídeos, a Al Jazeera tem uma plataforma de jornalismo cidadão, aí as pessoas mandavam os vídeos de todos os países árabes de onde tava tendo protesto. (...) A Al Jazeera tem sido porta-voz disso no Ocidente, a cobertura da Al Jazeera, da Primavera Árabe, foi muito baseada em mídias sociais, em coisas do Youtube, coisa de cinegrafista amador, igual eles falam. Porque os jornalistas da Al Jazeera são muito perseguidos nesses países. Chegou um momento na Tunísia que não havia mais jornalistas da Al Jazeera. Então, toda e qualquer informação que saía era só por redes sociais, a cobertura foi inteira baseada em vídeos de cidadãos.

Evandro: Só foi possível por isso.

Daibert: Então, é muito incrível, é um *case*. É muito foda. Aí, começou o Egito a mesma coisa: começaram a prender os jornalistas. Assim, muita coisa pelo Twitter, muita coisa de informação que a gente ligava pra pedir, porque, tipo, sei lá, não tinha como. Foi um momento muito legal porque eu trabalhei exatamente com isso de, tipo, a gente recebia os vídeos, eu era o filtro humano do que ia entrar na programação ou não.

Reconheci aqui a ideia de mediação, a partir do uso do telefone celular, conectado em rede: este não humano não foi o único responsável, mas foi um importante agenciador de informações durante a revolução e também agenciador da própria revolução, “a cobertura foi inteira baseada em vídeos de cidadãos”. Paula reconhece, assim, o papel do não humano nesta rede, principalmente porque, logo depois, fala do que chama de “filtro humano”.

A revolta também se espalhou pela Europa, começando pela Espanha, durante a grave crise econômica que deixou boa parte da juventude desempregada, em 2011, dando origem, em Madri, em Barcelona e em outras cidades do país, ao que Castells chamou de “revolução rizomática” (2013, p.86), em referência ao conceito de Deleuze e Guattari. A principal bandeira era a denúncia da falta de democracia representativa na forma vigente no país, naquele momento. O pesquisador chama a atenção para um fato importante: como o 15-M, nome dado à rede revolucionária composta por uma série de movimento, sem liderança definida, conseguiu furar o bloqueio da imprensa tradicional, que, de acordo com ele,

apresentava o movimento de forma equivocada, e levar informações sobre a revolução em andamento, sem mediadores tradicionais, por meio da Internet. Ele transcreveu parte da entrevista que fez com o psicólogo e pesquisador de tecnopolítica, Javier Toret, um dos participantes:

A capacidade de auto-comunicação de massa e de auto-organização on-line permitiu que as pessoas superassem o bloqueio da mídia. (...) O que isso mostra é um tipo de movimento pós-mídia. É pós-mídia porque há uma reapropriação tecnopolítica das ferramentas, tecnologias e veículos de participação hoje existentes. É onde as pessoas hoje estão. (...) A mídia inicialmente ignorou o movimento, mas, quando todas as praças da Espanha estavam cheias de gente, eles não tiveram escolha senão explicar o que estava ocorrendo... criaram-se muitos espaços que funcionaram como órgãos de mídia; havia, por exemplo, uma série de blogs pessoais que fazia uma boa cobertura do evento (CASTELLS, 2013, p.94-95).

No mesmo ano, os ares da revolução sopraram mais a oeste do Atlântico e chegaram, nos Estados Unidos, ao centro financeiro do mundo capitalista: Wall Street, em Nova Iorque. O mercado imobiliário do país estava quebrado, pessoas perderam as casas que vinham pagando há décadas, os bancos tiveram perdas recordes. Quem salvou o sistema da bancarrota foi o Estado, com dinheiro do contribuinte, o que só aumentou a percepção de que a divisão de renda no país vinha piorando gradativamente, ao contrário do que parecia ser o sonho americano, e bem diferente do que pregava o presidente Barack Obama, que frente a crise acabou abandonando uma série de promessas de campanha. “No dia 13 de julho de 2011, a *Adbuster*, revista de crítica cultural com sede em Vancouver, postou no seu blog a seguinte convocação: “#occupywallstreet. Você está pronto para um momento Tahir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street” (CASTELLS, 2013, p.120). O dia 17 de setembro é o dia da assinatura da Constituição estadunidense. O objetivo da ocupação era lutar pela restauração da democracia. O chamado foi atendido, com a ocupação do Zuchotti Park, em Lower Manhattan, no centro financeiro de Nova Iorque. A polícia seguiu reprimindo e prendendo manifestantes e as imagens das ações ganharam o Youtube, o resultado foram mais adesões, inclusive de associações e grupo. Ocupações começaram a se espalhar por todo o país, até em frente à Casa Branca, em Washington, somando mais de 600 movimentos, de acordo com Castells (2014, p.141). “Usando o Twitter a partir de seus celulares, os manifestantes conseguiram divulgar constantemente informações, fotos, vídeos e comentários, construindo uma rede de comunicação em tempo real que cobria o espaço ocupado”.

Um elemento fundamental, no que se refere a proteger o movimento da violência foi a ampla prática de fazer reportagens em vídeo, adotada por centenas de pessoas brandindo seus celulares a cada manifestação. A mídia tradicional só mostrava o que

seus editores queriam, mas o movimento apresentava tudo sobre si mesmo postando na internet todas as ações que tinha lugar nos confrontos (CASTELLS, 2013, p.148).

Importante notar que, tanto no Occupy, quanto em outras ocupações deste modelo em rede, os *streamers* não transmitem somente manifestações, mas também as assembleias, e por consequência as decisões, em tempo real, pela Internet. Foi o que me disse Matt Hoppard (streamer), jornalista e *streamer* novaiorquino, que esteve presente por dois meses na ocupação, em 2011, fazendo suas primeiras transmissões ao vivo. Acompanhei alguns trabalhos dele, em Manhattan. Matt esteve no Brasil, fazendo transmissões, durante as jornadas de junho, em 2013, por isso fala um pouco de nossa língua (e gosta muito de praticá-la). Em uma entrevista que mistura português e inglês, ele me disse que o principal objetivo do trabalho deles, naquele momento, era mostrar as discussões e o dia-a-dia da ocupação, além da maneira como a polícia agia, reforçando a teoria do “furo do bloqueio da mídia” *mainstream*.

Ambos, livestreamers e mainstream media queriam mostrar brutalidade da polícia, ambos. Mas...in substance, the content, the discussions, that was different. No media they would talk more about ‘maybe you should get a job’, stigmatizing. They made it look bad. They talked about it a bit and in some instances, the discussions of money in politics, sometimes that was talked about in TV. Mas não muito. They had their own discourse. (...) Eles só querem mostrar um pouco dos eventos, dos discursos, dos temas do Occupy Wall Street e de todos os outros movimentos também: Black Lives Matter, March against Monsanto. Em todas as situações media mainstream não disse muito dos temas. Em Livestream há mais tempo para discurso com mais detalhes.

Torturra explicou, no programa *Roda Viva*, que no Brasil, como em outros lugares, o trabalho dos *streamers* funciona como um “serviço de utilidade pública” para os manifestantes.

É tipo assim: filma isso, filma isso, porque, de fato, protege o manifestante. Mas aí é importante dizer que, antes de ser um manifestante, ele é um cidadão. Que tá sendo atacado, de forma muito violenta, pelo Estado, por estar exercendo o seu direito à manifestação. A gente tá protegendo a democracia quando a gente toma lado numa manifestação, porque a gente não tá defendendo o argumento do manifestante necessariamente, mas o direito dele tá lá fazendo o que ele faz.

Paula Daibert observou essa emergência da Mídia Ninja em conexão com outras experiências que presenciou a partir de Doha, no Catar, onde fica a sede internacional da TV Al Jazeera.

Lá em Doha, eu ficava vendo essa mobilização de coletivos de mídia independente e altas informações alternativas foda, produção de vídeo maneiríssimo, aí ficava: “Ai, meu Deus, quando que isso vai chegar no Brasil? Isso é muito legal, sacou? Eu quero fazer isso também, inclusive”. Aí, foi isso. Voltei pro Brasil em agosto de 2012; em setembro eu fui pra Venezuela, cobrir as eleições, fiquei dois meses lá,

pelo *O Globo*, que eu vendi também; voltei, aí até que eu parei aqui no Rio era, sei lá, fevereiro de 2013. (...) E, aí, nessa confusão também, aí brotou o Ninja, que era um coletivo de mídia independente, que me parecia interessante, que eu gosto muito da produção de vídeo e de foto deles e precisava de foto pruma matéria que ia sair na Al Jazeera. Aí, eu: “Ah, vou procurar esse negócio de Ninja, né? Negócio mó legal, as fotos são ótimas e tal, enfim, e também apoiava a parada que é alternativa, que é interessante”.

A entrada de Paula como colaboradora da Mídia Ninja aconteceu quando ela produziu uma matéria com a família do pedreiro Amarildo, desaparecido na favela da Rocinha em 14 de junho de 2013, depois de ter sido conduzido por policiais militares para a Unidade de Polícia Pacificadora. O caso ganhou repercussão internacional e deu origem a uma campanha informal, difundida por artistas e ativistas dos Direitos Humanos com a frase “Cadê o Amarildo?”. Tudo isso aconteceu de maneira concomitante às manifestações de junho de 2013, quando o trabalho dos Ninja, por diversas vezes, chegou a um espaço nobre da imprensa massiva. De início, eles passaram a fazer parte das rondas diárias e da escuta dos apuradores, nas redações jornalísticas, justamente por trazerem informações do *front*, em primeira mão. Diego Sangermano disse que ele mesmo acompanhava os links do grupo, do computador da sala da chefia do SBT, para “saber o que estava acontecendo”. Ele admitiu já ter usado material dos Ninjas e também de outros grupos. Rita Barreto disse que nunca usou estas imagens porque “eles defendem os grupos que fazem as manifestações”, mas não negou a importância dos coletivos como fonte de informação, em um primeiro momento.

Não demorou muito para que as imagens da Mídia Ninja fossem usadas em reportagens, como durante visita do Papa Francisco ao Rio de Janeiro, em julho de 2013. Um grupo de manifestantes foi às ruas, próximo ao Palácio Guanabara, onde o pontífice se encontrou a presidente do Brasil. Houve um confronto com os Policiais Militares, mais uma vez registrado por eles. Um dos ninjas foi preso. E no dia seguinte, a principal matéria do *Jornal Nacional* sobre assunto contou com material transmitido pelos ninjas⁴⁷. Junto com outras imagens, os vídeos foram responsáveis por inocentar um jovem que havia sido preso, suspeito de carregar coquetéis molotov na mochila.

Filipe: A gente revelou uma construção não só da Polícia Militar, que forjou um flagrante, mas também da própria imprensa que, com o flagrante forjado, já tinha uma nota no próprio G1. A gente desconstruiu isso. A Globo, inclusive, fala de policial infiltrado.

Evandro: Foi um momento em que as imagens de vocês foram usadas pelo *Jornal Nacional*.

Felipe: É, exatamente. O Youtube teve milhares de vídeos que davam um 360 da inocência dele, um caso arquivado em menos de uma semana, uma visibilidade

47 Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/passeata-termina-em-confronto-e-pm-e-criticada-por-prender-integrante-do-midia-ninja.html>.

nacional e internacional, com um posicionamento da Rede Globo dentro disso daí e o nosso trabalho...

Evandro: Deixa eu só fazer um parêntese. Eu vi uma vez você dando entrevista, mas eu sei que você já foi preso outras vezes. Preso não. Detido, né?

Felipe: Fui detido 3 vezes.

Evandro: E depois é solto. É, tem a coisa de falar com a imprensa. É importante isso?

Felipe: Óbvio! Lógico! Porque é assim, cara, senão cê fica num gueto também, entendeu? Porque, cara, é, como pensar que a Mídia NINJA seria a Mídia NINJA hoje se a gente não tivesse feito um diálogo direto, é, dado entrevista, basicamente, a esses grandes, entendeu? (...) Obviamente é necessário, pra nós é impensável a gente achar que vai chegar nos 80 milhões de pessoas sem passar por aqui, né?

A emergência de uma figura que fale em nome do movimento, um actante que represente outros mediadores e intermediários, institui uma operação que a TAR define como *delegação*, um tipo de mediação na qual alguns integrantes da rede abrem mão de suas agências em função de um ou mais integrantes, que exerceram esta agência em seu lugar. Os movimentos sociais em rede que trabalham com a lógica da horizontalidade das ações tentam (ou dizem tentar) evitar esta operação, que cria verticalidades e relações de poder. Castells fala de um problema com relação a isso, comum aos movimentos que pesquisou: a ideia de que não há lideranças, não há porta-vozes, para alguns dos participantes, entra em conflito com esta possibilidade de diálogo, que cria uma figura para a qual os holofotes da mídia se viram, o que pode instalar uma controvérsia na rede em questão.

A utilização desse recurso é realmente controversa no momento. Como seus usuários mostram a ocupação de um ponto de vista próprio, narrando os eventos tal como o veem, muitos atingiram certo grau de celebridade dentro do movimento e foram identificados como porta-vozes por pessoas de fora. Isso levou à crítica de que alguns estavam explorando o movimento em busca de vantagens pessoais, incluindo patrocinadores de empresas prestadoras de serviço (CASTELLS, 2013, p.135).

Filipe defende que sempre houve um conceito por trás do trabalho do Mídia Ninja, que vai além do trabalho de cobertura propriamente dito. A lógica da vida compartilhada, em casas coletivas, foi mimetizada a partir da experiência do Fora do Eixo. Dentro da casa do grupo, no Rio de Janeiro, há divisão clara de tarefas, mas não há delimitação de espaços próprios: toda a casa é de todos os moradores. Até os cigarros são coletivos, como já mostrei. Na experiência com o grupo na cobertura de um jogo na Praia de Copacabana, no dia 28 de junho, consegui conversar um pouco mais sobre isso com Gabi, uma ex cabeleireira que vivia em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, e deixou tudo para seguir a Mídia Ninja, “pelo desejo de ser jornalista”. Ela tem vinte e poucos anos, cabelos curtos sempre presos por uma bandana e um estilo hippie de se vestir. Gabi chegou à praia trazendo cachorros-quentes na bolsa para quem estivesse na roda de conversa, inclusive quem não é da Mídia Ninja. Ela

também trazia maços de cigarro que foram divididos entre todos, além de baterias externas para os *smartphones*. O que mais me chamou a atenção na conversa foi a maneira como ela descreveu a vida em uma “base ninja”, que ela chama de “lá em casa”, onde “até as roupas são coletivas”. “Eu fico pensando o que as pessoas de fora pensam. Ele deve achar que somos malucos”. Eu, particularmente, achava isso mesmo: ela conseguiu reverter o objetivo e teorizar o que ela inventou como sendo meu comportamento. Para completar, ela ainda disse que “como jornalista, gosta muito de ouvir histórias”. Ou seja, ela se considera mesmo jornalista, o que reafirma o meu olhar sobre o jornalismo como uma rede, que tem se expandido.

É por este tipo de exemplo que Filipe defende que o grupo serviu como inspiração para uma série de outras iniciativas que vieram depois de junho de 2013. Mas ele não apenas defende seu ponto de vista: sua fala parece teorizar esta experiência, um comportamento que percebi como sendo recorrente nas conversas com os ninjas.

A Mídia Ninja, ela é uma ponta desse iceberg, né? Esses coletivos que, muitos deles, a gente fala que são nascidos em junho, não pra desmerecer, mas pra inserir no contexto mesmo do local de onde que vem e tudo o mais, são coletivos que tão, de fato, começando agora. Um ano de trabalho é pouco, dentro de tudo que dá pra se construir. (...) A gente tem uma experiência que vai de Serrana, de São Carlos, de Rio do Sul, de Teresina, de Macapá, de Belém, de... sabe? De Vitória da Conquista, de Cuiabá, de Uberlândia, de Rio Branco, cidades que muitas dessas pessoas talvez nem conheça. Então, há uma inteligência coletiva porque ela é construída em rede. E essa inteligência coletiva é o que traz o diferencial pra tudo isso que a gente tá fazendo.

Mas nem todos os ex colaboradores da rede concordam com isso. Com relação ao Mídia Ninja, que parece ter inaugurado esta maneira de se fazer coberturas de manifestações no Brasil, é fato que as discordâncias de alguns membros levaram a criação de novos coletivos, ou ainda ao trabalho autônomo de outros, como consequência do junho de 2013, além do surgimento de coletivos que nunca tiveram relação com os ninjas. A rede Mídia Ninja, estabilizada em junho de 2013 e com ápice nos meses posteriores de produção, já havia começado a se desestabilizar quando entrei em campo. Durante a manifestação que saiu da Praça Saens Peña rumo ao Estádio do Maracanã, no dia 15 de junho, ouvi uma conversa entre um fotógrafo, com capacete de Imprensa, e um midiativista, que fazia uma transmissão ao vivo com um *smartphone* que tinha um adesivo escrito *Coletivo Carranca*. Eles diziam algo sobre uma feijoada, feita pelo pessoal do Mídia Ninja, e que eles teriam sido “atraídos” para aquele lugar, como em uma “arapuca”, para uma coisa que parecia midiativismo, mas que no final tem conotação política. Não entendi, mas anotei a informação.

Terminado o meu trabalho, encontrei-me com Lara para seguirmos juntos para a Zona Sul. Ela estava acompanhada de Paula Daibert e Thiago Dezan (Mídia Ninja), namorado de Paula, um dos fundadores do Fora do Eixo. A conversa no caminho foi bem interessante. Perguntei a eles quem era a pessoa que vi falando sobre o Mídia Ninja e também sobre o que ele estava falando, sobre o caso da feijoada. Thiago ficou levemente irritado e disse que “o pessoal está inventando coisas”, que não era nada daquilo, mas também não me deu explicações. Ele disse ainda que Paula “tem muita paciência, para ainda falar com algumas pessoas, cumprimentar como se nada fosse”. Paula disse que é assim, não vê problema nisso e disse ainda que tem gente que saiu do Mídia Ninja e não entendeu o que aconteceu, que “tudo mudou muito no Ninja desde junho do ano passado” e que ela mesma não ia à base há quase um ano. Durante as semanas seguintes tentei marcar a entrevista com Paula, com que tive mais afinidade e proximidade, mas ela nunca podia. Até o dia em que ela me disse, pelo WhatsApp, que não gostaria de falar em nome do Mídia Ninja. Insisti dizendo que gostaria de saber da experiência dela como midiativista, como *freelancer*, e não como ninja especificamente. Assim ela aceitou.

No dia 20 de junho me encontrei novamente com o midiativista que havia visto na manifestação na Tijuca. Desta vez me aproximei dele e me apresentei. Era Augusto Lima (Coletivo Carranca). Ele foi simpático e receptivo, mas estava cobrindo um ato na Candelária, por isso me deu o seu número de telefone. Falei com ele pelo WhatsApp diversas vezes nos dias que se seguiram, mas nunca conseguíamos nos encontrar por conta dos horários complicados: Augusto segue para qualquer pauta que possa parecer interessante, a qualquer momento. Já estava nos últimos dias no Rio de Janeiro quando consegui encontrá-lo, em um café, na Tijuca. Ele é jornalista, já trabalhou como *freelancer* para veículos independentes e se define como anarquista, por discordar do sistema político-partidário vigente no Brasil hoje. “Sempre fui uma pessoa de opinião muito forte, de polêmica”. Tivemos uma conversa de quase duas horas. Agitado, com a fala entrecortada, trouxe contribuições que despertaram em mim muitas dúvidas. Ele fez parte do primeiro grupo da Mídia Ninja, no Rio, em 2013, e conta que viveu o que chama de “golpe no Rio de Janeiro, com relação à mídia independente”.

Evandro: Como é que você entrou na Mídia Ninja e como é que isso aconteceu?

Augusto: Eu comecei totalmente independente e fui chamado pra integrar a primeira equipe, que é a equipe, hoje em dia, do Carranca, que saiu do Mídia Ninja e integrou o Carranca. Nós saímos porque vimos que não havia transparência, não havia horizontalidade, o nosso trabalho foi sequestrado, a nossa autonomia aqui de trabalho no Rio de Janeiro, simplesmente, foi removida, a partir do momento que eles vieram pra cá, abriram a possibilidade de criar um núcleo do Mídia Ninja aqui no Rio, quem se aproximou foram profissionais da área de comunicação. Designers

também, né? Um pessoal gabaritado, pessoal que tem um conhecimento que a galera do Mídia Ninja não tem.

Evandro: Foi na Copa das Confederações que começou o trabalho da Mídia Ninja aqui, ou antes um pouco disso? Você já estava?

Augusto: Já estava fazendo *streaming*, e aí, eu acho que depois do meu terceiro *streaming*, é, que o terceiro bombou de uma maneira que nenhum bombou. Tipo: eu tive 13 mil simultâneos. Nesse meu terceiro *streaming*, o Marcelo Tas [jornalista, apresentador] twitou o meu *streaming* e falou: “Oh, o melhor é esse daqui e tal. Tá muito bom esse daqui. Acompanhe por aqui.” Aí subiu, né? Estourou. De duas mil pessoas foi pra 13 mil.

Evandro: Nossa, é gente pra caramba! E, aí, você começou a acompanhar as manifestações junto com o pessoal da Ninja, né?

Augusto: Junto com o pessoal do Ninja, não! Junto com o pessoal que era aqui do Rio e que não era Fora do Eixo barra Ninja. O pessoal do Ninja não trabalhou na rua, esse pessoal não trabalhou. Eles passaram a trabalhar na rua, quando eles viram que aqui tava bombando, tinha independência demais aqui, eles não tavam gostando disso, né? Eles, inclusive, censuravam muito material, dizendo que: “Ah, não, não deu tempo e tal.” – coisas que... importantíssimas e tal, que a gente até então não sabia que era por conta da ligação partidária deles, né?

Augusto apresenta controvérsias mais profundas, apontando para uma desestabilização da rede e a formação de novas associações, novos coletivos a partir da experiência inicial da Mídia Ninja, no Rio de Janeiro. Ele faz críticas grandes ao grupo e diz que o Coletivo Carranca foi criado, por ele e por outros ex ninjas, como uma tentativa de trabalhar de uma maneira diferente do que era feito. “A nossa organização não é horizontal e não pretende ser, pelo menos, por enquanto. A gente quer incluir mais pessoas no núcleo editorial”, o que ele acredita ser bem diferente do que vivia na Mídia Ninja, apresentando um outro olhar sobre a experiência que já mostrei neste trabalho.

A experiência do Coletivo Carranca foi um dos resultados das controvérsias que se instalaram na rede da Mídia Ninja, no Rio de Janeiro, pós-junho de 2013. Augusto lembrou-se também da fundação do Coletivo Mariachi, que aconteceu antes mesmo da saída dele do grupo. “Inclusive, alguns dos nossos, do Carranca, enquanto ainda estavam dentro do Ninja, foram convidados pra participar da fundação, né? (...) E aí, depois de um tempo, a gente saiu do Ninja e acabou criando o Carranca”. O desentendimento maior teria acontecido por conta do direcionamento da cobertura de alguns atos pontuais. Augusto contou de uma ligação que recebeu enquanto seguia para um ato contra o governo federal.

Me ligaram no telefone e falaram: “Oh, não, não fala de, de mensalão, não.” – na altura do mensalão, que tava explodindo. “Não fala de mensalão no Live, não. Porque, cara, tá superdimensionado, a mídia já tá batendo muito nisso, não vamo falar disso, não, e tal.” Aí eu falei: “Tá”, só que aquele tá que... Foda-se, sabe? Tipo: não ia ficar discutindo com o cara no telefone. Eu faço o que eu quiser, eu tô com o Live aberto. Cê vai vir me dirigir? Não foi nem você que criou, a gente tava fazendo um trabalho totalmente independente aqui, cê acha que eu não tenho responsabilidade suficiente pra decidir o que que eu vou... Vai vir me pautar? Vai se fuder! (...) Ah, então, fui lá e transmiti na marra, no canal deles. Foi minha última transmissão pra eles.

Leonardo Coelho (freelancer), ex ninja, também foi um encontro agenciado pela relação com a rede da pesquisadora Lara Linhalis. Ele gravava uma entrevista com ela quando fui encontrá-la para um café. Ela me apresentou Leonardo, logo reconheci o seu nome, que já havia lido em algum lugar. Trocamos contatos e marcamos uma conversa para alguns dias depois, também em um café, na Cinelândia, no centro do Rio. Como fotógrafo, fez parte da primeira equipe da Mídia Ninja no Rio de Janeiro. Saiu antes de completar um ano no grupo, também por se incomodar com algumas questões acerca do trabalho do coletivo. Ele nunca morou na base ninja, por isso sentia-se “menos protegido”. “Tipo, se eu for preso, quem se fode sou eu. Se um mídia-ninja do Fora do Eixo for preso, tem a Ivana Bentes [professora da Escola de Comunicação da UFRJ e apoiadora do Mídia Ninja] e tem um monte de gente pra soltar. Eu não, né?”. Coelho disse ainda que se incomodou com comentários e postagens em redes sociais, depois de sua saída.

Leonardo: Eles me parecem ter uma noção muito defensiva, assim, deles. “Se você não está com a gente, você está contra a gente.”

Evandro: Pode chamar de maniqueísta isso, essa visão? O bem contra o mal?

Leonardo: Em parte, eu não sei se daria pra dizer isso com certeza, mas tem um quê de...

Evandro: De simplificação.

Leonardo: De simplificação, de uma generalização.

A palavra certa, para a nossa reflexão, é *purificação*, aquela operação que Latour (1994) define como sendo a marca da Modernidade, que nega a *tradução*, a mediação que cria o mundo sem classificações. Mostrei este tipo de comportamento redutor também por parte dos jornalistas de redação. É nesta lógica que surgem inimigos comuns, fios narrativos que conduzem, inventam um sentido para toda esta história: O episódio da morte do repórter cinematográfico Santiago Ilídio Andrade, da TV Bandeirantes, aparece com frequência nas entrevistas feitas no Rio de Janeiro. Aos poucos, fui percebendo a importância deste acontecimento na construção narrativa do lugar que cada ator ocupa nesta rede de relações estabelecidas no Rio de Janeiro a partir de junho de 2013, funcionando como um tipo de ponto de ruptura, momento a partir do qual as tensões de uma rede heterogênea e complexa extrapolaram a capacidade de negociação entre os atores, que, a partir de então, formam novas redes.

3.3 O caso Santiago Andrade: um mundo perigoso para jornalistas

O nome de Santiago Andrade apareceu, pela primeira vez, na experiência no Rio, na fala do repórter Eduardo Oliveira, em uma das vezes que segui com ele para ao Complexo do Alemão. No momento de me apresentar a equipe que trabalhava naquele dia, Eduardo me mostrou o Pedro Mota, cinegrafista, e, em seguida, disse: “Este é o Robson, nosso auxiliar de hoje. Ele que estava na equipe de Santiago Andrade quando ele foi atingido pelo rojão. Lembra desse caso, você sabe a história do Santiago?” A segunda vez em que o assunto foi tema de conversa veio alguns dias depois, quando me encontrei com Tiago Ramos pouco antes de uma manifestação que ele cobriria, em Copacabana. Na entrevista, ele disse que estava trabalhando em uma manifestação na Avenida Presidente Vargas, em frente à Central do Brasil, quando tudo aconteceu. Ele aparece em diversas imagens que circularam posteriormente, na Internet, e foram usadas em reportagens.

Evandro: Quem fez a imagem do rojão acertando ele [Santiago Andrade]?

Tiago: Foi da TV Brasil. Eu não sei o nome do cinegrafista, mas foi da TV Brasil. Um ou duas ou três emissoras filmaram o momento: TV Brasil, a Reuters e uma ou duas imprensas estrangeiras e a TV Brasil filmando aquele momento. E eu tava bem do lado da rua, bebendo água. Daí, bebi uma água, na época, eu levava água na mochila, fui beber uma água e só vi o clarão. Nem vi que tinha acertado ninguém. E aí, já vim filmando porque eu tinha visto alguém no chão. Só reconheci e vi que era o Santiago, eu não conhecia o Santiago direito, porque eu só tinha visto ele em uma manifestação. Depois, vi uma matéria, não lembro de quem, que falou que ele tava acostumado a fazer mani... ele não tava acostumado a fazer manifestação. Não era ele que fazia manifestação.

Evandro: Isso conta também, Tiago? Por que saber onde se posicionar, onde ficar, pra evitar risco?

Tiago: Conta. É, fatalidade pode acontecer com qualquer um. Pode acontecer com qualquer um. Mas, por exemplo, existem situações que você tem como evitar; tem como evitar. O local que o Santiago tava era um local neutro, era um local bom de se posicionar, não era ruim, porque dali ele tava filmando a polícia e os manifestantes, só que deu o azar que teve dois manifestantes que atravessou por trás dele e ascendeu um rojão.

Tiago ainda falou mais sobre o assunto durante a entrevista dele, mas foi na fala de Melissa Munhoz que pude constatar a importância do caso: foi quando comecei a perceber a história como um ponto de virada. “Eu perdi um amigo no dia 10 de fevereiro, porque eles são covardes, eles são violentos e eles atacam a imprensa de uma forma geral. O Santiago estava em pé, de costas, não viu o que aconteceu, morreu sem saber por que que tava sendo atacado”. A partir daí, abordei o assunto em todas as entrevistas e, sempre que possível, nas incursões, como maneira de precipitar opiniões e ouvir as teorias desenvolvidas pelos meus informantes acerca do episódio, que passei a considerar um ponto importante, a partir do qual a rede formada em torno dos acontecimentos de junho de 2013 desestabilizou-se de vez.

Santiago Ilídio Andrade, repórter cinematográfico da TV Bandeirantes, cobria uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus, próximo à Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, quando foi atingido, na nuca, por um artefato explosivo, no dia 6 de fevereiro de 2014. Os momentos seguintes foram amplamente registrados por fotógrafos e cinegrafistas que estavam no local: com a força da explosão, que causou um estrondo, Santiago teve o corpo projetado para o chão. As emissoras de TV não mostraram imagens fechadas, no que parecia uma tentativa de, além de não assustar a audiência, proteger a imagem do cinegrafista. Ele foi socorrido por policiais do Batalhão de Choque e levado para o hospital. Passou por cirurgia, mas morreu alguns dias depois. Mesmo antes do desfecho trágico, já começaram as especulações: no dia seguinte, um repórter da Globo News, que estava no local, afirmou ter visto policiais disparando um artefato em direção ao cinegrafista, minutos antes do acontecido. De outro lado, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Rio se defendeu, afirmando que o rojão partiu das mãos de manifestantes. A Polícia Civil recolheu imagens de emissoras de televisão, câmeras de segurança e ainda material postado na Internet, para investigação. Menos de uma semana depois, quando Santiago já havia morrido, dois ativistas foram considerados suspeitos de ter disparado o artefato, com base nestas imagens. A caçada pelos futuros acusados, que tentaram fugir ao saber que eram procurados, incluiu reportagens diárias nos principais canais de televisão.

Diego Sangermano pensa que o episódio deixou claro de que lado cada um está, supondo um conflito purificador que coloca de um lado jornalistas, do outro midiativistas.

Eu acho que o Santiago Andrade, ele mostrou quem é o moci..., eu não sei se eu posso falar essa palavra, não é bem isso, mas quem é bandido e quem é mocinho na história. A gente tava pra trabalhar, gente. Simplesmente pra trabalhar. A gente não tava lá pra xingar *black bloc*, pra elogiar *black bloc*, pra xingar o governador ou o prefeito; a gente tava pra trabalhar. Eu acho que ali foi o ponto de assim: “Caramba, cês tão xingando a imprensa, cês tão batendo em todo mundo, tão falando que... Cês matam o cara?”. (...) O Santiago Andrade chocou, só que chocou daquela maneira de “porra! Tá tendo morte!”. Eu acho que isso, assim, foi exatamente ali que você falou: “Porra, tá errado”.

Melissa reforçou a ideia dos manifestantes como um conjunto homogêneo de “agressivos”.

Poderia ter acertado qualquer pessoa, apesar de eles quererem sempre acertar alguém da imprensa, porque realmente nós viramos alvo, isso é fato. Eles, se tiverem que tacar pedra, pedaço de pau, gás de pimenta, eles vão tacar; se tiver que dar um soco, eles vão dar. Eles são agressivos o tempo todo, mas naquele episódio específico do Santiago, eu acho que eles jogaram morteiro aleatório. Mesmo que eles tivessem na direção, o negócio vai torto e acabou acertando. Acho que ali foi um fato sem querer, apesar deles odiarem os cinegrafistas. É. Eu acho assim: tinha policiais próximos, eu acho que eles queriam atacar os PMs. E aí, por infelicidade do destino, o Santiago estava na frente e o morteiro acabou acertando a cabeça dele.

Mas eu acho, assim, é, depois disso, eu vi arrependimento desse grupo *black bloc*, desses manifestantes.

A palavra *assassinato* e suas variações aparecem em algumas das entrevistas e nas observações. O repórter Hélder Duarte (TV Globo) disse que “um cinegrafista da TV Bandeirantes foi assassinado cobrindo um desses protestos”. Ele trabalhava em Nova Iorque quando tudo aconteceu, mas falou sobre o assunto, já que havia atuado como jornalista no Rio de Janeiro por mais de 10 anos, antes de se tornar correspondente internacional.

Eu acho que os *streamers*, eles poderiam ter tido uma importância histórica enorme. Eles realmente poderiam ter dado uma contribuição enorme se eles fossem apenas *streamers*, ou se eles fossem apenas observadores, ou se eles tivessem apenas tentando contar uma história do ponto de vista deles, mas o que se viu depois também não foi isso. Não eram pessoas que tavam querendo mostrar uma outra versão ou um outro lado. Eram pessoas que tavam querendo mostrar uma outra específica, em alguns casos até financiados por pessoas ou por organizações ligadas a partidos políticos. Eu vi vários colegas entusiasmados no início: “Olha que legal! Olha, a gente tá vendo essa imagem ao vivo, por celular e tal. Nossa, é um momento novo! Que que será que vai acontecer? Será que, a partir de agora, a gente vai trabalhar com iPhone? Será que novas empresas podem se formar ou isso é uma nova forma de se dar notícia, tal? Mas aí, depois, infelizmente, o que a gente viu foi que não. Tanto que onde é que tavam os *streamers* quando o Santiago foi assassinado? Onde tavam os *streamers*? Os *streamers* cobraram a punição dos culpados pelo assassinato dele? Os *streamers* cobraram a punição, em relação a agressões de tantos jornalistas e manifestantes como algumas pessoas lá que tavam apenas tentando exigir os seus direitos? Pode até ter tido um caso ou outro, mas não foi uma resposta que tenha chamado a atenção ou tenha saltado aos olhos, entende?”

Tiago Ramos pensa que “o que aconteceu com o Santiago já vinha se desenhando” desde 2013, quando começaram as manifestações. “Ninguém sabia como e quem, mas alguém ia morrer”.

Houve uma manifestação no centro da cidade, que acabou a bala de borracha dos policiais e eles começaram a atirar com arma letal. A GloboNews mostrou dois P2 atirando pra frente com arma letal. Foi um garoto hospitalizado, que inclusive era filho de um diretor da Globo, que levou um tiro no braço. Um tiro de arma letal no braço, numa manifestação. Então, ou seja, as empresas e polícia, manifestantes foram empurrando aquilo dali como se “Ah, nem vai acontecer nada”. Aconteceu.

Um detalhe chamou a atenção de Augusto Lima: ao contrário de outros jornalistas que cobriam o evento, Santiago não usava equipamento de proteção, o que pode ser verificado nas imagens do momento em que o cinegrafista é atingido. Augusto diz que era comum, até então, encontrar jornalistas trabalhando sem proteção, nas manifestações.

Como é que a Band me põe um jornalista na rua sem um EPI⁴⁸ que custa 40 reais, que é um capacete, que era o mínimo? Toda a mídia independente com capacete na rua, por que que o jornalista da Band tava sem a merda do capacete? Qual é a desculpa que a Band tem pra isso? Porque a responsabilidade é da Band que não deu o EPI. Não é ele que tem comprar o EPI. Isso é um absurdo! É material de trabalho.

⁴⁸ Sigla para Equipamento de Proteção Individual.

A Band tem que botar, ele tinha que tá com um capacete bom, capacete que se usa em tática e tudo o mais e tal, que inclusive consegue segurar até 22, se eu não me engano e tal. Ele tinha que tá ali de colete, capacete, óculos balístico, porque a TV, a Band, tem condições de pagar esse material. Porque que esse cara tava sem EPI na rua? Ninguém questionou isso. Teria salvo a vida dele. O capacete de skate que a gente usa, que é de 40 reais, teria salvo a vida dele. Ele não ia morrer. Ele, no máximo, ia cair no chão, se machucar um pouco e tal; ia sair ileso daquilo ali, né?

Foi depois deste episódio que as empresas de comunicação tornaram obrigatório o uso de equipamentos, novos acoplamentos que se somaram aos equipamentos técnicos que tornam o jornalismo possível. O termo de recomendação para segurança, apresentada ao Ministério do Trabalho pelo Sindicato dos Jornalistas, também foi confeccionado depois deste episódio, de acordo com Paula Máiran. As empresas passaram a evitar a entrada de jornalistas nas manifestações (apesar de mandarem os terceirizados, livres das “amarras” trabalhistas, os híbridos, quase-jornalistas). Como em efeito dominó, este episódio trouxe ainda mudanças em outros nós desta rede de relações.

Foi Gian Martins quem me apresentou, espontaneamente, a teoria que desenvolveu, junto com os outros ninjas, para explicar os rumos do midiativismo e os conflitos entre comunicadores nas ruas do país. Inicialmente, ele me perguntou se eu achava que os movimentos da rede *Não vai ter Copa* tinham “conseguido alguma coisa”. Eu disse que achava que sim, ao menos não estava sendo realizada uma Copa do Mundo sem crítica, sem contraponto. Ele concordou, mas achava muito pouco. “Estes movimentos já nasceram com data para morrer, como muitos outros movimentos Evandro, a gente fala sempre nas reuniões [da Mídia Ninja] sobre isso”. Ele acha que os episódios de junho de 2013 foram uma confluência de movimentos sociais, mas com tempo contado: aquele foi o momento de estabilização de uma rede, que depois disso, foi se desfazendo e possibilitando a criação de uma série de outras, a partir de novas associações. Foi durante esta conversa que apareceu, mais uma vez, o nome de Santiago Andrade. “A mídia conseguiu ganhar a guerra ideológica, conseguiu uma versão definitiva de toda esta história”. Para ele, existe o momento antes e o momento depois da morte do Santiago. “Foi a partir daí que a rua se esvaziou, parece que foi aí que a coisa se acirrou. As brigas na porta da delegacia foram grandes”. Gian ainda notou que “os midiativistas não acompanharam isso, os jornalistas sim”.

Dias depois, Filipe Peçanha reforçou a fala de Gian. O episódio da morte do cinegrafista é o ápice de um processo que teria começado com as tentativas de criminalização das manifestações.

O Santiago Andrade, ele morre aqui no Rio de Janeiro, de certa forma, devido ao que a gente entende ser um acidente, foi, assim, uma cagada dos moleques que levaram as bombas. Pra que eles levaram aquela bomba? Com certeza não foi pra

matar um repórter. Era pra acertar um policial. Já é fruto de um desdobramento do que é a violência, uma resposta que a gente julga ser indevida, mas que entende com uma certa legitimidade também, que é responder essa violência com mais violência, a forma como parte de pessoas que fazem uso da estratégia *black bloc*, entende como sendo estratégico pra proteger inclusive os manifestantes, né? É um tiro que saiu pela culatra, acaba matando o repórter e a grande imprensa aproveita isso pra colocar tudo no mesmo bojo e tentar jogar uma pá de cal que, de fato, consegue.

Este tipo de reflexão sobre a legitimidade da violência (não estou falando da defesa da violência, mas da compreensão do que a gerou, nunca é demais lembrar) pode ter levado, desde o início, a uma confusão sobre o sentido de expressões como *Black Blocs*, *midiativistas*, *manifestantes*, *ninja*, criando uma controvérsia, um *equivoco*, no sentido antropológico, como vou mostrar mais à frente. Este entendimento que aproxima no imaginário todas estas possíveis categorias parece ter se forjado na necessidade diária de purificar, ou seja, de classificar e hierarquizar, como forma de construir uma narrativa no modelo clássico de reportagem.

Para Melissa, por exemplo, todas estas nomenclaturas formam um bloco homogêneo de ação, ao invés de diferentes elementos em uma rede de negociação contínua, como, de fato, percebi. Perguntei a ela qual a diferença entre os diversos atores que fazem parte dessa rede de protestos.

Evandro: Tem diferença pra você? Você consegue enxergar a diferença de um pro outro?

Melissa: Não, pra mim tá tudo no mesmo saco. Pra mim, são: vagabundos, porque eles não trabalham. A maioria não trabalha, tanto que eles podem ficar dois meses ocupados num acampamento, recebendo doações de comida.

Evandro: E você sabe que tem também diferença de manifestante pra...

Melissa: Mídia Ninja?

Evandro: Não, você usou um outro nome.

Melissa: É, Anonymous?

Evandro: Não, cê usou um nome pra generalizar. É, mídia alternativa.

Melissa: Ah, mídia alternativa, sim.

Evandro: Tem diferença de manifestante pra pessoas que participam de mídia alternativa?

Melissa: Não.

Evandro: É tudo a mesma coisa?

Melissa: Olha, numa passeata...

Evandro: Quem tá na mídia alternativa é também manifestante?

Melissa: Tem de tudo, porque numa passeata com um milhão de pessoas, como aconteceu de preencher a avenida Presidente Vargas, dia 21 de junho, ali tem de tudo. Tem o trabalhador, tem o universitário, tem o *black bloc*, tem o Ocupa Câmara, tem o Mídia Ninja, tem mídia alternativa, tem tudo.

Evandro: Eu tô te perguntando, assim, se a pessoa que é dum grupo desse, é manifestante também.

Melissa: É, é. Pra mim, todo integrante de Mídia Ninja, de mídia alternativa, é manifestante. Eles adotaram isso como meio de vida, como um ideal pra eles. "Vamos repudiar o governo, vamos repudiar a imprensa".

Eu já escrevi sobre a manifestação do dia 15 de junho, na Praça Saens Peña, na Tijuca, e o enfrentamento entre policiais militares do Batalhão de Choque e manifestantes, muitos

deles, de fato, autodenominados Black Blocs. Durante o ato, recebi a informação de que um Policial Civil havia disparado uma arma de fogo, com balas letais, no meio da manifestação. Imagens feitas por um integrante do Coletivo Mariachi comprovaram o fato e foram usadas pela Imprensa, no dia seguinte⁴⁹. Em um dos dias que acompanhei o trabalho de Melissa Munhoz, na rua, presenciei um episódio relativo a este fato que deixa clara a disputa de sentidos em torno do termo Black Bloc. Nós seguimos do SBT para a Cidade da Polícia, na Zona Norte do Rio, para conversar com um delegado sobre greve e reajuste salarial dos policiais civis do estado. Quando o delegado chegou, havia um investigador com ele e a Melissa pediu para que ele gravasse também, relatando a sua situação. O delegado falou: “Ele não pode, tá com problema com Black Bloc”. O investigador nos explicou então o motivo, contando exatamente o caso que aconteceu no protesto do dia 15 de junho: aquele era o policial que disparou uma arma com balas letais, no meio da manifestação!

O inspetor da Polícia Civil disse que está há cinco anos na polícia e estava com a mulher no carro, saindo de um shopping, em Vila Isabel, Zona Norte, quando encontrou “tudo parado”. Ele não explicou porque saiu do carro para discutir com os manifestantes, como mostram as imagens do Coletivo Mariachi, mas eu também não perguntei. Desta vez só escutei e observei. “Saí armado, pedindo passagem, fui encurralado pelos Black Blocs que vinham com câmera na minha cara”, ele disse. Interferi na conversa perguntado (na verdade provocando, precipitando) se “Black Bloc, midiativista, manifestante, se é tudo a mesma coisa, se não tem diferença nenhuma entre eles”. Primeiramente ele disse que não. Depois, disse que sim, justificando que “o midiativista não te ataca fisicamente, mas ataca com as palavras, o que pode ser até pior”.

Continuamos a conversa, eu queria entender melhor. Ele disse que estava no trânsito, quando uma pessoa chegou e jogou gás de pimenta no rosto da mulher dele, foi quando ele teria saído do carro para pedir passagem e buscar atendimento para ela. “Você acha, responde pra mim, você acha que isso é Imprensa? O cara que coloca o celular assim na sua cara [neste momento ele pôs as mãos bem próximas ao meu rosto] e fica te filmando, te xingando, incitando você. Você acha que isso é jornalismo? Eles mostram só um lado, ficam xingando, isso pra mim não é jornalista, é Black Bloc”⁵⁰. Chamou minha atenção a fala do delegado que estava junto: ele disse que o inspetor estava certo e que faria a mesma coisa. Melissa

⁴⁹ <http://oglobo.globo.com/rio/policia-investiga-inspetor-que-aparece-em-video-disparando-arma-durante-manifestacao-12883812>

⁵⁰ Eu realmente vi midiativistas fazendo isso com a polícia e vice-versa: eles se incitam uns aos outros e se inventam uns aos outros a partir destas incitações.

perguntou se ele queria falar, gravar sobre aquele assunto para fazer uma matéria se defendendo. Ele disse que ainda não, porque está respondendo a três processos “e o comando parece não estar muito a fim de me punir”. E completou: “Cadê a OAB nessa hora, ninguém vem falar comigo, que sofri ameaças, que tive meu nome, meu endereço, o nome da minha família divulgado em redes sociais. Eles vão lá pra defender os Black Blocs, mas e o policial trabalhador? Posso ser a pior das pessoas, posso ter feito a pior coisa, mas isso não dá a eles o direito de expor a minha família, que não tem nada com isso.



Figura 29: *O Globo* on-line



Figura 30: *O Globo* on-line



Figura 31: programa *Cidade Alerta*, TV Record



Figura 32: programa *Cidade Alerta*, TV Record

Rita Barreto e Lívia Bonnard lembraram-se de quando o nome *black bloc* ainda não era usado pela Imprensa.

Rita: Se eu não me engano, foi na segunda ou na terceira [manifestação] que eles quebraram as lojas, saquearam lojas. Foi um pouquinho depois de junho. É, a primeira e a segunda, foi, assim, novidade. Parecia que os *black blocs* seriam a solução dos problemas do Rio.

Lívia: Ainda nem tinha *black bloc*, né?

Rita: É, não.

Lívia: O termo *black bloc* veio depois. Eram os vândalos.

No dia da morte de Santiago Andrade, 10 de fevereiro de 2014, o telejornal de maior audiência no Brasil dedicou um editorial ao assunto, reforçando a importância do jornalismo profissional. O âncora e editor do Jornal Nacional, da TV Globo, William Bonner, qualificou

o episódio como atentado à liberdade de Imprensa e exaltou a função dos jornalistas “profissionais” na construção do conhecimento sobre o mundo: “Foi uma atitude autoritária, porque atacou a liberdade de expressão; e foi uma atitude suicida, porque sem os jornalistas profissionais, a nação não tem como tomar conhecimento amplo das manifestações que promove”⁵¹. Quando Bonner cita “jornalistas profissionais”, deixa de fora uma série de outros atores. Na página da Mídia Ninja, um *post* publicado no mesmo dia 10 de fevereiro também resume, de outra maneira, a postura de midiativistas e de outros novos atores da rede jornalismo:

Poucos souberam do óbito do ambulante Tasman Amaral Accioly, um idoso, atropelado por um ônibus durante o caos instaurado pelas bombas da Polícia Militar em plena Central do Brasil, ou dos casos ocorridos em Belo Horizonte e Ribeirão Preto (SP) no ano passado. (...) A versão oficial dos fatos está na mão de justiceiros seletivos, que ocultam cadáveres, ocultam violências, até que surja uma que se encaixe em sua narrativa que criminaliza a todos. (...) Que os atos de hoje e de amanhã, justos e necessários, sejam também uma homenagem a sua vida e a vida de todos que morreram documentando e lutando por um país diferente.⁵²

Estavam definidos, neste episódio, os termos das tensões e da ruptura definitiva de uma rede. Nas reportagens, começa a prevalecer um tom de acusação, a defesa de um espaço que já parecia ameaçado. Uma disputa metafórica estava instalada desde o advento do telefone celular, mas a gota d’água foi a ameaça física, em um jogo que, diferentemente da favela, dos tiroteios, não parecia ser negociado, com passos marcados, espaços delimitados de ação. Era preciso extinguir esta ameaça. O sentido da morte de Santiago Andrade passa a ser então a principal disputa, realocando os mediadores e intermediários, redimensionando as agendas dos grupos envolvidos.

Para Filipe Peçanha, “o caso Santiago Andrade é uma pá de cal, principalmente porque esse movimento que tá na rua se fragilizou, que se isolou, que apanhou muito, porque foi criminalizado, porque foi agredido fisicamente e porque, dentro dessa conjuntura, teve uma dificuldade de se abrir”. Tiago Ramos disse que “a morte do Santiago serviu como vingança da Globo contra manifestantes e também serviu, como o erro foi dos manifestantes, serviu pra acabar com... quase com a manifestação, porque criminalizou a situação toda”. Ele também lembrou que a cobertura do caso não contou com a presença de “mídia independente”, convergindo com a teoria desenvolvida pelos ninjas.

Intencional ou não, foi um erro, foi feito. “Ah, porque foi um jornalista”, mas se fosse um polícia ou um manifestante, também não seria legal. (...) Acho que menos

51 Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=jvqaTbOWqQc>

52 Fonte: www.facebook.com/midiaNINJA

diferente seria se acertasse um PM. Se acertasse um manifestante, ia ter sido ruim pra manifestação. E acertou um jornalista. Aí que criou-se ainda mais uma guerra entre a mídia tradicional e a mídia independente. Eu fiz um plantão na 17ª DP, porque a gente tava esperando eles se entregarem. Você pode ver que nenhuma mídia independente acompanhou. Por que? Se entrasse uma mídia independente lá, os caras iam entrar no pau como um entrou. Um entrou.

O episódio ao qual Tiago se refere aconteceu no dia 9 de fevereiro de 2014⁵³. Um grupo de ativistas esteve na 17ª Delegacia de Polícia, em São Cristóvão, para apoiar o estudante Fábio Raposo, que havia sido preso depois de admitir que passou para um outro manifestante o rojão que atingiu Santiago Andrade. No local havia jornalistas de vários veículos, que acompanhavam o caso. Os ativistas teriam pedido para não serem filmados, mas não foram atendidos. Elisa Quadros, conhecida pelo apelido de Sininho, teria começado a discutir com os jornalistas. Um outro rapaz, identificado como Yan, teria apontado para os cinegrafistas e falado: “Vocês serão os próximos!”. Foi quando o cinegrafista da TV Bandeirantes, Leandro Luna, o agrediu com sua câmera (Figuras 31 e 32).

Melissa Munhoz não estava lá, mas me contou o relato que ouviu de colegas que estavam presentes.

Alguns membros desse grupo chegaram a dizer, na porta de uma delegacia, pra nós da Imprensa, que a gente também ia passar por isso, do tipo: olhou pra um cinegrafista e falou assim: “Você vai ser o próximo”. Como assim? Esse cinegrafista que também é um amigo meu, que trabalha em duas emissoras, na Globo e na Band, que era amigo do Santiago, ficou revoltado, pegou a câmera e deu na cabeça de um deles. Ele lavou a minha alma. Eu adorei o que ele fez. (...) A imprensa toda registrou a imagem e em foto pros jornais do dia seguinte, isso fomentou mais raiva deles em relação à imprensa, porque alguém revidou. Só que as duas emissoras estavam a favor desse cinegrafista, pediram inclusive pras outras redações não divulgarem o nome, pra dar um respaldo a ele, pra que ele também não seja perseguido pelos *black blocs*. Mas de certa forma não adiantou muito, não, porque a Record, que é uma emissora nada ética e nada coleguinha, acabou difundindo a imagem do cinegrafista e falou “do Leandro Luna que jogou a câmera na cabeça de um coitadinho daquele que xingou e ameaçou”⁵⁴. Acabou que, como a Record divulgou isso, o que ia ser abafado teve que ir adiante. O Luna, que é o cinegrafista, e o *black bloc* foram chamados à delegacia e ambos respondem a processo. O Luna de agressão e o outro de ameaça.

Paula Máiran tem uma teoria para explicar o assunto: para ela, a narrativa da morte de Santiago Andrade foi apropriada pelos donos das empresas de comunicação para criar a ideia de que existe um “inimigo comum”, contra os jornalistas. Mas ela apenas desloca a suposta responsabilidade pelo fato, continuando a operar a purificação, já que considera que “na verdade os grandes inimigos são os empresários, que estariam enfraquecendo a classe,

⁵³ <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ameacado-cinegrafista-agride-militante,1128521>

⁵⁴ <http://rederecord.r7.com/video/apos-ser-ameacado-cinegrafista-agride-jovem-em-frente-a-delegacia-52f946b00cf252ac2b02883c/>

sistematicamente”. Ela pensa que, tanto em 2002, no caso do assassinato de Tim Lopes, quanto em 2014, no episódio da morte de Santiago, o Estado “se apropriou da bandeira da morte de um jornalista para torná-lo pretexto de acirramento de uma lógica de segurança pública, na verdade, policialesca, fortalecendo a prática de um estado policial”. E tanto antes, quanto depois, as redações usaram os episódios para não estarem mais presentes em determinados lugares, respectivamente, as favelas e as manifestações.

Quando vem a morte do Santiago, complica mais ainda. Porque a pauta mais uma vez foi apropriada pelos patrões e pelo Estado; foi desviada do seu assunto original e essencial, pra ser usada pra fins políticos, inclusive eleitores! Pra criminalizar os movimentos das ruas, o que nós, como sindicato, repudiamos, porque não se pode se apropriar de uma perda da nossa categoria pra, justamente, justificar algo que viola os direitos humanos, que é uma principal bandeira de todos jornalistas.

Ela cita, como exemplo disso, a velocidade com que cresceu a estatística de violência contra jornalistas em manifestações, no Rio de Janeiro, além do acirramento das políticas de segurança pública, tendo como exemplo a ocupação do Exército no complexo de favelas da Maré, que “mantém a sociedade refém de uma lógica que nem no tempo da ditadura a maioria dos cidadãos era submetida”. Tudo isso, potencializado pela chegada dos grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Outro fator, segundo ela, é a conscientização da população com relação ao fato de que a realidade pode ser “construída e manipulada” por um grupo de empresários, donos das grandes empresas de mídia, no Brasil, o que se refletiu diretamente na figura no jornalista, a parte visível destas empresas, o representante delas, por delegação.

No dia da morte do Santiago, uma colega deu uma declaração também que me deixou estarecida: “Pior inimigo do jornalista é o manifestante”. Ponto. Eu falei: “Isso é grave”. No velório do Santiago, tinha um grupo de colegas articulando formar grupos de autodefesa nas ruas, nas manifestações, pra enfrentar quem os hostilizasse. (...) Enquanto manifestantes e jornalistas ficam se hostilizando mutuamente nas ruas, os patrões e as autoridades do Estado e do governo ficam muito confortáveis.

Mas esta posição não foi unanimidade entre os jornalistas. Revisando o material coletado, percebi uma fala da Rita Barreto que já mostrava uma controvérsia que envolvia o Sindicato dos Jornalistas.

A primeira [manifestação] foi maravilhosa, quase um milhão de pessoas na rua, mas as que vieram depois desse período, essas foram as piores. Foi exatamente quando apareceram esses grupos *black blocs*, disfarçados de fora da lei. Mas orquestrados, a gente sabe que por grupos políticos e por ONGs. É só você olhar a página deles, se você tiver oportunidade, vê quem curte a página do *black bloc*. Cê vai ver gente do nosso sindicato ali, curtindo a página do *black bloc*. Infelizmente.

Paula Márian também havia falado sobre isso em sua entrevista.

O sindicato se vê num papel hoje que até um segmento da categoria não compreende e reage com estranheza, incômodo e, às vezes, até com agressividade contra o próprio sindicato, mas a gente entende que a responsabilidade do sindicato hoje é cobrar não só as iniciativas em relação ao caso pontual, mas cobrar das empresas a sua responsabilidade e do Estado também as suas.

Apesar do registro, não considere este um dos trechos de destaque da entrevista, na época em que foi feita. Só depois entendi que se tratava de um conflito que vinha se desenhando desde junho de 2013, a partir das situações que envolviam tanto a ativista Elisa Quadros, quanto os dois suspeitos da morte de Santiago Andrade. Elisa é uma estudante que participava de manifestações do Rio de Janeiro e era conhecida por suas postagens nas redes sociais. Ficou “famosa” nacionalmente quando o jornal *O Globo* e a revista *Veja* a apontaram como “líder” de um suposto “movimento” *black blocs*, no Rio de Janeiro, logo depois da morte de Santiago Andrade⁵⁵. Suas entrevistas e seu perfil controverso acabaram colaborando para que ela personificasse o inimigo comum dos jornalistas: a representação dos *black blocs*, por delegação. Eu explico o porquê.

No dia 11 de junho, véspera da abertura da Copa do Mundo, Sininho e outros nove ativistas prestaram depoimento à Polícia Civil, em uma operação ligada a uma investigação sobre os *black blocs* no Rio de Janeiro. Ela já havia sido presa em 2013, junto com outras 63 pessoas que participaram do Ocupa Câmara. Em junho de 2014, Sininho participou de manifestações durante a minha experiência no Rio de Janeiro, como pude acompanhar. Na véspera da final da Copa, dia 12 de julho de 2014, mais uma vez, ela foi presa, em uma operação da Polícia Civil “contra atos violentos”⁵⁶. Ela estava em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e foi encontrada por meio de uma investigação, que a apontava como possível chefe de uma quadrilha de vândalos, que realizaria manifestações na final da Copa. A condução do caso foi considerada polêmica por juristas e pela Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro. Ela foi levada para a capital fluminense no mesmo dia, de avião, e encaminhada para a Cidade da Polícia, onde estavam os outros ativistas presos. Acompanhei a chegada deles ao local via transmissões, ao vivo, de midiativistas que conheci no campo, mas a grande cobertura foi feita mesmo pelos veículos tradicionais.

Sininho foi solta, por meio de um *habeas corpus*, 12 dias depois, junto com outros dois ativistas. Imprensa e midiativistas, mais uma vez, registraram o momento na entrada do

⁵⁵ http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed786_a_midia_vai_criar_um_mito/

⁵⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/video-mostra-momento-que-policia-prende-ativista-sininho-no-rs.html>

Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, na Zona Oeste do Rio. Um grupo de cerca de 30 ativistas acompanhou Elisa Quadros e um desentendimento entre eles e os repórteres que estavam no local aconteceu quando ela seguia para o carro: eles teriam tentado impedir que a imprensa fizesse imagens de Elisa. Tiago Ramos estava no local e foi agredido por um dos ativistas com um golpe de “voadora”⁵⁷, ele precisou ser internado para receber atendimento médico.



Figura 33: *Jornal Nacional*, TV Globo



Figura 34: *Jornal Nacional*, TV Globo



Figura 35: *Jornal Nacional*, TV Globo



Figura 36: *Jornal Nacional*, TV Globo

O fotógrafo do jornal *O Dia*, André Mello, foi derrubado no chão e teve o equipamento danificado. No dia seguinte, houve uma reunião no Sindicato dos Jornalistas para discutir a violação de Direitos Humanos durante as manifestações. O encontro já havia sido marcado semanas antes e fazia parte da proposta “pedagógica” defendida pela presidente, de acordo com a entrevista dela. Depois dos acontecimentos, o clima ficou ainda mais tenso com a presença de Elisa Quadros e outros ativistas nesta reunião. Eles reclamaram sobre o tratamento dado pela imprensa a eles e hostilizaram jornalistas⁵⁸. A reação da classe foi imediata. O assunto recebeu ampla cobertura de sites, jornais e televisão durante todo o dia

⁵⁷ <http://otvfoco.com.br/audiencia/reporter-do-sbt-e-agredido-por-manifestantes-no-rio>

⁵⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/cinegrafista-agredido-por-manifestantes-presta-queixa-no-rio.html>

seguinte. No *Jornal Nacional*, o apresentador Heraldo Pereira anunciava a reportagem dizendo que um cinegrafista “foi agredido enquanto trabalhava”⁵⁹. O videoteipe começa mostrando o momento em que Tiago Ramos foi registrar um boletim de ocorrência em uma delegacia, “ainda sentindo dores”, depois de sair do hospital. Em seguida, há uma entrevista com ele. Transcrevi a fala de Tiago usada pelo jornal *O Globo*, a partir da entrevista concedida na saída da delegacia.

Nós estávamos cobrindo a saída dos ativistas presos lá no Complexo de Bangu, e nessa saída eles se posicionaram de forma, pra proteger, não sei de quê, mas pra proteger a saída daqueles ativistas pra que a gente não pudesse fazer as imagens. Na saída da Elisa Quadros, aí, na tentativa de impedir a gente de filmar, eles colocaram a mão na câmera, ele tentou roubar a minha câmera. Quando ele deu o primeiro soco na câmera, saiu a lente da câmera. E aí saindo a lente da câmera eu segurei a lente com uma das mãos e aí a câmera com a outra. Aí foi quando eu acabei caindo no chão e fui arrastado por eles e fui salvo aí por outros colegas de profissão, que tavam ali no momento. O advogado, ele conversou com a imprensa antes da saída dos ativistas, e conversou do seguinte: “Olha, nós vamos tentar preservar ali, na saída deles, pra que não pudesse ser feitas as imagens, vocês fazem do outro da rua”. [corte - edição da entrevista] Quando os ativistas, eles foram saindo, não possibilitando imagem nenhuma, inclusive com a orientação do próprio Marino, advogado deles, o advogado deles orientou eles pra entrar na frente pra gente não conseguir fazer imagens. Isso, uma orientação dele, então, se existe um acordo, o primeiro quebrado, foi ele que quebrou. A dor, a gente põe remédio e tal, mas a moral, a sensação de você não poder fazer o seu trabalho, a dor psicológica é muito maior que a dor física.

Na edição do videoteipe, foram inseridas imagens do momento da agressão, ao longo da sonora de Tiago. A sequência começa no momento exato em que ele parece ser atacado por um dos ativistas, cai segurando a câmera e é arrastado. Tiago recebe ajuda de um fotógrafo. Além do registro da queixa, feita Tiago Ramos, a matéria do *Jornal Nacional* também fala do evento que aconteceu no Sindicato, no dia seguinte à agressão. Na entrevista, a presidente Paula Máiran explica que seria uma coletiva organizada por dois movimentos de Direitos Humanos, para falar sobre manifestações e agressões a comunicadores. O evento já estava marcado, antes do “incidente de ontem no presídio de Bangu”, como o apresentador Heraldo Pereira informou depois, em nota pé⁶⁰. Mas o resultado foi diferente do planejado por Paula e pelo Sindicato. Em uma das imagens da reunião, usada na reportagem, a ativista Sininho aparece falando alto e em um tom áspero com os jornalistas que participavam da reunião. Junto com ela havia outros ativistas. No vídeo, dá para ver o momento em que um deles impede um jornalista de falar. Por fim, no corte seguinte, Paula Máiran tenta acalmar o ânimo

⁵⁹ <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/cinegrafista-agredido-enquanto-ativistas-deixavam-prisao-registra-queixa-no-rio/3522505>

⁶⁰ “Uma nota ao vivo, lida no final de uma matéria trazendo informação complementar ou que faltou à reportagem” (PATERNOSTRO, 1999, p.146).

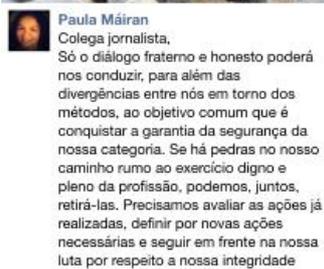
dos ativistas, enquanto eles gritam: “Presos políticos, liberdade já! Lutar não é crime, vocês vão nos pagar!” De acordo com a matéria, os jornalistas tiveram que deixar a sede do Sindicato, depois disso.



Figura 37: Facebook Isabele Benito



Figura 38: Facebook Isabele Benito



física e moral. Chega de violência. Nesse sentido, participe da plenária que vamos realizar na sede do Sindicato Jornalistas Profissionais Rio, nesta próxima segunda-feira (04/08), às 20h, no Auditório João Saldanha, à Rua Evaristo da Veiga 16/ 17º andar, na Cinelândia. Tire as suas dúvidas em torno da questão e contribua com as suas críticas e sugestões.

Timeline Photos · Jul 31, 2014 · View Full Size · Send as Message · Report Photo

Like Comment Share

Clarissa Montegudo and 125 others like this.



Leandro Uchoas
Esse é o caminho. O diálogo com os críticos. Tamo junto!

Like · 6 · More · Jul 31, 2014



Paula Paiva Paulo
Priscilla Souza

Like · More · Jul 31, 2014



Chico Gois
O sindicato dos Jornalistas não defendeu os jornalistas. Os colegas tiveram de deixar a sede da entidade que, em tese, nos representaria. Mas parece que o sindicato tem lado -- e não é o dos jornalistas

Like · 8 · More · Jul 29, 2014



Claudia Antunes
Gente, vamos na plenária então? Não é melhor?

Like · 6 · More · Jul 29, 2014



Flavio Trindade
Não adianta convocar para Plenária. Os tempos são de revolução no Facebook. Choram, reclamam, mas ninguém levanta o bumbum e vai ao debate.

Like · 4 · More · Jul 30, 2014



Luiz Baltar
Queria saber o que a antiga diretoria fez contra as violências aos jornalistas. Vcs devem achar que as diretorias anteriores eram elhores.

Like · 4 · More · Jul 30, 2014

Figura 39: Facebook Paula Máiran

Quando tudo isso aconteceu já havia terminado a minha vivência etnográfica no Rio de Janeiro, mas eu continuava colhendo informações sobre meus informantes pelas redes sociais. Isabele Benito, que no Facebook usa o nome Isabele Rios, foi uma das que se posicionou contra o Sindicato, cobrando uma resposta pelo que chamou de “absurdo e pouca vergonha”. Ela é seguida pelo cinegrafista Pedro Mota, que nos comentários diz que “nosso bravo sindicato abriu as portas para os maconheiros”, que teriam hostilizado os jornalistas

“naquela que seria nossa casa”. Paula Máiran postou uma mensagem, dias depois, chamando os jornalistas para uma reunião na sede do Sindicato, com o objetivo de promover um “diálogo fraterno e honesto”.

Os comentários, muitos feitos por jornalistas, mostravam que a situação havia saído do controle: a classe, que já enfrentava rejeição nas ruas, passava, aos poucos, a travar também uma briga interna. Nesta controvérsia, fica claro que o jornalismo, como qualquer atividade, instituição, conceito, não é um bloco homogêneo, de ação orientada, há dúvidas e muita negociação para que a rede possa funcionar. Antes mesmo da reunião, marcada para o dia 4 de julho, um grupo de jornalistas foi até a sede do Sindicato, para entregar uma carta, assinada, por eles e por outros colegas, pedindo a renúncia da presidente⁶¹. Um movimento foi fundado a partir do episódio. O grupo também criou uma petição, pela Internet, que pedia o *impeachment* de Paula Máiran. A Associação Brasileira de Imprensa, ABI, a Federação Nacional dos Jornalistas, a FENAJ, e a Associação dos Repórteres Fotográficos do Rio de Janeiro publicaram manifestos repudiando o acontecimento e pedindo providências à presidência do Sindicato dos Jornalistas⁶², identificado no texto por uma sigla.

O SJPMRJ lamentavelmente deixou-se contaminar por posições que colocaram sua Diretoria em litígio com mandamentos consagrados pelo regime democrático, como o direito ao contraditório, a liberdade de expressão e os direitos humanos. Os jornalistas não podem ser demonizados por aqueles que violam a lei, apoiados por uma Diretoria que afronta seu Estatuto e o Código de Ética da Profissão (ABI, 2014).

O documento, assinado pelo presidente da Associação, Tarcísio Holanda, também advertia os jornalistas que em nenhum momento a instituição teria se solidarizado com o Sindicato, conforme poderia fazer crer um documento assinado por um dos associados e “distribuído clandestinamente e à revelia da Diretoria da ABI”. Nas redes sociais, meus informantes postavam mais mensagens contra a atual gestora do Sindicato.

⁶¹ ESTE sindicato não me representa - entrega do manifesto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e-xCoPFtT5s&feature=youtu.be>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

⁶² O PREÇO da liberdade - Nota oficial da ABI. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/o-preco-da-liberdade/>>. Acesso em: 04 ago. 2014.



Paula Máiran

Sou radicalmente a favor da livre organização coletiva e não poderia defender nada diferente para a nossa categoria dos jornalistas. Por isso, acolho como legítimo o Movimento Viva Santiago, criado por um grupo de colegas de profissão, no que se refere à vontade desse coletivo de lutar contra a violência dirigida especificamente a nossa categoria. Fico feliz, inclusive, com o fato de esse movimento nascer com a compreensão da diversidade de nossos perfis e espaços de atuação. Com todo o respeito que esse

Figura 40: Facebook Paula Máiran

movimento merece, confesso que só não compreendo ainda algumas questões por ele propostas. Uma delas se refere à negação do grupo a todo o esforço que o Sindicato Jornalistas Profissionais Rio tem desenvolvido em defesa da nossa categoria e ao desejo desse movimento de encerrar abruptamente o mandato em curso, ao fim do primeiro de três anos de mandato. O que a nossa categoria pode colher de bom a partir do divisionismo e do enfraquecimento de sua entidade de classe, justamente quando esta se mostra mais atuante do que nunca? Uma outra questão se refere ao item da pauta do movimento que exclui e repudia a luta pela democratização da comunicação como instrumento de defesa dos nossos direitos e da nossa integridade física. Também questiono ainda em que pode nos ajudar a relativização entre a violência praticada contra jornalistas conforme a sua origem, se de PMS ou de manifestantes. A quem interessar possa, nesta quinta (28/8), haverá um debate na sede do sindicato, às 19h, sobre Os Rumos do

Figura 41: Facebook Paula Máiran

Jornalismo em uma Sociedade em Crise, que poderá contribuir muito na reflexão sobre essas e outras questões. Espero vocês!

Timeline Photos · Aug 25, 2014 · [View Full Size](#) · [Send as Message](#) · [Report Photo](#)

Like Comment Share

74 people like this.

View previous comments...



Antonio Oséas

...mas divulgar quanto o Sindicato encontrou em caixa quando assumiu, nada, não é?

Like · 2 · More · Aug 25, 2014



Paulo Roberto Accioli

Acho que o discurso deveria ser outro. Golpes nunca deram certo. Na hora de dar golpes, a democracia é esquecida e vai para o ralo. Provavelmente são adjuntos de outras ordens, política ou patronal

Figura 42: Facebook Paula Máiran



Figura 43: Facebook Paula Máiran



Figura 44: Facebook Paula Máiran



Figura 45: Facebook Paula Máiran

Houve também o grupo que defendeu a presidente do Sindicato e a posição da instituição. Entre eles, não só jornalistas, mas também *freelancers* e midiativistas. Uma petição foi criada, pela Internet, para apoiar Paula Máiran⁶³. No dia 25 de agosto, ela publicou uma postagem no Facebook chamando os jornalistas para uma reunião que ganhou o título de “Os caminhos do Jornalismo em tempos de Crise”. No texto, ela questionava o porquê de os jornalistas que seriam contra a presidência do Sindicato terem se reunido em um movimento chamado *Viva Santiago*, em referência a Santiago Andrade, para pedir mais segurança, quando, na verdade, o próprio Sindicato já estaria fazendo isso. O posicionamento gerou uma série de críticas nos comentários. E o debate evidenciou uma rede extensa ligada à atividade

⁶³ <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR73478>

do jornalismo, maior do que eu supunha inicialmente. Se houve alguma dúvida, agora não havia mais: eu estava mesmo de frente para uma importante controvérsia. Vanessa Andrade, estudante de jornalismo e filha de Santiago, deu sua opinião, afirmando que “como vítima da violência de manifestantes”, não teria sido beneficiada por ações do Sindicato. As imagens da postagem no Facebook (Figura 40 a Figura 45) mostram o texto da discussão envolvendo Vanessa, Bruno Quintella, documentarista, jornalista e filho de Tim Lopes, e ainda uma série de outras pessoas, contra e a favor de Máiran.

A mensagem e os comentários são uma síntese e uma metáfora do clima bélico que se instalou na rede de jornalistas da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando que as transformações trazidas por novos agenciadores no processo de comunicação midiática, sendo o telefone celular o principal deles, vão muito além das adaptações técnicas e do enfraquecimento dos laços tradicionais que uniam colegas de profissão em torno da ideia de que o jornalista, diplomado ou não, seria forjado a partir da experiência de uma cultura de produção comercial, ligada ao exercício de uma tradução legítima (a mais legítima) da realidade. É interessante pensar, a partir da aproximação com a antropologia de Wagner e de Latour, como é possível fazer um paralelo com a proposta da Simetria e da Reversibilidade: assim como o antropólogo não é mais o tradutor preferencial de realidades, o jornalista também é questionado. Se o nativo é capaz de produzir teorias acerca do pesquisador, o cidadão “comum”, que não foi forjado em um banco de universidade, tampouco na lógica produtiva de uma redação, também seria capaz de produzir jornalismo ou narrativas tão legítimas quanto o jornalismo? Se a cultura é uma precipitação do encontro intercultural, uma estratégia cognitiva do pesquisador, então seria produtivo começar a pensar se o jornalismo não seria também uma forma de criação, “invenção” do repórter a partir das suas experiências, um produto cuja linguagem claramente tem o objetivo de comunicar aos seus pares, sacrificando com isso uma infinidade de significados latentes, aos quais o repórter não tem acesso direto. Mas um pesquisador, brasileiro, jornalista, repórter e ainda preso demais ao *modus operandi* acadêmico, precisava sair do seu lugar para entender um pouco mais disso tudo.

3.4 “I can’t breathe”: o movimento Black Lives Matter, em Nova Iorque

A viagem para o Doutorado Sanduíche foi a minha primeira experiência em Nova Iorque, eu não conhecia a cidade quando cheguei, no dia 3 de dezembro de 2014. Estava hospedado na casa de um brasileiro, que me alugou um quarto por 15 dias, em Astoria, no Queens, há cerca de 20 minutos de metrô de Midtown⁶⁴. Não foi complicado entender como funciona o sistema de transporte e depois de uma volta, resolvi retornar para casa. Já era noite quando liguei a televisão e vi as notícias do dia no canal *New York One*: o destaque eram as manifestações que aconteceram em Manhattan, depois que o policial Daniel Pantaleo foi levado a um primeiro julgamento, como manda a lei dos Estados Unidos, pela suspeita de ter matado Eric Garner, um vendedor ambulante negro, durante uma abordagem policial, em julho de 2014. Imagens feitas com um telefone celular, mostravam a sequência: junto com outros dois colegas, Pantaleo imobiliza Garner, que havia resistido à prisão por suspeita de vender cigarros contrabandeados⁶⁵. Em determinado momento, com o homem já deitado no chão, Pantaleo aplica uma “gravata”⁶⁶ (tipo de golpe já banido pelo *New York Police Department* desde 1993), e Garner grita “I can’t breathe”, por onze vezes antes de desmaiar. De acordo com a reportagem, ele teve um infarto e morreu antes de chegar ao hospital.

No dia da minha chegada, a justiça do Estado de Nova Iorque decidiu que não levaria Pantaleo a julgamento, apesar das imagens contundentes, como mostrava o título da reportagem: “No indicted in Eric Garner death”. Ativistas de direitos civis de todo o país organizaram protestos contra a decisão, considerada mais uma prova da diferença de tratamento dispensada a brancos e negros pela justiça (e pelas polícias) dos Estados Unidos⁶⁷. Em Nova Iorque, as emissoras de televisão mostravam aglomerações na Times Square, no Grand Central Terminal e ainda na Ponte do Brooklyn. Pensei em voltar para Midtown, onde tudo estava acontecendo, mas eu ainda não conhecia suficientemente a cidade para chegar rapidamente aos lugares. O que tinha chamado a minha atenção no caso foi o uso do telefone celular: sem as imagens mostradas pelas reportagens de TV e posteriormente usadas, em *still*,

⁶⁴ No restante do tempo em fiquei na cidade me hospedei em um quarto alugado, na casa de outra brasileira, também em Astoria.

⁶⁵ <http://www.newsweek.com/no-indictment-officer-eric-garner-chokehold-case-288957>

⁶⁶ O nome usado pela NYPD, em inglês, é *chokehold*.

⁶⁷ https://celebrity.yahoo.com/news/nypd-officer-fatally-choked-eric-garner-wasnt-indicted-183500298.html?soc_src=copy

nas edições dos jornais impressos, a história não teria a mesma força. Ou seja: além de agenciar vozes antes ausentes na rede-jornalismo, alijadas da agenda midiática, o *smartphone*, neste caso, agenciou a defesa de alguém que, de fato, já não teria este direito, depois de ter morrido e não poder contar a sua versão da história.

O exemplo de Latour (1994, p.23) tornou-se literalidade, sob meus olhos. Para explicar o método científico forjado a partir da experiência empírica do laboratório, ele diz que Boyle inventou uma “metáfora parajurídica”: as testemunhas em torno de um fato podem atestar a sua veracidade, mesmo se não forem humanos, como era o caso da máquina de “produção” de vácuo, que agenciou a “descoberta” do cientista, mas não é considerada mediadora, sob pena de deixar à mostra todo o funcionamento da rede. A máquina agenciou transformações que extrapolaram o âmbito da política e ganham o poder e o discurso, mas o objeto técnico que agenciou tudo isso não é levado em conta, por ser um não humano. Se na experiência de Boyle, a máquina a vácuo mediou a circulação de agência, na rede-jornalismo de Nova Iorque, este papel foi do telefone celular. Este parece ser um caminho tão consolidado, que encontra resposta: no mesmo dia, os telejornais da noite mostravam que os policiais da cidade de Nova Iorque passariam a usar, a partir daquela semana, microcâmeras acopladas aos bolsos das fardas, como uma maneira de registrar o que acontece durante as abordagens policiais, garantindo, em tese, a defesa dos “tiras”, mas também como resposta positiva às denúncias de violência policial. Não tive dúvidas: um tipo de contrainvenção, para usar o termo wagneriano.

Vislumbrei a possibilidade de que outras manifestações pudessem acontecer porque uma das reportagens relembra casos de homens negros mortos pela polícia nos Estados Unidos. Acompanhar este movimento me permitiria fazer uma entrada em campo análoga à que havia realizado no Rio de Janeiro, durante a Copa do Mundo. No dia seguinte, os canais de TV mostravam imagens da abordagem de Eric Garner (em *looping*, repetindo-as durante toda a programação) e ainda cenas dos manifestantes, que na noite anterior haviam se reunido em outras cidades do país por conta das novidades do caso. Uma outra história ainda era motivo de indignação nos EUA: a morte do adolescente negro Michael Brown, a tiros, por um policial, durante uma abordagem, em Ferguson, no estado do Missouri, meses antes, em agosto de 2014⁶⁸. Neste dia, comecei a entender que a questão racial ali era central. Mesmo alguns dos meus colegas brasileiros, como Cláudio Oliveira, há 20 anos vivendo em Nova

⁶⁸ http://www.nytimes.com/interactive/2014/08/13/us/ferguson-missouri-town-under-siege-after-police-shooting.html?_r=0

lorque, defendiam a posição do policial, já que Eric Garner “não deveria ter resistido à prisão”, parecendo negar assim, a truculência da abordagem policial e o preconceito racial histórico nos Estados Unidos. Ele acha que o rapaz que morreu no Brooklyn “não estava lá à toa vendendo cigarros e deveria ter atendido ao pedido da polícia”. Fabiana Silva, há 12 anos nos EUA, também pensa assim. Ela diz que respeita demais a polícia de NYC e acha “que muita gente abusa, é só seguir as regras que não tem problemas”. Visões que parecem pouco questionadoras e bem satisfeitas com o *american way of life*.

No meu terceiro dia nos Estados Unidos, saí para andar a pé em Midtown no final da tarde, na esperança de encontrar movimentos relativos aos protestos. Eu ainda não havia feito contato com ativistas e com jornalistas e não sabia como conseguir informações. Já estava caminhando, sem rumo há mais de três horas, em *observação flutuante*, quando vi manifestantes passando na calçada em uma das entradas do Central Park, na Rua 59. Acostumado com manifestações no Rio de Janeiro, tive medo da polícia, que seguia junto. Fui fazendo fotos e tentando conversar com as pessoas, até chegar à Apple Store, na Quinta Avenida. Eles entraram na loja, seguiram para o subsolo e lá fizeram um *die in*, gesto que eu veria ser repetido diversas vezes nas manifestações seguintes: eles se deitam no chão, como se estivessem mortos, repetem onze vezes as últimas palavras de Eric Garner, “I can’t breathe”, uma frase de efeito múltiplo e sentidos diversos. Essa era também a minha condição naquele momento: era difícil respirar de emoção, de novidade e de revolta também. Faltava ar para entender tanta coisa. Por isso cheguei à conclusão de que não era preciso entender, há situações que escapam à apreensão racional e há outros modos de entendimento que passam pelas sensações e pelos afetos. Foi bem interessante presenciar aquilo, me senti parte do protesto, saindo pela primeira vez de uma posição definida *a priori* como a de um pesquisador. Segui descendo a Quinta Avenida, registrando tudo em vídeos e fotografias e fazendo contatos. A partir daí pude seguir os rumos do movimento pelo Twitter e pelo Facebook.

Foi assim que tive notícia da realização da Millions March NYC, por meio da conta de Twitter das organizadoras, duas ativistas de movimentos contra o preconceito racial e articuladores do movimento que veio a ser chamado de *Black Lives Matter*. Naomi Campbell, a *top model* internacional, chegou a compartilhar uma postagem sobre o assunto, no Twitter.

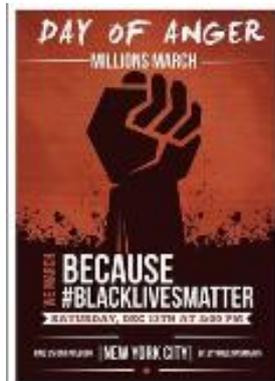


Figura 46: Arte Millions March NYC



Figura 47: Twitter Naomi Campbell



Figura 48: Millions March NYC



Figura 49: Arte Millions March NYC



Figura 50: Arte Millions March NYC



Figura 51: Arte Millions March NYC



Figura 52: James Woods em ação



Figura 53: James Woods em ação

No dia da marcha, segui de metrô de Astoria até o Washington Square Park. Vi muita gente naquele lugar, das mais diferentes possíveis. Fiquei no meio da multidão, assistindo a um discurso, era impossível direcionar a pesquisa naquele momento. Segui, observando. Tentei falar com pessoas que estavam gravando vídeos sobre o movimento, com alguns jornalistas e ainda com pessoas que somente protestavam: alguns responderam, outros não se interessaram. Segurei um cartaz que me deram, com a frase “Stop police brutality & murder” e segui fotografando e repetindo os dizeres dos líderes da manifestação: “I can’t breathe!”, “No justice! No peace!” No Brasil, eu segui manifestações, mas não havia me sentido à vontade para participar, de fato, já que parece existir, neste contexto, um fosso entre os jornalistas de redação e demais comunicadores, por isso a preocupação em não ser identificado como um possível manifestante e assim garantir o meu trânsito com repórteres e jornalistas nas redações às quais tive acesso. Em Nova Iorque era diferente e eu só me dei conta disso quando já estava no *devir-marcha*, gritando as palavras de protesto também, experimentando um sentimento difícil de descrever.

Segui até uma das saídas da manifestação e este foi um detalhe que me chamou a atenção: há grades separando os manifestantes de outros pedestres nas calçadas e há pontos específicos para saída e entrada, com escolta policial. Tive a impressão que tudo é preparado para evitar ao máximo que a cidade pare, por isso, tudo precisa ser comunicado ao NYPD e os protestos não podem sair do trajeto combinado, sob pena de sofrer repressão policial, como Hélder Duarte (TV Globo) me explicou depois. “O direito, a liberdade individual, o seu direito de ir e vir, o seu direito de exercer a sua profissão, o seu direito de fazer o que tá na lei, ele é absolutamente respeitado. É muito respeitado, porque as penalidades são muito pesadas e são cumpridas.” A situação era bem diferente das que presenciei não só durante a vivência

etnográfica no Rio de Janeiro, mas também durante as coberturas de manifestações, como repórter, no Brasil. O percurso pré determinado era de uma caminhada subindo no sentido Midtown e depois descendo a ilha, até a Ponte de Brooklyn. Não era um trecho pequeno. Segui pelo lado de fora do protesto, fotografando e observando. Abordei uma repórter de televisão e ela disse que não poderia conversar comigo. Enny Pichardo (Univisión), o segundo repórter abordado, foi mais gentil e conversou por alguns minutos. Ele trabalha em um canal de língua espanhola e me deu os contatos para que pudéssemos conversar depois.

Na Herald Square, eu vi um *streamer* passando entre as pessoas, segurando uma haste com um *smartphone* na ponta. Na outra mão, ele levava um pequeno microfone, que usava para falar. Branco, alto, tinha barba e cabelo grande, compondo um visual bem próximo ao dos midiativistas que conheci no Brasil. James Woods (streamer/freelancer), conhecido como James from the Internet, se apresentou com um cartão de visitas que tinha um desenho da máscara-símbolo do movimento Anonymous. Consegui chegar ao início da manifestação e registrei a performance dele, logo à frente do cordão de segurança formado por voluntários que ajudavam a polícia a organizar tudo. Segui pela Broadway até completar um percurso de pouco mais de três horas com os manifestantes. Parei e esperei as pessoas passarem para ver o tamanho do evento e me surpreendi: de acordo com os jornais do dia seguinte, foram mais de 50 mil pessoas.

A Millions March NYC foi a maior manifestação que já acompanhei. Mas outras aconteceram, em Nova Iorque, naquele agitado mês de dezembro, entre elas, um evento que foi marcado para o dia 23, nas vésperas do Natal, com concentração na Quinta Avenida, em frente à loja da Apple. Tive acesso a esta informação por meio de James Woods, que, depois do encontro na Millions March, passou a ser meu informante. Pedi a ele para conversarmos antes da manifestação começar e fui até o local para isso. Não foi fácil passar pela Quinta Avenida durante o período de festividades do fim do ano, imaginei como não seria depois que a caminhada começasse. Mas quando cheguei, percebi que o número de pessoas era pequeno. Elas carregavam cartazes e cantavam, já estava fazendo muito frio e começava a chover. James Woods me recebeu com atenção e me mostrou o material que usa para fazer as transmissões ao vivo: um telefone celular acoplado a um suporte e uma câmera GoPro, de acordo com ele, preparada para fazer fotografias automáticas a cada 30 segundos.

James é jornalista graduado, trabalhou na área técnica de grandes emissoras nos Estados Unidos, mas resolveu deixar a carreira formal para trás quando seguiu as manifestações do movimento Occupy, em Atlanta, em 2011. Ele começou as transmissões pela Internet usando um Ipod 4 Touch, mas depois acabou abandonando os produtos da

Apple. Hoje usa um Samsung Galaxy para acompanhar manifestações na cidade de Nova Iorque, como *streamer*. Na fala dele, aparece um problema que eu pensava ser bem específico do Brasil: lá também, os canais de televisão e dos meios de comunicação em geral estão nas mãos de alguns poucos donos.

It used to be you had to have a lot of money to get a lot of equipment to participate, so here in America even broadcast television was five networks for about 70 years or so. And then with the dispersion of cable and then the smaller cheaper technology like with the cell phone, it made it so that the entry point is a lot lower financially. So it's accessible to more people. And then with the Internet, you can broadcast to anyone.

James trouxe ainda a contribuição de outros colegas que acompanhavam aquela manifestação. Ele me levou até Casper Ows (*streamer*), que, de acordo com ele, acompanhou o movimento Occupy Wall Street durante a ocupação do Zuchotti Park, em Lower Manhattan. O tempo todo da conversa ele apontava para mim a lente de um Samsung Galaxy com a luz de gravação acesa: ele estava transmitindo nossa conversa, ao vivo, pelo canal dele.

Right now, 79 people are watching, and people are talking to me, and some are being mean, like trolls, and you have no control over that. It's freedom of speech. You can make them go away because you can create mods to eliminate them if they're being very vocal curse wise. I'm trying not to denounce people... you know, they have the freedom of whatever they wanna say, it's all good, *we're America right?* [grifo meu] But because of that, it shows individuals who are interested in during these pioneer actions and it's live, it can't be edited.

O discurso de Casper tem uma relação direta com o que ouvi dos midiativistas no Rio de Janeiro: ele acredita que o fato de transmitir ao vivo, sem edições, garante uma certa autonomia e mais isenção que os veículos tradicionais. Basicamente, ele acredita ser uma voz dissonante, oferecendo meio de expressão a quem não é comumente ouvido no jornalismo comercial, funcionando como um *intermediário* (como se isso fosse possível para um comunicador) e não como um *mediador*, para retomar os termos da Teoria-Ator-Rede.

So I participated in it after the eviction of Occupy in Zuccotti Park, and I started streaming, dedicatedly live tweeting actions. I just wanted to basically be a voice. What the mainstream media was portraying a lot of the occupiers were false images and false information. And I wanted to be a grounder, an individual who can't edit his film, who can't dub his words. If I use a profanity, it'll be going on live, and people witnessing this. So, the fact is that I wanted to be a voice and to the community, to the public, to show a different side of the story, and not edited or dubbed to mainstream media to hit your 10 o'clock news.

Outro *streamer* se aproximou, se apresentou e também falou. Foi assim que conheci Matt Hoppard (*streamer*), que usa na Internet o codinome Stop Motion Solo. Novaiorquino, ele também participou da cobertura do movimento Occupy Wall Street, além de ter estado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em protestos contra a Copa do Mundo, durante a realização do

mundial no Brasil. Ele brincou com algumas palavras em inglês, trocou contato comigo e pareceu bastante interessado na conversa. De fato, posteriormente, Matt se tornou um dos informantes mais importantes deste período de pesquisa e uma referência quando precisei de informações básicas sobre a cidade. Para ele, a prática do *livestreaming*, como ele faz, sem edições, garante mais honestidade na cobertura. “There are ways to edit videos. I don’t do that. A cop, a protester says anything, someone who doesn’t like the protest, anything anyone says it’s in my archives, it stays there and I don’t change it. It’s what they said, it’s on a record, it’s their speech, I don’t wanna mess with it”. Mais uma vez, a transmissão ao vivo, sem cortes, aparece como a remissão para os pecados do jornalismo comercial.

O protesto às vésperas do Natal era como uma resposta ao prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, que havia pedido aos manifestantes que parassem de ocupar as ruas por um tempo, depois que dois policiais foram mortos a tiros no Brooklyn, dias antes⁶⁹. A situação chamou a atenção da imprensa, havia jornalistas de muitos canais de televisão, fazendo entradas ao vivo. Consegui me aproximar de dois deles, um repórter da Univisión e ainda uma repórter da emissora PIX11, que trabalhava, ao mesmo tempo, na sua entrada ao vivo e em uma reportagem. Registrei o momento com muitas fotografias e vídeos: era um ambiente bom para observar o trabalho dos comunicadores.

Diferentemente do que havia presenciado no Rio, jornalistas e midiativistas que acompanhavam as manifestações em Manhattan não usavam equipamentos de proteção como capacetes e máscaras, com exceção de John Ziegler, um *streamer* de Ferguson, que encontrei na primeira manifestação que acompanhei, na Quinta Avenida. Ele carregava um capacete e uma máscara pendurados na calça, mas não usava os equipamentos. Guardei esta informação como uma pista, um *rastro*, lembrando a TAR: talvez ele tivesse que usar este tipo de acoplamento na cidade dele, por algum motivo. Não consegui perguntar isso diretamente a ele, apesar de seguir as suas postagens e acompanhar suas transmissões ao vivo frequentemente durante o período em que estive nos Estados Unidos. Dois meses depois, quando conversei com o repórter Allan Severiano (TV Globo), que esteve em Ferguson durante os protestos, minha suspeita foi confirmada.

Em Ferguson, o negócio era muito complicado, assim, tipo: a imprensa estava muito perto, mas a polícia era avessa, assim, sabe? Tipo: tinha hora que mandava todo

⁶⁹ <http://www.foxnews.com/us/2014/12/21/2-nypd-cops-shot-in-car-critically-injured/>;
http://www.nbcnewyork.com/news/local/NYPD-Video-Punching-Lower-East-Side-YouTube-NYC-286356091.html?_osource=SocialFlowFB_NYBrand.

mundo sair dali e já saía soltando bomba de gás, como no Brasil, na frente da gente. Eu desci do carro, eu e o cinegrafista, com máscara de gás. Nem no Brasil eu tinha pego uma situação de gás tão *punk* como aqui, porque ficou todo mundo confinado.

Allan também fez questão de comparar a ação dos policiais em Ferguson com a ação na cidade de Nova Iorque. De acordo com ele, em Manhattan, eles “são mais tranquilos”. Sarah Rafsky tem uma justificativa para isso.

[The] NYPD is very different, for example, than what you saw in Ferguson, the police in Ferguson, that was really quite out of control. NYPD is probably the most elite police force in the country, so they’re very carefully trained and generally speaking, also this mayor – I mean, it’s all political – but this mayor was elected as part of his campaign promise was that he was going to get the police under control. So, there’s a political environment right now as well that makes New York very unique. You know, when the protests first started in New York, the Black Lives Matter, De Blasio, the mayor, said people have a right to protest, they should be allowed to protest, the police then got angry at him. So there’s a very specific political environment. In other parts of the United States, absolutely. I mean, Ferguson, but not just Ferguson; Oakland, police forces around the country, we’ve definitely seen more tension between protesters and the police. Generally, New York is better because they have to be trained for this kind of thing. That said, in 2012 when the Occupy movement was really strong in New York, we saw a lot of journalists being arrested because they didn’t have proper accreditation which in United States with the First Amendment there’s no rule that says journalists have to have accreditation.

Matt Hoppard me explicou que é preciso se cadastrar na NYPD para ter uma licença que dá ao comunicador, jornalista, *freelancer* ou *streamer*, o direito de fazer coberturas jornalísticas (apesar de não ser uma exigência baseada na Constituição dos Estados Unidos, de acordo com Rafsky). Matt também fez um paralelo entre a ação da polícia de NYC e das polícias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, durante protestos dos quais participou.

Sua polícia é louca. Poucas vezes, muito poucas vezes a polícia usa spray de pimenta nos Estados Unidos. Mas o spray de pimenta nos Estados Unidos é muito débil, weaker? No Brasil o spray de pimenta é muito mais forte que nos Estados Unidos. It’s much different. Alguns de meus amigos, photojournalists, me dizem que no Brasil o spray de pimenta is 20 times stronger.

Matt explicou que há riscos diferentes na cobertura de manifestações em Nova Iorque, de acordo com o local onde elas acontecem. A videorepórter Karina Cuevas (NY1) concorda com ele. Eu a conheci durante um protesto no Grand Central Terminal. Para ela, a violência da polícia não aparece nos protestos, ela se manifesta nos guetos e nas áreas onde há menos vigilância.

A lot of these cops that do these things do not expect anyone to report them. That’s why we’re asking, the public is asking for body cameras, so they can see exactly what they do. Because there is a history of abuse but it has never been recorded up until now. So it’s interesting to see, you know, the people are like ‘oh, I don’t see a lot of things’ they’ve always done at the NYPD. If you grew up here, you would have. I saw, there were riots in the 80’s and 90’s one kid got thrown off the roof in

Washington Heights, riots all over. People trashed businesses, they burned rubbers, they burned cars, it was bad. And the police was always beating people up, especially in the bad neighborhoods. But people didn't have the means to report it. Now that they do is a little bit different. But during these protests, because we have a constitutional right to protest, they really can't do anything. So you won't see them beating anyone up like that in public here.

Para Cuevas, negra, filha de imigrantes, o passado ainda está muito presente nos jornais, mas agora a questão da cor da pele tomou forma de problema socioeconômico. As manchetes do período em que estive em Nova Iorque repetiram o que ela me falou. No dia 9 de dezembro, policiais mataram um homem negro, com suspeita de sofrer de distúrbios mentais, depois que ele atacou um judeu ortodoxo em uma sinagoga do Brooklyn⁷⁰. Há imagens do momento em que tudo aconteceu, feitas por um fiel da igreja, com um telefone celular. Este material foi exibido pela primeira vez pelo jornal *Daily News* e só depois cedido às emissoras de televisão. No dia 24 de dezembro, um homem negro foi morto por policiais depois de ter apontado uma arma para eles, na cidade de Berkeley, próxima a Ferguson⁷¹. O caso foi registrado pelas câmeras de segurança de um posto de gasolina e as imagens foram usadas por canais de TV nas reportagens. No dia 24 de fevereiro, um policial da Florida abordou um morador de rua de maneira agressiva, dando chutes e socos no homem e o prendeu, por ser uma pessoa em situação de rua, o que é permitido pela lei do estado. O caso foi registrado por um homem que passava no local e postado em uma rede social. A imprensa estadunidense usou o episódio para levantar um debate sobre a criminalização de moradores de rua⁷². No dia 3 de março, uma situação parecida aconteceu em Los Angeles, mas desta vez com um desfecho trágico. Cinco policiais abordaram um morador de rua que resistiu e foi morto com cinco tiros⁷³. O incidente também foi registrado com um telefone celular e o vídeo postado no Facebook. Já em abril, no estado da Carolina do Sul, um policial matou um homem negro, com oito tiros, pelas costas, depois que a vítima foi abordada em uma blitz e saiu correndo⁷⁴. Ele estava desarmado. O caso foi registrado, com telefone celular, por um

⁷⁰ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/homem-negro-e-abatido-pela-policia-apos-esfaquear-judeu-em-nova-york.html>

⁷¹ http://oglobo.globo.com/mundo/policial-mata-jovem-negro-nos-eua-cao-novos-protestos-14906779?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo

⁷² http://america.aljazeera.com/articles/2015/2/24/Florida-police-homeless.html?utm_content=main&utm_campaign=ajam&utm_source=facebook&utm_medium=SocialFlow

⁷³ <http://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/02/los-angeles-police-shoot-dead-homeless-man-after-street-altercation>

⁷⁴ <https://goo.gl/w4HGpg>

homem que passava pelo local. A situação ficou mais complicada ainda porque o relato do policial, nos registros oficiais, é diferente do que mostram as imagens, que apareceram posteriormente. Foi isto o que motivou o autor do vídeo a publicá-lo, mesmo com medo de represálias⁷⁵.

A opinião de Paula Máiran acerca da violência policial no contexto das manifestações, no Rio, serviu como inspiração para que eu pudesse questionar o procedimento das polícias estadunidenses não como falhas, mau-treinamento ou algo parecido, mas sim como políticas, códigos de conduta tácitos, não reconhecidos pela letra da lei, mas de fato vigentes. Foi assim que busquei e encontrei um mapa que mostra que policiais mataram cerca de 5.600 pessoas, direta ou indiretamente, em ações nos Estados Unidos, desde o ano 2000⁷⁶. A maioria das mortes está ligada ao disparo de armas de fogo e o número já é maior que o de mortos em ataques terroristas no país. Uma notícia publicada em dezembro de 2014 dá a dimensão do problema. Um adolescente negro, de 14 anos, foi condenado à morte, em julgamento que durou dez minutos, por ter matado duas meninas brancas na Carolina do Sul, em 1944⁷⁷. O júri era formado apenas por pessoas brancas, e apesar da pouca idade e de ter negado participação no crime até o fim, ele foi executado em uma cadeira elétrica que não dava altura para ele: foi preciso colocar livros para que ele se sentasse por cima. A notícia dava conta de que, 70 anos depois, uma juíza havia revogado o processo por considerar que houve falhas na condução. É como se ele tivesse sido perdoado, mas a justiça não reconheceu que ele pode não ter cometido o crime, como sempre afirmou.

A história dos direitos civis de negros nos Estados Unidos não deixa dúvida de que o preconceito encontra maneiras de se impregnar na coletividade, agenciando conexões que impedem que esta rede seja extinta. Há desestabilizações, como a história de marcha de Selma, o primeiro grande evento organizado por Martin Luter King, que ganhou repercussão internacional e colocou a discussão do direito ao voto na pauta do dia, episódio retratado no filme *Selma*, lançado nos Estados Unidos em dezembro de 2014. A imprensa teve papel importante neste processo: foi por meio da difusão das imagens do massacre que a opinião pública foi acionada e novos atores entraram em cena, construindo outras conexões e

⁷⁵ <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/o-autor-da-gravacao-do-assassinato-que-chocou-o-mundo.html>

⁷⁶ <http://boingboing.net/2015/04/14/cops-have-killed-way-more-amer.html>

⁷⁷ http://oglobo.globo.com/mundo/condenacao-de-adolescente-negro-de-14-anos-derrubada-70-anos-apos-sua-execucao-nos-eua-14868954#ixzz3MH8Vic3c?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O_Globo

reforçando a rede em torno da qual se reuniram, provocando, finalmente, uma controvérsia e a uma ruptura importante, um passo além na luta pelos direitos civis.



Figura 54: MLK Day na Union Square



Figura 55: James Woods no MLK Day



Figura 56: MLK Day na Union Square



Figura 57: MLK Day no Grand Central Terminal

Algumas pequenas marchas lembraram este feito, no período em que estive em Nova Iorque. Uma delas foi o protesto realizado no Martin Luther King Day, feriado nacional comemorado em 19 de janeiro, na Union Square, em Manhattan. Foi neste ato que reencontrei James Woods, fazendo imagens com seu celular e sua câmera GoPro, enquanto os manifestantes faziam, mais uma vez, o *die in*: deitados, eles gritaram por 11 vezes “I can’t breathe” e depois fizeram um minuto de silêncio. Também vi novamente Enny Pichardo, que me apresentou o cinegrafista com quem estava trabalhando, o uruguaio Quique Ramos (Univisión). Era dia de reencontros e em uma destas situações reví também Matt Hoppard. A marcha começou e eu segui com eles pela Broadway, descendo a ilha. Matt resolveu então transmitir ao vivo a manifestação: ele fez alguns comentários, basicamente no modelo de transmissão da Mídia Ninja e de outros coletivos que eu já havia acompanhado no Rio de

Janeiro. Não o vi perguntando nada a nenhum manifestante. "Neste protesto não há helicópteros, mas em outros, sim. Principalmente à noite, eles são usados para intimidar os ativistas. Mas não passa disso, geralmente. A gente nunca vai ver aqui o que vê em São Paulo, por exemplo: um policial atingindo pessoas com balas de borracha, machucando mesmo. Isso não tem aqui não", disse Matt.

Neste mesmo dia segui para um segundo protesto, desta vez no Grand Central Terminal. O evento era menor que o outro, mas contava com muitos dos ativistas que já haviam estado mais cedo na Union Square. Era um fim de tarde e os manifestantes se concentraram em um lugar por onde circulam, neste horário, passageiros do sistema de metrô de Nova Iorque e também do sistema ferroviário de todo o país. Eles fizeram, mais uma vez, o *die in*, formando um círculo, e seguiram com cantos e gritos. Encontrei novamente Matt Hoppard e James Woods. Conversamos um pouco e foi então que pude confirmar uma informação importante: James, além de *streamer*, é também um *freelancer*, um perfil de ativista que encontrei no Rio de Janeiro, os ativistas-comunicadores que trabalham ao mesmo tempo em duas frentes, a transmissão de protestos e a captação de imagens para comercialização, o que é uma vantagem para os veículos de comunicação que não precisam deslocar equipes para uma área que, em menor ou maior grau, oferece riscos. James me explicou o porquê disso: "Vendo imagens sim, para vários canais de TV. Preciso pagar as minhas contas, entende?" Achei interessante a resposta, que justifica a venda como algo necessário à sua sobrevivência. Ele completou ainda dizendo que não pensa nunca em ter um trabalho regular, como o de um repórter ou de um cinegrafista de telejornal.

Foi ainda neste episódio que conheci a videorepórter Karina Cuevas. Ela se interessou pela minha pesquisa e me informou seu número de telefone. A entrevista com ela foi feita uma semana depois, em um café, no dia seguinte a uma tempestade de neve que estava prevista para ser a maior da história de Nova Iorque. Não foi o que aconteceu, por isso consegui me locomover e chegar ao local, mesmo com alguma dificuldade, por causa do transporte público lento naquela ocasião. Karina também se atrasou porque havia trabalhado a madrugada inteira na cobertura dos danos causados pela nevasca. Entrando pela porta do café, me dei conta de como ela é uma mulher bonita: negra, com cabelos curtos, no dia em que a conheci parecia mais séria do que é de fato. A entrevista, de quase duas horas, foi entremeada por muito riso e o interesse dela pelo Brasil. O assunto preconceito racial conduziu a conversa, por isso Karina acabou me ajudando a entender a relação entre este aspecto da cultura daquele país e o agenciamento de novas vozes jornalísticas por meio do telefone celular.

Para ela, o caso Eric Garner deixou à mostra, “em cores verdadeiras”, a discriminação que é comum no dia-a-dia dos negros estadunidenses. “It’s resurfaced racism in America it shows the bigotry and discrimination that goes on over there.” A videorrepórter acha isso positivo, mas não pensa que a relação com o telefone celular está mudando o jornalismo, e sim, criando novos canais para que o repórter possa obter informações, mesmo que o custo disso seja a “sensacionalização” das notícias, no caso específico em questão, com o uso que ela considera exagerado da cena da morte de Garner nas edições em *looping* das reportagens de televisão. Mas esta transformação não alterou, para Cuevas, a lógica racista das redações dos grandes veículos de comunicação, onde as decisões e os cargos de chefia não são ocupados por negros.

And if they are they still have to answer to their higher up. And everything has to go through the producer. So the producer is the one who has to decide. This is the kind of story we’re gonna cover and this is how we’re going to cover it. You can write your script for TV and stuff but it has to be approved by the editor and by the producer, and if they wanna make changes they will.

Ou seja: a conversa sobre a questão racial deixa à mostra parte da rede que constitui o que conhecemos como o jornalismo: há uma estrutura de redação, hierarquizada, que media relações e, ao mesmo tempo, é mediada pelos objetos técnicos.

Há ainda a questão do cabelo. “I have curly hair. I wear my hair curly. They wouldn’t let me on camera. You don’t see even black women with their natural hair, it’s very different.” A questão “dark skin *versus* light skin”, como ela disse, é uma questão importante nos Estados Unidos. Achei interessante esta expressão que ela usou e resolvi explorar um pouco mais esta controvérsia.

Evandro: You said dark skin and light skin.

Karina: That’s how they say it here. To people I am a dark-skinned latina, my sister has your complexion, she’s a light-skinned latina. So you’re light skinned, I’m dark skinned. That’s how it is here in the States. That’s how they refer to people.

Evandro: It makes no sense.

Karina: To people from other countries it doesn’t and even to me sometimes I’m just like ‘wow’. That’s how they refer to people here. And even among blacks, dark skinned blacks, light skinned blacks. It’s different. I’m giving you a lot of information. There’s a lot of things in this country that people are like ‘wow’. The US is as I like to say, excuse my language, it’s a very fucked up country, I love my country but it’s a very fucked up country. (...) People think that this is the land of gods. Until they came here and live here and they realize this is crap, it’s hard, and if you don’t have the means and the money, and if you don’t have the connections you’re not gonna get anywhere.

Karina vive no Upper West Side, em uma casa que pertence aos pais dela, que agora estão aposentados e vivem na República Dominicana. A região, próxima à Columbia University, é considerada “nobre” em Manhattan. “The minute I say that to people they

automatically assume I'm rich. (...) The only reason I live here still is my parents left me that apartment, that's it. Manhattan is overpriced. It wasn't like this growing up. You didn't wanna come to New York in the 70's or 80's, it was very dangerous.”

A conversa com Karina sedimentou um raciocínio que eu já vinha desenvolvendo desde a minha chegada e que seria incrementado por uma série de contribuições posteriores: Nova Iorque parece ser uma *Cidade Partida*⁷⁸. Mesmo sendo um dos lugares mais diversos do mundo, existem linhas imaginárias, barreiras geográficas que definem as conexões e os afetos a serem vividos no ambiente urbano. No meu primeiro fim de semana na cidade, tive a oportunidade de conhecer amigos da brasileira que me recebeu como *roommate* durante boa parte da minha estadia. Percebi, por vezes, as mulheres, todas brancas, falando das outras mulheres, “as negras do Bronx”, de maneira pejorativa, principalmente depois que elogiei o cabelo de uma mulher negra que eu vi próximo à mesa onde tomávamos cerveja. Também passei por um processo pedagógico, no qual a própria Fabiana tentou me explicar que existem guetos e comportamentos condizentes com estes grupos de Nova Iorque. “Por exemplo, Evandro: rico não sai em fim de semana, só em dia de semana, em Manhattan. Isso porque no fim de semana os trabalhadores vêm do Brooklyn, do Harlem, do Bronx e aí eles não gostam de se misturar”. Achei estranho e não levei a sério. Até que, um mês depois, conheci outra brasileira, a Juliana Encarnação, que vive há mais de 10 anos nos Estados Unidos, dois em Nova Iorque. Ela me disse que se arrependeu de mudar para a metrópole. Primeiro, porque tinha uma vida mais tranquila na Flórida, “onde as pessoas são mais próximas”. Segundo, porque o custo de vida é muito alto na cidade, ela precisa trabalhar muito para sobreviver. E, por fim, porque ela sente que em NYC há uma divisão entre pessoas que moram em lugares distintos. Ela me disse que percebe que as pessoas no trabalho, em uma companhia de investimentos, olham de lado para ela quando ela diz que mora em Astoria, no Queens.

Estava entendendo isso tudo quando conheci o Harlem. Ainda não havia estado nesta região de Nova Iorque, quando resolvi, em uma manhã de domingo, assistir a um culto da Igreja Batista, em uma igreja pequena, fora do circuito turístico. O dia teve música gospel, seguida de um *brunch* com comida típica da região de New Orleans e um passeio longo pelas ruas do bairro. É claro que o turismo e a especulação imobiliária tiraram do local o título de gueto, mas ali ainda pulsa uma energia bem diferente da Nova Iorque da Quinta Avenida. E a cor é diferente também: há mais negros lá que nas outras regiões da cidade onde eu já havia estado. As vitrines das lojas apresentam outra estética e os restaurantes vendem comida

⁷⁸ Referência ao termo cunhado por Zuenir Ventura, para se referir à cidade do Rio de Janeiro, dividida entre o morro e o asfalto, no livro-reportagem homônimo, lançado em 1995.

diferente também. Assim como os chineses em Chinatown, os italianos em Little Italy, os gregos em Astoria, o resto da cidade também é todo mapeado, afetivamente ocupado de acordo com etnias e padrões sociais, nem sempre ligados ao dinheiro. Se NYC é assim, como será o restante do país?, pensei. As notícias já citadas acima me ajudavam a responder essa pergunta. Uma exposição que visitei no Harlem Studio Museum também, chamada *The Gerome Project*⁷⁹. Nela, o artista plástico Titus Kaphar buscou imagens de homens negros, chamados Gerome, e que ficaram detidos em instituições prisionais nos Estados Unidos. Isso porque o próprio pai dele chamava-se Gerome, era negro, e ficou preso por muitos anos. Cada um dos quadros, pintados como pequenos escapulários de santos, em dourado, tem uma tarja preta que tampa uma parte ou quase toda a pintura, de acordo com o tempo que a pessoa ficou presa. A ideia é criticar o sistema prisional dos EUA, que o artista considera racista, usando histórias que recolheu em prisões de todo o país.

A rede de informações sobre o assunto ganhou contornos mais fortes depois de mais uma manifestação que acompanhei, no dia 7 de março, quando completava-se 50 anos do episódio de Selma, a primeira grande marcha realizada por Martin Luther King, no interior dos Estados Unidos, e que teve como desfecho um enfrentamento com a polícia que terminou com dezenas de mortos e feridos. A informação sobre o protesto foi enviada pelo Matt Hoppard, que vinha mantendo contato frequente comigo pelo tempo em que estive nos Estados Unidos. A marcha começaria no City Hall, seguindo pela Ponte do Brooklyn. Quando cheguei, a caminhada já havia começado. Segui sozinho então, para atravessar a ponte. Era um dia ensolarado, com céu azul, muito bonito e muito frio. Logo no início, me encontrei com uma senhora mais velha, com dificuldade de andar por conta de uma perna que mancava. Ela queria informações sobre a manifestação e eu disse que eles já estavam em algum ponto da ponte. Seguimos andando juntos, conversando. Ela me disse que acha importante participar de eventos como aquele e que a família dela tem uma história de ativismo. E ainda que teve uma tia, que morreu pouco tempo atrás, já de idade avançada, que conheceu Martin Luther King e que participou da marcha de Selma. Fiquei emocionado quando ela disse isso, achei bonito vê-la atravessando uma ponte, ato tão simbólico, cheio de significado. Agentes organizavam o protesto usando fitas de isolamento para demarcar o espaço dos manifestantes, em contraposição ao espaço dos turistas, que fotografavam tudo vorazmente. Notícias, turismo, curiosidade, tudo misturado: o mundo não tem editorias.

⁷⁹ <http://www.studiomuseum.org/exhibition/titus-kaphar-the-gerome-project>



Figura 58: Harlem Studio Museum

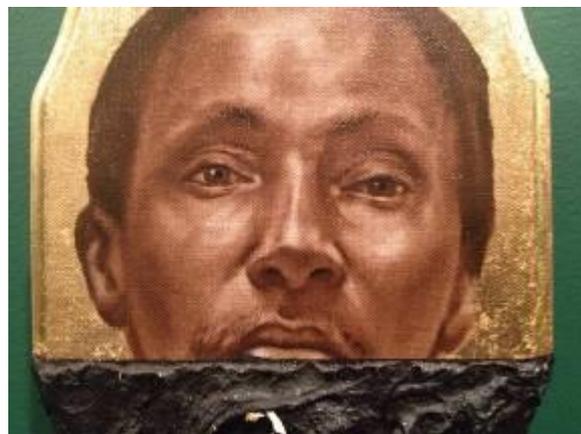


Figura 59: Harlem Studio Museum

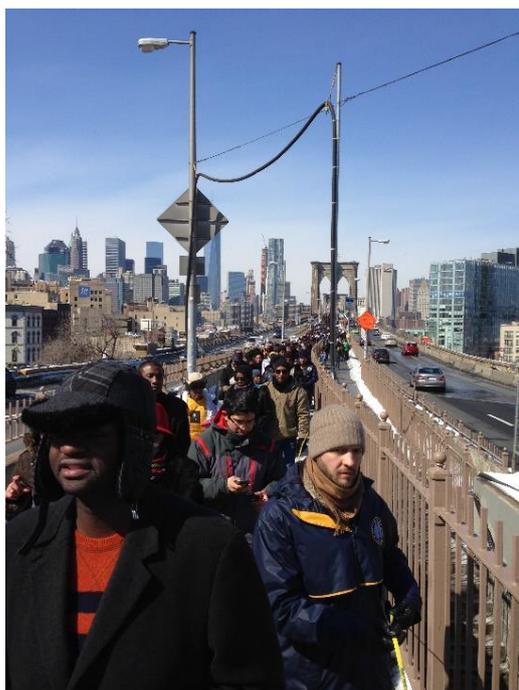


Figura 60: protesto na Ponte do Brooklyn



Figura 61: protesto na Ponte do Brooklyn

Já na segunda metade da ponte, um grupo de meninos tocava instrumentos de percussão e animava a manifestação. O ritmo era contagiante e muita gente dançava. Segui andando e fotografando pela principal avenida do Brooklyn. Avistei Matt, de longe, e o fotografei, sem que ele visse. Ele estava transmitindo a marcha, ao vivo, usando um *smartphone*, acoplado a um suporte. Quando me viu, ele se aproximou, me cumprimentou e continuou a transmitir. Os manifestantes seguiram para a parte de trás do prédio e eu e o Matt

nos juntamos a um grupo que estava vendo a banda dos meninos da manifestação tocar, em frente a um prédio suntuoso. Matt terminou a transmissão dele e me explicou que aquele era o Borough Hall, uma espécie de subprefeitura do Brooklyn. Lá dentro, os manifestantes assistiriam a transmissão de um discurso do presidente Barack Obama sobre os 50 anos do episódio de Selma. O *streamer* disse que não entraria porque o que interessa a ele é a manifestação e não o discurso oficial, ou seja, o que interessa a ele é a rua. Ele disse que estava disposto a andar um pouco comigo para me mostrar o Brooklyn, a região onde mora. Achei, então, que seria melhor seguir com ele, já que era uma oportunidade de estreitar laços. Foi durante a nossa conversa que fiz uma descoberta importante: eu vinha usando a palavra “manifestations”, para me referir às manifestações. Matt me disse que o correto é usar o termo “protests”, e que “manifestations” é algo que ele nunca tinha ouvido na vida. Nunca é tarde para corrigir. Foi assim que aprendi, três meses depois, que vinha usando uma palavra pensando ser outra, em um equívoco nada metafórico.

3.5. A questão do acesso: o incidente aéreo no aeroporto LaGuardia

Uma vivência etnográfica, em Nova Iorque, no inverno, traz algumas implicações práticas que eu desconhecia: nunca havia estado em lugar com neve antes. Desde o início do meu período nos Estados Unidos o frio acompanhava as minhas empreitadas nos protestos em Manhattan. A Millions March e outros eventos que observei aconteceram em períodos em que ainda era possível, estando bem agasalhado, transitar por muitas horas pelas ruas da cidade. O que se sucedeu depois foi um inverno rigoroso, com temperaturas constantemente abaixo de zero, na contagem de graus Celsius, e sensação térmica de até 25 graus negativos. Era final de janeiro, quando, logo pela manhã, assisti, na TV, a uma entrevista coletiva do prefeito, Bill de Blasio, pedindo para que as pessoas não saíssem de casa a partir daquela tarde, se não fosse necessário, e também que estocassem alimentos. Havia uma previsão de uma tempestade de neve, que poderia ser a maior da história de Nova Iorque: mais de 20 centímetros, número considerado bastante alto para o padrão. Um decreto emergencial definiu que seria crime sair de carro nas ruas da cidade após as onze da noite. Recebi um email desmarcando a aula na universidade no dia seguinte. As pontes foram fechadas. E o metrô parou de funcionar completamente, pela primeira vez na história da cidade⁸⁰.

A noite chegou e a prometida nevasca não veio como o anunciado. Foi muita neve, mas nada diferente do que acontece, ao menos uma vez, a cada inverno. No dia seguinte, os telejornais reproduziam vídeos de telespectadores mostrando como estava a cidade, turistas se esbaldavam na neve do Central Park, havia muitos vídeos também de acidentes nas estradas, além de pessoas tentando sair de casa em Boston, onde a nevasca veio como o prometido. Foi neste dia que me encontrei com Karina Cuevas. Ela havia passado a madrugada trabalhando e falou sobre o assunto. Cuevas trouxe para a conversa uma questão que vinha chamando a minha atenção: a monotemática do jornalismo das TVs abertas nos Estados Unidos, pautadas por acontecimento do dia, registrados por telefones celulares.

Sometimes I don't even think any of that matters, because at the end of the day when you see the news report a lot of it needs to be worked on. I don't know if you've seen Fox News. I call it "fake news", because it's so sensationalized. And then you see other... This snowstorm was a good example, everyone just sensationalized. We have winter every year, we get snow every year. And yet they made this out to be armageddon. Media here is just very very sensationalized.

A situação se repetiu algumas vezes, em pautas variadas, durante minhas observações: desde as ações policiais resultantes em mortes, em território estadunidense, até o processo de

⁸⁰ http://www.nytimes.com/2015/01/27/nyregion/new-york-blizzard.html?_r=0

mudança de sexo da ex atleta olímpica Caitlyn Jenner (antes ela se chamava Bruce Jenner), os assuntos (e as imagens) se repetiam à exaustão na tela TV, quase diariamente. Em uma destas situações, consegui acompanhar o processo desde o início, o que trouxe informações suficientes para minha reflexão.

Em uma manhã, logo no início do mês de março, no dia 3, recebi um recado, pelo WhatsApp, de um brasileiro informando que ele estava acompanhando as notícias sobre um avião que, por causa da neve, havia saído da pista durante o pouso, no Aeroporto LaGuardia, no Queens, em Nova Iorque. Estava nevando muito neste dia, uma situação considerada fora do comum, levando-se em conta que o fim do inverno já estava próximo. Liguei a TV, em casa, e vi que praticamente todas as emissoras estavam em plantão, com comentaristas ao vivo, apresentadores no estúdio e repórteres no aeroporto. Entrei na Internet e li as notícias para tentar entender o que aconteceu: de acordo com o jornal *The New York Times*, uma aeronave da Delta Airlines, que seguia de Atlanta para Nova Iorque, escorregou, saiu da pista e “bateu em uma cerca, parando momentos antes de mergulhar na Baía de Flushing”⁸¹, um dos limites da área do aeroporto. Alguns passageiros tiveram escoriações leves, vários deles fizeram imagens de dentro do avião no momento em que tudo acontecia, resultando em fotos e vídeos que ganharam destaque instantâneo nos sites de jornais e nas telas dos canais de TV, inclusive no Brasil. A cobertura continuava e eu achei que valia a pena ir além da observação.

Entre em um táxi e segui em direção ao La Guardia, bem devagar, por causa do trânsito e da neve. O terminal que abriga os principais voos da Delta Airlines estava vazio e a tela de previsão de embarque e desembarque mostrava que todos os horários do dia estavam cancelados. No prédio ao lado, avistei uma unidade móvel de telejornalismo e segui andando pela neve para chegar até o local. Lá, havia vários carros de canais de TV na parte de baixo: Fox, ABC News, PIX11, NY1. Entrei no terminal e, perto de uma lanchonete, vi a movimentação dos jornalistas. Meu primeiro contato foi com um videorepórter que carregava uma câmera no ombro e nas costas uma mochila LiveU. Joseph Frederick (Associated Press) estava esperando para tomar um café, conversou comigo por alguns minutos e disse que poderia me ajudar muito na minha pesquisa, já que trabalha há mais de 20 anos como repórter cinematográfico. Ele se define como “um produtor que grava, escreve e edita”, o que eles chamam nos Estados Unidos de “one-band man”. Joseph testemunhou muitas mudanças tecnológicas, na sua trajetória profissional. Ele me contou sua história em uma conversa,

⁸¹ A tradução do trecho é minha. O original está disponível no link: <http://www.nytimes.com/2015/03/06/nyregion/delta-plane-skids-off-the-runway-at-la-guardia-airport.html>.

semanas depois. Joseph não é crítico com relação ao uso de imagens de UGC, sigla em inglês para *User Generated Content*, conteúdo gerado por usuários, em tradução livre.

Unless you're on the plane, you don't have access to the tarmac, especially in this day and age with the strict security. It's not easy to cover something like that from the ground. You have to have people with helicopters and they can get aerial chopper shots of the wreckage. We sent a crew across the bay to get a shot from that direction. The video was good but we also had a condition with the fog that day. So sometimes it is visible and sometimes it wasn't visible. But the real emotion of the crash was captured by people with their smartphones. Years ago, not so many years ago, we wouldn't have had access to any of that emotion, any of that atmosphere of the crash itself. (...) It's good because you get content from places that you normally wouldn't get content from ten years ago or less. It's bad because now everything is recorded. So you're kind of flooded with all these images, whether they be pertinent images, bad images, or just stupid images.

Um segundo cinegrafista passou por mim logo que terminei a conversa com o Joseph, no saguão do aeroporto. Eu falei sobre o que gostaria de conversar. Ele seguiu sem olhar para trás. Minutos depois, voltou e me deu um cartão com telefone. Era o Jake Britton (Sky TV), correspondente de uma emissora britânica. Ela estava com uma repórter no local, que não quis participar da conversa. Jake me deu um número de telefone, liguei e depois nos encontramos para um bate-papo longo sobre o uso de telefone celular para entradas ao vivo. Auxiliares já desmontavam os equipamentos de transmissão, mas achei que valia a pena ficar por ali para fazer alguns contatos e mais observação.

A primeira anotação importante é a quantidade de vezes que os seguranças do terminal abordaram cinegrafistas que tentavam impedir que eles fizessem imagens do lado de dentro. Um deles também me perguntou se eu era da Imprensa, quando me viu escrevendo em um bloquinho e fazendo registros com o telefone celular. Eu disse que não. Depois disso, não fui abordado novamente. Interessante perceber o telefone celular como um objeto que agencia um acesso negado de outra forma, um cinegrafista com uma câmera não pode entrar sem autorização, mas o telefone celular pode agenciar esta entrada e o trabalho se resolve, no final, com alguma criatividade do repórter, como me contou uma funcionária que trabalha no *hall* de *check-in*. De acordo com ela, um repórter de televisão comprou uma passagem porque esta era a única maneira de acessar a área de embarque e conseguir falar com pessoas que estavam dentro do avião que havia saído da pista. Ela me disse ainda que ele gravou depoimentos usando um *smartphone*. Não consegui confirmar esta informação, mas considero um depoimento importante, que aponta para um uso do telefone celular como recurso de acesso.



Figura 62: New York Times



Figura 63: New York Times



Figura 64: Aeroporto LaGuardia



Figura 65: Aeroporto LaGuardia



Figura 66: Jake Britton no LaGuardia



Figura 67: Joseph Frederich no LaGuardia

A repórter Rachel Vargas (TV Record), correspondente em Nova Iorque, já havia me contado um episódio no qual, ainda trabalhando no Brasil, ela havia usado o telefone celular para gravar depoimentos dentro do maior hospital público da capital, Brasília, onde ela não

tinha autorização para gravar, em uma reportagem sobre falta de vagas e dificuldade para marcação de consultas.

Eu entrei com o meu microfone, dentro da bolsa. A fila que se formava era do lado de fora, mas dentro do hospital tinha uma grade, o cinegrafista ficou do lado de fora, mas num certo momento o microfone parou de pegar, porque ia afastando, e quando eles perceberam que a reportagem tava na grade, mostrando a fila, eles mudaram a fila de lugar. Eu falei: “Bom, então, lá, eu vou com o meu celular. O meu celular ninguém pode tirar o meu celular de mim, né?” E, aí, eu fui. Ia mostrando a fila, chegava, posicionava na frente das pessoas: “Que que foi? Que que a senhora tá tentando, tá sentindo, que que tá acontecendo?”. Entrei no guichê de atendimento. Tinham 10 guichês, duas pessoas trabalhando, e com o celular perguntava: “Que que tá acontecendo aqui? Por que essa demora? Não sei o quê...” e, aí, quando eles iam percebendo que se tratava de uma reportagem, já ia chamando mais gente pra trabalhar, ia tentando agilizar de uma forma.

De volta ao relato sobre o episódio do aeroporto, do lado de dentro do terminal, a repórter Jennifer Lahmers (FOX News) tentava fazer um *povo-fala*⁸² quando o segurança se aproximou e pediu que a equipe saísse. Ela pensou que eu fosse um passageiro e me chamou para seguir para o lado de fora, para uma entrevista. Expliquei que sou um pesquisador e ela acabou conversando comigo algumas horas mais tarde, logo que terminou suas reportagens e suas entradas ao vivo.

With smartphones, most recently as a news network we've been asked to record teasers or mini recap of our stories to put immediately on Facebook to promote traffic there. In addition to that you also have apps like Ustream which basically let you go live from anywhere using your smartphone. So it's drastically changing the way, you know, we're sitting next to a live truck right now, I would not be surprised if in as little five years these things become obsolete, because you can just do everything right now over your smartphone.(...) You get a lot of viewer submitted content. For example, today, one of the players for the Giants was on the flight that nearly crashed into the bay, so he was actually instagramming and tweeting out photos and videos which the news networks then used to sort of give an inside look as to what was going on. And you also had a bunch of passengers who were tweeting things too. So that's what's gonna happen now.

A repórter Stacey Sager (ABC News) também faz parte do time dos repórteres experientes que tiveram que se adaptar. Quando a vi pela primeira vez, ela estava sentada no banco carona de uma unidade móvel de transmissão ao vivo, escrevendo. Observando de longe, pude ver ela gravando o texto alguns minutos depois e ainda seguindo para o lado de trás do veículo, onde havia uma ilha de edição. Quase todas as unidades móveis que estavam no local tinham equipamento igual, oferecendo recursos para captação das imagens, edição dos vídeos e envio para as sedes das emissoras. Stacey estava fazendo isso naquele momento,

⁸² “Povo fala: gravação com várias pessoas sobre um tema específico de uma reportagem” (PATERNOSTRO, 1999, p.147).

conforme me contou depois. Este parece ser um procedimento padrão nas redes de televisão de Nova Iorque, levando em conta o trânsito e as longas distâncias a serem percorridas. A fala dela é clara e bem ilustrativa do processo de mudança pelo qual o telejornalismo está passando, não só nos Estados Unidos: os próprios repórteres se apropriaram da estratégia do telefone celular para ter acesso a lugares nos quais, de outra maneira, seria impossível fazer registros, confirmando o que já havia me falado a funcionária do aeroporto.

In the case when you saw me, when the plane went off the runway, my angle that day was passengers, and so yeah, we used a video that I shot on my cell phone in repeatedly because he was the most seriously injured passenger and I just happened to get it on my cell phone. There's days where I might pick a still photo of like a crime victim on my cell phone, or I might have some other video I rolled on. It's not all the video that's storied, obviously our engineering people are extremely important, but it's definitely an element. (...) So that story is actually a really good example of a day where we did everything through social media, we interviewed passengers on video that day, we were in baggage claim with our eyewitness news cameras but we also shot people on my cell phone.

Conversei com outros repórteres e produtores, mas uma dupla me chamou a atenção pela situação de trabalho: eles estavam do lado de fora, com uma câmera e uma mochila LiveU, preparando uma entrada ao vivo, em um momento que nevava muito. Um deles, o produtor Isashi Yamada (TV Asahi), me disse que eles precisavam mostrar a pista do aeroporto, a pedido do editor do telejornal do qual ele é correspondente, no Japão. Na semana seguinte nos encontramos para uma entrevista. Isashi está há 17 anos em Nova Iorque, é produtor, não é repórter, mas faz entrevistas e até fecha matérias quando é necessário. O escritório da TV em que trabalha fica naquela rua, por isso ele sugeriu o encontro naquele local. Ele chamou a atenção para o fato de que a tecnologia móvel facilitou o acesso, mas também tornou as transmissões ao vivo mais viáveis, financeiramente.

We sometimes use smartphone to do live shot. It's very low quality still but it's very easy and we used to use satellite truck to send a signal, a video signal, to even Tokyo or maybe some domestic area. But now we rarely use the truck because it's very expensive. For example, one hour, a thousand dollars. But now, we use a smartphone or maybe we have another equipment to use the cell phone signal.

No mesmo dia desta entrevista, mais tarde, recebi a resposta de uma mensagem que havia enviado para o *cameraman* Jake Britton. Ele me convidou para que eu acompanhasse a transmissão ao vivo que faria, de uma esquina de Manhattan, para um jornal da TV Sky News, da Inglaterra. Britton tem um sotaque inglês marcante e uma fala rápida. Ele começou a trabalhar em televisão em 1998, como operador de áudio, há cinco anos é cinegrafista e editor pelos últimos dois anos. Conversamos nos intervalos das entradas ao vivo, foi assim

que ele me mostrou os equipamentos que usa no dia-a-dia para fazer a transmissão para o Reino Unido. O primeiro deles é o transmissor de tecnologia LiveU.

The first one we used was about eight years ago and it uses cellphone sim cards. So the first one had four and it was 2G, and it wasn't that good. Then it went to 3G, and then 4G, started getting good, now we have eight sim cards in here, they're all 4G and LTE. So now with this one I can show you here, I'm live now and I'm getting almost 10 megs. At 10 megs means that I can feed in FullHD, live, with about a 1.2 second delay. And that's FullHD with 1.2 seconds delay, which is not bad at all. So these, particularly in New York, they work really well.

Ele também me explicou que, antes disso, eles usavam a transmissão via satélite, que custava para emissora entre três, quatro mil dólares por dia. Por cada mochila, a empresa agora paga entre mil e mil e 500 dólares de aluguel, por mês.. As mochilas ainda oferecem a possibilidade de fazer as entradas ao vivos de onde for necessário, sem grandes restrições técnicas. Britton me disse que as emissoras de Nova Iorque não costumam usar a tecnologia LiveU “porque são ricas, têm muito dinheiro e podem ter várias unidades móveis”. Isso explicaria porque, na maioria das vezes, são os repórteres de outros países que usam o mochilink. Mehmet Summer, um correspondente turco com que eu já havia conversado dias antes, usava uma mochila destas quando o encontrei pela primeira vez, gravando uma passagem na sede das Nações Unidas. Também registrei a imagem de uma destas mochilas, dias antes, entre os equipamentos do repórter cinematográfico Quique Ramos, da *Univisión*, uma emissora que tem sede em Miami, por isso funciona com um escritório pequeno em Nova Iorque. Além de Joseph Frederick, que também levava uma nas costas, no episódio do Aeroporto La Guardia. Também encontrei mochilas LiveU com uma equipe da *New York One*, no Aeroporto, e ainda um cinegrafista da *FOX News*, que fotografei fazendo a transmissão da St. Patrick's Day Parade, na Quinta Avenida, no dia 17 de março de 2015, com uma LiveU. No mais, só registrei emissoras que faziam entrada ao vivo usando unidades móveis. Foi por isso que, logo depois da conversa com Britton, no caminho de volta para casa, a fala dele fez mais sentido: havia dezenas de carros de transmissão ao vivo e unidades móveis perto do Rockfeller Center, ao lado do local onde conversamos. Como eram muitos, resolvi seguir os cabos que iam direto para um pequeno púlpito, onde havia microfones com as canoplas das redes de televisão. O local, cercado por policiais, na Quinta Avenida, do lado contrário da Saint Patrick Cathedral, parecia ter sido palco de uma entrevista coletiva. Entrei na igreja, onde acontecia uma cerimônia com muitos padres, e descobri que o arcebispo de Nova Iorque havia morrido. As emissoras de tevê estavam cobrindo a missa de corpo presente

da autoridade religiosa. Jake parecia ter razão: as unidades móveis são a opção preferencial para transmissões ao vivo pelas tevês de Nova Iorque.



Figura 68: Yamada prepara o mochilink



Figura 69: Yamada prepara o mochilink



Figura 70: Britton prepara iPhone

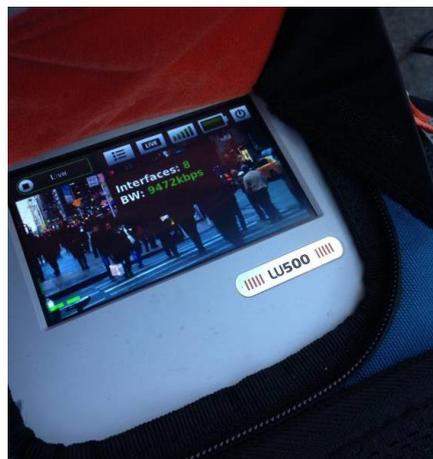


Figura 71: Britton prepara mochilink



Figura 72: Jake Britton e repórter em entrada ao vivo

O mundo dos aplicativos para transmissão ao vivo ainda era pequeno para mim, que só conhecia o TwitCasting Live, usado por midiativistas no Brasil. Foi Jake quem me falou sobre

mais um entre inúmeros outros aplicativos com esta função: o Dejero⁸³, o que Hannah, a repórter com quem ele trabalha, usou durante a cobertura de um incêndio na região do Harlem, em 2013, para transformar um *smartphone* comum em um transmissor parecido com a tecnologia LiveU. No momento em que ele me explicava o funcionamento do aplicativo, fomos interrompidos por um homem que passava pela calçada, se interessou pelo assunto e parou para perguntar.

Jake: Dejero is another version of LiveU. (...) A lot of people do it, it's possible. And the picture quality is getting better and better. But it doesn't matter, even if the picture quality can be amazing but you still got a whole lot of other things you have to think about.

Evandro: In Brazil guys use an application named Tweetcasting Live on Twitter, but the quality is very low.

Desconhecido: Is this the one? Dejero? How do you spell it?

Jake: D-E-J-E-R-O.

Desconhecido: Thank you. That's the one?

Jake: Yeah, you have to set it up with a server. Yeah, so we do that sometimes. Sometimes we do just phonos. A phono is just on the phone. That's the nature of news: sometimes is just getting some on the ground and getting information out and getting something live.

O episódio ilustra o interesse das pessoas “comuns” pelo assunto: o ofício de comunicar, transmitir imagem e sons, deixou de ser marcado por uma excepcionalidade que fundamentou a função do jornalista, nas últimas décadas. A conclusão é fruto da observação, tanto em Nova Iorque, quanto no Rio de Janeiro. A entrada do telefone celular na rede jornalismo altera o seu funcionamento, deslocando funções e criando novas posições.

⁸³ <http://www.dejero.com>

3.6. Os critérios: usos e apropriações dos conteúdos gerados por smartphones

Jornalistas profissionais e midiativistas, sem exceção, se comunicam por meio do telefone celular, o que acabou me conduzindo para um tipo de familiarização deste aparelho como parte essencial do fazer jornalístico. Não pretendo fazer aqui um mapeamento dos usos do telefone celular na rede pesquisada. O que apresento são algumas passagens que considere importantes para entender as tentativas de apropriação do conteúdo gerado por *smartphones*, predominantemente por parte dos jornalistas de redação, em tentativas de funcionalizar o aparelho, como uma ferramenta que oferece novos meios para chegar aos mesmos fins. Há também uma tentativa de funcionalização por parte dos “comuns”, em usos que em certos momentos mimetizam o procedimento dos jornalistas, mas em outros afastam-se do ideal da purificação, gerando um tipo de prática de tradução não convencionalizante, que pode orientar a minha reflexão. A visão centrada no uso do celular como ferramenta, ou seja, a perspectiva das rotinas produtivas do jornalismo, tem como exemplos didáticos as falas dos jornalistas de redação.

O repórter Daniel Pennafirme (SBT Rio), reforçou a importância do *smartphone* como editor de texto e como bloco de notas.

Na hora de fazer o texto, como é que era antigamente? A gente mandava, no papel, fazia o texto da matéria, gravava na câmera e mandava pra redação pelo motoqueiro que vinha buscar, o papel e o *card* da matéria, ou, na época, a fita e tal. Hoje em dia eu faço o texto exatamente aqui no bloquinho, daqui mesmo eu já disparo o texto, por e-mail, pro editor de plantão. Se ele quiser modificar alguma coisa do texto ele manda pra mim.

A produtora Neiva Prado (TV Record), jornalista há mais de 20 anos, pareceu bastante empolgada com as possibilidades oferecidas pelos aplicativos de comunicação, nomeadamente o WhatsApp. Ele deu o exemplo do *Jornal Extra*: “Quando você ia imaginar que um jornal ia te dar uma imagem em movimento e isso tudo pelo WhatsApp? Chegou na redação deles, eles põem *online* aqui pra gente”. Ela acha que, nesta nova realidade, aumentou o número de atores na rede de concorrentes em busca da audiência. “Cê vê que o que o jornal impresso era uma simples fotografia, agora até a concorrência de ter imagem em movimento lá, pelo canal *online* deles. Tão competindo com a televisão. Se eu for lá pedir essa imagem agora, eu, Record, pedir essa imagem pro Extra, o Extra nega. É uma imagem exclusiva deles”. O depoimento confirmou o que Rita Barreto já havia me falado, em entrevista: de acordo com ela “o *Jornal Extra* é hoje o maior concorrente da *Record*, em termos de imagens de flagrantes, em imagens exclusivas, eles dão tudo antes!” Ela disse que o jornal foi o primeiro veículo do Rio a disponibilizar um número de WhatsApp, ou “zap-zap”, como ela

gosta de falar. E ganhou muito com isso. Na *TV Record*, até então, ainda havia dúvidas com relação ao uso da ferramenta.

E nós temos vários telefones, temos rádio, temos todas as mídias, mas não temos um WhatsApp ainda. (...) Essa questão de uso de imagens, ela é complicada. Quando a gente compra imagens aqui, de alguma pessoa que vem nos ceder, você tem um termo de cessão de imagem. Quando você recebe pelo WhatsApp, você não fez termo nenhum de cessão de imagem. Quem te garante que aquela pessoa não vai usar depois e cobrar de você pela imagem que ele te cedeu?

Até o fim do período de observação, a *TV Record* ainda não contava com um número de WhatsApp para receber arquivos e informações dos telespectadores, como já acontecia na maioria dos veículos de comunicação do Rio de Janeiro, “por uma questão jurídica”, de acordo com Rael Policarpo. Ele usava, então, o número pessoal de telefone celular para contato com as fontes, via WhatsApp, por onde recebia imagens feitas por moradores e policiais, todos os dias. “A polícia vai pra operação, o cara já vai gravando e já vai mandando pelo WhatsApp, porque ele sabe que, se às vezes a equipe não chega, por conta da demanda mesmo, as imagens dele vão ser televisionadas de alguma forma.” Ele lembra que este material é de grande importância para fechamento das edições diárias dos telejornais.

No nosso caso, vamos supor, o *Balanço Geral*, que são duas horas e meia de programa, então tem muito espaço, às vezes, aquela imagem, ela não sustenta uma reportagem, mas sustenta um *link*. Às vezes, vale até mais a pena um *link* do que uma reportagem, é mais barato pra emissora e a gente acaba dando informação de qualquer jeito.

O repórter Fábio Turci (TV Globo) disse que já é de praxe procurar imagens no local da cobertura de factuais. O trabalho é mais dirigido às câmeras de segurança, de acordo com ele, mas não é raro encontrar quem tenha feito registro com telefone celular.

As pessoas, muitas vezes, nos procuram e falam: “Olha, eu fiz uma foto, eu fiz esse vídeo, interessa? É com você mesmo que eu falo? Eu preciso ligar pra emissora? Consulto alguém?” Então, as pessoas procuram na rua e muitas vezes interessa, sim, e eu já usei, já peguei, peguei foto por *Bluetooth* na rua, é, uma foto que tinha um valor e a gente usou na matéria e quando é uma filmagem maior e a pessoa, às vezes, quer uma remuneração, a gente encaminha direto pra chefia e a chefia negocia, avalia, vê se vale o preço, enfim. Mas as pessoas procuram, sim. Nos abordam na rua pra oferecer.

Há também as situações em que os próprios repórteres produzem material, durante uma cobertura. A apresentadora Liane Borges (SBT Rio) relatou este procedimento. “Eu já fiz imagem também com o meu celular, várias vezes na rua, às vezes, um acidente de trânsito – ‘Eu vou parar aqui, vou fazer uma imagem e trago’ – no dia seguinte já vira matéria. Inúmeras vezes.” Melissa Munhoz registrou, ela mesma, os flagrantes de venda de telefones celulares sem nota fiscal, suspeitos de serem produtos roubados, na região da Rua Uruguaiana, no

centro do Rio. E ainda tem o caso do repórter Vinícius Dônola (TV Record), que fez uma série de três reportagens sobre tecnologia usando somente telefones celulares para captação das imagens.

Fábio Turci contou a história do dia em que produziu parte de uma reportagem com o telefone celular, em Nova Iorque, durante uma nevasca. Por conta da condição climática, o aeroporto JFK foi fechado para pousos e decolagens.

Eu fui socorrer uma amiga, que tinha ido embarcar pro Brasil, não tinha conseguido, tava presa no aeroporto, não sabia voltar, ela não fala inglês. Então, eu fui até o aeroporto pra socorrê-la, pra trazê-la de volta pra casa até que chegasse o horário do novo voo dela, e fui gravando com o celular, porque o aeroporto tava ilhado, praticamente. Então, eu fiz imagens, mostrei, por exemplo, a fila de brasileiros que tavam no *check in* da companhia aérea, que tinham passado a noite no aeroporto, tavam ali em busca de notícias, da remarcação de um voo, então eu fui com o celular eu filmei, eu entrevistei algumas pessoas e aquilo virou uma reportagem que entrou no *Bom Dia Brasil*.

Da parte da polícia, os registros das ações reforçam o papel do telefone celular no contexto de produção de conteúdo para o jornalismo, como me explicou, posteriormente, o delegado Carlos Augusto Nogueira (Polícia Civil do RJ), comentarista do *SBT Rio*. As gravações são feitas pelos policiais que querem fazer isso “a título de aprimoramento, melhora”. Mas ele também disse que policiais e jornalistas fazem acordos para divulgação de imagens de ações e ainda de câmeras de circuito interno e outros dispositivos de vigilância. O relacionamento pessoal é parte essencial neste tipo de negociação, de acordo com Diego Sangermano. “Eu diria que 98% do que chega pra gente”.

Eu diria que o que chega pra gente aqui é [fruto] de relacionamento pessoal com polícia também. Porque, com fontes policiais que nos cedem, não por meio da assessoria, mas sim porque delegados parceiros, policiais parceiros têm a intenção de divulgar o próprio trabalho pra não ficar aquela coisa de: pô, toda polícia é corrupta ou toda polícia faz coisa errada ou toda polícia não trabalha, ninguém faz porra nenhuma, desculpa a expressão, tá?, “porra nenhuma”, então os caras nos cedem.

Rita Barreto vai além: ela diz que há uma predileção, implícita, por parte da Polícia Militar, com relação a uma das emissoras, em detrimento das outras. Na entrevista, Rita estava acompanhada da produtora Livia Bonnard.

Evandro: Como é que é essa relação com a polícia? É de repórter pra repórter?

Rita: É uma coisa preferencial. Cê quer que eu diga aqui? Eu vou falar o que eu penso.

Livia: [risos]

Rita: No Rio de Janeiro, né?

Evandro: Se tiver alguma coisa que você não quer que grave, eu desligo.

Rita: No Rio de Janeiro, temos um sério problema porque essas imagens sempre vão parar na mão da TV Globo. E, quando a gente liga pra perguntar, todo mundo dá

uma de João-sem-braço e diz assim: “Ah, eles conseguiram por conta deles.” Como conseguiram por conta deles se as imagens estão na mão da polícia?

Lívia: Exatamente.

Evandro: É porque, oficialmente, não existe uma política de fazer imagens e ceder, não é?

Rita: Exatamente.

Lívia: É.

Rita explicou que há assessorias de imprensa, no Rio, que fazem imagens e entrevistas gerais, para depois cederem às emissoras. É o caso dos atos do Governo do Estado, mas não é o caso de nenhuma das polícias, de acordo com ela. “Só que, às vezes, existe uma imagem que só aparece na *Globo* ou então que só aparece n’*O Dia*, que só aparece no *Extra*. Então, é de fonte pra fonte”. Ou seja, ela confirma que há sim o hábito, por parte de policiais, de registrar ações e depois encaminhar estas imagens para repórteres e jornalistas de confiança deles, “é a amizade que estas pessoas fizeram”.

Rita: Na Globo eles oferecem. Na Globo eles não precisam, às vezes, nem de fonte, né? Eles oferecem pra emissora. E a gente tem brigas, assim, grandes com as assessorias de imprensa, porque eles tiram literalmente o deles da reta, entendeu? E acabam jogando a culpa em outra pessoa: “Ah, não fui eu, foi um policial.” Houve um caso, lembra daquele caso do Adônis, o piloto de helicóptero que filmou aquela ação da polícia na favela do Rio, com todo o raio X⁸⁴? Que culminou com a exoneração do cara, aquela coisa toda? A Globo tinha primeiro que todo mundo. Depois, no dia seguinte, a gente conseguiu. Por que a Globo tinha primeiro e depois nós conseguimos no dia seguinte?

Evandro: Fica estranho, fica parecendo que não é só uma questão de fonte, né?

Rita: Não, é fonte. Mas aquela fonte era só dele. Era um cara dali que deu prum cara, uma outra pessoa, que a gente não sabe quem é, e deu pra ele. Pode não ser nem a fonte da polícia, pode ser alguém que tenha contato com a polícia e que passou pra esse jornalista. Porque existe isso, os atravessadores. Existem os atravessadores, que são os assessores de imprensa, que são os deputados, são pessoas que têm influência na polícia e que podem captar essas imagens e passar pros repórteres que eles quiserem. Então, isso é uma coisa comum, que acontece na mídia. Não estou dizendo que nós não fazemos também, não, tá? Nós também temos nossas fontes. Nós temos repórteres aqui que trazem matérias, entendeu? Mas, bem menos, em quantidade, que *O Dia*, que a *Globo*. Até o SBT, às vezes, consegue essas imagens exclusivas. Então, depende do gosto do policial. O policial vai com a sua cara e dá as imagens pra você.

O que Rita chama de “atravessadores” são os mediadores, aqueles actantes da rede que transmitem transformando: a escolha de quem vai ou quem não vai ter acesso às imagens muda a dinâmica da rede. Mas estes actantes agem como se fossem intermediários, como se apenas transportassem, sem alterar, quando atribuem aos outros atores a responsabilidade da

⁸⁴ Rita refere-se à perseguição e execução do traficante Márcio José Sabino Ferreira, o Matemático, na Favela da Coreia, zona norte do Rio de Janeiro, no dia 11/05/2012, em uma operação da Polícia Civil. As imagens, que foram gravadas do helicóptero em que estavam os policiais, mostram toda a ação, inclusive o momento da morte de Matemático, e foram usadas em uma reportagem exclusiva da TV Globo, exibida no Fantástico, um ano depois, no dia 05/05/2013. O caso instaurou uma série de controvérsias sobre o vazamento de vídeos de ações policiais, a execução sumária de traficantes e ainda os riscos para os moradores da região. Link para a reportagem: https://www.youtube.com/watch?v=ghrL-M_DxkM.

transmissão: este é o problema, para Rita. Assim como os “atravessadores”, quem produz este material também, não é só intermediário: o olhar sobre o acontecimento, a escolha do que mostrar ou do que esconder é uma perspectiva, um olhar impregnado de intencionalidade, um tipo de purificação. Os jornalistas, que praticam este tipo de traição todos os dias, sabem muito bem como um discurso se constrói, por isso desconfiam do que chega às redações, partindo do pressuposto que os “comuns” podem fazer o mesmo que eles fazem.

Eu observei durante algumas edições do *SBT Rio* que a apresentadora Isabele Benito leva para o estúdio um *tablet* conectado a uma conta no WhatsApp e ali mesmo, por vezes, checka as mensagens, mas ela raramente usa o que vê na edição. De acordo com ela, é preciso apurar o fato para ter absoluta certeza antes de colocar um material no ar. Ela me contou ainda a história de um vídeo que chegou via WhatsApp, mostrando a emergência de um hospital, no Rio de Janeiro. No texto, o informante dizia que, durante os jogos do Brasil, na Copa do Mundo, não havia ninguém na recepção e nem médicos de plantão.

Isabele: Quando a gente começou a olhar bem devagar, pô! Na sala do médico tinha uma médica atendendo uma mulher. É lógico que ela não tava lá fora, porque ela tava atendendo.

Evandro: Não dá pra comprar a versão do outro.

Isabele: Não. Seria maravilhoso, principalmente pra audiência, seria maravilhoso se todo pensa assim: “é tudo pela audiência”. Necas de piribitibas. Aqui não. Seria maravilhoso eu botar o dedo na cara, que a hora que ele filma parece que não tem ninguém, parece que tem médico assistindo o jogo. Aí entra a responsabilidade, aí entra o jornalismo. Não, eu parei bem devagar, fui *frame a frame*, quando a gente olha dentro da sala, você vê no canto uma mulher de branco atendendo uma senhora. Cabô. Derrubei o vídeo na hora. Entendeu?

Há uma intenção de não abrir mão do *modus operandi* do jornalismo. Mas ao mesmo tempo, há concessão. Vinícius Dônola chamou a atenção para o fato de que o uso deste tipo de imagens que não eram feitas com equipamento profissional, ou seja, sem qualidade técnica similar à produção das emissoras, era, com frequência, vetado pelos departamentos de engenharia das tevês, até “cinco, seis, sete anos atrás”. “Embora você tivesse um flagrante muito bom, a qualidade da imagem era reprovada pelos departamentos de engenharia e tô falando de experiência nas duas maiores redes de televisão do Brasil [Rede Globo, onde ele trabalhou, e TV Record, onde trabalha atualmente]”. Ele acha que esta resistência já acabou. “Se você ligar a televisão, todo dia você vai ver. A profusão dessas imagens é gigantesca. Eu acho muito interessante. Porque é uma ferramenta de democratização do processo de produção de informação! Quem fala ‘telespectador’ tá no passado. Ele é o colaborador na produção de conteúdo.”

A coisa do celular é fascinante, é muito legal. Eu me lembro que as engenharias condenavam cada puta flagrante! Caiu um avião, *brum!* “Não a imagem tá ruim.” “Padrão Globo de Qualidade.” (...) Durante duas décadas e meia, três décadas, a gente viveu sob a égide do Padrão Globo de Qualidade. E, aí, a qualidade passa a não ser a locomotiva do comboio. Mas sim o conteúdo. Não interessa se a imagem tá borrada, interessa o conteúdo. Oh, que maneiro!

A avaliação acontece caso a caso, ou seja, não há um manual interno ou orientações oficiais para o uso de imagens de colaboradores. Mas há um direcionamento, de acordo com o repórter Rael Policarpo: este tipo de material deve aparecer logo no início da reportagem, em caso de notícias factuais.

Eu fui fazer uma reportagem sobre um tiroteio que houve ontem na Praça Seca e a minha era uma suíte e a determinação era abrir com o vídeo, só que o vídeo era muito ruim, o sobe som era muito bom, mas a gente tá falando de televisão. A imagem era péssima, porque era tudo escuro, tinha algumas luzes no fundo e o papapapá. Então, eu, particularmente, não teria aberto a minha reportagem com essa imagem, partindo do princípio de que a gente tá fazendo televisão, a gente trabalha com imagem. Mas existe essa determinação da casa, que não é uma determinação só da *Record*, as outras emissoras também. Acho que exige... Talvez eles tenham se confundido, há uma confusão daquele negócio da pirâmide invertida de começar com o mais forte, entendeu? Realmente, é o mais forte porque é um flagrante do tiroteio, mas nem sempre o mais forte é o mais convencional, nesse caso. Por conta da questão estética, mesmo. Então, do mesmo modo que ajuda muito, prejudica muito na questão da qualidade.

Rachel Vargas (TV Record) lembra das situações em que uma imagem de colaborador pode colocar em risco a pessoa que aparece ou que fez a gravação. Ela diz que, neste caso, há uma avaliação mais criteriosa da chefia.

Rachel: A gente recebe muita, muita denúncia, muito vídeo, e aí, quando é algo que está exposto no Youtube, obviamente é material público. Então, se for algo, por exemplo: o fulano tá segurando arma ou botando criança pra, sei lá, óbvio que criança você esconde, mas o fulano você bota. Aí, é uma avaliação mais da chefia.

Evandro: Só pra eu entender, Rachel: acaba sendo caso a caso?

Rachel: É caso a caso. É caso a caso porque são coisas muito específicas, porque você não pode também usar um material que vá prejudicar a empresa. Em se tratando de crianças, adolescentes, sabe que sempre esconde; em se tratando de uma acusação séria, que cê não tem provas, também não vai poder botar o rosto da pessoa. Em se tratando de uma confissão, aí já é uma coisa diferente porque... Então existe diferentes situações, muda muito, né?

A maneira como o material é explorado varia de emissora para emissora, de acordo com Allan Severiano. Ele deu o exemplo das tevês dos Estados Unidos, nas quais a repetição é intensiva.

Na *Globo*, a gente conta uma história e cê conta ali, descreve aquela imagem, ela evolui pra outra coisa: a polícia fez ou a procuradoria fez, a justiça fez, os parentes tão achando, de repente, no final, cê volta pra se referir a algum detalhe específico, mas, enfim, a gente também não tem [risos] essa necessidade de ficar reprisando alguma coisa, pelo menos, na mesma matéria. Até porque não tem esse tempo todo

também pra divulgar essa imagem como se teria num canal de notícias, como a *GloboNews*, por exemplo, ou a *CNN*.

Severiano também disse que não há um critério definido para este tipo de reportagem na emissora. Mas há direcionamento:

Allan: Eu acho que a gente não usa ou usa com parcimônia quando cê não sabe a fonte ou se aquela imagem não foi montada, foi produzida com algum fim, algum interesse específico. (...) Se for imagem muito chocante, por exemplo, se a gente tiver falando de uma matéria de violência, aí sim há restrições, a gente, em geral, não coloca.

Evandro: Que é uma questão editorial também.

Allan: Sim, é uma questão editorial.

Não há, segundo ele, um manual ou um direcionamento claro, oficial, que defina o uso deste tipo de imagem pelos repórteres da *TV Globo*. As decisões acontecem caso a caso, mostrando que a questão ainda está em aberto, não se fechou completamente em uma caixa-preta: a rede ainda não se estabilizou. Alan acredita que muitas das situações se encaixam nos direcionamentos éticos que já existem na empresa. Renata Ceribelli disse que nunca recebeu nenhuma orientação sobre isso. Ela pensa que esta seja uma “responsabilidade jornalística” que deve ser respeitada pelo profissional em qualquer reportagem, com ou sem imagens de colaboradores. “Nós, que colocamos [imagens] num veículo com informação jornalística, a gente tem obrigação de colocar uma coisa checada, e que ninguém tá sendo prejudicado com essa informação, se ela for errônea.” Daniel Pennafirme diz que tem reservas com relação a esta prática. O repórter acredita que a oferta de imagens é um fenômeno muito recente e os veículos de comunicação ainda não sabem o que fazer com isso. O certo, para ele, seria usar somente flagrantes em que a situação está clara e não há espaço para o engano. “Por exemplo: aquele caso da mulher que teve o corpo arrastado. Aquilo ali era o corpo da mulher e tava sendo arrastado. Ponto.” A pergunta é inevitável: como saber se não há engano?

Para a repórter Jennifer Lahmers a responsabilidade do jornalista, hoje, é bem maior do que já foi, porque há mais fontes para serem checadas e uma possibilidade maior de que um erro seja cometido por quem não conhece o procedimento jornalístico, o “ritual estratégico” da tradução e posterior purificação. A responsabilidade final é do jornalista, e não de quem o ajudou a produzir a notícia, mesmo quando o profissional lança mão de conteúdo produzido por usuários.

We have more eyes and ears either watching or listening to us so there is a chain of command we have to follow to make sure the information we're putting out to the public is accurate and accountable. So we're more accountable than the people who are simply maybe helping us or tweeting out pictures or tweeting out information. That's one thing about tweeters, you know, there's zero accountability. People can say whatever they want. If it's unsubstantiated then it could be. As journalists we

have to be responsible enough to know what information we can go with as opposed to what information we would like to. Typically from a news standpoint you need two sources to confirm a fact and even with people who are tweeting out pictures you would also need their permission. Even though it is a public forum, Twitter is obviously a public deal, you'd still need permission from that person who tweeted the picture to be able to use it.

O mais importante, para o *cameraman* Joseph Frederick é ter certeza de que o material é verdadeiro, não há montagens, nem manipulação.

I don't have a lot of experience producing pieces with user-generated content but I know our organization tries to vet any user-generated content coming in, to make sure that it matches up with people who are on the ground, that it's actually capturing and showing the image that pertains to the story that we're covering. So you have to make sure that it's not fabricated, that it wasn't put through processes, that it wasn't edited for editorial content. So you wanna make sure that what they're showing is actually the event that we're covering. And that has to do with people on the ground making sure, getting several different types of user-generated content from several different angles and matching them up and making sure. And if we have a video crew on the ground, if it matches to what our video crew has sent back.

Stacey Sagers reforçou que, na maioria das empresas jornalísticas, ainda não há um direcionamento, nem editorial, nem empresarial, sobre como usar este conteúdo gerado por usuários.

I just think you know what happened in the past year or so happened so quickly that it was really hard for news organizations to keep up with the legal parameters, and I think we were all just shaking our heads and feeling like 'what's our guidance here?'. And I think now it's starting to catch up a little more and I feel like we are getting more guidance now. And my hope as a reporter would be to just get that direction. I think that as long as we have that direction that this is the future whether we like it or not, we just need that direction in order to proceed in a way that's ethical and legal. Because that's my concern as a reporter, because you have your personal code and then you have the management code. And you don't wanna do anything to create a discrepancy between the two. That's kind of how I feel.

Os meus informantes acreditam estar passando por um processo de reinvenção, uma transformação, na qual, preceitos básicos de conduta continuam valendo, mas técnicas, procedimentos e conhecimentos tenham que ser reaprendidos, adaptados, traduzidos, como bem lembrou Jake Britton.

No, I mean, we're in a ever changing world, whether it's society, anthropologically, and news is evolving along with everything else. I'm 35, it's part of my job to be adaptable, to be able to accept new change and I might use a completely different equipment in 10 years compared to what I'm doing now, but my job will still be the same thing. I'll still be a news gatherer. I'll still be a cameraman in some shape or form. I might have a camera built into my forehead by then, but my job will still be the same, I'll still be a news gatherer.

O fato é que, pela conversa com os repórteres, as emissoras ainda não dominam muito bem este processo, tudo é novidade e ainda não houve tempo de criar um posicionamento

padrão, uma maneira considerada seguramente eficaz de lidar com estas apropriações. A fala de Hélder Duarte definiu de maneira um pouco mais clara como este assunto é tratado na emissora em que trabalha, posicionamento que vale para outros atores da rede de veículos de comunicação.

Bom, a primeira coisa é a *relevância jornalística* [grifo meu]. A gente não usa qualquer coisa, só por usar. A nossa prioridade, assim, a nossa regra número um é: nós somos uma companhia de jornalismo e a gente produz o nosso próprio conteúdo, a gente produz as nossas próprias imagens. Só que, como eu disse, a gente, às vezes, não consegue tá em todos os lugares ao mesmo tempo. E, às vezes, a gente não consegue ter o acesso a uma determinada região, que aquela pessoa, naquele momento, tá lá.

Paula Dáibert, referindo-se à sua experiência na seleção de vídeos de flagrantes enviados à emissora *Al Jazeera*, sobre a Primavera Árabe, resumiu em poucas palavras uma diretriz informal que encontrei, em geral, nas emissoras observadas:

As imagens não podem ser insuportáveis de ver, porque chegava gente lá com o cérebro pra fora, de levar, tipo, um tiro de canhão na cabeça, uns negócio, tipo, muito absurdo; *relevância jornalística* [grifo meu], porque assim: cê tem que entender o que tá acontecendo pelo vídeo, então o vídeo tem que ser *self-explanatory*. É, tem que dar uma checada pra ver se não é *fake* o vídeo, saber a localização e data e tal, mas isso aí cê vai com o tempo, cê vai reconhecendo os lugares. E ser jornalisticamente interessante, que é a coisa que faça sentido, que não seja tipo: “Oi, vou ler um texto aqui que eu escrevi sobre a revolução do Egito, gravei e mandei.”, que chegavam várias coisas.

Hélder e Paula usam a expressão *relevância jornalística* para construir o que considere as melhores definições apresentadas pelos jornalistas com quem conversei sobre o uso do telefone celular. Não é por acaso: a relevância é um dos critérios de noticiabilidade listados pelos teóricos do jornalismo desde as primeiras reflexões sobre atividade (TRAQUINA, 2005) e faz parte do jargão da profissão. Também não acredito que seja acaso o fato de que as orientações definidas pelos dois sejam práticas informais nas redações, ainda não estabilizadas: tratar do assunto de maneira “oficial”, reconhecer os “comuns” como possíveis tradutores e os *smartphones* como mediadores, e não intermediários, é deixar à mostra o jornalismo como uma rede de agenciamentos, portanto como passível de mudanças, de transformação, e não como uma essência. É preciso retomar os valores-notícia para mapear a controvérsia antes da estabilização que definiu a rede jornalismo como conhecíamos até algum tempo atrás, para depois seguir a nossa reflexão acerca das mudanças agenciadas pela entrada do telefone celular neste conjunto de associações.

4 PARA ALÉM DA DESCRIÇÃO

Michel Foucault (1996) começa a sua aula inaugural no Collège de France, transformada no livro *A ordem do discurso*, lembrando que em toda a sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e distribuída por procedimentos que funcionam como contenção do perigo de seu acontecimento aleatório, fora do *controle*. Esta palavra foi, de certa forma, *leitmotiv* de sua obra, o que coloca minha reflexão em linha direta com o *corpus* conceitual de Foucault, já que a própria função do jornalismo, como instância da Modernidade, tem relação direta com o controle (social), mimetizando aparatos de vigilância e contenção. O que fica exposto, a partir das minhas observações, é um esforço redobrado, já que cidadãos “comuns”, apesar de inscritos fora da excepcionalidade da função legítima de traduzir o mundo, têm feito isso de outra maneira, em uma performance híbrida que nos traz de volta ecos de um mundo pré-Moderno, fora das especialidades técnicas. Para além disso, outra hipótese de relação entre a obra de Foucault e essa reflexão aparece justamente na necessidade de se criarem classificações a partir das vivências etnográficas: o que é a categoria se não mais uma das contenções, dos formatos de produção de conhecimento marcados pelo aparato científico da Modernidade?

O que está dentro e fora de uma categoria também é variável, assim como o que está dentro e o que está fora de um conceito. O conceito é o pensamento cristalizado, para Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1992), por isso não tem serventia a longo prazo, sendo, ao mesmo tempo, absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe, deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. Os conceitos seriam então como pontes móveis, (re)inventados a partir da experiência, do tempo e do contexto. “Os conceitos não nos esperam inteiramente quietos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam” (DELEUZE e GUATARRI, 1992, p.13). Os conceitos são invenções, e assim como as classificações, funcionam bem em casos específicos, como nos lembra Roy Wagner (2010). É a partir deste lugar que penso algumas possíveis teorizações, forjadas nas vivências de campo, sempre levando em conta que elas são temporárias, frágeis e precisam ser repensadas a todo momento, tendo como fidelidade única a vivência da qual me servi como inspiração para inventá-las.

Bruno Latour (1994) fez uma reflexão sofisticada sobre o *modus operandi* Modernidade, abrindo a caixa-preta na qual ela estava encerrada, a partir do rastro mapeado na controvérsia Boyle *versus* Hobbes, apoiado em uma ontologia plana, a ideia de que, como nos lembra Erick Felinto (2013, p.8),

o mundo é composto de entidades singulares e irreduzíveis umas às outras (...). Todas têm igual estatuto ontológico e direito de cidadania; nenhuma delas pode ser reduzida a nenhuma outra. Podemos até elaborar teorias, emitir juízos sobre coisas e conjuntos de coisas, mas devemos sempre estar conscientes de que nada disso apreende ou totaliza realmente essas coisas de que falamos.

O que proponho fazer a partir daqui é repensar a rede-jornalismo a partir da entrada do telefone celular, que precipita a controvérsia jornalista *versus* midiativistas, intensificada pela morte do cinegrafista Santiago Andrade. A partir do mapeamento, feito no capítulo anterior, proponho abrir a caixa-preta que revela *o caminho entre o feito e o fato*, no intuito de apontar outros jornalisismos (ou seja lá o nome que isto terá), outros cosmos possíveis de serem habitados, a partir de novas associações com o telefone celular. Neste sentido, os conceitos de animismo e de tradução agenciam reflexões sobre o procedimento jornalístico, além de controle convencionalizante, também como possibilidade de invenção diferenciante, para usar os termos de Roy Wagner (2010). O que aproxima a atividade do conceito de equívoco, de Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2015), abrindo espaço para a proposta de um jornalismo que seja acesso a outras perspectivas, uma tradução que se assume também como traição, comunicando a partir do repertório, mas também a partir das diferenças, em suma, o *jornalismo em equívoco*, um espaço-tempo no qual a diferença possa existir, sem reduções.

4.1 Reduzindo a diferença

Quando perguntado se o que coletivos e *streamers* independentes fazem é jornalismo, o repórter Hélder Duarte (TV Globo) respondeu com outra pergunta: “O que é jornalismo?” Uma atitude reversa, no sentido wagneriano, que me colocou de frente para um espelho. Depois de pensar por alguns segundos e gaguejar por um par de outros, respondi: “De acordo com o conceito clássico, é uma tentativa de, em síntese, explicar um fato, tentando que seja de maneira objetiva, dando voz ao máximo de elementos e de atores possíveis”. Disse ainda que “acho que essa é uma definição razoável”. Meu interlocutor então continuou: “Então, se a gente partir desse princípio, que existem perguntas para serem respondidas, eu acho que eles não fazem jornalismo”. Passada a resposta dele e a nossa conversa, já no caminho de volta para casa, pensei: será? Não teria sido eu essencialista demais respondendo assim? Será que existem mesmo perguntas a serem respondidas, de saída? Esta não seria uma atitude pouco reflexiva, sem levar em conta se as perguntas que me interessam são as mesmas perguntas que interessam a quem vai responder? Partindo destas indagações, retomei as observações de campo e as entrevistas para lançar um novo olhar sobre o fenômeno do telefone celular e a entrada deste objeto na rede-jornalismo, retomando a Teoria do Jornalismo para localizá-la como um tipo de coletivização, um dispositivo de controle, típico da Modernidade.

O jornalismo, como o conhecemos hoje (ou o conhecíamos até pouco tempo atrás) foi inventado junto com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, de acordo com Ciro Marcondes Filho (2000), e desdobrou-se em um modelo a partir dos ideais Iluministas que marcaram a Modernidade a divisão ontológica fundamental entre sujeito e objeto: os homens-entre-eles e as coisas-em-si. O saber e o poder, por consequência, que até então estavam sob domínio da Igreja e das Universidades, passaram a ser vistos como um direito. A liberdade, a igualdade e a fraternidade, valores inegociáveis da revolução, tornam-se valores universais. Enquanto traduz, “como espelho da realidade”, o jornalista inventa e dissemina um cosmos próprio, uma perspectiva de mundo específica, um modelo de acesso, uma epistemologia. Mas este universal, assim como a bomba de ar de Boyle, não é uma essência, em si, não é um universal absoluto, como o discurso profissional faz parecer, mas sim um “universal em rede” (LATOUR, 1994): a bomba de ar só funciona onde alguém saiba operá-la (e outro alguém saiba consertá-la, quando ela vaza). Existe uma rede que produz o universal. Assim também, os procedimentos jornalísticos só funcionam onde exista alguém que saiba aplicá-los (e alguém que saiba decodificá-los). Desta mesma maneira, o direito à informação faz surgir, assim, a figura do jornalista, responsável por “procurar, explorar, vasculhar, virar tudo de pernas

para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o mito da *transparência*" (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11). Este ideal reforça a relação da revolução com a Luzes. A aproximação entre o jornalismo e a Modernidade fica mais visível quando se leva em conta que, já de início, é possível perceber, nas páginas dos primeiros jornais, o contrabando de outros interesses além do que se definiu chamar de público. A purificação, na prática, começava a criar os híbridos, na clandestinidade.

Para Marcondes Filho (2000, p.12), o jornalismo é uma narrativa francamente orientada pelos ideais da Modernidade. Em função disso ele divide a atividade, historicamente, em quatro tempos. O primeiro foi o do jornalismo de “iluminação”, entre 1789 e a metade do século XIX, justamente porque surgiu com a quebra do monopólio do saber, tendo como característica a “imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz”, que ajudava a precipitar a democracia como ideal de governo. O segundo momento começa no século XIX, quando o jornalismo se tornou uma atividade profissional e as redações lugares específicos para este tipo de trabalho. As publicações, que contavam com patrocínio de políticos, passaram a se sustentar com a venda de anúncios. “Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos “fatos” e não nas “opiniões”” (TRAQUINA, 2005, p. 34). É neste momento que a relação jornalismo-democracia é consolidada e o jornalista passa a ser visto como um intermediário entre o público e o Estado, surgem os grandes jornais de massa e a figura do repórter é inventada, segundo Nelson Traquina (2005, p. 52).

A progressiva transformação das notícias em negócio é o que agenciou, definitivamente, a invenção do conceito de objetividade no jornalismo. Os fatos substituíram os comentários, na confiança de que a palavra refletiria a realidade observada tal como ela se apresenta, como mapeou Traquina, apresentando a dicotomia jornalismo de opinião *versus* jornalismo de informação, que mimetiza a grande dicotomia natureza *versus* cultura, já tão discutida nesta tese. Este é o terceiro momento cronológico do jornalismo, de acordo com Marcondes Filho (2000, p.20), e aconteceu já no século XX, com a formação dos grandes conglomerados de comunicação. O jornalista passou a ser visto como alguém equilibrado, que evita emitir opiniões pessoais e não se deixa levar pelas ideologias, informando com o máximo de isenção possível. O texto jornalístico ganhou então regras e procedimentos narrativos que devem seguir um formato e evitar a subjetividade. Inspirado por Latour, eu diria que a objetividade tornou-se um *fe(i)tiche* do jornalista. “Neste novo jornalismo na era do positivismo, vive-se um *culto* [grifo meu] dos fatos” (TRAQUINA, 2005, p.52). Acreditando na possibilidade de se alcançar o ideal da ciência como parâmetro para o mundo,

o jornalista passa a agir como tradutor legítimo da realidade, considerando outras categorias de relatos sociais (outros jornalismo, inclusive) como acessos menos legítimos ao mundo social, forjando uma metodologia, e mais que isso, uma epistemologia da profissão.

A transformação deste jornalismo-acontecimento, fruto da Revolução, em um jornalismo-essência, do século XX, marca o que Traquina afirma ser um tipo de esquecimento com relação ao surgimento deste “padrão” de jornalismo, forjado, inventado, para usar o termo wagneriano, em uma rede sociotécnica cujas associações são bem específicas e contextuais. Há dificuldade em abrir mão deste modelo, que gerou, de acordo com ele, o que conhecemos na Teoria do Jornalismo como a Teoria do Espelho.

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento em notícia (TRAQUINA, 2004, p.149).

Mas neste exercício da busca purificadora da transparência e da objetividade, sabemos que os híbridos são produzidos, porque são necessários para fazer o mundo funcionar. Por isso, às vezes o espelho é virado de lado, para não refletir determinados fatos, relegando complexidades a um esquema narrativo simplificado e de rápido entendimento. Já vimos, por exemplo, no episódio do repórter Eduardo Oliveira (SBT Rio), na favela, que há uma dinâmica de negociação com as fontes que nem sempre passa por questões como interesse público ou valor-notícia, mostrando o jornalismo como um espelho quebrado, que reflete pela metade, construindo figuras fragmentadas, às vezes monstruosas. Ou seja, as notícias não acontecem por acaso: são fruto de escolhas deliberadas, seja pela experiência pessoal do jornalista, como nos mostrou mais tarde a Teoria do Gatekeeper⁸⁵, seja pelos constrangimentos organizacionais e interesses do veículo, internalizados pelo profissional, como nos mostrou a Teoria Organizacional⁸⁶. “Não existe jornalismo aleatório”, afirma a

⁸⁵ Nessa teoria, que foi inventada nos Estados Unidos, na década de 1950, por David Manning White, a produção de notícias seria fruto de um processo de escolha do jornalista, especialmente do editor, de acordo com as suas vivências pessoais, seus interesses, portanto, critérios de cunho subjetivo. Ele acompanhou o trabalho de um editor, aplicado o conceito de *gatekeeper*, “porteiro”, em tradução livre, importando do campo da psicologia. É como se o jornalista fosse o porteiro que levanta ou abaixa determinadas cancelas, impedindo ou liberando a transformação dos acontecimentos em notícias (WHITE, 1993).

⁸⁶ Nesta teoria, a notícia aparece como fruto dos interesses políticos e econômicos dos veículos. O jornalista acaba acomodando-se a esta perspectiva e internalizando os valores da organização, por uma série de motivos, entre eles, sua sobrevivência profissional. Esta teoria foi inventada por Warren Breed, nos Estados Unidos, em 1955, que listou ainda algumas possibilidades de escape do controle social da empresa, dando ao jornalista uma

pesquisadora Lara Linhalis (2015), em artigo de minha co-autoria, lembrando que, assim, a ideia de manipulação, considerada um mal que assola a profissão desde sempre, de fato, seria o fio condutor deste campo de atuação: escolher o que vai se notícia, deliberadamente ou não, já é manipular os fatos.

A notícia, então, mais que um relato, é uma construção. A orientação construtivista, na Teoria do Jornalismo, parte do pressuposto de que as notícias têm referência na realidade, apresentam um uso denotativo da língua, mas não são uma emanção da verdade. Para explicar como elas são inventadas e mapear os critérios desta invenção, Johan Galtung e Mari Høge (1993, p.64) desenvolvem o conceito de *valor-notícia*, em 1965, a partir da observação do noticiário sobre as crises no Congo, em Cuba e em Chipre, em quatro jornais diferentes. Eles partem da pergunta: “como é que os ‘acontecimentos’ se transformam em ‘notícias’?”, levando em conta que não é possível registrar todos os fatos de um dia no jornal, por isso há que se fazer uma seleção, por meio de alguns critérios. A princípio, são oito: a frequência, a amplitude, a inequivocidade, a significância, a consonância, a imprevisibilidade, a continuidade e a composição. Eles apresentam outros quatro critérios que acreditavam, na época, serem marcadamente mais específicos do “canto Noroeste do mundo” (GALTUNG e ROUGE, 1993, p.65): as notícias que dizem respeito a países da elite (no sentido de ricos, mas também de poderosos) têm mais chance de serem publicadas; da mesma maneira, pessoas da elite são mais noticiáveis que as outras; quanto mais o acontecimento puder ser visto em termos pessoais, devido a ação de indivíduos específicos, maior a possibilidade de virar notícia; por fim, quanto pior o acontecimento, maior a chance de virar notícia.

Estes efeitos seriam cumulativos, ou seja, quanto maior o número de fatores nos quais um acontecimento “cabe”, maior a possibilidade de virar notícia. Eles lembram ainda que estes efeitos cumulativos “devem produzir uma imagem de mundo bem diferente do que realmente aconteceu” (GALTUNG E ROUGE, 1993, p.72). Outros autores desenvolveram classificações posteriores, a partir do estudo pioneiro de Galtung e Ruge, nos Estados Unidos, na década de 1960, no que ficou conhecido como a Teoria do Newsmaking, “uma teoria que busca descrever, de um modo empírico, as práticas comunicativas que geram as formas textuais recebidas pelo destinatário” (VIZEU, 2004, p.14). O foco principal desta abordagem está nas rotinas produtivas das redações e nos procedimentos para seleção e para posterior

certa sensação de autonomia. Mas, no fim das contas, as notícias são como são porque as organizações assim as determina (BREED, 1993).

tratamento do fato, a partir da observação participante e das entrevistas, ferramentas metodológicas tomadas de empréstimo da antropologia.

Leão Serva (2000, p.6) nos lembra que estes artifícios de segunda ordem, para o tratamento dos fatos, revelam que “a imprensa considera sua missão organizar o caos”. Os primeiros destes procedimentos são a *omissão*, a *sonegação* e a *submissão* de uma informação a outra, no intuito de “encaixar” o fato nos valores-notícia. Mas é no artifício que ele chama de *redução* que está descrita a tentativa de transformar o diferente no mesmo, traduzindo-*traindo* a diferença como sendo análoga ao igual, ao que já é conhecido. “Através desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo conseqüentemente sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia” (SERVA, 2000, p.83). Esta redução do fato acaba por impedir a sua compreensão, já que o traduz, no discurso, mas retira a sua complexidade por meio da purificação posterior. Mais uma vez, a relação entre o jornalismo e a Modernidade não são mera coincidência. Assim como o antropólogo, o jornalista inventa o mundo do outro a partir do encontro, reduzindo a diferença à sua própria experiência, ou, neste caso, à experiência que supõe ser a do leitor/ouvinte/telespectador, essa outra invenção abstrata para quem ele supõe estar falando.

A abordagem de Serva deixa clara a possibilidade de uma tradução fiel, mas impedida pelos limites da função, considerando o jornalismo como um *a priori*, uma essência que funciona como ponto de partida. Este tipo de abordagem é o mais comum na vertente construtivista da Teoria do Jornalismo, como encontramos, por exemplo, em Alfredo Vizeu (2004, 2015). Em artigo publicado em coautoria com Tenaflae Lôrdelo (2015), eles fazem uma comparação entre dois trabalhos de campo, feitos, respectivamente, em 1990 e em 2015, em redações de telejornais, ou seja, antes e depois da informatização e da digitalização. Os pesquisadores precipitam daí uma classificação destes dois tempos: o das *rotinas fordistas*, em um modelo de redação do século XX, o das *rotinas flexíveis*, em modelo de trabalho de século XXI. A primeira diferença está na divisão das funções. Antes, cada jornalista tinha um papel definido na linha de produção: editor edita, repórter faz reportagens, produtor apura, e todos constroem relatos audiovisuais para um canal de TV, única e exclusivamente. Já havia a perspectiva de certa convergência, mas ainda “conservadora”, restrita apenas à disponibilização das reportagens em uma página da Internet. Situação bem diferente da observada em 2015, quando as funções estão entrecruzadas e sobrepostas: há repórteres fazendo vídeos com telefone celular, editores preparando material para a Internet, produtores apurando pautas pelas redes sociais e uma total convergência no que diz respeito ao uso de

materiais de outros veículos de uma mesma rede. Há ainda, e mais importante para a nossa reflexão, aqueles que produzem conteúdo usando câmeras de telefone celular, sejam eles jornalistas ou não.

Prova disso é a fala de Paula Máiran (Sindicato), que lembrou um aspecto pouco falado das mudanças organizacionais que vieram no advento do telefone celular: o jornalista, cuja cultura profissional considera importante “trabalhar 10, 12 horas por dia, porque jornalismo é assim”, de fato, não se desconecta mais.

Antigamente, não existia celular, então isso diminuía um pouco essa pressão. Mas o advento do celular elevou aos píncaros o estresse relacionado a essa eterna disponibilidade. A justiça do trabalho já tem decisões favoráveis a trabalhadores até em outras categorias de que, se a empresa dá um celular – e alguns jornais dão esse celular pros jornalistas, pra ele levar pra casa – isso já configura que ele tá disponível e ele tem que ser remunerando por isso; ou então, a empresa ser punida porque minimamente todo trabalhador tem que ter um intervalo entre uma jornada e outra.

Em suma: há hoje uma flexibilização ainda maior das funções dentro da redação de um telejornal, em relação aos anos de 1990, e uma adaptação dos valores-notícia, de acordo com estas mudanças, já que o ritmo de trabalho se acelera e há um acúmulo de funções, por conta do que Marcondes Filho (2000, p.29) chama de avanço das novas tecnologias, principalmente o computador. É neste momento, nas primeiras décadas do século XXI, que encontramos o que ele classificou como sendo o quarto tempo histórico do jornalismo, quando “a atividade se divorcia de suas formas históricas e entra em novos domínios e novas práticas; em algo que hoje, com dificuldade, ainda se pode chamar de jornalismo”. A visão é apocalíptica justamente porque é purificadora, adota a separação clássica entre humanos e máquinas, entre opinião e informação, entre razão e emoção. Este comportamento, na minha visão, acaba por levar o jornalismo a um paroxismo: o excesso de controle coletivizante cria um beco sem saída.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes, o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (TRAQUINA, 2005, p. 25).

O feitiço virou contra o feiticeiro. O esforço para controlar o mundo, “organizar o caos” criou uma força-tarefa coletiva, que foi agenciada pela chegada dos dispositivos móveis, entre eles, os *smartphones*. Todos recebemos, mas também produzimos material, participando da sedimentação desta informação de maneira colaborativa, em um movimento em rede que aponta para a horizontalidade da informação, de maneira que, à primeira vista,

parece subverter hierarquias, e tem chamado a atenção de produtores e jornalistas, a partir da necessidade de ouvir e receber o auxílio de leitores e telespectadores para a feitura das edições diárias de jornais e telejornais (GILMOR, 2005). Ainda alinhada a uma abordagem essencialista, a reflexão de Henry Jenkins sobre o fenômeno que ele chamou de *Convergência Midiática* (JENKINS, 2009, p.29), em suma, aponta para a dificuldade de traçar uma linha que separe emissor de receptor no processo comunicativo.

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório de públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginamos estar falando.

O fenômeno ainda me parece pouco discutido no campo da Comunicação, para além da dicotomia homem-máquina. Por outro lado, nas redações, o assunto chama a atenção de editores e jornalistas, em geral, como mostram minhas vivências etnográficas. Os experimentos com o que vem sendo chamado de *Jornalismo Cidadão* têm sido comuns não só no Brasil, mas em todo o mundo. Dan Gilmor (2005) nos alerta para o fato de que as transformações que presenciamos aparecem desta forma no jornalismo, mas são muito maiores, e perpassam todas as relações do coletivo em que vivemos.

Inspiring grass-roots activities are happening not just in journalism, but all across society. In business, for example, the Web and open-source concepts are transforming not just software development but the relationship companies have with their customers and other constituencies. Walter Lippmann, in his 1914 book, “Drift and Mastery,” warned that civilization was becoming so complex that “the purchaser can’t pit himself against the producer, for he lacks knowledge and power to make the bargain a fair one.” Knowledge is shifting back towards the purchaser, and the power is following (GILMOR, 2005).

Este tipo de apropriação, por parte das empresas de comunicação, parece uma tentativa de retomada do controle sobre um processo que, se um dia já foi exclusivo da profissão do jornalista, hoje, parece não ser mais, como assumiu Vinícius Dônola.

Isso faz com que a gente inverta uma lógica interessantíssima pro jornalista: eu nunca mais vou dar o furo da imagem. Nunca mais. O fato sempre será registrado por alguma pessoa com o seu telefone celular. (...) Aí entra o *novo jornalismo* [grifo meu] com essa nova ferramenta – que já não é mais tão nova assim – chamada telefone celular, chamada câmera de circuito interno, ou seja, o equipamento outrora considerado amador de captação de áudio e vídeo.

É como se o jornalista estivesse *perdendo o controle* sobre as coisas, de maneira que uma fotografia, um depoimento, um pequeno vídeo possa trazer novas informações, um ângulo inédito, *fazendo que o fato seja re-feito*. Tudo parece ter ficado mais arriscado para os

jornalistas, e o medo e a insegurança orientam assim a invenção do outro (WAGNER, 2010). O conceito de *controle* aqui tem fundamento na obra de Foucault (2000), e sua definição de *Sociedade da Disciplina*, que nos ajuda a entender o *modus operandi* da Modernidade, por meio da padronização dos comportamentos sociais. O controle, neste momento, seria exercido então pelo próprio Estado e pelas suas instituições co-irmãs: a Escola, a Igreja, a Cadeia e os Hospitais, a partir do propalado modelo do *panóptico*, uma estrutura na qual, a partir de uma torre central, é possível observar o que acontece em todas as celas à volta. A marca deste modelo de organização seria o poder coercitivo, em uma proposta ligada à necessidade modernista de uma purificação incessante.

Deleuze (1992, p.215) atualiza o conceito de disciplina a partir da já tão discutida crise da Modernidade e de suas instituições, mostrada a todo tempo com as reformas da escola, dos hospitais e até mesmo dos regimes de trabalho. Para ele, vive-se um momento em que a disciplina foi substituída pelo controle, uma forma menos visível e mais eficiente de exercício do poder. O modelo da fábrica e da prisão, limites para o corpo, dá lugar à informática e à vigilância à distância, refinamento de um tipo de controle fundante na sociedade ocidental. O controle é mais sofisticado, mas continua sendo controle coletivizante, movimento que se repete no ofício do repórter, que todos os dias precisa enquadrar os acontecimentos, criando matérias, inventando uma realidade que caiba no espaço e no tempo do telejornal e no repertório de quem consome esta narrativa. Este controle coletivizante, que define o jornalista ontologicamente, ganha forma reconhecível nos valores-notícia.

De acordo com Wagner (2010), no processo de invenção da cultura, há tanto o controle coletivizante, quanto o diferenciante. A questão é que no mundo ocidental, supostamente moderno, a diferença é reduzida, há um esforço de purificação que, na teoria, parecia funcionar, mas que na prática, propiciou a proliferação desenfreada de híbridos, sempre negados, mas sempre necessários para que o mundo funcione. Onde estão estes híbridos do jornalismo? A entrada do telefone celular nesta rede deixa os objetos à mostra e agencia novas associações que criam outra perspectiva, portanto outra forma de narrar o mundo, que aponta para outro jornalismo possível. Assim como Latour (1994) escolhe o momento crucial do embate entre Boyle e Hobbes para discutir a Modernidade, eu aponte aqui um episódio de desestabilização da rede e posterior abertura da caixa-preta jornalismo como momento adequado para mapear o lugar dos híbridos, reconhecendo-os de maneira legítima: a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade.

4.2 A morte e a morte de Santiago Andrade

Retomando o embate histórico entre Thomas Hobbes e Robert Boyle, Latour (1994, p.85) traça uma diferença entre a *bomba de ar acontecimento*, dentro do laboratório de Boyle, no século XVI, e a *bomba de ar essência*, idealização de um procedimento como modelo para ciência, a partir do século XIX. Faço um paralelo com o caso do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade: houve sua morte factual, um acontecimento decorrente do fato de que ele foi atingido por um rojão, e houve, tempo depois, uma segunda morte, esta sim transformada em essencial, levando-se em conta a disputa pela apropriação do sentido em torno do fato. O que me interessa, neste processo, é o caminho entre estas duas mortes, entre o acontecimento e a essência, do feito ao fato: o *fe(i)tiche*. A partir dos rastros desta trilha, é possível traçar o mapa da (re)invenções dos atores de uma rede que, desestabilizada, começa a se diluir em direção à formação de novas associações. É no momento das controvérsias que a caixa-preta é aberta e torna-se possível enxergar alguns conflitos latentes. É preciso logo mapear isso sob pena de que esta caixa seja cerrada novamente, por outras controvérsias, de outras maneiras, e não seja mais possível saber o que há lá dentro.

Esta caixa-preta fechada em si mesma que é o jornalismo começa a ser aberta quando o telefone celular entra na rede, dando início a um processo de reassociações e acoplamentos novos que fazem surgir outros atores-rede. De intermediário, ele se transforma em um mediador, um actante, agenciado pelos coletivos de produção audiovisual. Mas as redações ainda consideram este aparelho como mais um não humano, sem agência, posicionamento que, de acordo com Felinto (2013, p.9), é difícil de se entender, levando-se em conta a importância cada vez mais crescente dos objetos no funcionamento do mundo desde a Revolução Industrial. É como se o jornalismo pudesse ser apartado dos objetos técnicos que o agenciam, dos mediadores e intermediários mobilizados na sua produção. Exemplo disso são as apropriações que os editores, produtores e repórteres fazem das imagens enviadas por telespectadores e até mesmo das que foram produzidas por coletivos, nos primeiros meses de manifestações no Rio de Janeiro, em 2013, como mostram os relatos dos informantes. Há uma tentativa de direcionamento, por parte da emissora, para que o material seja produzido nos moldes que caibam em uma reportagem, posteriormente, sem levar em conta a rede por meio da qual foram produzidas. Um exemplo é a maneira como a produtora Neiva Prado (TV Record) explicou a um colaborador, pelo telefone, como deveria produzir as imagens para uma futura reportagem, usado um *smartphone*.

Faz uma ampla do quarto onde a paciente tá internada, mostra ela na cama, se possível, se ela conseguir falar, tenta tirar três ou quatro palavras dela, mesmo da dor, essa coisa toda, mostra onde tá o ferimento, mostra lá tudo que tá, que tá colocado nela, todos os tubos e tal, parará, parará. (...) É, a gente acaba ensinando, aí o cara, né?

Fábio Turci (TV Globo) disse que a imagem ajuda a dar ao fato uma dimensão maior. “Talvez ela dê ao fato a dimensão exata dele, porque sem a imagem você fica sempre refém do que cada lado tá dizendo e você não consegue ali, talvez sem testemunhas, sem uma investigação adequada, apurar de fato o que foi que aconteceu”. Ou seja, se “uma notícia vale pela imagem”, como ele nos diz, então, o registro pelo telefone celular, ou por meio de outros dispositivos afins, passa a funcionar também como um valor-notícia, dentro da lógica das redações. Estão colocados aí os procedimentos de construção da narrativa jornalística, neste caos, no jornalismo de televisão.

Para Traquina (2004, p.169), os critérios de seleção, o procedimento da escolha do que vem ou não ser notícia é a questão-chave do jornalismo, mas estes valores não são sistematizados e nem explicados pelos jornalistas: permanecem como uma caixa-preta, pouco acessível ao pesquisador. Na sua obra, ele retoma as os estudos sobre as rotinas produtivas para aplicá-las a experiências de observação de campo. Proponho um entrecruzamento disso com o pensamento wagneriano, a partir de uma afirmativa de que, “face à imprevisibilidade, as empresas do campo jornalístico precisam impor ordem no espaço e no tempo” (TRAQUINA, 2004, p.170). Ou seja, elas precisam exercer um tipo de controle, evidenciando uma comparação clara: o acontecimento é natureza, imprevisível, caótico, enquanto a notícia é cultura, é o ordenamento, organização, meio de controle do mundo. Este controle, exercido então no *espaço*, com a divisão de áreas de atuação e editorias específicas, e no *tempo*, com a elaboração de agendas e listas de acontecimentos previstos, pode ser reconhecido como sendo o que Wagner chamou de coletivizante, o modo convencional, que aborda o diferente como inato, fora do controle, que precisa ser reduzido para que seja compreendido, classificado e apropriado. Mas há ainda o outro lado da moeda: o controle diferenciante, aquele que aborda o diferente como possível de ser aprendido, mas não apreendido, por isso delinea individualidade sem possibilidade de redução: a invenção acontece assim pela diferença.

Se há os dois modos de invenção em qualquer formação social, há também no jornalismo e na maneira como ele se reinventa a partir do outro, no caso, dos “comuns”. Quando estas narrativas produzidas fora da redação começam a se sistematizarem como um modo outro de narrar os fatos, uma invenção diferenciante, ameaçam o discurso jornalístico *mainstream*, constituindo-se um tipo de produção de difícil apropriação, por parte dos

jornalistas, o que tira deles o controle da construção coletivizante dos fatos, ou seja, muda a perspectiva e cria a possibilidade de uma tradução do mundo que não passa por esta rede. É preciso uma série de arranjos e negociações para que uma notícia seja possível. Mas quem a produz e quem a recebe sequer enxerga este processo de negociação, de construção. Uma rede não é enxergada como tal se as coisas funcionam, sem intercorrências. O jornalismo parece um bloco único, uma ação executada sem contraditório, no geral, quando vemos a reportagem em casa, esta é a perspectiva do jornalista também.

O problema é quando entra um novo ator que desestabiliza a rede, aí tomamos a noção de que existe uma série de ações por trás do que parece uma única ação simples. Um jornalista não domina toda a rede técnica que o agencia: as câmeras, as antenas de transmissão, os satélites, a manutenção dos aparelhos; assim como também não domina os actantes humanos que fazem parte destas associações. O trabalho mudou, e muito, desde que o nome jornalismo foi inventado, precipitado, junto com a Revolução Francesa (MARCONDES FILHO, 2000). Poderíamos ainda usar este mesmo nome? Talvez fosse mais produtivo, ao invés desta preocupação, pensar em outro sentido: o nome jornalismo foi precipitado a partir de uma rede sociotécnica específica, e continua sendo usado para se referir, de maneira precária, ao que fazemos ainda hoje. Mas o que a nossa rede, estudada aqui, precipita?

Quando assumimos este olhar sobre o jornalismo como uma rede heterogênea, além de vermos os jornalistas como mediadores, tradutores-traidores, também entram em jogo os não humanos, que com poder de agenciamento, são agentes de estabilizações e desestabilizações na rede e da construção de outros cosmos possíveis. O que é uma rede, se não um cosmos, um lugar onde o ator habita?

Se você levasse de mim meu computador, meus colegas, meu escritório, meus livros, minha mesa de trabalho e meu telefone, eu não seria um sociólogo que escreve artigos, ministra aulas e produz 'conhecimento'. Eu seria uma outra coisa, e o mesmo é verdade para todos nós. Portanto, a questão analítica é essa: um agente é primariamente um agente porque habita um corpo que carrega conhecimentos, habilidades, valores e tudo o mais? Ou porque habita um conjunto de elementos (incluindo, obviamente o corpo), mas que se estende por uma rede de materiais, somáticos ou não, que envolvem cada corpo? (LAW, 1992, p.396 *apud* CARDOSO; CUKIERMAN, 2007, p.383-384).

O que produz uma associação entre uma corporação de Imprensa, um editor, uma sala de reuniões, um jornalista com sua formação profissional, acoplado com um cinegrafista, uma câmera, um motorista, que vão a campo, para cumprir determinada agenda? Essa rede produz o que conhecemos como jornalismo, tomado como essência, por parte dos nossos informantes. Essa associação vai produzir uma temporalidade e uma espacialidade, as pessoas

vão ser levadas a entender que a realidade se constitui daquela maneira como foram ensinadas a decodificar. Com a entrada do telefone celular e toda rede em torno deste quase objeto, o que temos são pessoas geralmente bem mais jovens que os informantes jornalistas (Matt Hoppard me lembrou que a maioria dos *streamers* têm menos de 30 anos), que não estão submetidos a um editor, a uma corporação. Os objetos técnicos que agenciam as suas ações são diferentes dos que agenciavam o jornalismo: *notebook*, celular, capacete de proteção. Essa rede vai produzir uma temporalidade e uma espacialidade bem diferentes, portanto, outro devir. Do ponto de vista ontológico, estamos falando de perspectivas diferentes, de um outro cosmos. “Tudo mudou, eu acho que as manifestações, elas mostraram outra face do jornalismo”, afirmou Diego Sangermano (SBT Rio), reforçando esta hipótese.

É a partir desta perspectiva que penso esta importante controvérsia observada no campo: a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, e a cobertura posterior sobre este acontecimento, revela-se como produtora de social e construtora de sujeitos. Este é o caso clássico do jornalista que virou notícia, o intermediário que virou mediador e fez assim aparecer a rede na qual estava inserido. Ao colocar em evidência as associações que produzem o jornalismo, o episódio passou a integrar a força-tarefa empreendida pelo telefone celular, acoplado a outros equipamentos e aos midiativistas, que já vinham construindo uma narrativa diferenciante sobre as manifestações. Este modo de invenção marca a produção dos coletivos, muitos deles surgidos a partir da experiência de cobertura, ao vivo, com transmissão via *livestreaming*, das manifestações que continuaram a acontecer nas principais capitais do Brasil, depois de junho de 2013.

Filipe Peçanha usou a palavra *gambiarra* para definir a estrutura de trabalho da Mídia Ninja, citando como exemplo os primeiros testes para transmissão ao vivo, da Marcha da Maconha, em São Paulo, no início de 2013, na qual os integrantes do grupo trabalhavam criando soluções para problemas que iam desde a engenharia do *software* de transmissão, passando pela organização logística da cobertura, até a criação de uma “unidade móvel” de transmissão com um carrinho de compras de um supermercado.

Fiz uns testes, tava legal, a gente tava com equipamento e ele, por acaso, tinha gerador também e aí tinha a provocação: “Pô, o bloco vai sair depois, né? Então, se a gente monta a base aqui, por mais que esteja com 3G, com gerador, quando o bloco sair, vai ficar sem graça a transmissão, porque o bloco vai embora. Então, tipo assim: tem que acompanhar o bloco.”; “Então vamo acompanhar o bloco.”; “Aí, o que que a gente precisa?”; “Pô, precisa levar essa estrutura aqui junto, né? O gerador, a caixa de som, câmera, mesa de som, etc.”; “Como é que a gente faz?”; “Pô, carrinho de supermercado ia ser uma boa.”; “Pô, ali tem um supermercado.”; “Porra, Tiago, vai lá, pega um carrinho pra gente, vamo botar essa porra aqui e vamo tocar.”. Aí, passou uns cinco minutos, o Tiago voltou com um carrinho de

supermercado [risos] A gente botou tudo ali dentro e criamos o carrinho alegórico da Pós-TV e foi a primeira unidade móvel.

Ou seja, podemos entender aqui a gambiarra como uma solução, nem sempre provisória, que é fruto de uma criação coletiva, em uma situação de emergência. E é uma solução muito particular, inventada a partir das possibilidades materiais disponíveis. Também está aqui implícita a ideia de apropriação e ressignificação: um carrinho de supermercado, por exemplo, não foi projetado originalmente para fazer parte de um conjunto de ferramentas usadas em uma transmissão ao vivo. Retomando Deleuze, estes acoplamentos formam um tipo de devir no qual não é possível mais separar os entes, o “carrinho alegórico” da Pós-TV é uma rede sociotécnica que mobiliza uma série de atores para que a transmissão seja possível, naquele momento, via gambiarra, como, no fim das contas, é o devir, uma “síntese disjuntiva ou disjunção inclusiva” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.99-100).

A síntese disjuntiva ou devir é “o operador principal da filosofia de Deleuze”, na medida em que é o movimento da diferença como tal — o movimento centrífugo pelo qual a diferença escapa ao poderoso atrator circular da contradição e sublação dialéticas. Diferença positiva antes que opositiva, indiscernibilidade de heterogêneos antes que conciliação de contrários, a síntese disjuntiva faz da disjunção “a natureza mesma da relação”, e da relação um movimento de “implicação recíproca assimétrica” entre os termos ou perspectivas ligados pela síntese, a qual não se resolve nem em equivalência nem em identidade superior.

Para pensar tudo isso, a palavra jornalismo não é o que importa, já que remete a uma associação estabilizada. A bomba de ar de Boyle inunda a realidade, a rede que se forma em torno dela, o “universal em rede”, é um cosmos, um modo particular de ver o mundo, uma perspectiva. A bomba muda o entorno, mas transforma Boyle também, que não é mais o mesmo a partir daquilo. O acontecimento telefone celular muda a realidade, a entrada deste ator-rede na rede-jornalismo o transforma, o jornalista não é mais o mesmo, assim como o celular. No embate Boyle *versus* Hobbes, o que importa não é quem “ganhou”, mas o que mudou, que mundo foi criado a partir disso. A entrada da bomba de ar nesta rede criou um novo espaço mítico: o laboratório científico, em cujo altar os fiéis faziam sua profissão de fé, inventando um novo mundo que ultrapassaria as fronteiras da Europa. A rede criada em torno do telefone celular agencia novas conexões que têm como resultado algo diferente do que era conhecido até então como jornalismo. Mas há resistências, tentativas de reduzir o fenômeno a algo conhecido. Uma das estratégias para isto é a instalação de dicotomias, por meios de controvérsias específicas, que acabam por ocultar o que está além da cortina de fumaça, como aconteceu na minha reflexão. Desmontar este esquema é algo necessário para construir

uma proposta de uma invenção coletivizante-diferenciante, baseada no que está fora, mas também no que está dentro desta caixa-preta.

4.3 O jornalismo em equívoco

A invenção de controvérsias é parte da dinâmica de composição de uma rede, por isso é preciso olhar para elas como um espaço de construção de diferenças que aos poucos se tornam modelos, classificações, fechando-se novamente em caixas-pretas, mimetizando um bloco único de ação. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2004, 2007, 2015), ao observar comunidades indígenas da Amazônia, descreve um tipo de associação na qual a produção de diferenças é o motor da invenção, de maneira que a coletivização é evitada a qualquer custo. Este seria um modo de invenção absolutamente diverso do jornalismo, este modelo que evita a diferença e busca marcadores coletivos. Por isso mesmo, este modo diferenciante de criar o mundo, precipitado por Viveiros de Castro, na teoria que ele chamou de *Perspectivismo Ameríndio*⁸⁷, pode contribuir para construção de um jornalismo que respeite a diferença. O conceito de equívoco conduz a partir deste ponto a superação das dicotomias que envolvem o episódio da morte de Santiago Andrade, rumo à (re)invenção do modo de fazer notícias. Um episódio de debate sobre o conceito de jornalismo funciona como uma boa entrada para a perspectiva do equívoco.

No dia cinco de agosto de 2013, menos de dois meses depois do início das manifestações Brasil afora, dois representantes da Mídia Ninja participaram do programa *Roda Vida* (2013), da TV Cultura, em São Paulo, transmitido para todo o país pela TV Brasil. Bruno Torturra⁸⁸, jornalista, repórter com passagens pela Revista Trip e pela TV Globo, e Pablo Capilé, produtor cultural, responsável pelos festivais de música realizados em todo o Brasil pelo movimento Fora do Eixo, foram apresentados como idealizadores do grupo. O apresentador e mediador, o jornalista Mário Sérgio Conti, deu início ao debate-entrevista falando sobre o conceito de jornalismo.

Mário Sérgio: O que é o Mídia Ninja, o que ele faz, como ele se mantém? E se vocês consideram o que vocês fazem jornalismo?

Bruno Torturra: A gente faz jornalismo sim. Eu acho até curioso que seja uma dúvida se o que a gente faz é ou não jornalismo. Eu acho que dá para discutir que tipo de jornalismo que a gente faz, dá pra discutir a qualidade dele, dá pra discutir a relevância dele. Mas eu acho que o fato de ser um grupo organizado, de se colocar

⁸⁷ O *Perspectivismo Ameríndio* é uma teoria precipitada a partir de uma vivência de campo bastante específica, em um contexto absolutamente diverso do ambiente urbano contemporâneo, por isso, a aproximação que proponho entre o conceito de equívoco e o cosmos do jornalismo exige um exercício de imaginação e um cuidado constante, no sentido de garantir trânsito entre os dois mundos.

⁸⁸ Bruno Torturra deixou de colaborar com a Mídia Ninja no mesmo ano e hoje tem um escritório de jornalismo independente chamado Fluxo, que tem um canal no Youtube e um site para transmissão ao vivo, via *streaming*, de entrevistas e coberturas *in loco*, em um modelo que tem algumas semelhanças (e outras divergências) com o da Mídia Ninja.

como um veículo, ter uma dedicação diária em transmitir informação da maneira mais crua, da maneira mais honesta, da maneira mais abrangente possível, dentro das nossas limitações, eu acredito que é jornalismo sim (RODA VIVA, 2013).

A conversa seguiu com uma explicação de Pablo Capilé sobre como funcionava o movimento Fora do Eixo e como esta organização dava, naquele momento, suporte à Mídia Ninja. Mário Sérgio voltou ao assunto jornalismo, tentando entender como se configurou, no grupo, uma relação de trabalho.

Mário Sérgio: Hoje vocês dois trabalham em quê?

Bruno Torturra: Hoje eu me dedico exclusivamente ao Mídia Ninja.

MS: Vocês recebem um salário?

BT: Não recebo um salário. O que eu sobrevivo hoje é de umas festas que eu faço quinzenalmente. Não paga todas as minhas contas ainda. (...)

MS: E você Capilé, como sobrevive?

Pablo Capilé: Eu moro numa destas casas coletivas. Então eu vivo com uma destas duas mil pessoas que estão dentro das casas coletivas. Eu moro na casa Fora do Eixo São Paulo. A gente não tem salário, mas todo mundo tem a senha do cartão. A gente sobrevive de forma compartilhada.

(RODA VIVA, 2013)

Não estou entrando aqui no mérito deste possível modelo de produção pós-industrial proposto pela Mídia Ninja. Passado algum tempo entre a entrevista e a escrita desta tese, não são poucas as críticas a este modelo que me fazem acreditar que, depois de um primeiro momento, caminha de alguma forma para o modo coletivizante, de maneira espelhada, mimetizando a media *mainstream*, seja assumindo o próprio ponto de vista como o mais legítimo, apesar do discurso do “mosaico de parcialidades”, seja na prática disfarçadamente hierárquica de organização. De qualquer maneira, esta é a dinâmica de qualquer associação, de acordo com Wagner: há controle diferenciante e coletivizante em qualquer invenção. Sendo assim, de fato, o modelo proposto pela Mídia Ninja habita um outro universo diferente do mundo dos jornalistas de redação que participavam deste debate, daí o *primeiro equívoco: chamar de jornalismo duas coisas que são diversas*, de acordo com a perspectiva adotada.

A provocação abre as portas para a aproximação com a arquitetura conceitual de Viveiros de Castro (2004, p.5), com destaque para o *método da equivocação controlada*.

In doing so I shall make the claim that perspectivism projects an image as translation as a process of controlled equivocation – “controlled” in the sense that walking may be said to be a controlled way of falling. Indigenous perspectivism is the theory of equivocation, that is, of the referential alterity between homonymic concepts. Equivocation appears here as the mode of communication par excellence between different perspectival positions.

Viveiros de Castro propõe trazer as contribuições do pensamento ameríndio para a teoria antropológica, lembrando que a comparação é a base do trabalho de um etnógrafo, que faz paralelos entre sua própria vivência e a observação de outras redes, para criar analogias,

em uma tentativa de tradução. Supondo a separação clássica entre natureza e cultura, esta tradução permite que este etnógrafo descubra caminhos diferentes para acessar uma mesma realidade. O problema é que, segundo Viveiros, quase nunca, em uma relação etnográfica, os dois entes deste processo comunicativo dividem a mesma posição, o mesmo ponto de vista, a mesma perspectiva, ou seja, a mesma realidade. Sendo assim, não seriam as culturas acessos diferentes à mesma natureza, mas sim a cultura como um *a priori*, e as naturezas como dependentes deste ponto de vista ocupado pelo indivíduo. Não são culturas distintas apenas, são mundo ontologicamente diversos. Traduzir passaria então por transformar-se um pouco no outro, ocupar, mesmo que imaginariamente, o seu ponto de vista, por isso, *a boa tradução é aquela que trai a língua de destino*, transformando-a a partir desta experiência. É possível captar a inspiração benjaminiana da tradução como traição, como ensina Haroldo de Campos (1981), que ao verter o Fausto, de Goethe, do alemão para o português,

recria o clássico da literatura alemã, a partir da adaptação de palavras, reconfigurando o jogo de sentidos e sons, que conectam conteúdo e forma, significado e significante, marca da obra. Um trabalho que requer o conhecimento das duas línguas, mas ao mesmo tempo uma capacidade criativa que rompe com a ideia de tradução como fidelidade. Um rastro que deixa à mostra a maneira como o poeta brasileiro conceitua este processo. Citando Walter Benjamim, ele explica que a tradução tem uma função angelical, de portadora, de mensageira, que anuncia, para a língua original, a mensagem da língua pura, um ponto messiânico, uma idealidade inalcançável a todas as outras línguas (LAIA, 2012, p.87).

Uma tradução perspectivista envolve, então, a incorporação da forma de vida do outro. O *método da equivocação controlada* comunica a diferença entre seres que habitam cosmos diversos, sem reduzi-las. É um deslocamento radical da *epistemologia*, ou seja, da forma de acesso ao mundo, como propõe o modelo multicultural, para a *ontologia*, a própria existência deste mundo, que, na prática, se dá de maneira diferente para os dois lados da relação. Viveiros de Castro (2004, p.9) cita exemplos:

Here I have in mind the type of myth where, for example, the human protagonist becomes lost deep in the forest and arrives at a strange village. There the inhabitants invite him to drink and refreshing gourd of “manioc beer”, which he accepts enthusiastically and, to his horrified surprise, his host place in front of him a gourd brimming with human blood.

Este tipo de história resume o Perspectivismo Ameríndio: depois de ser capturado por outro ponto de vista, o humano passa a ver os animais como pares, como humanos também. É no momento de tomar a bebida que ele percebe o engano, o que o interlocutor chama de cerveja de mandioca, na verdade, para ele, é sangue humano: o mesmo nome, em realidades distintas, serve para designar coisas diferentes. Aí está o equívoco, fundamento da comunicação, na visão deste autor. Não é o entendimento, mas sim a incompreensão que

marca o processo comunicativo, precipitando um tipo de *comunicação pela diferença*, uma invenção diferenciante.

A ideia mais profunda de Deleuze é talvez esta: que a diferença é também comunicação e contágio entre heterogêneos; que, em outras palavras, uma divergência não surge jamais sem contaminação recíproca dos pontos de vista. (...) Conectar é sempre fazer comunicar os dois extremos de uma distância, mediante própria heterogeneidade dos termos (ZOURABICHVILI, Le vocabulaire de Deleuze, 2003, p.81 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.99).

Para além da indicação feita pelo próprio Viveiros de Castro sobre a possibilidade da extensão do conceito de equívoco para toda relação em uma rede sociotécnica, esbarramos aqui em uma questão ainda maior: a legitimação da Comunicação como um campo científico, o que tem sido uma questão incômoda desde a fundação da disciplina. Esta ciência estaria em um hiato, em um entre-lugar, revestido pelo método e pela experimentação, mas ao mesmo tempo livre para trabalhar além do corte epistemológico, inaugurando (não sozinha, mas talvez como poucas ciências) uma abordagem afastada no projeto Iluminista. Mas ao mesmo tempo, a Comunicação carrega um traço forte de Ciências Sociais, marca indissociável de seu nascimento, a começar pelo domínio do Funcionalismo norte-americano nos modelos de comunicação ainda hoje estudados de maneira hegemônicas das faculdades de Comunicação Social.

Para Armand e Michèle Mattelart (2011, p.190), a Comunicação ainda precisa desvincular-se da imagem instrumental, tornando-se objeto de pesquisa de maneira integral, deixando de vez o que eles denominam “positivismo administrativo”, no qual prevalece a busca por ferramentas utilitárias. Esta tendência caminha junto com o que Muniz Sodré (2012) chama de “financeirização das relações sociais” e está intimamente ligada ao sucesso das pesquisas funcionalista, as mais capazes de oferecer resultados práticos para empresas e instituições. O papel da Comunicação seria, então, o de um conhecimento de releitura: qualquer questão poderia ser (re)colocada sob a perspectiva deste mundo perpassado pela presença onipotente da mídia, ambiente que Sodré (2002) chama de *bios mediático*, ou quarto bios, em complemento à classificação da vida na pólis, criada por Aristóteles. O que ele propõe é repensar o conceito de disciplina. A comunicação seria uma pós-disciplina, que estaria fora do corte epistemológico, uma maneira de ver a ciência em relação com a verdade, ao invés de tomá-la como redução empírica da realidade, revinculando-a com a sua história e com os objetos, assumindo a perspectiva de uma ontologia plana.

Na entrevista de Pablo Capilé e Bruno Torturra aos jornalistas do programa Roda Viva, há outras situações nas quais os entrevistados e os entrevistadores estão falando de coisas

diferentes quando usam o termo jornalismo. A bancada parece tentar aproximar o termo do sentido clássico, atribuído pelo modelo de produção industrial, reduzindo a proposta da Mídia Ninja ao que eles entendem como jornalismo, por meio de comparações, feitas pelo jornalista Wilson Moherdauí.

Wilson Moherdauí: Eu acho que vocês não gostam muito desta expressão, que é da mídia tradicional. Mas vocês têm procurado ouvir os dois lados quando vocês fazem as coberturas de vocês?

Bruno Torturra: Sim. Eu acho que se alguém ver (sic) as nossas transmissões do início ao fim, o que é meio complicado, porque às vezes são seis horas e meia, sete horas, doze horas, a gente conversa com todo mundo que tá na nossa frente. A gente não se priva de falar com o policial, com... (é interrompido)

Mário Sérgio: Mas, ô Bruno, a impressão que dá é que vocês, por exemplo, nas manifestações, vocês não vão só cobrir, vocês vão de certa maneira proteger, participar, reivindicar... (...) Ouviu o presidente da PM, mas para proteger a manifestação. Não existe isenção ali. Me parece que é uma coisa muito engajada. Não tô condenando, tô falando: é assim.

Wilson Moherdauí: Pois é, é isso que o Mário tá falando, vocês vão com uma posição tão firme, já preconcebida pra fazer a cobertura... Vocês viram personagem da notícia. Vários de vocês já foram presos e noticiaram, ali, em tempo real, a própria prisão!

Bruno Torturra: Não, e a manifestação tem encarado, ultimamente, o Mídia Ninja, quase como um serviço de utilidade pública ali. É tipo assim: filma isso, filma isso, porque, de fato, protege o manifestante. Mas aí é importante dizer que, antes de ser um manifestante, ele é um cidadão. Que tá sendo atacado, de forma muito violenta, pelo Estado, por estar exercendo o seu direito à manifestação. A gente tá protegendo a democracia quando a gente toma lado numa manifestação, porque a gente não tá defendendo o argumento do manifestante necessariamente, mas o direito dele tá lá fazendo o que ele faz.

(RODA VIVA, 2013)

Na discussão seguinte, sobre a cobertura da ação dos *black blocs*, o equívoco se materializa de vez, de uma maneira bem parecida com a que observei, a partir do uso deste mesmo termo, por parte dos meus informantes, no Rio de Janeiro: Bruno Torturra propõe uma reflexão do contexto social que dá origem a este tipo de expressão. Não se trata exclusivamente de uma discussão sobre jornalismo, mas a passagem também faz aparecer o que podemos considerar um equívoco fundante na relação entre os entrevistadores e os entrevistados.

Wilson Moherdauí: Ao defender o direito ao vandalismo, vocês tão se afastando dos princípios básicos do que vocês pretendem fazer...

Bruno Torturra: Mas não foi isso que eu disse... eu não tô defendendo o direito ao vandalismo. Eu tô querendo...

WM: Você tá tentando justificar de alguma forma que pessoas que sofreram violências de algum tipo têm direito a depredar o patrimônio público, a saquear lojas...

BT: Não, eu não disse isso...

WM: Saquear lojas não, você não concordou, é verdade... Mas a depredar o patrimônio público!

BT: Não, eu não disse que as pessoas têm o direito de fazer isso a partir de serem violentadas pelo Estado. Eu não disse isso mesmo. Eu disse só que a gente tá mantendo aqui uma discussão maniqueísta demais pra gente condenar ou não

condenar o *black bloc* se antes de a gente discutir isso a gente não discutiu a violência ao corpo das pessoas. É isso que eu me sinto desconfortável na posição de mídia. (RODA VIVA, 2013)

Encontrei nesta discussão entre os jornalistas participantes do Roda Viva e os representantes do Mídia Ninja um exemplo do conceito de *equivoco*. O primeiro deles, de uma maneira restrita, com relação ao uso da palavra jornalismo: os atores observados e entrevistados inventam-se uns aos outros de acordo com esta polarização, com destaque para os jornalistas, que parecem estar preocupados com a entrada do telefone celular na rede e ainda destes outros atores agenciados por ele. Vejo como resultado disso a canalização da insegurança dos actantes humanos desta rede em reinvenção para a invenção de um inimigo comum que, estirpado, cessaria, ou ao menos controlaria os perigos de curto prazo, como a perda do emprego, a substituição por não especialistas, a destituição do jornalismo como lugar de tradução legítima do mundo. A segunda morte de Santiago Andrade, aquela criada a partir da apropriação e da invenção de dicotomias, foi a oportunidade de encontrar estes inimigos: os manifestantes, os *black blocs*, os midiativistas, os ninjas, todos reunidos coletivamente em um bloco homogêneo de ação, por mais diversos que sejam.

Por exemplo: nas conversas com jornalistas, ouvi por diversas vezes falas nas quais o termo *black bloc* vinha impregnado de múltiplos sentidos, inclusive para se referir aos midiativistas, como no caso da repórter Melissa Munhoz. Este é um tipo de simplificação, ou purificação, para usar o termo latouriano, que retira as nuances da rede, reinserindo a narrativa em um esquema dualista. Diego Sangermano acredita na invenção da mesma rivalidade, só que por parte dos outros.

A gente quer entender por que somos vilões. “Vocês são comprados”. Porra! Não é comprado por ninguém! Eu quero ver um dia alguém, algum governo que vai interferir aqui no meu jornal. Eu tenho vergonha na cara. Eu sou jornalista, cê é jornalista, entendeu? “Não, porque vocês...” – pô, gente, cês tão viajando. “Terra, Terra chamando. Vamo pra Terra? Vamo ser amiguinho todo mundo e trabalhar junto?” (...) São lendas urbanas, essas teorias malucas que se tornaram verdades na cabeça dos caras.

A preocupação com uma única dicotomia, com a fixação de um inimigo, deixa escapar detalhes importantes das associações que agenciam o jornalismo: as decisões dentro de uma redação vão muito além da vontade de um repórter, de um editor, às vezes até mesmo do dono. Alguém pode ser comprado sem ao menos saber que o é. Daniel Pennafirme repete o mesmo caminho. Ele mostra a incapacidade de deixar o esquema dicotômico quando critica a ideia de oligopólio e parte do princípio que a simples existência de veículos de comunicação pressupõe uma pluralidade de perspectivas.

Por que que o Jornal Nacional tem o poder que tem e a Globo, tem o poder que tem pra dizer aquilo que bem entende? Porque o povo elegeu! Porque o povo escolheu a Globo, sabe? Então, esses baluartes da ética e da moral – que, pra mim, de moral não tem alguma – eles tão totalmente longe da sintonia e daquilo que deseja a população, tendeu? Então, essa é a grande crítica que eu faço a esses movimentos coletivos.

Situações de equívoco também apareceram no trabalho de campo quando ouvi informantes reproduzirem um pensamento cristalizado sobre o que seja jornalismo, para situar a ação deles como dentro e dos outros como fora do conceito. “Jornalismo é quando você mostra uma situação por todos os lados, ouvindo todas as partes. Todos os lados, por todas as partes”, afirmou, com segurança, Isabele Benito, sem problematizar o acesso a “todos os lados”. O trabalho dos coletivos, assim, não se enquadraria neste conceito. “Rotular com o que eu não sei, mas jornalismo não é”. Está aí a primeira controvérsia: *há uma disputa em torno da palavra jornalismo*. “Graças a Deus que há uma disputa!”, disse Leonardo Coelho. “Porque o jornalismo, antes de ele se profissionalizar, ele era um jornalismo cidadão, fazia, tipo: ‘Ah, eu sou advogado, mas eu me importo em fazer um jornal’ Então, meio que volta a isso, né?”, completou o *freelancer*, me lembrando que essa disputa sempre existiu, já que a definição sobre o que é o jornalismo é temporária, precária, provisória, como qualquer conceito.

Neste caso, a redução é uma estratégia de enfrentamento da diferença. A questão sobre quem é e quem não é jornalista acaba funcionando com uma cortina de fumaça, o que importa é entender quem está fora e quem está dentro da definição, o controle coletivizante anula toda construção teórica que poderia apontar para um olhar além da cortina de fumaça. Nas vivências etnográficas, fica claro que os informantes não têm uma visão panorâmica das associações que se fazem, pelo contrário, particularmente para os que estão inseridos na mídia convencional. Ao mesmo tempo em que eles entendem que o celular é produtivo, é bom para eles, a entrada deste não humano na rede gera uma insegurança em relação ao que está acontecendo em campo. Começam então as tentativas de reinvenção coletivizante, um reducionismo a partir da amplificação de polarizações menores, pontuais, que continuam mantendo a caixa-preta fechada. É neste ponto que encontrei então uma segunda controvérsia significativa, só que esta mais ampla, de mais difícil mapeamento: *há um esforço para amplificar a polaridade jornalista versus não jornalista, na tentativa de manter fechada a caixa-preta*, o que deixa de fora uma série de outras questões.

Um exemplo de estratégia de amplificação: o caso de um jornalista expulso, durante uma manifestação, no Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro de 2013. O repórter do canal *Globo News*, um “ninja da *Globo News*”, como me contou Filipe Peçanha, estava disfarçado,

no meio dos manifestantes, até que foi descoberto. Na transmissão, disponível em vídeo no Youtube⁸⁹, o jornalista narra os fatos, transmitindo via telefone celular, ao vivo, quando é interrompido por pessoas que começam a xingar as Organizações Globo. Não foi a primeira, nem a última vez que isso aconteceu. Mas, neste episódio, um dos colaboradores da Mídia Ninja, conhecido como Black Ninja, comenta, em sua transmissão, no mesmo ato, que já havia avisado ao jornalista para que ele saísse da manifestação. “Eu tinha falado pra ele ir embora, vai ficar arriscando a vida à toa, pelo Globo, pô!” Isto foi interpretado, posteriormente, de acordo com Filipe, como uma atitude diretamente ligada aos midiativistas.

O Black Ninja tá transmitindo, antes ele chega e avisa pro moleque: “Oh, cara, eu sei que cê tá aí transmitindo pelo *GI*, se eu fosse você, eu saía porque pode dar ruim, entendeu? Porque nego pode ficar bolado, te ver e te bater, etc. É melhor cê ir embora e tal.”. Aí, passa cinco minutos, nego descobre quem ele é, nego expulsa ele e ele [o Black Ninja], na transmissão, tava emocionado também, ele fala: “Ah, eu avisei pra ele, fica aqui querendo ganhar audiência e não sei quê e bababá.” Ele fala umas besteiras assim, mas como quem diz, assim: “Olha, eu dei o toque que ele podia vaziar e ele não vazou, entendeu? E agora é isso aí que tá acontecendo, isso aí tava escrito já”. E a gente, muitas vezes, fica com essa imagem, assim, de que é contra a Imprensa, que quer expulsar jornalista.

O episódio teve repercussões, com destaque para o canal *Globo News* e para a *TV Globo*. Passagens como esta, que não foi exceção, envolvendo enfrentamentos físicos entre jornalistas e manifestantes, evidenciaram uma série de procedimentos, as negociações que se fecham na caixa-preta do jornalismo. O mesmo aconteceu com relação às situações que envolviam qualquer tipo de violência e depredação, encaixada pelos jornalistas, durante este período e até o momento da vivência etnográfica no Rio, na dualidade manifestantes pacíficos *versus* vândalos, ou *black blocs*. Na estratégia do enfrentamento está inscrita a possibilidade de reinvenção da controvérsia, reforçando belicosamente as dualidades que escondem o que de fato interessa saber. Paula Máiran consegue perceber esta polarização.

Quando isso ocorre, os manifestantes, de modo geral, e os midiativistas, passam a ver o jornalista como adversário e, aí hostilizam, expulsam das manifestações. Os jornalistas são induzidos, tanto pelo patrão, como pelo Estado e por essa realidade áspera, a achar que o seu pior inimigo é o midiativista, o manifestante. Cria uma polarização que, na nossa leitura, não só minha, mas do Sindicato, institucionalmente, é uma falsa polarização, porque jamais o trabalhador jornalista tem, de fato, interesses antagônicos aos dos manifestantes que estão nas ruas.

A reflexão de Paula aponta para algo muito importante: a possibilidade de outras polarizações. Se há dicotomias diferentes, por que uma torna-se mais visível, ou mais importante que as outras?

O que vale a pena ser discutido não é a cortina de fumaça, mas o que está por trás dela

⁸⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=d8U43ai4mqA> e <https://www.youtube.com/watch?v=11-JcX9oG8s>.

e as vistas turvas não conseguem enxergar, em uma primeira mirada. Assim como, para Latour (1994), a questão não era entender quem estava certo ou quem estava errado na disputa Boyle *versus* Hobbes, neste trabalho, a discussão sobre quem é e quem não é jornalista é só o ponto de partida. A questão, na obra *Jamais fomos modernos*, era entender que todo aquele aparato técnico estava construindo um novo futuro, assim como a entrada do telefone celular na rede jornalismo está alterando as associações e agenciando novas conexões. No momento da invenção da bomba de ar, nem Boyle, nem Hobbes conseguiam enxergar com clareza o que faziam justamente porque este mundo estava se construindo no debate, era o momento da *bomba de ar acontecimento*. A *bomba de ar essência* veio depois, com a estabilização da rede e a cristalização do conceito. Boyle estava improvisando quando inventou a máquina de vácuo e posteriormente o método empírico, foram seus seguidores que estabilizaram a bomba, transformando-a em uma essência que impregna o mundo, tornando-se um universal em rede.

Temos, então, um segundo equívoco a ser mapeamento, além do que aparece como polarizador da discussão: os entrevistados, no programa Roda Viva, parecem apontar para uma discussão que vai além das dicotomias apresentadas pelos entrevistados, mas estes, por sua vez, permanecem presos nas caixas-pretas que os impedem de avançar nos argumentos. Assim como, nas minhas entrevistas, os pontos de fuga para a prisão dicotômica aparecem, predominantemente, nas falas dos “comuns”, dos ninjas, dos midiativistas e dos *streamers*, e outros comunicadores que promovem a invenção da alteridade pelo controle diferenciante, apresentando uma capacidade de teorizar suas ações de maneira menos reducionista.

Paula Máiran, por exemplo, apresentou outra discussão possível, para além da redução *jornalismo versus não jornalismo*.

Hoje, o jornalista, ele está em sua menor parte, na verdade, nessas redações. Ele tá em sua maior parte ou fazendo jornalismo alternativo, em sindicatos, em ONGs, no serviço público! (...) Sem falar nos jornalistas que atuam de forma independente nos blogs, né? E esses coletivos que surgem, alguns, são formados por jornalistas – esses que a cobertura instantânea dos fatos. Agora, essa é a questão, não vamos misturar tudo. *Nem tudo é jornalismo*. [grifo meu] Em alguns casos é uma mera transmissão do que tá acontecendo na hora, sem nenhuma digestão intelectual do fato. (...) Então, assim, não dá pra dizer que tudo é jornalismo, mas tudo é muito importante pra sociedade.

Ela fura a perspectiva “jornalisticocêntrica”, imaginando um modo diverso de existência no qual outras associações análogas ao jornalismo sejam possíveis. “Nem tudo é jornalismo”, disse Paula Máiran, mas o que é, só o é porque existe uma rede para seu agenciamento. Se esta rede muda, muda o resultado também. Por isso, *definir a palavra jornalismo não é uma questão importante*, “não faz muita diferença”, para Paula Daibert. “Principalmente no momento em que a comunicação em si tá passando por revoluções nos

últimos anos, a mudança da relação dos leitores com a chegada da Internet, que aí todo mundo passa a ser produtor de conteúdo, se quiser, seja em opiniões, seja mandando vídeo do buraco da sua rua pra denunciar”.

O mesmo desinteresse pela disputa por uma definição da palavra, que na verdade é um olhar menos centrado no jornalismo, foi notado na fala de Filipe Peçanha. A tentativa de classificação da atividade da Mídia Ninja como jornalismo, de acordo com ele, é incidental, não é disputada “a ferro e fogo”, “não é prioritário, a gente também não descarta e nem foge”.

A Mídia Ninja pensa a narrativa e pensa como criar essas narrativas a partir do envolvimento que cada um de nós tem com aquilo que seria o objeto, a pauta daquilo que a gente constrói, mas que a gente se entende muito mais como um ator também envolvido com aquelas pessoas, com aquele processo, pra poder falar dele de um ponto de vista subjetivo, que defende princípios e valores que tão conectados àquilo que a gente luta, como ativismo, onde o jornalismo, ele é parte desse todo, né? (...) *A gente não é jornalista como fim, é jornalista como um meio* [grifo meu] pra fazer o que a gente acredita pra vida, entendeu?

A fala de Filipe é didática: o jornalismo, para ele, é um meio de chegar a outros lugares, ele faz uma invenção diferenciante da atividade. Está justificada aqui toda a invenção deste outro, no caso, o próprio Filipe e os demais midiativistas, como um inimigo em comum: ele traz perigo quando desmonta o jornalismo como lugar mítico, quando rejeita o conceito de um jornalismo *a priori*, propondo uma modelo em gambiarra, criando condições próprias de produção, agenciadas pelo telefone celular, acoplado a outros atores, formando esta perspectiva com a qual ele se veste e produz o que produz.

Luiz Gonzaga Motta (2002) lembra que a característica fundamental do texto das notícias é o hibridismo entre a forma narrativa do conhecimento, no modo denotativo e referencial, e a forma mítica, das histórias fundamentais da sociedade, onde o texto aparece de modo conotativo. Mas o discurso do jornalismo tenta fazê-lo parecer referencial o tempo todo, inventando-se como um herdeiro legítimo do Iluminismo, como lembra Marcondes Filho (2000), por isso o discurso da transparência e da isenção, a busca incessante pela purificação, que polariza as discussões do jornalismo em torno da dicotomia informação *versus* opinião, camuflando a outra parte, a sua parcela mítica. Motta (2002) acredita que esta vocação aparece, especificamente, quando pensamos as notícias como histórias continuadas, que se repetem, em um tipo de narrativa seriada.

As notícias são uma forma de transmissão cultural, na qual o fundamento é a reiteração. As histórias são as mesmas, recontadas diariamente com novas personagens e circunstâncias pelos jornais, revistas e telejornais. Essa atividade cíclica de consumo da notícia é reordenadora, como um sistema cultural. Enquanto sistema simbólico, as notícias contam histórias, delineiam as fronteiras do bem e do mal, conformam “o que pode e o que não pode” (MOTTA, 2002, p.60).

O jornalismo, para Motta, cumpre a função de controle, sociabilidade, pedagogia, assim como, por exemplo, as tragédias, na Grécia Antiga. Por isto essa reiteração bem pode bem ser vista como o “eterno retorno” descrito por Mircea Eliade (1992) como característica das sociedades não ocidentais, cadenciadas por uma temporalidade marcada pela repetição de uma cosmogonia fundamental, ou seja, pelo modo diferenciante de invenção. O problema é que esta parcela da invenção tem acontecido clandestinamente, longe do controle, já que não é assumida.

No episódio da morte de Santiago Andrade, o elemento mítico da narrativa jornalística aparece na maneira como o acontecimento é usado para transformar o jornalismo em um lugar sagrado, uma emanção, mais que uma construção: o editorial do Jornal Nacional, sobre o caso, é o exemplo definitivo disso e configura-se como uma segunda morte, essencial, por isso mesmo, menos impregnada de dúvidas e controvérsias. Enquanto discute-se quem é e quem não é jornalista, quem é ou não *black bloc*, ninguém questiona o procedimento jornalístico e toda a rede que agenciou os acontecimentos que culminaram na morte do cinegrafista. Não basta olhar para o fenômeno a partir do acontecido, ou retroceder algumas horas antes do acontecido para saber de onde vieram os rojões que acertaram Santiago. Seguindo o modelo de aplicação da TAR na investigação de um acidente aéreo (CARDOSO; CUKIERMAN, 2007), considero que a culpabilização de dois manifestantes convenientemente “resolve” uma questão, fazendo uma rede heterogênea parecer um bloco único de ação. Eles são os culpados e são condenados pela morte dele, quando, na verdade, uma série de outras controvérsias não foram levadas em conta, entre as que foi possível identificar:

- 1) A questão da violência: a violência policial, que precipitou a violência dos outros, no intuito de se forjarem mutuamente, até chegar ao ponto de soltarem rojões e os policiais, bombas e balas de borracha contra os manifestantes.
- 2) A questão das linhas editoriais: jornalistas e midiativistas me disseram que já estavam cansados de cobrir manifestações, mostrando sempre o esquema básico de ação, ou seja, manifestante briga com policial, há prisões e transmissões ao vivo que desmentem tudo e assim por diante. Ainda há informação neste tipo de cobertura jornalística ou a repetição dos modelos serve justamente para deixar de fora as informações?

- 3) A questão das condições de trabalho: Santiago Andrade trabalhava, em uma manifestação, sem capacete, o que pode ser confirmado pelas imagens dos momentos anteriores ao incidente. Não encontrei nenhuma menção ao fato no material sobre a cobertura do caso a que consegui ter acesso. Também não há posicionamento da emissora que empregava Santiago, que seria a responsável legal por fornecer o material. Neste ponto também fica evidente os objetos técnicos evidenciam-se como actantes: o capacete poderia ter agenciado um final diferente para esta história.
- 4) A questão da cobertura: os desdobramentos do caso não foram acompanhados pelos midiativistas, mas a Imprensa seguiu de perto cada detalhe. Até que ponto o interesse próprio em determinado assunto pode dirigir os esforços de uma cobertura jornalística. Assim como Latour (1994, p.144), cultivo uma dúvida sobre o papel de representação e tradução do jornalismo: e se o jornalista (assim como o *streamer*, o *freelancer*, o blogueiro...) falar de si mesmo, ao invés de falar dos objetos, e se defender seus próprios interesses, ao invés de defender os “comuns”? Pode acontecer.

Respondendo à questão que pontua toda esta tese, ouvir os objetos, no nosso caso, tendo como principal exemplo, a voz do telefone celular, afirmo que ele foi responsável (não o único) pela invenção mútua dos atores da rede de jornalismo na qual tive as vivências etnográficas, e que começou a se desfazer, para formar uma nova caixa preta, a partir do episódio Santiago Andrade. O telefone celular parece usar os atores humanos sem distinção: para ele, não há diferença entre jornalista, midiativista, *freelancer*, outra pessoa qualquer, humana ou não. O contrário não é verdade: nem sempre os jornalistas e os “comuns” usam o telefone celular de maneira igual: há diferença entre os que usam com mais e com menos legitimidade, pela perspectiva do jornalista. A partir do ponto de vista dos objetos, quem é e que não é jornalista não é um problema, este é um problema dos quase sujeitos que se purificaram, por meio de artifícios, em sujeitos.

Filipe Peçanha me lembra, nas entrelinhas de sua fala, que não é possível tratar duas coisas diferentes a partir do mesmo conceito, a rede que agencia o jornalismo-essência (o caso deste estudo, as associações entre repórter, cinegrafista, câmera, microfone, carro, motorista, sistema de transmissão, editor, e por aí vai), é bem diferente da rede que agencia o que ele apresenta.

Porque, afinal de contas, a gente não tá falando de uma van, de um *link* de transmissão, de uma concessão pública; a gente tá falando de um celular, com uma conta pós-paga, e a possibilidade de fazer essa transmissão ao vivo. Assim como as fotos em tempo real, eu faço o recorte, mas a transmissão, não porque ela é mais importante, mas porque é o meu, meu campo, né? Se isso é ou não é jornalismo, realmente a gente deixa a cargo de quem quer refletir mais sobre isso. A gente acredita que sim e seguimos independente do que as pessoas acham.

O tratamento do jornalismo de forma dessacralizada, por assim dizer, longe do fetiche, permite enxergá-lo como uma construção, uma rede de associações, que no caso de Filipe, passa por agenciamentos bem diferentes. Uma rede sociotécnica não tem como temporalidade a organização causa-consequência, já que é impossível saber onde uma ação começa e onde ela termina, o que importam são as passagens, as associações e o fluxo de agências. Portanto, ser jornalista não é um fim, mas um meio, condição agenciada pela roupa que se veste, ou seja, emergência da diferença que produz comunicação de um jeito fora da convencionalização, nem por isso (e por isso mesmo) mais ou menos legítima que outras formas. É preciso devolver ao jornalismo esta sua dimensão diferenciante de maneira legítima, para que isso possa ser feito sem contrabandos, já que “no explícito se esconde o não-dito. Por isso, as pretendidas reduções do *mythos* ao *logos* correm sempre o perigo de mitologização do logos, ou seja, da conversão do discurso racional em seu contrário” (MOTTA, 2002, p.68). A questão da diferença está no cerne desta proposta que chamo de *jornalismo em equívoco*, uma narrativa mítico-lógica, na qual a diferença existe sem reduções.

Viveiros de Castro (2007) lembra da história do caçador de onça do conto “Meu tio, o Ilaruetê”, de Guimarães Rosa, que termina se transformando em uma onça, capturado pela perspectiva animal. O onçador-onçado é um devir-onça, um tipo de aliança intensiva, antinatural e cosmopolítica como a do xamã, que quando acessa a perspectiva de outros seres, *não se transforma nestes seres*, mas ativa, por meio de roupas, acessórios e rituais, *um devir específico deste outro possível*. O onçador não se transformou em uma onça, ele acessou o devir-onça, como um terceiro incluído, “uma zona de indistinção, de indiscernibilidade, de ambiguidade” (DELEUZE, 1993, p.100 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.119), que “se estabelece entre dois termos, como se tivessem atingido o ponto que precede imediatamente sua diferenciação respectiva: não uma similitude, mas um deslizamento, um avizinhamo extremo, uma contiguidade absoluta; não uma filiação natural, mas uma aliança contra-natureza”. Vestir a roupa de onça é menos esconder a condição humana e mais acessar um corpo outro e por consequência os acessos e poderes que os instrumentos deste corpo outro agenciam, que esta rede sociotécnica proporciona.

As roupas animais que os xamãs utilizam para se deslocar pelo cosmos não são fantasias, mas instrumentos: elas se aparentam aos equipamentos de mergulho ou aos trajes espaciais, não às máscaras de carnaval. O que se pretende ao vestir um escafandro é poder funcionar como um peixe, respirando sob a água, e não se esconder sob uma forma estranha. Do mesmo modo, as roupas que, nos animais, recobrem uma 'essência' interna de tipo humano não são meros disfarces, mas seu equipamento distintivo, dotado das afecções e capacidades que definem cada animal (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.249).

Daí a ideia, precipitada nas vivências de campo, de que o jornalismo, mais do que uma essência, mais do que uma construção, é um ponto de vista: quem o habita é cooptado por aquela visão. Habitar o lugar do jornalismo é estar em uma rede sociotécnica na qual, além dos entes humanos, propriamente ditos, estão todos os outros elementos agenciadores. Por isso importa menos o nome, a conceito cristalizado, e mais o caminho, as relações estabelecidas com os outros membros. A fala de Sarah Rafsky (CPJ) aponta para isso. O objetivo do comitê é proteger a rede de produção, o que mostra um conceito de jornalismo que ultrapassa a discussão sobre quem é ou não é jornalista.

You know, journalism has always been about developing technology. There were newspapers, and there was television, and then there was the internet and then there was smartphones, and then there was live streaming, and social media. So, the media has always had to adapt its definitions to advances in technology. This is the latest version of that change. And, as the media has to adapt we also adapt, because we have no interest in excluding people or making definitions. It's making sure those who wanna share information to the public is able to do so.

É esta rede de relações, com o nome provisório de jornalismo, que traduz os acontecimentos do mundo. Esta tradução pode caminhar para o mecanismo de purificação, negando seu elemento mítico, diferenciante, relegado ao mundo clandestino do híbrido, no modelo da Constituição Moderna, formando o que conhecemos hoje como jornalismo. Mas existe outra possibilidade: a da tradução que se assume como tal, sem caminhar para a purificação, apresentando-se como narrativa mítico-lógica e como rede incessante de invenção do mundo, como proposta não moderna de um jornalismo em equívoco. Se o jornalismo é tradução, propomos uma tradução que mereça este nome.

Traduzir é instalar-se no espaço do equívoco e habitá-lo. Não para desfazê-lo, o que suporia que ele nunca existiu, mas, pelo contrário, para potencializá-lo, abrindo e alargando o espaço que se imaginava não existir entre as linguagens conceituais em contato – espaço que, precisamente, o equívoco ocultava. O que equívoco não é o que impede a relação, mas aquilo que a funda e a propõe: uma diferença de perspectiva. Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.90-91).

A figura do xamã aparece neste ponto da reflexão como um modelo metafórico, uma inspiração no sentido de promover um tipo de comunicação diferenciante, uma tradução que

tem o papel de romper com o sentido padrão, ao mesmo tempo em que o reitera, em um processo que reconheço como a *equivocação controlada*.

O xamã ele próprio é um “relator” real, não um correlator formal: é preciso que ele passe de um ponto de vista a outro, que se transforme em animal para que possa transformar o animal em humano reciprocamente. O xamã utiliza – substancia e encarna, relaciona e relata – as diferenças de potencial inerentes às divergências de perspectiva que constituem o cosmos; seu poder, e os limites de seu poder, derivam dessas diferenças (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.173).

A tradução não estaria então a serviço da comparação, mas sim a comparação a serviço da tradução, por meio do xamã, esta é uma das suas principais funções (CANEIRO DA CUNHA, 1998). Neste empreendimento, a tarefa não é encontrar um sinônimo na linguagem humana para representar um conceito de um animal, por exemplo, mas sim não perder nunca a noção da diferença dos homônimos entre a língua humana e as de outras espécies, já que não estamos falando do mesmo universo. O xamã faz o mundo funcionar. No Perspectivismo Ameríndio, o que está por fora, a aparência que os não humanos ostentam, seria uma roupa, um invólucro, um acessório (assim como os cordões e como as penas, por exemplo), que esconde a humanidade deles, somente visível para um igual ou para o xamã, que é o tradutor, aquele que acessa o outro mundo mas pode voltar, diferentemente dos “comuns” que, inadvertidamente, são capturados pela perspectiva animal e não voltam, “não têm malícia”, “não são capazes de apurar informações com precisão”, para fazer uma analogia com as frases que escutei durante as vivências etnográficas.

O xamanismo aparece então como um tipo de epistemologia relacional, diferentemente da ontologia epistemológica proposta pela ciência ocidental, é um modo de agir que implica um *modo de conhecer absolutamente oposto ao objetivismo ocidental*. Se na epistemologia científica, conhecer é dessubjetivar, tirar a agência do sujeito que há nos objetos, no xamanismo ameríndio é o contrário: conhecer é conferir agência, se relacionar, produzir em rede. Em contraposição a esta epistemologia científica, na qual conhecer é separar, analisar, apartar o que há de sujeito no objeto, o xamanismo produziria um conhecimento em processo, fruto de devires. Em uma extensão das comparações feitas por Viveiros de Castro, proponho, a partir desta perspectiva, pensar o jornalismo em equívoco como um análogo ocidental possível para o xamanismo. Se o papel do jornalismo é traduzir os mundos possíveis para um mundo específico, o jornalista aparece então como este ser capaz de cruzar as fronteiras, conhecer e traduzir estas outras perspectivas, sem perder de vista o seu próprio mundo e as diferenças deste em relação aos outros. Para ser perspectivista, ou em equívoco, o jornalismo precisaria abandonar o ideal da objetividade e da transparência, frutos tardios da Revolução

Francesa e do Iluminismo, ainda presentes nas redações. Mas não em nome de um modo outro de produção, outro lado da mesma moeda.

Temos, de um lado, um *jornalismo coletivizante*, uma cristalização da rede cuja produção está pautada na redução das diferenças, e de outro, um *jornalismo diferenciante*, uma rede-gambiarra cujo devir está pautado na precipitação das diferenças. O *jornalismo em equívoco* seria então um tipo de xamanismo, uma produção em processo de (re)invenção constante, por meio dos controles coletivizante e diferenciante⁹⁰, uma tradução que assume a *tradição*, mas ao mesmo tempo assume a *traição* como parte inevitável do processo, abrindo mão da posição de maior legitimidade como processo de tradução do mundo, já que, antes de tudo, existem outros mundos possíveis, nos quais as mesmas palavras, os mesmos significantes, assumem significados diversos. O jornalismo em equívoco é um espaço-tempo no qual a diferença pode existir sem reduções.

⁹⁰ Esta classificação também tem inspiração claramente latouriana: na sua nova proposta de Constituição, Bruno Latour retoma elementos pré-modernos, sem abandonar a Modernidade, com vistas a criar não um rompimento total, mas um tipo de tradução que mantém a tradição, justamente porque a trai.

5 CONCLUSÕES

Durante o tempo desta pesquisa, participei de congressos nos quais apresentei trabalhos com versões mais ou menos elaboradas do que chamei aqui de *jornalismo em equívoco*. Em muitas situações, me vi de frente com um problema de entendimento sobre o conceito de equívoco e sobre uma possível (leia-se improvável) aplicação dele como uma Teoria da Comunicação (proposta que já aparece indicada por Viveiros de Castro, nos textos fundantes desta construção teórica) e como uma contribuição para uma Teoria do Jornalismo. A preocupação epistemológica da maioria dos pesquisadores parece não coincidir com a minha busca ontológica, por isso variações sobre um mesmo comentário inevitavelmente surgiam: “Mas não há uma conclusão, você precisa dizer se estas mudanças melhoraram ou pioraram o jornalismo, se é bom ou ruim para a atividade”. Não é esse o objetivo. Dizer se é bom ou ruim é assumir a perspectiva “jornalisticocêntrica” e perder, assim, a oportunidade de avançar para além das controvérsias iniciais, o que seria fazer uma pesquisa já fadada ao ostracismo, circulando em torno de construções teóricas que, pelo hábito do uso, não agenciam uma aproximação do objeto além de uma distância segura para manutenção dos conceitos essenciais.

Tomar o jornalismo como *a priori*, uma essência pressuposta, é considerar uma hipótese como fato. Mas na Teoria-Ator-Rede não há fato que não seja também feito. Por isso a ideia não é conceituar nem fato, nem feito, mas traçar o caminho entre um e outro, rastrear as associações para mapear os equívocos presentes nesta rede e desfazer caixas-pretas, apresentando outro jornalismo possível, fruto das associações que se fazem agora. E ponto. Para isso, eu passei pelas controvérsias iniciais, mapeamento da dicotomia jornalistas *versus* não jornalistas, que parecia, inclusive, em determinado momento da pesquisa, ser a principal questão do campo. Foi preciso reler o trabalho para refazê-lo, na tentativa de desvelar o que estava disfarçado. Neste sentido, a ideia de equívoco também ganhou um sentido mais amplo: antes, a questão girava em torno do uso da mesma palavra – jornalismo – para designar coisas diferentes, a saber, a invenção coletivizante e a invenção diferenciante na narrativa dos acontecimentos. Com a mudança de perspectiva e o novo olhar lançado sobre o material de campo e as entrevistas, percebi que esta dicotomia funcionava como uma cortina de fumaça, uma maneira de deixar dentro da caixa-preta uma série de outras questões que valiam a pena ser discutidas.

Latour, cuja abordagem foi modelo e inspiração para este trabalho, conta que Boyle inventou a pesquisa empírica e, por consequência, transformou toda a Europa, pelos séculos

seguintes, quando forjou um método a partir das associações agenciadas pela bomba de ar, construindo a metáfora parajurídica das testemunhas. Hobbes também fez isso, quando inventou o que conhecemos como ciência política. Nenhum dos dois sabia as consequências do que estava fazendo, inventando universais em rede. Na ciência, a partir de então, tudo vira possível de ser “cientificável”, na política, tudo é “politicável”, as diferenças são reduzidas, só há purificação. O jornalismo, bom herdeiro das Luzes que é, também funciona assim, como nos mostra Marcondes Filho. A tradução dos fatos, para esta linguagem, por vezes desinforma mais do que informa, justamente por causa do processo de redução da diferença, por meio dos valores-notícia, mostrados por Traquina. Mas, se a natureza, a cultura, o jornalismo, são cristalizações temporárias, universais em rede, eles são como imagens fotográficas, que mostram o mapa das associações de um grupo apenas naquele momento. Portanto, só dizem sobre a coisa em determinado espaço-tempo específico.

Deleuze aponta o conceito como uma ponte-móvel, acesso a outros lugares, e não como um destino em si mesmo. Sendo assim, o jornalismo é também uma série de associações que tornaram possível um instantâneo do que conhecemos hoje como sendo esta atividade, um misto de representação dos “comuns” e de tradução do mundo. Sendo controle coletivizante, o objetivo desta atividade é a purificação, que ganha com frequência os nomes de objetividade, transparência e isenção: estes são fetiches do jornalista, que acredita ser possível alcançá-los, acredita neles como um peregrino que busca a iluminação, ou como o antropólogo usa a palavra cultura, de acordo com Roy Wagner. Assim, este discurso da purificação tem se repetido à exaustão tanto nos bancos das faculdades, quanto na publicidade dos veículos de comunicação, que tentam vender o jornalismo como uma invenção exclusivamente coletivizante. Isso não é possível, já que nenhum tipo de controle é feito sem que haja um contexto que funcione como pano de fundo. Portanto, há também invenção diferenciante no jornalismo.

É o que vemos quando o telefone celular entra na rede. Em um primeiro momento, há a apropriação regular dos conteúdos produzidos por telefone celular, por parte dos veículos de comunicação: uma tentativa de enquadramento nas classificações disponíveis, decantadas, precipitadas a partir da experiência dos jornais e dos estudos dos sociólogos e comunicólogos que se debruçaram sobre o assunto. O conceito de valor-notícia, por exemplo, serve para pensar como esta apropriação tem sido feita de maneira coletivizante. Mas o telefone celular agencia outras ações, como a que é precipitada com a chegada dos grupos de produção audiovisual e transmissão *livestreaming*, um trabalho que pôde ser observado na Primavera Árabe, no movimento d’Os Indignados, na Espanha e ainda no Occupy Wall Street, nos

Estados Unidos. A vivência de campo no Rio de Janeiro trouxe a percepção sobre esta outra maneira de narrar o mundo, a partir dos protestos realizados em decorrência da Copa do Mundo no Brasil, que começaram um ano antes, em junho de 2013, na esteira dos fenômenos anteriores, fora do Brasil. O episódio da morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade e as polêmicas que se seguiram ao fato, constituem a controvérsia na qual, a partir do discurso mítico-coletivizante dos meios de comunicação e o seu reverso, é inventada uma narrativa diferenciante dos “comuns”, agenciada por novas conexões.

Isso pode também ser chamado de jornalismo? Se mudam as associações, muda também o resultado final delas. Como o telefone celular e as novas associações em torno dele reinventam o mundo? Assim como Boyle e Hobbes não sabiam o que estavam fazendo, também não é possível saber, exatamente, as consequências desta nova invenção, desta forma diferenciante de narrar os fatos, análoga ao que chamamos até agora de jornalismo. A busca dos coletivos é por outra verdade, por outro modo de narrar. Se isso será chamado de jornalismo ou não, é outra história. Se o caminho deste novo modo é mimetizar o jornalismo convencional, como aparece apontado em algumas das minhas observações, só o tempo vai mostrar. O que importa é saber que, partindo de agenciamentos diferentes, os resultados também são diferentes, neste caso, os modos de habitar o mundo são diferentes. E que não há porque negar estas duas formas de narrar os acontecimentos e assim inventar o mundo. Uma saída que propus é o conceito de *jornalismo em equívoco*, um modo de narrar coletivizante-diferenciante, no qual a diferença exista. Como se daria, na prática, este jornalismo em equívoco é outra reflexão. Este trabalho é fundado em bases empíricas e apresenta uma contribuição possível para a Teoria do Jornalismo. Mas este não é um manual prático de jornalismo em equívoco. Estão lançadas aqui ideias (porque não dizer inspirações?) de um possível jornalismo, fundado a partir das narrativas que conheci como repórter e depois das narrativas que conheci como pesquisador.

O xamanismo funcionaria como um análogo possível para o jornalismo, que deixaria de inventar o mundo como purificação, como portal para uma epistemologia, um acesso único à realidade, para investir esforços, de fato, na tradução, ou seja, sobre as questões ontológicas: o jornalista acessa outras perspectivas e faz a tradução-traição dele, única e somente para fazer as coisas funcionarem, assim como o cientista ou governante, como reforçou Viveiros de Castro. É preciso assumir a perspectiva do outro, deixar-se impregnar por ela e ter disponibilidade para mudar o tempo todo. A questão não é saber quem está certo ou quem está errado, se o que está sendo precipitado é ou não jornalismo, quem vai vencer esta suposta batalha. O que importa é saber que há outras perspectivas, outros olhares sobre o fenômeno,

fora das dicotomias conhecidas. Não há o que ser desconsiderado ou descartado, nem dos jornalistas, nem dos “comuns”. O jornalismo em equívoco reabilita a outra parte do jornalismo, que costuma não ser lembrada no discurso da criação desta narrativa: a da invenção diferenciante do mundo.

REFERÊNCIAS

ATTACKS on the Press: journalism on the world's front lines – 2014 edition. Committee to Protect Journalists: New York City, 2014.

BERNARD, H. Russel (ed.). **Handbook of methods in cultural anthropology.** Altamira Press: Walnut Creek, California, 1998.

BIRD-DAVID, Nurit. (1999) “Animism” Revisited: Personhood, Environment, and Relational Epistemology. **Current Anthropology**, vol. 40, Suplement. The Wenner Green Foundation for Anthropological Research, pp.67-91.

BREED, Warren. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993, p. 153-166.

CARDOSO, Vitor Alexandre de Freitas; CUKIERMAN, Henrique Luiz. A abordagem sociotécnica na investigação e na prevenção de acidentes aéreos: o caso do voo RG-254. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** São Paulo: FUNDACENTRO, ano 32, número 115, 2007, p. 79-98.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. In: **Mana**, v.4, n.1, p.7-23, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações:** 1972 – 1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

-----; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FELINTO, Erick. Meio, Mediação, Agência: A Descoberta dos Objetos em Walter Benjamin e Bruno Latour. In: **Revista E-Compós**, v. 16. Compós: Brasília, 2013, p. 1-15.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Loyola: São Paulo, 1996.

----- . **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Marcius. Jean Rouch e a invenção do Outro no documentário. In: **Doc Online, Revista Digital de Cinema e Documentário**, n.03, dez. 2007, pp. 55-65. Disponível em: <www.doc.ubi.pt>. Acesso em: 20.01.2013.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993, p. 61-73.

GILMOR, Dan. Where Citizens and Journalists Intersect. **Nieman Reports**, Cambridge: Nieman Foundation for Journalism at Harvard, 2005. Disponível em: <<http://www.nieman.harvard.edu/reportsitem.aspx?id=100559>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

GOLDMAN, Márcio. O fim da antropologia. In: **Revista Novos Estudos**, n. 89, mar. 2011. CEBRAP: São Paulo, 2011.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

JACKINIS, Ira. Margareth Mead an Gregory Bateson in Bali: their use of photography and film. In: **Cultural Anthropology**, vol. 3, n. 2, maio, 1988, pp. 160-177. Disponível em: <www.jstor.org/stable/656349>. Acesso em: 07 ago. 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2005.

LAIA, Cristiane; MEDEIROS, Evandro. Observação flutuante e cartografia: o exemplo de um movimento cultural da Baixada Fluminense. In: **Jornadas Antropológicas UFSC 2015**, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://jornadasufsc2015.tumblr.com>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

LAIA, Cristiane. **Produção Cultural na Baixada Fluminense: Lira de Ouro, Revolução Molecular**. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 2014.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

-----. **Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network-Theory**. New York: Oxford University Press, 2005.

-----. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LEMONS, A. Cidade e Mobilidade. Telefones Celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. In: **Matrizes, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação**. USP, ano 1, n.1, São Paulo, 2008, pp.121-137. Disponível [<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/Media1AndreLemos.pdf>]. Acesso em 21/06/2013.

LINHALIS, Lara; MEDEIROS, Evandro. O equívoco da manipulação. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, set. 2015, Rio de Janeiro, Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <www.intercom.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Ecos do protesto: POSTV**, de pós-jornalistas para pós-telespectadores. In: Site do Observatório da Imprensa. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_telespectadores] . Acesso em: 28/06/2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARQUES, Álvaro. **RES: Trabalho de campo numa redação de telejornal** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <medeiroslaia@yahoo.com.br> em 30 maio 2014

MATTELARD, Armand; MATTELARD, Michelle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação** como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEDEIROS, Evandro; LINHALIS, Lara. Comunicação pelo Equívoco: anotações para uma teoria antropológico-comunicacional. In: **II Confibercom - Congresso Mundial de Comunicação Iberoamericana**, 2014, Braga, Portugal. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/1986/1908>. Acesso em: 5 jul. 2014.

MEDEIROS, Evandro. O campo e a Copa: antropologia, jornalismo e manifestações na cidade do Rio de Janeiro. In: **III Simpósio Internacional LAVITS**, 2015, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em: <lavitsrio2015.medialabufjrj.net>. Acesso em: 25 jun. 2015a.

-----. **O delírio de Apolo**: sobre teatro e cinema. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

-----. O telejornalismo e o telefone celular: notas sobre a cobertura de um incidente aéreo no aeroporto LaGuardia, em Nova Iorque. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.intercom.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2015b.

-----. **Palimpsesto Mediático**: o lastro medieval ibérico n'O Auto da Compadecida. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MICHAELIS on-line. Disponível em: <michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MIZUKAMI, Pedro Nicoletti; REIA, Jhessica; VARON, Joana. **Mapeamento da mídia digital no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Tecnologia e Sociedade, 2014.

MONTE-MÓR, Patrícia. Tendências do documentário etnográfico. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. (Org.) **Documentário no Brasil**: tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004.

O PREÇO da liberdade - Nota oficial da ABI. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/o-preco-da-liberdade/>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**: Manual do Telejornalismo. São Paulo: Campus, 1999.

PÉTTONET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In: **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 25, 2º sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995. Niterói: EdUFF, 2009, p.99-112.

RODA VIVA. São Paulo: TV Cultura, 05 ago. 2013, 90 min., arquivo digital .WMV.

SANTORA, Marc; MCGEEHAN, Patrick. **Plane avoids disaster as it skids off a runway at La Guardia Airport.** In: <http://www.nytimes.com/2015/03/06/nyregion/delta-plane-skids-off-the-runway-at-la-guardia-airport.html?_r=0>. Acesso em: 5 Mar. 2015.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação.** São Paulo: SENAC, 2001.

SCORALIK, Kelly. **Mídia e Cidadania:** a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Fernando Firmino da. Jornalismo livre streaming: tempo real, mobilidade e espaço urbano. **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo:** São Paulo, 2008.

----- . Reportagem com celular: a visibilidade do jornalismo móvel. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino da (orgs.). **Metamorfoses jornalísticas 2:** a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, pp. 90-106.
Sociais. Ed. 28, jun 1995, p.1-15.

SODRÉ, Muniz. Anotações feitas durante as aulas da disciplina **O Campo científico da Comunicação**, ministrada no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. 2 sem. 2012.

----- . **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SZTUTMAN, Renato. A utopia reversa de Jean Rouch: de Os mestres loucos a Petit à petit. In: **Devires.** Belo Horizonte: UFMG, v.6, n.1, jan./jun. 2009, pp. 108-125.

TADDEI, Renzo. **A Invenção da Violência** (das Torcidas Argentinas de Futebol). Manuscrito. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **As notícias.** In: ----- (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993, p. 167-176.

----- . **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis, Insular, 2005.

----- . **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: SZTUTMAN, Renato (org.) **Coleção Encontros – Eduardo Viveiros de Castro.** Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2007a, p.132-161

----- . Filiação intensiva e aliança demoníaca. In: **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 77, p. 91-126, 2007b.

-----. **Metafísicas canibais**: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac e Naify, 2015.

-----. **O nativo relativo**. In: *Mana*, vol. 8, n.1, 2008, p. 113-148.

-----. *Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation*. In: **Tipiti**, **Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, vol. 2, 2004. Disponível em: <<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>>. Acesso em: 20 maio 2013.

-----. *Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena*. In: -----. **A Inconstância de Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 345-399.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

VIZEU, Alfredo Eurico; LORDÊLO, Tenaflae da Silva. 65 ANOS DE TELEJORNALISMO: das “notícias fordistas” às “notícias flexíveis”. In: **24º Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, 2015, Brasília. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 05 nov. 2015.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. São Paulo. Cosac Naify. 2010.

WHITE, David Manning. *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993, p.143-151.

ZOURABICHILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação – Unicamp: Campinas, 2004. Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>> Acesso em: 08 set. 2013.

APÊNDICE 1

LISTA DE INFORMANTES NO RIO DE JANEIRO

Lista dos informantes observados e entrevistados na rede mapeada durante a vivência de campo no Rio de Janeiro. Os nomes aparecem em ordem alfabética:

Álvaro Oliveira - estagiário de Internet da *TV Record Rio*

Ana Lúcia Corrêa – editora de imagens da *TV Record Rio*

Ana Paula Santis - repórter da *TV Globo Rio*

Augusto Lima - colaborador do *Coletivo Carranca*

Bernardo Guerreiro - colaborador da *Mídia Ninja*

Boramir – repórter da emissora turca *TRT Sport*

Brad Brooks – jornalista da agência *Associated Press*

Bruno Amorim - repórter do jornal *O Globo*

Camila Grecco – repórter da emissora *Band Rio*

Carine Cerqueira – repórter do *SBT Rio*

Carlos Eduardo – delegado da Polícia Civil do Rio comentarista do *SBT Rio*

Caroline Leite - estudante de jornalismo, colaboradora da *Mídia Ninja*

Clarissa Monteagudo - editora do jornal *Extra*

Cláudia Ramos - repórter de rede do *SBT*

Cristiane – advogada-ativista que atua em manifestações

Daniel Penna-Firme - repórter do *SBT Rio*

Denise Menchen - jornalista da emissora alemã *ZDF*

Diego Sangermano - chefe de jornalismo do *SBT Rio*

Eduardo Alves - editor de imagens do *SBT Rio*

Eduardo Oliveira - repórter do *SBT Rio*

Eliane Torres - editora de texto do *SBT Rio*

Elodie Touchard - repórter de rádio francesa

Filipe Peçanha - colaborador da *Mídia Ninja*

Flávio Fachel - apresentador do *Bom Dia Rio*

Gabi Oliveira - colaboradora da *Mídia Ninja*

Gian Martins - colaborador da *Mídia Ninja*

Guilherme Chalita - colaborador do coletivo *A Nova Democracia*

Hector Tallo Aelmarax - repórter da emissora mexicana *TV Azteca*

Hugo Oliveira - articulador social das Unidades de Polícia Pacificadora

Humberto Nascimento - editor geral do *SBT Rio*

Isabela Frias Masi - chefe de reportagem do *SBT Rio*

Isabele Benito - apresentadora do *SBT Rio*

Jaline Costa - editora de imagens do *SBT Rio*

Joan Maurice - videojornalista da emissora alemã *AFP*

João Paulo – auxiliar e motorista do *SBT Rio*

Jorge Soares - parceiro do RJTV em Duque de Caxias

Jorge Villalpando - jornalista e fotógrafo *freelancer* mexicano

Jucimara Pontes – apuradora do *SBT Rio*

Leonardo Coelho - *freelancer*, assessor de imprensa e ex-colaborador da *Mídia Ninja*

Liane Borges - apresentadora do *SBT Manhã*

Lívia Bonnard - produtora da *TV Record Rio*

Lívia Raick - repórter de rede do *SBT*

Luiz do Amaral - inspetor da Polícia Civil do Rio

Luiz Gonzaga - repórter cinematográfico do *SBT Rio*

Marion Lippmann - videorepórter da emissora francesa *AFP*

Melissa Munhoz - repórter do *SBT Rio*

Michel Silva - comunicador do site *Fala Rocinha*

Natália Pereira - estagiária do *SBT Rio*

Neiva Prado - produtora da *TV Record Rio*

Paula Daibert - jornalista *freelancer* e colaboradora da *Mídia Ninja*

Paula Máiran - presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da cidade do Rio de Janeiro

Paulo Rubert - cinegrafista da *TV Record Rio*

Pedro Mota - repórter cinematográfico do *SBT Rio*

Rael Policarpo - repórter da *TV Record Rio*

Rita de Cássia Barreto - chefe de produção da *TV Record Rio*

Robson - auxiliar e motorista do *SBT Rio*

Talita Ribeiro - repórter *Rede TV Rio*

Ten. Cláudio Costa – relações públicas da Polícia Militar RJ

Tiago Dezan - colaborador da *Mídia Ninja*

Tiago Ramos - videorepórter e fotógrafo *freelancer*

Ulysses Fontes - motoboy e cinegrafista do *SBT Rio*

Vinícius Dônola - repórter especial da *TV Record*

APÊNDICE 2

LISTA DE INFORMANTES EM NOVA IORQUE

Lista dos informantes observados e entrevistados na rede mapeada durante a vivência de campo na cidade de Nova Iorque. Os nomes aparecem em ordem alfabética:

Alan Severiano – repórter da *TV Globo NY*

Alana Morales – videorepórter da emissora *NY1*

Angélica Vieira - produtora do *Manhattan Connection*

Ayana Harry – reporter da emissora *PIX11*

Brian Stelter – reporter da emissora *CNN*

Casper Ows - *streamer*

Cherrell Brown – ativista de direitos civis

Christopher Stone – professor de Arab Studies do Hunter College

Cristiana Souza Cruz - chefe de jornalismo da *TV Globo NY*

Dale Prince – director do Foreign Press Center em NY

Dorian Geiger – documentarista e jornalista multimídia

Enny Pichardo – reporter da emissora *Univisión*

Erica Garner - ativista, filha de Eric Garner

Fábio Turci – repórter da *TV Globo NY*

Hélter Duarte - repórter *TV Globo NY*

Hisashi Yamada - produtor da emissora japonesa *TV Asachi*

Jake Britton – cinegrafista da emissora britânica *Sky TV*

James Ford – repórter da emissora *PIX 11*

James Woods – *streamer e freelancer*

Jed Tucker - professor do *Bard College*

Jennifer Lahmers – repórter da emissora *FOX5*

Joe Heim – reporter do jornal *The Washington Post*

Jon Ziegler - *streamer*

Jonetta Badillo – videorepórter da emissora *NY1*

Joseph Frederick – videojornalista da agência *Associated Press*

Justine Tunney - Occupy Wall Street

Karina Cuevas – videorepórter da emissora *NY1*

Linda Shimidt – repórter do canal *FOX5*

Lori Chung – repórter da emissora *NY1*

Lucas Mendes Campos - jornalista e criador do programa *Manhattan Connection*

Mariana Lemmann - assessora de comunicação

Matt Hoppard - *streamer*

Mehmet Summer – reporter-correspondente da emissora turca *TRT*

Micah White – Occupy Wall Street

Olívia Crellin – jornalista e cineasta

Pedro Andrade – jornalista do programa *Manhattan Connection*

Quique Ramos – cinegrafista da emissora *Univisión*

Rachel Vargas – repórter-correspondente da *TV Record* em NY

Renata Ceribelli - repórter da *TV Globo NY*

Renè Wunderlunch - jornalista

Robert Verger - jornalista

Sarah Rafsky - Committee to Protect Journalists

Seth Krugel – jornalista do *New York Times*

Short Stack – jornalista e streamer

Stacey Sager – repórter da emissora *ABC*

Stephanie Keith - fotógrafa *freelancer*

Tony Aiello - repórter da emissora *CBS*

Victor Javier Solano – reporter da emissora *Univisión*

Yula Rocha – repórter-correspondente do *SBT*

ANEXO

PASTA COM MATERIAL DAS VIVÊNCIAS DE CAMPO

Criei um link no aplicativo Google Drive que dá acesso ao material colhido em campo, nas duas experiências etnográficas, dividindo em pastas específicas para:

- anotações de campo, feitas a partir da observação participante
- fotografias e vídeos produzidos durante as vivências
- arquivos de áudio das entrevistas gravadas
- transcrição das entrevistas

O link é aberto e pode ser acessado por qualquer pessoa, a partir do seguinte endereço:

<https://drive.google.com/folderview?id=0B4LqDEW3lYU4fmhla290Q01Fbk9EZ2xBeklYW C1qMnJQb0dRRjYwWXRtdlZBWjdZRVVBN3M&usp=sharing>

